

O PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NA LONGA DURAÇÃO: Ourivesarias Antiga e Tradicional Actual no Norte de Portugal



Maria José Costa de Carvalho e Sousa

Dissertação de Mestrado em Património e Turismo
UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
GUIMARÃES 2004

Mas o ouro era atraente e guardava em si um pouco do brilho e do esplendor do sol.

(Mário Cardozo – *Das Origens e Técnica do Trabalho do Ouro e a sua Relação com a Joalheria Arcaica Peninsular*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1957, p. 6)



(Ouro na mão do ourives Alberto Vieira, de Leiradela, Travassos, em Junho de 1995, actualmente reformado.)

AGRADECIMENTOS

O meu reconhecimento vai, em primeiro lugar, para duas pessoas: o meu pai, Francisco de Carvalho e Sousa, ourives de corpo e alma, que me incutiu o gosto pela Ourivesaria e pela Arqueologia. Foi a primeira pessoa a quem ouvi a palavra “torques”, há quase três décadas. E o meu irmão, Manuel que, não sendo ourives, é, sem sombra de dúvida, a pessoa que mais se preocupa com a comunidade ouriveseira de Travassos e que tem vindo a desenvolver estratégias e a criar mecanismos para promover a valorização da actividade de Ourivesaria tradicional local. Foi graças aos seus esforços que o Museu do Ouro de Travassos deixou de ser apenas um sonho e esteve por trás de quase todas as iniciativas e promoção da Ourivesaria da Póvoa de Lanhoso, que foram desenvolvidas e que estão planeadas.

A todos os ourives de Travassos que foram partilhando comigo o seu saber, contando, inclusivamente, alguns aspectos sobre que solicitaram confidência. Entre eles, merecem destaque, João Vieira, ourives de Travassos, exímio artífice de canevão, pelas informações prestadas relativamente ao processo da sua feitura; Manuel Amândio Vieira, família Gomes e os irmãos Silva.

O meu reconhecimento ao Doutor Francisco Sande Lemos, pela orientação prestada na elaboração do trabalho, bem como pelas sugestões que enriqueceram esta pesquisa e alargaram o seu âmbito. Também enquanto coordenador do Mestrado em “Património e Turismo” que, com a Prof.^a Doutora Norberta Amorim, reconheceram a importância que existe no estabelecimento de uma relação efectiva entre estes dois conceitos e o que podem representar na prática, em termos de mais-valias culturais, sociais e económicas para todos.

Ao Prof. Doutor Armando Coelho Ferreira da Silva, uma referência relativamente à investigação sobre Ourivesaria Proto-Histórica, o precursor na inventariação e sistematização da informação relativa à Ourivesaria Castreja, e que sempre me incentivou e apoiou em trabalhos nesta área e da Ourivesaria actual.

À Helena Pinto, pela colaboração em alguns dos trabalhos realizados e análise atenta deste trabalho, com os olhos de uma investigadora de outra área do saber, mas essencialmente pelo apoio incondicional, pela presença e pelo incentivo constantes. À Isabel Silva, directora do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, pelo incentivo e atenção permanentes. Ao Paulo Costa Pinto, pelo apoio e preocupação em facultar-me o acesso a bibliografia e dados mais recentes ou clássicos difíceis de encontrar. Às minhas irmãs Isabel e Helena, por tudo e por, juntamente com o meu irmão

Manuel, representarem, cada um na sua área de actuação, o profissionalismo na verdadeira acepção da palavra.

A todos quantos, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse levado por diante, com pequenas dicas, pistas ou incentivos.

Um agradecimento especial ao Francisco e ao Paulo por existirem e me desculparem pelos momentos em que não estive presente.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
I – O OURO NO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA	13
II – OURIVESARIA PRÉ E PROTO-HISTORICA NO NORTE DE PORTUGAL.....	25
1. IDADE DO COBRE	27
2. IDADE DO BRONZE.....	29
3. IDADE DO FERRO	45
4. ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO DOS ACHADOS	72
III – OURIVESARIA ARTESANAL NO CONCELHO DA POVOA DE LANHOSO.....	80
1. HISTORIAL.....	81
2. ACTUALIDADE.....	90
1. TIPOLOGIA DE FORMAS.....	105
2. TÉCNICAS DE FABRICO	109
2.1. Filigrana	109
2.2. Trança.....	111
2.3. Canevão.....	112
2.4. Contas ocas	113
2.5. Estampagem.....	116
2.6. Acabamentos	117
3. SUPORTES DE DIVULGAÇÃO EXISTENTES	119
3.1. Museu do Ouro de Travassos	119
3.1.1. <i>Objectivos</i>	121
3.1.2. <i>Espaços museológicos</i>	122
3.1.3. <i>Estratégia de Promoção</i>	124
IV – ONTEM COMO HOJE	128
V – PATRIMÓNIO E TURISMO	136
1. OS MUSEUS	140
1.1. Museus de Arqueologia.....	142
1.2. Museus de Identidade	145
1.3. Multimédia e Interactividade em Museus.....	147

2. PROPOSTAS.....	150
2.1. Via do Ouro.....	150
2.2. Projecto Multimédia “Raízes da Ourivesaria Tradicional Portuguesa	160
2.3. Certificado de Origem	162
2.4. Design de Ourivesaria.....	162
2.5. Intercâmbios Internacionais.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
FONTES CONSULTADAS.....	180
1. FONTES MANUSCRITAS.....	180
2. BIBLIOGRAFIA	181
3. ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS	218
LISTA DE FIGURAS	220
ANEXO	222

INTRODUÇÃO

O trabalho que se pretende desenvolver tem como objectivo global abordar a problemática da Ourivesaria proto-histórica do Norte de Portugal e da Ourivesaria tradicional artesanal, actualmente produzida no concelho da Póvoa de Lanhoso, através das tipologias das formas, dos motivos decorativos e das técnicas de fabrico artesanal, cruzando tempos e apontando estratégias de divulgação da arte. Pretende-se proceder ao levantamento das formas e técnicas tradicionais de trabalho do ouro, no concelho da Póvoa de Lanhoso, em particular nas freguesias de Travassos e Sobradelo da Goma, onde são produzidos, essencialmente, objectos de adorno, de cariz popular e/ou religioso. A produção destes objectos parece continuar técnicas e motivos decorativos ancestrais, alguns deles, podendo remontar à Proto-História.

Não é um tema original: já Mário Cardozo, em 1957, publicou um trabalho intitulado “Das Origens e Técnica do Trabalho do Ouro e a sua Relação com a Joalheria Arcaica Peninsular”. Retomando esta relação, em 1993, o Museu Nacional de Soares dos Reis levou a cabo uma exposição intitulada “Raízes do Ouro Popular no Noroeste Português” (Macedo 1993).

Este estudo visa aprofundar uma temática de interesse cultural, numa perspectiva pluritemporal, levantando questões de interesse actual, como o papel de actividades artesanais identitárias – caso da Ourivesaria no concelho da Póvoa de Lanhoso – cruzando-a no tempo com outras Ourivesarias.

Pretende-se, também, abordar a forma como se tem promovido a joalheria proto-histórica e da Ourivesaria tradicional de carácter artesanal, avaliando até que ponto se podem desenvolver estratégias promocionais conjuntas, no âmbito da relação que se pretende estabelecer entre Património e Turismo.

A produção ouriveseira de uma determinada cultura e/ou época reflecte o seu expoente máximo a nível tecnológico, estilístico e formal. No decurso das épocas e pelas mudanças de gosto, a grande maioria das peças de Ourivesaria desaparece nos cadinhos dos fundidores para dar origem a novos objectos. Apesar disso, conservaram-se exemplares notáveis de Ourivesaria, representativas das diversas fases culturais.

O trabalho de Ourivesaria proto-histórica ainda apresenta duas grandes questões que se prendem com o contexto arqueológico das suas materialidades e, desde logo, o seu enquadramento cronológico. Esta falha agrava-se, em particular, para a joalheria da Idade do Ferro. De facto, há um grande número de peças que uns apontam como de datação indígena pré-romana e outros defendem uma relação directa ou indirecta com a romanização (Ladra 2002: 178).

A falta de contextos precisos para a quase totalidade das peças de Ourivesaria proto-histórica existentes nos nossos museus remete-as para um estatuto de objectos de contemplação. A distribuição da Ourivesaria pré-romana, embora apenas se conheça a proveniência exacta de uma parte dos objectos e a maioria não possua contexto arqueológico que possibilite uma datação e origem rigorosas, poderá ajudar a identificar zonas de extracção de ouro e/ou rotas de intercâmbio. As jóias, enquanto objectos arqueológicos, apresentam também problemas de definição cronológica e dos locais de produção, dado que podiam entrar em circuitos comerciais e que a sua posse ou utilização se podia prolongar no tempo por várias gerações.

Ao relacioná-las com modelos e técnicas actuais de carácter artesanal, tenta-se, também, expandir o seu significado, procurando, no entanto, que a envolvência actual não distorça a sua interpretação, com a consciência de que qualquer analogia será apenas uma hipótese. Neste trabalho pretende-se, essencialmente, apontar algumas pistas para outras formas de divulgação de peças de Ourivesaria pré e proto-históricas, também enquanto materialidades arqueológicas relacionadas com os seus locais de origem.

METODOLOGIA

Em função das exigências do tema e dos objectivos do projecto, este foi desenvolvido através da recolha, análise e comparação das diversas fontes e a interpretação sistemática dos dados, criando percursos de investigação.

A fase inicial de trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica e, em particular, na análise de trabalhos de investigação já efectuados. Esta incidiu sobre duas grandes áreas relativas ao trabalho de Ourivesaria: as peças de carácter arqueológico e o trabalho artesanal mais recente. Para o primeiro grupo, o estudo foi grandemente facilitado pelo trabalho exaustivo desenvolvido por Armando Coelho Ferreira da Silva

para a Idade do Ferro (1986a), tendo sido utilizados os mesmos critérios descritivos para as peças, e o Inventário da colecção de Ourivesaria do Calcolítico à Idade do Bronze do Museu Nacional de Arqueologia (Armbruster e Parreira 1993), que forneceram uma boa base de trabalho, a que foram acrescentados outros achados, entretanto conhecidos.

Para a produção ouriveseira de carácter artesanal há que referir a quase inexistência de trabalhos de investigação publicados, pelo que se procedeu também ao levantamento dos Processos de Passaportes, existentes no Arquivo Distrital de Braga; e das marcas de ourives registados nos contrastes de Braga e Guimarães, relativamente aos ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso.

Como método de pesquisa no terreno, único meio de tomar conhecimento acerca da actividade de Ourivesaria artesanal de carácter popular actual, procurou-se conciliar as técnicas de observação participante, entrevistas, abertas e em profundidade, e uso de documentos pessoais, como forma de recolher dados mais pormenorizados, decorrentes da observação e análise de contextos naturais. Tentou-se, assim, ter acesso aos significados atribuídos pelos ourives às diversas situações sociais. Foram consultados ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso e observados os locais de trabalho, para ter uma noção mais correcta da produção dos objectos de Ourivesaria actuais e das suas técnicas de fabrico, assim como efectuou-se a consulta de fontes orais. Procurou-se falar com todos “aqueles que se lembram”. Para além disso, realizaram-se consultas pontuais a técnicos e artífices que já procederam à execução de réplicas de jóias proto-históricas seguindo métodos artesanais.

Foram também desenvolvidos contactos no sentido de recolher informação relativa a *designers* de joalharia que possam lançar novas propostas de peças elaboradas com as técnicas e elementos tradicionais.

Este trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos:

Os dois primeiros abordam aspectos relacionados com a Ourivesaria pré e proto-histórica no Norte de Portugal: a existência de ouro e a sua exploração no Noroeste da Península Ibérica e a apresentação, em forma de catálogo dos exemplares conhecidos dessa Ourivesaria, tentando reunir todas as peças de que se há

conhecimento. A sua organização teve, também, como objectivo a elaboração de um mapa com a localização dos achados.

Procurou-se inventariar todas as peças conhecidas que tenham surgido em todo o Norte de Portugal, tomando como limite sul o rio Douro, mesmo quando a informação é reduzida, o que se reflecte na referência fugaz de alguns casos. O inventário não esgota toda a informação acerca dos objectos, pois não se pretendeu proceder ao estudo exaustivo de cada peça ou conjunto. O maior rigor incidiu em precisar o mais possível o local, condições e data do achado e apresentar as principais técnicas de execução das peças e os seus motivos decorativos.

Por vezes, foi difícil enquadrar as peças, em termos cronológicos, dada a diversidade de opiniões de alguns autores, pelo que a cronologia apontada é aquela que consta na publicação consultada mais recente, referida na bibliografia da peça. No entanto, a apresentação do inventário não obedece a uma ordem cronológica, uma vez que em muitos casos esta não é consensual, encontrando-se as peças numeradas sequencialmente e agrupadas em três grandes núcleos: Idade do Cobre, Idade do Bronze e Idade do Ferro, precedidas de um texto introdutório enquadrador.

Não foram incluídas as peças cuja proveniência não é, com segurança, o Norte de Portugal. Assim, a título de exemplo, encontram-se no catálogo duas peças do British Museum, de Londres, que são apontadas como sendo de Chaves, mas não são apresentados os dois torques do Ashmolean Museum, de Oxford, cuja origem tanto poderá ser Norte de Portugal, como Noroeste de Espanha (Queiroga 1987).

Para a elaboração do Catálogo recorreu-se à pesquisa bibliográfica e às colecções museológicas, sendo a primeira a única fonte no caso das peças desaparecidas, ou em propriedade particular.

Na apresentação do Catálogo, optou-se pela sua ordenação de base geográfica, no sentido Norte/Sul e Este/Oeste, por distritos, concelhos e freguesias. As razões desta escolha prendem-se com a natureza das peças e dos conjuntos, sua diversidade, ampla cronologia e, como consequência, também com a sua, por vezes, difícil classificação.

Cada peça, ou conjunto, possui um número de inventário corrente, que serve de base à cartografia, e que antecede a sua designação, seguida da matéria-prima e da cronologia. A(s) peça(s) são acompanhadas por fotografia, sempre que foi possível obter

esse tipo de registo, assinalando a sua origem¹. Segue-se referência ao local de proveniência da peça/conjunto e à sua localização actual, que, no caso de ser um museu, e sempre que possível, procurou-se complementar com o número de inventário da instituição. Após esta identificação, é feita uma descrição sumária da(s) peça(s), que inclui as suas dimensões e peso. Para facilitar a leitura, usaram-se as seguintes abreviaturas:

- lug. – lugar
- freg. – freguesia
- conc. – concelho
- dist. – distrito
- N.º Inv. – número de inventário
- d. – diâmetro
- a. – altura
- c. – comprimento
- l. – largura
- e. – espessura
- mm – milímetros
- gr. – gramas

As referências da bibliografia consultada aparecem no fim, ordenadas cronologicamente. Também aqui a preocupação foi fornecer a bibliografia fundamental sobre as peças, mais do que ser exaustiva a sua apresentação.

A implantação nos mapas dos locais de achado das peças de Ourivesaria fez-se com o maior grau de precisão possível, pelas referências existentes, o que leva a que alguns casos apareça assinalada a sede do concelho. Optou-se por não assinalar três peças da Idade do Ferro, as últimas do Catálogo, cuja proveniência apenas aparece como “Norte de Portugal”.

No III Capítulo apresenta-se o trabalho de Ourivesaria artesanal no concelho da Póvoa de Lanhoso, partindo da contextualização histórica possível até à situação actual, passando pelo levantamento da tipologia das peças produzidas, das técnicas de fabrico e de decoração. São também apresentados alguns dos mecanismos de divulgação

¹ Quando a origem das fotografias, quer do Catálogo, quer do restante trabalho, não aparece junto das mesmas, foram realizadas pela autora deste trabalho.

existentes. Como suporte a este capítulo, apresenta-se em Anexo um Glossário do vocabulário utilizado nesta região, relacionado com a actividade ouriveseira: técnicas e processos, utensílios, líquidos e reagentes e elementos/peças de Ourivesaria, associado a fotografias, sempre que tal foi possível obter.

Sem qualquer pretensão de desenvolver um trabalho exaustivo, no IV Capítulo procurou-se identificar se existem ou não algumas similitudes entre o Passado e o Presente. Para modelos análogos, antigos e tradicionais, de jóias e/ou motivos decorativos, e/ou técnicas de fabrico pretende-se estabelecer eventuais paralelismos.

No V, e último, Capítulo apresentam-se estratégias possíveis para promoção turística e cultural das peças de carácter arqueológico e dos produtos actuais, partindo de uma base teórica sobre Património e Turismo, nas suas várias vertentes. Procura-se mostrar a importância da rentabilização desta temática, adaptada ao presente, bem como as respectivas implicações nos vários campos: económico, cultural e social.

I – O OURO NO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA

Entre todos los metales, el oro es único a presentarse naturalmente con su aspecto propio, de color, peso, brillo, ductibilidad, tan diferente de una piedra cualquiera, y abriendo para el hombre la noción de lo que es un metal entre los minerales. (...) El sentido de color, tan despierto en el hombre primitivo, le haría ver en el oro algo del esplendor solar; descubriría perdurable en él aquella viveza de tonos que los seres orgánicos le apresentaban efímera. Además, si el cobre y la plata fueron material útil, que ayudaba al hombre para sus labores manuales, en cambio el oro, tan resistente, no le valía, y esta inutilidad pudo afianzarle la idea de lo simplemente bello, como las flores, codiciable para recreo de la vista y del tacto, codiciable también por su rareza. (Gómez-Moreno in Blanco Freijeiro 1989: 7).

As qualidades de ordem estética, a raridade e a durabilidade estão na origem da nobilitação dos metais, sendo responsáveis pela sua conversão em símbolos de excelência.

A cor amarela intensa do ouro e o seu brilho cedo o transformaram em símbolo solar, real e mesmo divino. A própria palavra deriva do latim “*aurum*”, que significa “aurora brilhante”. A sua aparência atractiva e o facto de ocorrer na Natureza no seu estado puro, associam-se a outras características, tais como não se alterar ao longo do tempo e ser um metal relativamente escasso. As propriedades físicas do ouro e a sua raridade fizeram dele o metal mais apreciado e cobiçado, conferindo-lhe um elevado valor económico, social e cultural.

Entre as qualidades do ouro, destacam-se, do ponto de vista mecânico, a maleabilidade e ductilidade (é o metal mais maleável e mais dúctil) e a resistência, tal como se pode constatar no quadro comparativo abaixo apresentado (Fig. 1). A sua maleabilidade permite a produção de chapas quase translúcidas, enquanto a ductilidade e resistência tornam possível a conversão de uma vara de metal numa grossa meada de fios de espessura ínfima.

Metal (SQ)	Temperatura de fusão	Densidade	Dureza em Cru	Dureza Trabalhado
Ouro (Au)	1064° C	19,3	20	58
Prata (Ag)	960° C	10,5	22	100
Cobre (Cu)	1083° C	8,9	50	110
Bronze (Cu 10Sn))	830 - 1020° C	8,8	100	250
Cádmio (Cd)	321° C	8,6		
Platina (Pt)	1772° C	21,4		

Fig. 1 – Propriedades do ouro, comparando com outros metais / ligas metálicas

O ouro pode ser encontrado em jazidas *primárias*, as que possuem uma mineralização encaixada em diferentes tipos de rocha, ou *secundárias*, sedimentos que resultam da erosão das anteriores. As jazidas secundárias ocorrem em rochas sedimentares consolidadas, em depósitos coluvionares ou fluviais. As primeiras dão origem ao denominado “ouro refractário” e as segundas ao “ouro livre” (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 67-69). O reconhecimento das pepitas de ouro é, evidentemente, mais fácil nas areias auríferas dos cursos fluviais, que consistem em jazidas secundárias não consolidadas.

A riqueza aurífera do Noroeste da Península Ibérica é testemunhada pelos relatos de autores clássicos e confirmada pela existência de explorações auríferas, em minas e céu aberto, algumas exploradas pelo menos desde a Romanização (Cardozo 1957: 14-17; Fonseca e Castro 1987: 64; Silva 1986a: 231-232; Silva 1987: 76-78; Domergue 1990: 5; Balseiro García 1993/94: 159). Também os rios do Norte de Portugal eram referidos pelos autores clássicos Posidónio, Estrabão (c. 58 a.C. – 23/24 d.C.) e Plínio (23 – 79 d.C.) como sendo auríferos, em particular o Douro, Lima e Minho (Silva 1987: 76-78; Domergue 1990: 8). Estrabão, servindo-se dos elementos de Posidónio, faz referência à grande quantidade de prata, estanho e ouro existente nas terras do Noroeste Peninsular e que são arrastadas pelos rios, descrevendo o processo de lavagem destas

areias pelas mulheres, em recipientes tecidos em forma de cestos (López Cuevillas 1951: 7; Delibes de Castro 2001: 156).

Os resultados dos trabalhos de lavagem das areias dos rios, mais raros, do sistema de galerias e poços, ou das cortas a céu aberto, mais destacados e frequentes, deixaram vestígios um pouco por todo o Noroeste Peninsular, de maior ou menor dimensão. Conservam-se, também, estruturas de povoados mineiros, depósitos detriticos, barragens, canais de abastecimento e de drenagem, assim como utensílios e peças de Ourivesaria (López Cuevillas 1951: 9-14; Almeida e Sousa 1993: 123). Os vestígios mais significativos destas explorações auríferas no Norte de Portugal situam-se na Serra de Santa Justa, concelhos de Valongo e Gondomar, Serra das Banjas, concelhos de Gondomar e Paredes; Outeiro Machado, concelho de Chaves; Poço de Freitas, concelho de Boticas, Três Minas e Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar; Serra de Montesinho, concelho de Bragança (Alarcão 1987: 130; Fonseca e Castro 1987: 65). Todas estas explorações antigas são atribuídas aos romanos, embora alguns autores defendam que são continuidade de trabalhos anteriores (Fonseca e Castro 1987: 64; Domergue 1990; Balseiro García 1993/94: 166). No entanto, cada vez mais os investigadores são unânimes em considerar que a exploração intensiva das jazidas auríferas, primárias e secundárias, do Norte de Portugal, só se terá efectuado em época romana (Lemos 1993 I: 330; Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 158).

O ouro pré e proto-histórico é todo ouro nativo ou “imediato”, termo que designa o facto de ser obtido sem operação metalúrgica, e trata-se do ouro aluvial que se obtém por lavagem, seja das areias dos rios, seja das jazidas superficiais dos depósitos coluvionares. Este ouro encontra-se à superfície do solo devido a processos de erosão, lixiviação e reprecipitação desde as jazidas primárias. A esta abundância de ouro no Noroeste se pode aplicar a referência de Justino, segundo o qual, na *Gallaecia* se encontrava ouro ao trabalhar a terra (Domergue 1990: 75-76). Conhece-se este tipo de exploração de época pré-romana através das fontes literárias clássicas, sobretudo Posidónio, seguindo os escritos de Estrabão, uma vez que este tipo de trabalhos não deixa vestígios arqueológicos que possam ser detectados na actualidade (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 25). A tradição mineira anterior terá representado um importante guia para os romanos, enquanto indicador e como prospecção, uma vez que,

muitas vezes, lhes bastou seguir o curso dos rios auríferos (Sánchez-Palencia e Orejas 1999a: 114; Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 164).

Desde, o Calcolítico / início da Idade do Bronze e até à Romanização, ter-se-ão explorado, no Noroeste Peninsular, unicamente jazidas dos terraços dos cursos de água, ou depósitos coluvionares, recorrendo a técnicas simples como a do “velo de ouro”, que consiste em colocar uma pele de animal ou tecido na corrente lenta da água do rio, retendo as partículas de ouro, ou a da bateia, que consiste na lavagem das areias, durante a época estival, recuperando o ouro que é arrastado em épocas de maior caudal e erosão, e que fica depositado em determinados pontos (meandros, sinuosidades, confluências), quando a força da água diminui (Fig. 2) (Domergue 1990: 488; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 25; Sanches 1997b: 204; Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 158-162).

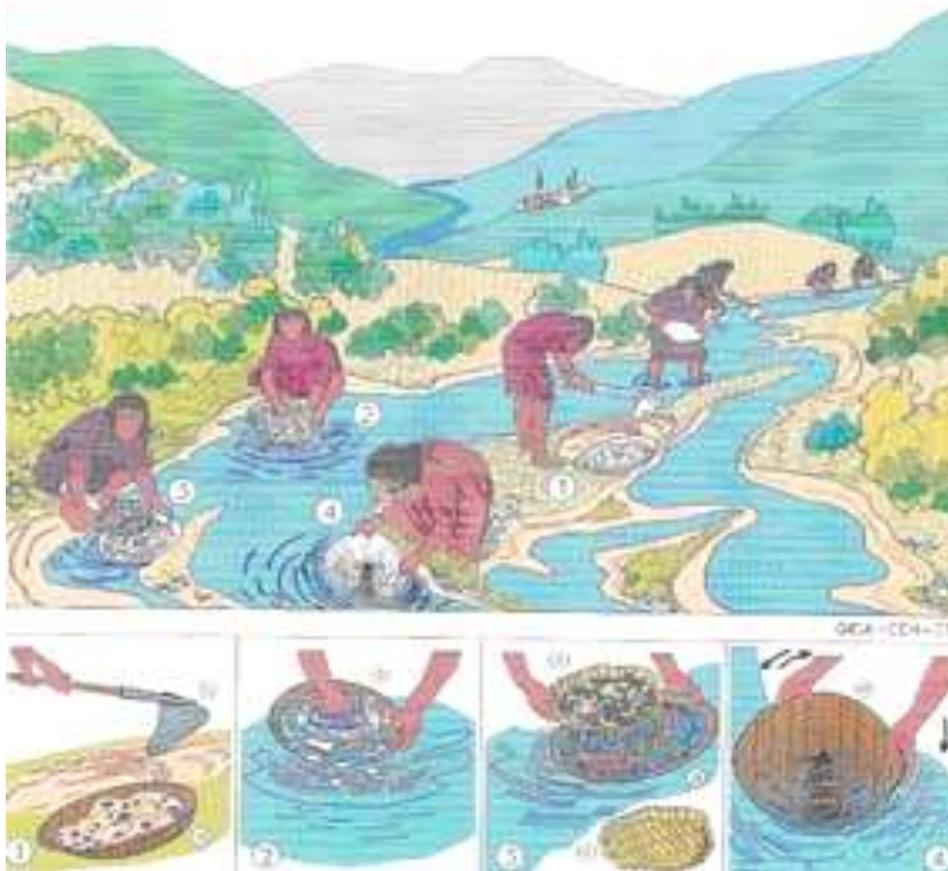


Fig. 2 – Exploração aurífera de jazidas fluviais pré-romana
(Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 160)

A exploração do ouro aluvionar será também comprovada pelo facto de a maioria dos objectos da Idade do Bronze ter sido executada em ouro rico em estanho e de existir em grande quantidade, o que deve ser entendido como um elemento intruso incorporado no ouro nas operações de bateio pouco afinadas, já que não aparece como impureza no ouro proveniente de filões (Silva 1986a:232; Pérez Outeiriño 1989: 91-92).

A Ourivesaria proto-histórica confirma a existência de exploração de ouro anterior aos romanos, muito provavelmente de jazidas secundárias, como parecem confirmar as análises de Hartmann (1971), revelando que o ouro normalmente utilizado contém estanho, sendo, por isso, proveniente de jazidas fluviais. As impurezas de estanho que entram na composição deste ouro resultam duma incompleta separação de partículas de cassiterite, mineral metálico que também está presente no leito de muitos rios auríferos (Pérez Outeiriño 1997: 130).

O mapa da joalheria proto-histórica do Noroeste Peninsular veio também demonstrar a ausência de achados de Ourivesaria na zona da *Asturia*, que foi a zona aurífera mais intensamente explorada pelos romanos, concentrando-se achados em zonas periféricas onde existem abundantes cursos de água auríferos e, normalmente, abaixo da cota de 600 m, nos pontos onde os rios favorecem a recuperação de aluviões móveis (Pérez Outeiriño 1989: 90; Comendador Rey 1991-1992: 195; Árias Vilas 1992: 71-72; Balseiro García 1993/94: 165; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 77-78; Pérez Outeiriño 1997: 129-130). Aliás, as fontes literárias anteriores à ocupação romana do Noroeste referem que a *Gallaecia* gozava de fama aurífera devido à exploração das suas jazidas fluviais, enquanto que *Asturia* só viria a ser referida nos textos posteriores à época romana, quando passaram a ser exploradas as jazidas auríferas (Domergue 1990: 198; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 79). A distribuição das peças de Ourivesaria pré-romana poderá ajudar a identificar zonas de extracção de ouro, embora apenas se conheça a proveniência de uma parte dos objectos e a maioria não possua contexto arqueológico que possibilite uma datação e proveniência exactas.

Alguns autores defendem que os paralelos etno-arqueológicos, entre a exploração com bateia na época pré-romana e uma prática similar actual, permitem considerar que seria suficiente o ouro obtido nos rios para corresponder à produção artesanal pré-romana, embora fosse necessário despende muitas horas de trabalho e/ou

juntar o ouro recolhido por vários indivíduos para fazer peças de maior peso, sendo, também, uma actividade sazonal e complementar da vida quotidiana (Árias Vilas 1992: 71; Balseiro García 1993/94: 166; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 79; Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 159-162). No entanto, será difícil ter uma noção clara das reais quantidades de ouro que terão existido na época pré-romana, uma vez que a conquista romana poderá ter levado à refundição de grande quantidade de objectos de Ourivesaria produzidos até então.

Em Portugal, o levantamento exaustivo dos locais de exploração aurífera, de época anterior e romana, encontra-se ainda por realizar, com excepção de algumas áreas de Trás-os-Montes Oriental (Lemos 1993; Sanches 1997a; Sanches 1997b). Todo o restante território, em particular do Norte de Portugal, tem sido estudado de forma pontual e divulgado em publicações de âmbito local. Assim, para o Norte de Portugal, temos conhecimento de vestígios de mineração de ouro de época romana em²:

- Rio Mouro (Monção) (Alarcão 1997: 96);
- Minas de Fronfe (Ponte da Barca) (Comendador Rey 1998: 163);
- Serra d'Arga (Viana do Castelo) (Alarcão 1988b: 127; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 36-37);
- Corta da Torre, Grovelas, Tinas e Forca (Viana do Castelo, Ponte de Lima) (Alarcão 1988b: 127; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37);
- Couço de Monte Furado, Vila Mou e Monte-Mor (Viana do Castelo) (Alarcão 1988b: 127; Lemos 1993 I: 331; Almeida 2000: 28-29);
- Margem sul do rio Lima / Covas de Mouros do Monte da Nó, Facha (Ponte de Lima) (Almeida *et al.* 1981: 4-6; Sánchez-Palencia e Pérez 1989: 17; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Maciel 2003: 16);
- Portela das Cabras, Serra do Oural, Marrancos, Sobradelo e Duas Igrejas (Vila Verde) (Maciel 2003: 15);
- Margem direita do rio Neiva, Algares, Carvoeiro (Viana do Castelo) (Maciel 2003: 166); o topónimo “Balugães”, freguesia anexa a Carvoeiro, derivaria de “balluca” que significaria pepita aurífera (Silva 1986a: 232; Maciel 2003: 166);

² Ordenados de forma geográfica por distritos, a partir de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança e Porto.

- Monte Lousado (Barcelos) (Maciel 2003: 16);
- Monte Airó (Barcelos) (Almeida 1997: II 10, 16-19);
- Lagoa Negra, Barqueiros (Barcelos/Póvoa de Varzim) (Alarcão 1988b: 127; Gomes e Carneiro 1999: 86);
- S. Pedro de Veiga de Lila (Valpaços) (Lemos 1993 II: 548);
- Outeiro Machado e Poço de Freitas, (Boticas / Chaves) (Alarcão 1987: 133; Alarcão 1988a: 6; Alarcão 1988b: 128; Fonseca e Castro 1987: 65; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Alarcão 1997: 96; Comendador Rey 1998: 163);
- Corta do Penedo das Bruxas e Lagares (Chaves) (Alarcão 1987: 133; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37);
- Vale de Anta (Chaves) (Alarcão 1987: 133);
- Trincheiras (Chaves) (Alarcão 1997: 96);
- Três Minas e Jales (Vila Pouca de Aguiar) (Alarcão 1987: 133; Alarcão 1988a: 16 e 18; Alarcão 1988b: 123-126; Fonseca e Castro 1987: 65; Sánchez-Palencia e Pérez 1989: 16-17; Lemos 1993 I: 332-333; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 36-37; Alarcão 1997: 96-99; Sanches 1997b: 210; Comendador Rey 1998: 163; Wahl 1998);
- Fraga dos Corvos, Contelas – Castrelos (Bragança) (Lemos 1993 II: 62);
- França / Aveleda, Serra de Montesinho (Bragança) (Alarcão 1987: 133; Alarcão 1988b: 128; Lemos 1993 I: 333; Lemos 1993 II: 91-92; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Sanches 1997b: 210; Comendador Rey 1998: 163);
- Rio de Silos (Bragança) (Comendador Rey 1998: 163);
- Marzagão – Pocinho (Carrazeda de Ansiães) (Comendador Rey 1998: 163);
- Latadas – Macedinho, Trindade, Freixeda, S. Salvador, Vila Verde (Mirandela / Vila Flor) (Alarcão 1987: 133; Alarcão 1988b: 128; Lemos 1993 I: 339-343; II: 249, 261-262, 386-387; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Sanches 1997a: 229; Sanches 1997b: 210-211; Comendador Rey 1998: 163);
- Serra de Passos / Serra de Santa Comba, Covas de Lamas de Orelhão, Avidagos (Mirandela) (Alarcão 1987: 133; Alarcão 1988b: 128; Lemos 1993 I: 339-343; II: 249, 261-262; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Sanches 1997a: 229; Sanches 1997b: 210-211; Comendador Rey 1998: 163);

- Urros (Torre de Moncorvo) (Alarcão 1987: 133; Lemos 1993 I: 343; II: 367-368; Sanches 1997b: 210; Comendador Rey 1998: 163);
- Cabeço da Igreja / Penso (Vinhais) (Sanches 1997b: 210);
- Carvão – Benlhevai (Vila Flor) (Lemos 1993 II:371-372);
- Freixo de Espada-à-Cinta (Sanches 1997b: 210);
- Vale de Égua – Jou (Murça) (Lemos 1993 II: 493-495);
- Seixo, Buraco dos Mouros, Vale de Covas ou Santa Maria da Ribeira (Carrazeda de Ansiães) (Lemos 1993 I: 337; II: 148-149; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 37; Sanches 1997b: 210-211);
- Serra de Santa Justa e Serra das Banjas, Fojo das Pombas e Recarei (Valongo, Gondomar e Paredes) (Alarcão 1987: 133; Fonseca e Castro 1987: 65; Alarcão 1988a: 26-27; Alarcão 1988b: 128; Sánchez-Palencia e Pérez 1989: 17; Sánchez-Palencia *et al.* 1996: 36-37; Alarcão 1997: 96; Comendador Rey 1998: 163).

Para além destes locais, com mais ou menos vestígios, muitos rios e cursos de água menores, do Norte de Portugal, seriam alvo de exploração aurífera em período pré-romano, para além dos rios Douro, Lima e Minho, já referidos pelos autores clássicos. São cursos de água que nascem junto de jazidas auríferas ou recebem águas de outros com essa origem:

- O rio Sabor, onde está registada a recolha de ouro aluvionar pelo menos até ao séc. XIX, receberia ouro através de vários cursos de água que, tal como ele, nascem na Serra de Montesinho (Sanches 1997a: 184, 229 e II 210-211; Comendador Rey 1998: 166);
- Ribeira de Lila, Macedinho e ribeira de Curros/Tinhela (das vertentes orientais da Serra da Padrela (Sanches 1997a: 184, 229 e II 210-211; Comendador Rey 1998: 166);
- Rios Curros e Tinhela (este último, afluente do rio Tua), ouro da erosão da zona de Três Minas e Jales (Sanches 1997b: 210);
- O rio Tua também poderia receber ouro através de pequenos cursos de água que nascem na zona de Macedinho, Freixeda, S. Salvador, ou através dos

seus afluentes, ribeiras de Vila Verde / Carvalha (Sanches 1997a: 229; Sanches 1997b: 210);

- Rio Rabaçal e afluentes, Ouro do Cabeço da Igreja / Penso (Sanches 1997b: 210);
- Rio Tâmega (F. Sande Lemos³);
- O rio Douro receberia ouro de afluentes (rio Sabor, Tua e Tinhela), das jazidas de Freixo de Espada-à-Cinta e das de Carrazeda de Ansiães (Lemos 1993 I: 337; Sanches 1997b: 210-211).

Segundo os autores clássicos, os romanos dominavam uma série de conhecimentos técnicos e geográficos que lhes permitiram otimizar a exploração dos recursos mineiros na Península Ibérica. Sabiam que a presença de ouro no leito dos rios e a existência de depósitos sedimentares pelas correntes era resultado da erosão fluvial sobre jazidas primárias. A partir destas fontes, fica também claro que as técnicas de exploração aurífera utilizadas no Noroeste tinham sido previamente utilizadas no Sul Peninsular, existindo mesmo vestígios arqueológicos que testemunham a chegada dessa tecnologia a esta região (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 65 e 79).

O sistema de exploração aurífera mais utilizado pelos romanos era em cortas, denominado “*arruariam*” ou “*ruínas montium*”, que consiste, sumariamente, em minar através de galerias e poços a área pretendida, utilizando, depois, a força hidráulica para abater e arrastar o conglomerado aurífero, canalizando o caudal de forma a proceder à decantação do ouro (Fig. 3 e 4) (Sánchez-Palencia e Orejas 1999b: 511). Em Portugal, em particular, nos jazigos auríferos de Campo de Jales, Gralheira e Três Minas, em Vila Pouca de Aguiar, este tipo de exploração subterrânea terá tido um papel apenas secundário, tendo sido utilizado principalmente a técnica de desmonte a céu aberto através da abertura de trincheiras (Wahl 1998). Este tipo de desmonte poderia ser realizado de duas formas que, normalmente se complementavam: inicialmente utilizariam o método que Plínio designa como *rumpere igne*, que consistia em fazer estourar a rocha por aquecimento com fogo e, posteriormente continuariam o desbaste coma utilização de ferramentas (*Id ib*: 62-63).

³ Informação facultada pessoalmente.

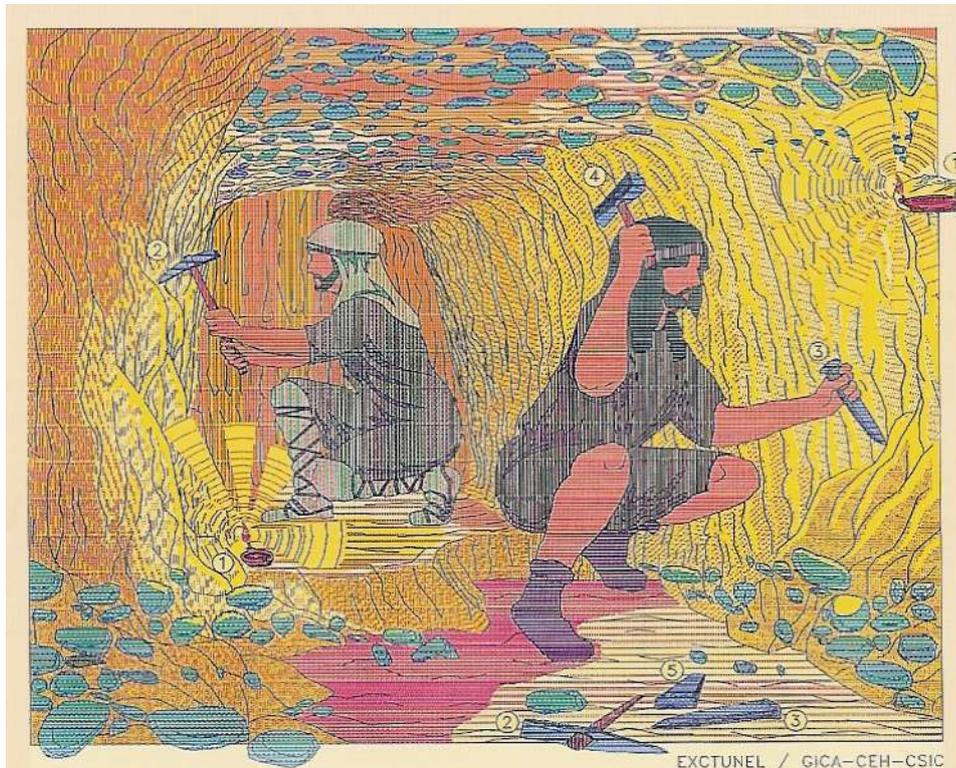


Fig. 3 – O trabalho nas minas romanas
(Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 183)

Um dos fenómenos que mais se destaca com a conquista romana da Hispânia (concluída em 19 a.C.) foi a exploração exaustiva de todas as jazidas de ouro, metal que se revestia de especial interesse para o Estado romano quando Augusto, estabeleceu um sistema monetário estável, tendo como base o ouro (os *aurei* passaram a ser emitidos regularmente, passando a moeda forte do Estado) e a prata, necessário tanto para sustentar um exército profissional, como para controlar a expansão comercial e uma actividade urbana crescente. Sendo a *Callaecia* e a *Asturia*⁴ as zonas mais ricas, a nova actividade económica de exploração aurífera converteu-se num dos principais eixos da sua romanização, passando o ouro do Noroeste a ser, maioritariamente, controlado de forma directa pelo fisco estatal (Domergue 1990: 377; Balseiro García 1993/94: 166; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 20). No entanto, F. Sande Lemos considera que, dada a grande dispersão da actividade mineira, o regime de exploração seria diversificado, estando as explorações de menor dimensão controladas por

⁴ A *Asturia* romana não corresponde à província actual das Astúrias e sim a um território que compreende áreas actuais de Zamora, León e Trás-os-Montes Oriental.

comunidades locais, designadamente pelas *civitates* (1993a: 345). As minas com um maior impacto na paisagem de todo o império romano situam-se no Noroeste da Península Ibérica, na região de Bierzo, conhecidas como “Las Médulas” (Fig. 4) (Sánchez-Palencia e Orejas 1999b: 511), de tal modo que se encontram classificadas pela UNESCO como Património Mundial e valorizadas como Parque Arqueológico. Apesar da dimensão espectacular, não seriam tão produtivas como outras jazidas *primárias*, do tipo de Jales e Três Minas.

Tradicionalmente é apontado como certo o valor que Plínio refere de 20.000 libras (6.500 kg) anuais de ouro produzido no Noroeste Peninsular durante a ocupação romana, o que significaria uma produção de cerca de 1.300 toneladas durante os 200 anos de exploração aurífera. Este valor tende a ser revisto, por duas ordens de factores: por um lado considera-se que o valor de Plínio incluiria também a produção da área do rio Tejo e, por outro lado, é muito arriscado extrapolar um dado concreto anual para obter uma avaliação global de um período de tempo tão amplo (Domergue 1990: 367; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 76). Apesar de todas as dificuldades e riscos em proceder a esta avaliação, Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos avançam estimativas formuladas a partir do volume de terras removido: 580 milhões de m³ em todo o Noroeste Peninsular, que corresponderia a 230 toneladas de ouro produzido na época romana; deste ouro, 170 toneladas teriam sido produzidas na *Asturia*, correspondendo a 520 milhões de m³ removidos (1995: 76-77).

Passado o fim do séc. II, os testemunhos sobre as minas da Península Ibérica tornam-se raros (Domergue 1990: 215). Nos sécs. III e IV as minas que apresentam ainda sinais de ocupação são pouco numerosas e dispersas, encontram-se essencialmente no sul da Península (*id., ib.:* 219). O abandono das minas de ouro parece estar relacionado, não com a escassez do metal nas explorações auríferas, mas com mudanças no sistema monetário romano, tendo o ouro perdido a sua função como referência do sistema monetário (Sastre e Orejas 2000: 290).

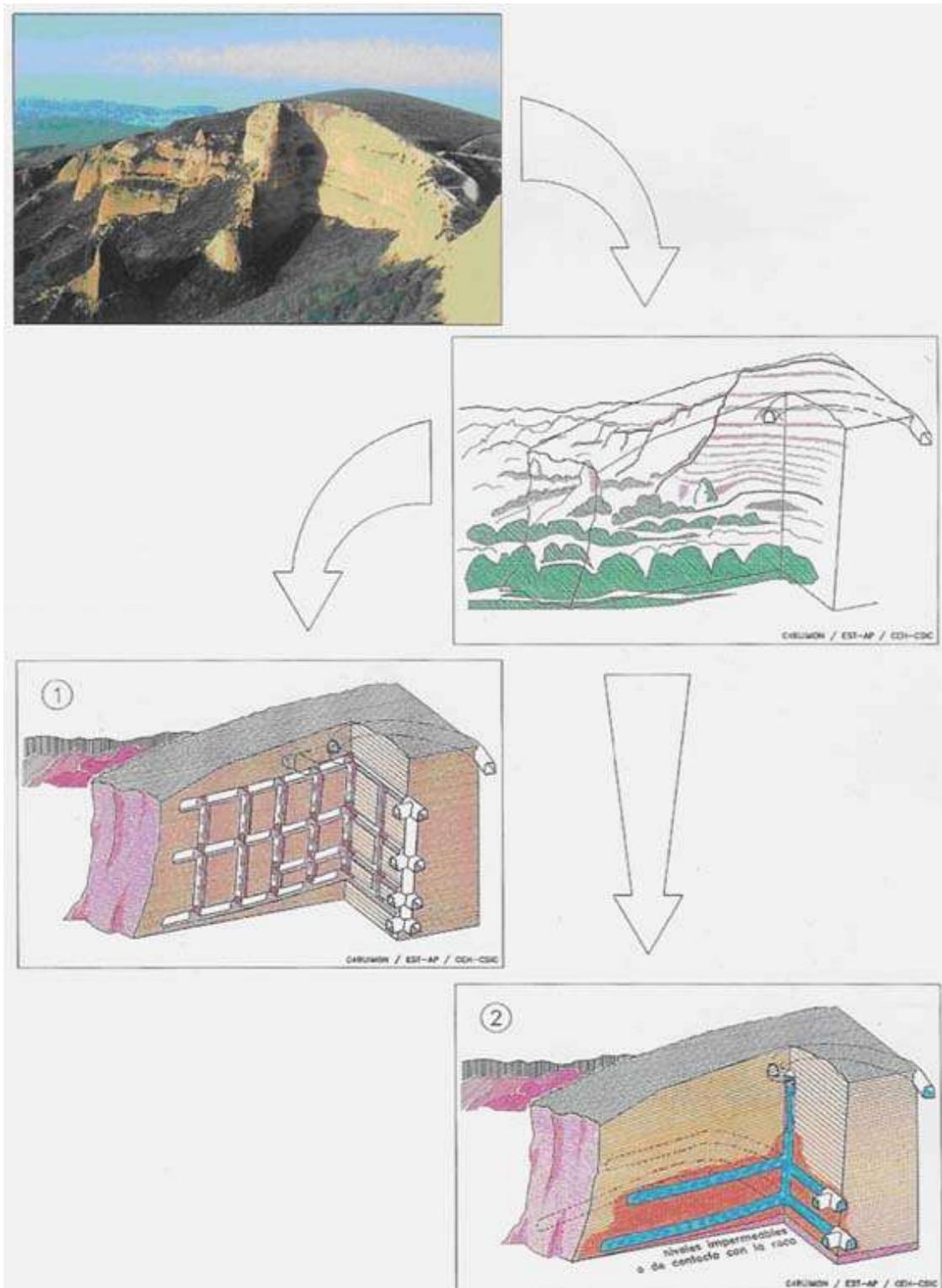


Fig. 4 – Reconstituição do sistema de mineração romana de *ruina montium* em Las Médulas (Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 183)

II – OURIVESARIA PRÉ E PROTO-HISTÓRICA NO NORTE DE PORTUGAL

Não é de estranhar, portanto, que num país tão bem dotado de matéria-prima, aparecessem, de imediato, os auríferos. (López Cuevillas 1951: 15).

O território português é, desde a sua origem, condicionado por dois aspectos estruturantes, que são a sua condição periférica no continente europeu e a sua extensa fachada marítima voltada para o oceano Atlântico e para um pré-Mediterrâneo, o que facilita o cruzamento de variadas influências, que vão enriquecer e complexificar os contributos que mais dificilmente chegam pela via continental, daqui resultando uma grande diversidade regional (Paulino 1992: 27).

No Noroeste Peninsular, coincidem, por variadas e complexas razões históricas e geográficas, as correntes de interacção pertencentes aos complexos atlântico e mediterrânico. A localização geográfica implicava, desde logo, a integração nas redes de interacção atlântica, mas terá sido a existência de recursos naturais, em especial os minerais (de que se destaca o estanho), que terão motivado a sua integração nas redes mediterrânicas e peri-mediterrânicas (Correia 2001: 214).

Os metais assumiram cedo um papel social importante, distinguindo indivíduos, estabelecendo hierarquias, dignificando e enriquecendo aqueles que, de algum modo, os dominavam. A fundição constitui uma etapa essencial, sendo conhecidos fornos activados por foles e empregues no trabalho dos metais, na Península Ibérica, desde a Proto-História. O forno mais comum, de forma côncava e circular, era forrado por uma camada de argila; no seu interior era colocado carvão vegetal e os cadinhos com os metais e fundir, cobrindo-se tudo com argila; do interior partia igualmente uma tubeira que ligava directamente ao fole accionado, exteriormente, pelo artífice (Sousa A. 2000: 14).

O aparecimento da Ourivesaria nunca se pode explicar de forma isolada, uma vez que é necessário que uma série de factores determinantes actuem de forma relacionada: existência de recursos auríferos, capacidade para o seu aproveitamento, competências tecnológicas e um contexto social e económico que possibilitem esse aproveitamento e desenvolvimento.

A Ourivesaria pré-romana constitui, pois, um campo de estudo muito rico, visto que os seus produtos podem ser analisados e considerados a partir de inúmeros pontos de vista, seja como manifestações artísticas, materialidades arqueológicas, indicadores culturais e sociais, entre muitos outros.

A grande maioria dos autores apresenta como principal motor para o florescimento da Ourivesaria no Noroeste Peninsular a abundância e fácil exploração dos aluviões auríferos (López Cuevillas 1951: 5; Silva 1986a: 231).

Não têm sido identificados com clareza, em escavações arqueológicas, utensílios utilizados pelos ourives pré e proto-históricos, embora seja possível detectar alguns dos que terão sido aplicados no fabrico e decoração dos objectos de ouro, pela observação dos traços deixados por esses instrumentos. Porém, cada vez mais se descobrem elementos materiais associados à produção ouriveseira, também fruto de uma nova maneira de olhar o espólio de carácter arqueológico. Alguns desses equipamentos/instrumentos, ou parte deles, podem ser cerâmicas de usos técnicos, instrumentos líticos, metálicos ou de matéria orgânica, que englobam fornos, cadinhos, moldes de fundição, percutores, bigornas, martelos, cinzéis ou punções (Armbruster e Parreira 1993: 21).

Fernando de Almeida refere que foram encontrados no Norte de Portugal vestígios de oficinas de Ourivesaria, mas não aponta qualquer exemplo (1974: 73). Também Serpa Pinto refere a descoberta de elementos de ouro e prata em Terroso nas escavações de Rocha Peixoto em 1906-1907, apresentando-os como comprovativo de que aí se trabalhava em Ourivesaria (Gomes e Carneiro 1999: 85)⁵. Recentemente, têm sido detectados, em particular, fragmentos de ouro, cadinhos e moldes de fundição em material cerâmico, alcaravizes, ou utensílios, que poderão estar associados à Ourivesaria, em povoados do Norte de Portugal, tais como:

- Vinha da Soutilha, Chaves (Jorge 1986: 274; Sanches 1997a: 229);
- Pastoria, Chaves (Jorge 1986: 493, 506, 554-555; Sanches 1997a: 229);
- Monte da Senhora da Cunha, Alijó (Lemos 1993 II: 464);
- Buraco da Pala, Mirandela (Sanches 1997a: 229);

⁵ Não deixa de ser interessante referir que ainda hoje, em Terroso e Laúndos se trabalha em ourivesaria (Gomes e Carneiro 1999: 86).

- Montedor, Carreço, Viana do Castelo (Silva 1994: 80)⁶;
- Terroso, Póvoa de Varzim (Silva 1994: 78; Silva e Centeno 1997: 19; Gomes e Carneiro 1999: 85-86);
- S. Julião, Vila Verde (Martins 1988b: 85; Bettencourt 2000b: 116);
- Sola, Braga (Bettencourt 2000a: 5);

Outros estarão ainda por descobrir entre o espólio exumado em escavações arqueológicas.

1. IDADE DO COBRE

O III milénio antes de Cristo assiste à entrada na Península Ibérica da metalurgia trazida, provavelmente, por mercadores do Mediterrâneo Oriental que já frequentavam o litoral atlântico da Península Ibérica desde o milénio anterior. Esta data coincide com os primeiros povoados sedentários conhecidos no Norte de Portugal, cujas cronologias apontam para a primeira metade do III milénio a.C. (Jorge 1986: 913). A partir desta época, o ouro passou a ser identificado com o acesso ao poder económico, social, político e mesmo religioso, estando associado, na Península Ibérica, aos enterramentos megalíticos (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 13).

A introdução de novas técnicas acelera transformações, que incluem o alargamento das áreas ocupadas, o aumento da produção, o incremento das trocas e a hierarquização da sociedade. Estas transformações serão mais profundas no Sul, onde se inicia primeiramente a exploração dos metais em jazidas de superfície e se começa a manipular o cobre, o ouro e a prata para fabrico de objectos de prestígio.

A introdução da metalurgia do ouro no Norte de Portugal tem sido apontada nos inícios do II milénio a.C., variando entre o fim da Idade do Cobre, início da Idade do Bronze ou correspondendo a uma fase tardia do fenómeno megalítico (Silva 1987: 75-76; Pérez Outeiriño 1986: 62; Pingel 1986: 49). Estudos recentes, com base em novos achados arqueológicos, remetem o início da metalurgia do ouro, nesta região, para a

⁶ Tesouro de fundidor aparecido dentro de um vaso de barro, nas proximidades do farol, em prata, constituído por moedas partidas (ainda não definidas), segmentos de arame e pequenas placas. Informação fornecida pelo Dr. António Joaquim da Cunha Leal, da Câmara Municipal de Viana do Castelo, aqui registando o seu agradecimento.

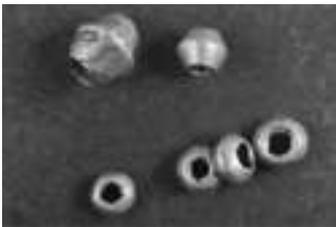
primeira metade do III milénio a.C., sendo uma dessas primeiras manifestações de elementos de Ourivesaria, as contas de ouro fundido registadas no Abrigo do Buraco da Pala, em Mirandela (N.º 1) (Sanches 1997a: 229; Ladra 2002: 179).

As primeiras jóias de ouro são, normalmente, simples fios, por vezes espiralados, contas ou lâminas estendidas a frio pelo martelo e recortadas a cinzel. A fundição pode ser feita com uma simples fogueira, colocando o metal em cavidades de pedras ou argila, soprando através de um fole primitivo; no entanto, dada a baixa temperatura atingida, muitas vezes a fundição do metal não ocorre na sua totalidade, ou de forma homogénea (Sanches 1997b: 204). Generaliza-se uma Ourivesaria que, embora simples, do ponto de vista técnico, se manifesta em tipos de peças bastante definidos e elaborados (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 17).

A tendência geral do processo evolutivo da tecnologia de trabalho do ouro, no Noroeste Peninsular, caracteriza-se por um progressivo aumento da técnica do vazado e um desaparecimento das técnicas de batimento, que se teriam iniciado no Calcolítico. No entanto, estudos recentes vieram constatar que a obtenção de placas por fundição estaria presente desde os primeiros momentos do desenvolvimento desta tecnologia, como comprova o achado do Buraco da Pala (N.º 1), onde convivem as duas técnicas (Comendador Rey 1998: 234).

N.º 1

Sanches 1997a: 132



Designação: Contas e placa

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: 1ª metade III milénio a.C.

Proveniência: Abrigo do Buraco da Pala, junto com um machado de cobre e fragmentos cerâmicos, Serra de Passos,

freg. Passos, conc. Mirandela, dist. Bragança.

Localização Actual: Câmara Municipal de Murça

Descrição: Seis contas e uma pequena folha ou placa. Das contas, obtidas por fundição, quatro são de secção semicircular, com espessamento central, e duas bicónicas. A lâmina é de ouro martelado.

Dimensões: d. máx. 6 mm / d. min. 4 mm x a. máx. 7 mm / a. min. 2,2 mm. Peso máx.: 1,5 gr / peso min. 0,3 gr.

Bibliografia: Sanches 1997a: 132; Sanches 1997b: 203; Comendador Rey 1998: 110-111; Ladra 2002: 179.

2. IDADE DO BRONZE

A primeira etapa da Idade do Bronze no Norte de Portugal assiste a estímulos exteriores que representam o início de um processo de intensificação e especialização económica e social e de uma apropriação territorial de longa duração, que se irá expandir (Bettencourt 1995: 111). Começará a desenvolver-se uma maior hierarquização da sociedade, onde a exploração dos recursos mineiros, em particular do estanho e do ouro de aluvião, terá tido um papel de relevo (Silva 1986b: 68).

Nos inícios do II milénio a.C., na Idade do Bronze Inicial, existe já o trabalho do metal com conhecimento do recozido, processo de aquecimento que facilita o trabalho de dar forma e/ou decorar uma peça, começando as lâminas a adaptar-se à sua finalidade – colares, diademas ou brincos. Algumas destas jóias são completamente lisas e outras apresentam uma decoração muito simples, essencialmente linhas ou pontos trabalhados em relevo (repuxado e pontilhado). Aparecem túmulos individuais com artefactos de prestígio associados, dos quais se destacam espirais e diademas, conotados com a ostentação de poder.

Alguns autores reconhecem, logo nesta primeira fase, dois grupos de jóias com especificidade morfológica, técnica e funcional, representados pelo conjunto de Cabeceiras de Basto (N.º 16) e pelo conjunto da Quinta da Água Branca (Vila Nova de Cerveira) (N.º 2), reflectindo, respectivamente, influências irlandesa e meridional, no âmbito das relações que existiriam na fachada atlântica nesta época, entre o Noroeste europeu e o Ocidente mediterrânico (Silva 1987: 75-76). Durante a primeira metade do II milénio a.C., aparecem na denominada “zona atlântica” inumações individuais associadas a objectos de prestígio, o que reflecte uma mutação cultural de fundo, anunciando uma nova “ordem social” (Jorge 1986: 936).

O crescente reforço da hierarquização social manifesta-se particularmente no culto dos mortos e nas dádivas funerárias, de que merecem destaque no Norte de Portugal os achados das sepulturas da Quinta da Água Branca, no concelho de Vila Nova de Cerveira, e de Balugães, no concelho de Barcelos, com peças em ouro obtidas por laminagem a frio. Análises químicas realizadas em peças desta primeira Ourivesaria, encontradas em Portugal, sugerem que a maioria foi executada com ouro originário da Península Ibérica, existindo um número muito reduzido executado com ouro que poderá ser proveniente do Oriente mediterrânico (Parreira e Pinto 1980: 4). Se no caso dos aros e das espirais, encontrados em contextos como o da Quinta da Água Branca, a cronologia para a última utilização destes objectos aponta para os inícios do II milénio a.C. (1900-1800 a.C.), as cadeias de espirais, tanto pela sua complexidade como pela sua provável função de entesouramento, parecem ter uma cronologia posterior, de finais da segunda metade do II milénio a.C. (Jorge 1986: 866).

A segunda metade do II milénio a.C. representa o momento inicial da inclusão do Norte de Portugal em sistemas mais alargados de intercâmbio. A continuação deste processo provocará transformações e o desenvolvimento das comunidades locais que foram acolhendo e assimilando esses impulsos exteriores, em particular na faixa litoral da Península Ibérica, onde os contactos com o Atlântico e o Mediterrâneo se tornam mais intensos e se começa a estabelecer uma rede de intercâmbio e interesses económicos relacionados com a metalurgia, desenvolvendo-se o que se denominou “comunidade atlântica” (Bettencourt 1995: 112; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 18).

Durante esta fase ocorreram na Península Ibérica dois fenómenos: o desenvolvimento da metalurgia como tecnologia, tanto no que respeita ao fabrico de objectos como ao aproveitamento dos recursos mineiros, e o estabelecimento de pontos de controlo económico, tanto dos recursos naturais, como do fabrico e das redes de distribuição. Esta área tornou-se extractora de minério, produtora de artefactos especializados e exportadora.

Quando contextualizados, os achados de peças de Ourivesaria provêm sobretudo de depósitos ou tesouros, revelando um novo fenómeno socio-económico, patente na sua ocultação e entesouramento (Armbruster e Parreira 1993: 27; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 14). A descoberta de tesouros e de casos

isolados mostra a importância do trabalho do ouro nesta época e, também, a exploração mais sistemática de uma fonte abundante, as jazidas auríferas fluviais (Domergue 1990: 131).

À volta de 1500 a.C. as ligações atlânticas, em particular com a Irlanda, reflectem-se nos colares ou motivos decorativos em forma de meia-lua (as lúnulas) e decorações com cinzel (Parreira e Pinto 1980: 4). As influências externas, que já vinham moldando a matriz cultural da Península, vão reforçar-se nas primeiras centúrias do I milénio, devido a movimentos indo-europeus e à fixação de colónias e feitorias fenícias e gregas nas costas do Mediterrâneo Ocidental.

O Bronze Final caracteriza-se por um acentuado dimorfismo entre povoados fortificados que concentram o artesanato, o intercâmbio e o entesouramento de metais, e povoados abertos, que se dedicam principalmente à exploração agrícola e ao armazenamento dos produtos. Esses povoados fortificados controlam actividades tão relevantes como a metalurgia e desenvolveram uma economia de bens de prestígio, baseada nas redes de intercâmbio estabelecidas que, para além de se efectuarem a um nível macro-marítimo, também se realizavam no âmbito da Península Ibérica, tanto por via marítima como terrestre (Correia 2001: 216-217). Estes povoados terão funcionado como uma espécie de centros económicos e políticos, como controladores e organizadores de recursos agrícolas e mineiros e das rotas terrestres (Armbruster e Parreira 1993: 26). É neste contexto cultural que os objectos de Ourivesaria se enquadram, como produtos de excepção.

Durante o Bronze Final, o Norte de Portugal conheceu duas etapas, sendo a primeira, entre cerca de 1250 e 1000/900 a.C., caracterizada por uma metalurgia mais incipiente, e uma segunda, entre cerca de 1000/900 e 700 a.C., com uma produção metalúrgica mais afirmada (Jorge 1997a: 13-16).

Nesta segunda fase, a joalharia recebe novos impulsos, que consistem no domínio e aperfeiçoamento dos processos tecnológicos já conhecidos e em inovações que se prendem com o conhecimento das ligas metálicas e das técnicas de soldadura, ainda que rudimentar. A crescente exploração do ouro resultou num aumento do peso das jóias, que aparecem maciças e decoradas com motivos geométricos gravados a buril ou a cinzel (Parreira e Pinto 1980: 4). Característico desta fase será o surgimento de peças maciças trabalhadas por martelagem, a partir de um vazamento prévio em

molde, havendo provas de alguns fabricos locais (Jorge 1997a: 16). Este avanço técnico vai dar origem a uma das tecnologias mais sofisticadas da Idade do Bronze e posterior – a técnica da cera perdida – que consiste basicamente em criar um modelo com a forma pretendida, cobrindo-o com argila, obtendo um molde de fundição oco, após o derretimento da cera do interior; neste molde verte-se depois o ouro fundido que, ao solidificar, reproduz exactamente a forma do núcleo inicial (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 35).

A técnica da cera perdida atinge o seu apogeu nesta fase, com o fabrico dos pesados braceletes cilíndricos do tipo Villena/Estremoz, utilizando um torno para a elaboração do núcleo de cera e para polir o metal na fase de acabamento. Esta complexa tecnologia surge no contexto da metalurgia atlântica e teve um curto período de aplicação, possivelmente devido à chegada de novas tecnologias mediterrânicas, cerca do séc. VII a.C. (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 36).

Aparecem, pela primeira vez, fios martelados de secção quadrada, torcidos sobre si mesmos (os torques), evidenciando a existência de contactos com zonas da Europa Ocidental, numa complexa rede de trocas em que o metal circula como protagonista, como matéria-prima ou produto acabado.

N.º 2

Parreira e Pinto 1980



Designação: Diadema, duas espirais e dois aros

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Quinta da Água Branca, sepultura individual, encontrada a 50 cm de profundidade, na realização de trabalhos agrícolas, junto com um punhal de linguetas, lug. Breia, freg. Lovelhe, conc. Vila Nova de Cerveira, dist. Viana do Castelo. Fevereiro de 1906.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-85, O-88 e O-89, O-86 e O-87.

Descrição diadema: Banda sub-rectangular formando coroa circular fechada pela sobreposição das extremidades, assimétricas (uma arredondada e outra rectilínea) e

perfuradas. Decoração geométrica, repuxada e incisa, ocupa toda a banda, em elipses concêntricas, ziguezague, linhas e pontilhado. Ouro laminado por martelagem.

Dimensões: c. 602 x a. 48 mm. Peso: 113 gr.

Descrição par de espirais: Espirais cilíndricas de três voltas em arame liso de secção rectangular, com as arestas boleadas e extremidades afiladas. Ouro martelado.

Dimensões: d. 25 x l. 11 x e. 2 mm; d. 23 x l. 10 x e. 2 mm. Peso: 13,6 gr; 12,6 gr.

Descrição dois aros: Aros de forma sub-circular, apresentando a superfície lisa e polida, com excepção do interior, rugoso e sem brilho. Ouro fundido em molde e martelado.

Dimensões: d. 26 x e. 2 mm; d. 27 x e. 1 mm. Peso: 5,3 gr; 2,3 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Parreira e Pinto 1980: n.º 21, 23 e 22; Silva 1987; Jorge 1986: 862-865; Pingel 1986: 52; Silva 1986b; Hernando Gonzalo 1989: 36; Armbruster e Parreira 1993: n.º 1, 87 e 103; Armbruster e Parreira 1995a: 23; Comendador Rey 1998: 97-98.

N.º 3

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Braçal de Arqueiro

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Deverá ter aparecido junto com a espiral (N.º 4), conc. Vila Nova de Cerveira, dist. Viana do Castelo.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa. N.º Inv. MNALV O-51.

Descrição: Placa sub-rectangular de contornos curvilíneos, ligeiramente abaulada longitudinalmente. Decoração repuxada e incisa a punção: cones repuxados, pontilhado e dois orifícios. Ouro laminado por martelagem.

Bibliografia: Parreira e Pinto 1980: n.º 12; Silva 1986b; Hernando Gonzalo 1989: 38; Armbruster e Parreira 1993: n.º 70; Jorge 1986: 865; Pingel 1986: 53; Armbruster e Parreira 1995b: 24; Comendador Rey 1998: 98-99.

N.º 4

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Espiral

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Deverá ter aparecido junto com o braçal de arqueiro (N.º 3), conc. Vila Nova de Cerveira, dist. Viana do Castelo.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-52.

Descrição: Espiral cilíndrica de três voltas constituída por arame liso de secção rectangular regular, com as extremidades afiladas. Ouro martelado.

Dimensões: d. 22 x l. 15 x e. 2 mm. Peso: 13,2 gr.

Bibliografia: Parreira e Pinto 1980: n.º 13; Armbruster e Parreira 1993: n.º 86; Jorge 1986: 865; Armbruster e Parreira 1995b: 24; Comendador Rey 1998: 98-99.

N.º 5

Almeida e Cunha 1997



Designação: Espiral

Matéria-prima: prata

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Na base de um dos esteios da Mamoa do Monte da Cerca, freg. Vila Chã, conc. Esposende, dist. Braga. 1976.

Localização Actual: Museu Municipal de Esposende.

Descrição: Espiral com duas voltas, de secção sub-romboidal e extremidades afiladas.

Dimensões: d. 22 x e. 1,5 mm. Peso: 1,5 gr.

Bibliografia: Jorge 1980: 20-21; Almeida 1985: 46-47; Jorge 1986: 865; Comendador Rey 1995: 127; Almeida e Cunha 1997: 9; Comendador Rey 1998: 92-93.

N.º 6

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Lingote anular

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze

Proveniência: Conc. Esposende, dist. Braga.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-273.

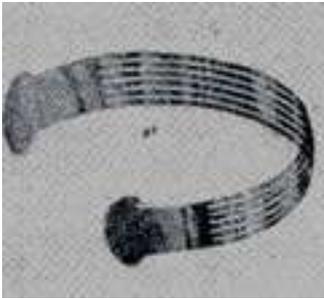
Descrição: Lingote em forma de aro troncocónico, de espessura e bordos irregulares.

Dimensões: a. 11 X d. 41 X e. 9 mm. Peso: 82 gr.

Bibliografia: Armbruster e Parreira 1993: n.º 106.

N.º 7

Almeida 1990b



Designação: Diadema ou gargantilha

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Lug. S. Bento (a 200 m da capela de S. Bento), com quatro pontas de lança em cobre arsenical tipo Palmela, freg. Balugães, conc. Barcelos, dist. Braga. Início do séc. XX.

Localização Actual: Desconhecida (pertencia ao espólio do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa).

Descrição: Lâmina rectangular fina, de ouro laminado por martelagem, rematada em alargamentos curvos e com cortes na parte média formando tiras horizontais.

Dimensões: c. 350 x l. 36 mm. Peso: 117 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 7, 56; Jorge 1986: 862; Pingel 1986: 53; Silva 1987; Hernando Gonzalo 1989: 36; Almeida 1990b: 133; Comendador Rey 1996: 60; Comendador Rey 1998: 91; Balseiro García 2000: 33; Maciel 2003:66-67, 166.

N.º 8

Câmara Municipal de Barcelos



Designação: Cadeia de espirais

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Campo de Vessadas, a um metro de profundidade, lug. Passos, freg. Góios, conc. Barcelos,

dist. Braga. 1949.

Localização Actual: Câmara Municipal de Barcelos.

Descrição: Cadeia composta por cinco espirais cilíndricas, com quatro voltas de diferentes diâmetros, de secção sub-rectangular, de pontas afiladas. Ouro martelado.

Dimensões: d. de 30 a 37 mm. Peso: 95,9 gr.

Bibliografia: Cardozo 1950; Cardozo 1965: 160; Silva 1987; Jorge 1986: 866; Almeida 1997: II 48-49; Comendador Rey 1998: 90-91.

N.º 9

Comendador Rey 1998



Designação: Meada de ouro

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: A meia encosta da vertente sul da Serra de Airó, dentro de um vaso de cerâmica manual com tampa, lug.

Mata, freg. Sequeade, conc. Barcelos, dist. Braga. 1955.

Localização Actual: Câmara Municipal de Barcelos.

Descrição: Meada de fios de ouro, de secção predominantemente circular, obtidos por martelagem; distinguem-se seis rolos com diferentes diâmetros, alguns emaranhados e outros apertados por pequenos segmentos de fios.

Dimensões: d. de 1 a 1,8 mm. Peso: 119,7 gr.

Bibliografia: Soeiro 1982; Silva 1987; Jorge 1986: 865-866; Bettencourt 1995; Comendador Rey 1998: 91-92.

N.º 10

Designação: Diadema

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Mamoá, conc. Braga, dist. Braga.

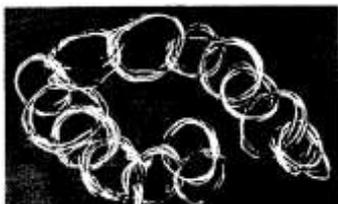
Localização Actual: Desconhecida⁷.

Descrição: Lâmina fina, de ouro laminado por martelagem, ostentando duas perfurações.
Dimensões: c. 550 mm.

Bibliografia: Cardozo 1967: 351; Comendador Rey 1998: 92; Balseiro García 2000: 33.

N.º 11

Comendador Rey 1998



Designação: Cadeia de espirais

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze

Proveniência: Junto ao exterior da muralha oeste do Forte de S. Francisco, a 60 cm de profundidade, lug. Alto da Pedisqueira, freg. Chaves, conc. Chaves, dist. Vila Real. 1944.

Localização Actual: Museu da Região Flavienese, Chaves

Descrição: Cadeia de 16 espirais encadeadas irregularmente, excepto em dois pontos, em que estão unidos por um arame, num de secção circular e noutra de secção em fita.

Dimensões: d. de 15 a 45 x e. 0,2 mm. Peso: 212 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Cardozo 1944: 19; López Cuevillas 1951: 63; Cardozo 1965: 160; Jorge 1986: 865; Silva 1986a: 256; Comendador Rey 1998: 50-51.

N.º 12

Designação: Anel espiralado

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze

Proveniência: Fragão da Pitorca, com um machado plano e cerâmica tipo Penha, freg. Sto. António de Monforte, conc. Chaves, dist. Vila Real.

⁷ Mário Cardozo refere que o proprietário era José Teixeira, de Braga (1967: 351).

Localização Actual: Museu da Região Flaviense, Chaves

Descrição: Espiral cilíndrica de três voltas constituída por arame liso de secção rectangular, com as duas extremidades afiladas. Ouro martelado.

Dimensões: d. 12,5 x a. 4 mm. Peso: 22 gr.

Bibliografia: Armbruster e Parreira 1993: 25; Comendador Rey 1998: 58.

N.º 13

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze – Final (?)

Proveniência: Lug. Moções, entre dois penedos, freg. Torgueda, conc. Vila Real, dist. Vila Real. 1904.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-50.

Descrição: Aro liso de secção rectangular. Ouro fundido em molde (lingote anular) e martelado.

Dimensões: d. 70 x l. 4 x 3 mm. Peso: 35,2 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Cardozo 1967: 341; Parreira e Pinto 1980: n.º 43; Silva 1987; Armbruster e Parreira 1993: n.º 42.

N.º 14

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze – Final (?)

Proveniência: Freg. Sedielos, conc. Peso da Régua, dist. Vila Real. 1905. Faz parte de um conjunto de 4 braceletes encontrados em Vinhós, dos quais 3 foram fundidos por um ourives do Porto.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-37.

Descrição: Aro de secção côncavo-convexa, com a superfície texturada em resultado da martelagem. Inacabado. Ouro fundido em molde e martelado.

Dimensões: d. 67 x l. 5 x e. 1,5 mm. Peso: 17,5 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Cardozo 1967: 341; Parreira e Pinto 1980: n.º 44; Armbruster e Parreira 1993: n.º 43.

N.º 15

Designação: Anel

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Cista em Lagares, com fragmentos de barro grosso, freg. Grijó, conc. Macedo de Cavaleiros, dist. Bragança.

Localização Actual: Desconhecida.

Descrição: Anel de ouro puro, serpentiforme, de três voltas.

Bibliografia: Cardozo 1967: 350; Comendador Rey 1998: 108.

N.º 16

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Lúnula e duas aplicações discoidais

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Médio

Proveniência: Conc. Cabeceiras de Basto, dist. Braga.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-503 e O-504-505.

Descrição lúnula: Lúnula laminar com decoração repuxada e um orifício em cada extremidade. A

decoração consiste em nervuras longitudinais, linhas transversais e pontilhado. Ouro laminado por martelagem, repuxado e perfurado.

Dimensões: d. 162 mm. Peso: 44,8 gr.

Descrição aplicações: Duas aplicações discoidais laminares com decoração geométrica repuxada, constituída por estrias circulares concêntricas, circunscrevendo quatro orifícios numa delas e dois na outra. Ouro laminado por martelagem, repuxado e perfurado.

Dimensões: d. 48 e 49 mm. Peso: 4,7 e 4,6 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Almeida 1974: 70-71; Parreira e Pinto 1980: n.º 50-51; Jorge 1986: 863; Pingel 1986: 54; Silva 1986b; Silva 1987; Hernando Gonzalo 1989: 36;

Armbruster e Parreira 1993: n.º 10 e 76; Armbruster e Parreira 1995c: 28; Comendador Rey 1998: 48-49.

N.º 17

Parreira e Pinto 1980



Designação: Vinte braceletes

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze – Final (?)

Proveniência: Vertente Norte da Serra de Penouta, junto a um penedo, num pequeno vale, freg. Arnozela, conc. Fafe, dist. Braga. 1903.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-57-76.

Descrição: Três braceletes de aro de secção rectangular, um deles com decoração incisa na face externa, de linhas simples e traços oblíquos; dois braceletes tubulares canelados horizontalmente, com os bordos revirados para o exterior; três braceletes de aro de secção poligonal, com a face interna plana e polida e a externa bifacetada; um bracelete de aro sub-circular, com as faces lisas e polidas, apresentando rebarbas; cinco braceletes de aro de secção plano-convexa; três braceletes de aros lisos de secção côncavo-convexa, um deles com a face externa bifacetada; um bracelete de aro aberto de secção côncavo-convexa, com a face interna bifacetada, em que as duas extremidades se justapõem, apresentando cada uma um orifício com rebarbas; um bracelete de aro aberto, filiforme e secção circular, com as extremidades cruzadas; um bracelete de aro aberto, liso e polido, de secção circular diminuindo de espessura para as extremidades, que se apresentam marteladas;

Dezassete são executados por ouro fundido em molde, laminado por martelagem e repuxado, dois em ouro martelado e um formado a partir de uma lâmina cujos bordos foram dobrados para o interior e martelados. A maior parte apresenta aspecto inacabado. Alguns apresentam segmentos de arame de secção rectangular ou circular, enrolados.

Dimensões mínimas e máximas: d. 57-80 x l. 4-27 x e. 1-4 mm. Peso: 13-37,7 gr.

Bibliografia: Severo 1905b; Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 7; Parreira e Pinto 1980: n.º 36- 41; Pingel 1986: 55; Silva 1987; Martins 1991: 12; Armbruster e Parreira 1993: n.º 26-37, 45, 63.

N.º 18

Martins 1991



Designação: Aplique discoidal

Matéria-prima: prata

Cronologia: Idade do Bronze

Proveniência: povoado de Santo Ovídio, freg. Fafe, conc. Fafe, dist. Braga. 1981.

Localização Actual: Desconhecida.

Descrição: disco moldurado, com caneluras concêntricas

na parte superior e liso na inferior; possui um orifício central.

Dimensões: d. 30 mm x e. 1 mm.

Bibliografia: Martins 1991: 103-104.

N.º 19

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Bracelete de Cantonha

Matéria-prima: ouro

Cronologia: Idade do Bronze Final

Proveniência: faldas do Monte da Penha, na base de um penhasco, dentro de um vaso de barro, na Quinta do Souto Escuro, lug. Cantonha, freg. Costa, conc. Guimarães, dist. Braga. Maio de 1933. Fazia parte de

um tesouro que constava de dois diademas e três braceletes ou quatro braceletes e um diadema (López Cuevillas 1951: 64)

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-193.

Descrição: bracelete aberto, formado por dois aros maciços com decoração geométrica incisa, ladeando uma placa com decoração moldada e de arame torcido soldado. A fita central é constituída por duas lâminas, sendo a interior lisa e a exterior decorada por nervuras e alinhamentos de puas cónicas e com uma nervura central saliente. Os aros são de secção circular, adelgçando para as extremidades que apresentam terminais em forma de campânula, com um cone no interior. A decoração dos aros ocupa a face externa e é constituída por bandas de linhas verticais, losangos e triângulos preenchidos

por reticulado. Ouro fundido em molde de cera perdida, martelado e soldado. Decoração incisa e de arame soldado.

Dimensões: d. 70 x l. 34 mm. Peso: 230,9 gr.

Bibliografia: López Cuevillas 1951: 64-65; Parreira e Pinto 1980 N.º 64; Silva 1986a: 256; Silva 1986b; Silva 1987; Hernando Gonzalo 1989: 52; Paulino 1992: 43; Armbruster e Parreira 1993: N.º 68; Silva 1994: 75; Armbruster 1995b: 104; Martins 1996b: 16.

N.º 20

Museu do Ouro de Travassos



Designação: Lâmina de tiras

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Junto da Capela de S. Vicente, na base de um penedo, nas obras da abertura da auto-estrada A3 Porto-Braga, freg. Sezures, conc. Vila Nova de Famalicão, dist. Braga (?⁸).

Localização Actual: Museu do Ouro de Travassos, Travassos, Póvoa de Lanhoso. N.º Inv. MOT O-001.

Descrição: Banda sub-rectangular executada por batimento e recortada. A decoração consiste em dois grupos de cortes longitudinais paralelos e rebaixamentos executados no reverso da peça.

Dimensões: c. 173 x a. 37 mm. Peso: 14,3 gr.

Bibliografia: Silva *et al.* 2004.

⁸ Informação fornecida pelo antiquário que vendeu a peça, referindo que terão aparecido, junto com esta, variadas peças de ourivesaria e bronze, que terão sido vendidas pelos trabalhadores.

N.º 21

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Final

Proveniência: Sepultura na Quinta da Bouça, freg. Bairro, conc. Vila Nova de Famalicão, dist. Braga.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-26.

Descrição: Bracelete de aro elipsoidal aberto, maciço, liso e de secção sub-circular, apresentando as extremidades justapostas e os terminais afeiçãoados por martelagem. Ouro martelado a partir de um lingote fundido.

Dimensões: d. 80 x e. 7 mm. Peso: 180,2 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Parreira e Pinto 1980: n.º 55; Silva 1986a: 255; Silva 1987; Armbruster e Parreira 1993: n.º 54.

N.º 22

Fernandes e Vilar 1996



Designação: Par de largos aros

Matéria-prima: ouro

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: sepultura da necrópole de Bairral, lug. Bairros, freg. S. Martinho de Bougado, conc. Santo Tirso, dist. Porto. 1912.

Localização Actual: Museu Nacional

de Soares dos Reis, Porto. N.º Inv. CMP 147.

Descrição: Aros em forma de coroa circular de secção em V, feitos de uma lâmina de ouro repuxada com decoração de punções hemisféricas feitas pelo interior. Peça obtida por fundição, sem vestígios de solda.

Dimensões: d. 115 / 120 x l. 20 x e. 0,8 mm. Peso: 52,95 / 53, 92 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951; Cardozo 1967: 338; Hartmann 1971; Silva 1986a: 263-264; Silva 1986b; Silva 1987; Alarcão 1988a: 19; Pérez Outeiriño 1989; Jorge 1986: 863-864; Fernandes e Vilar 1996: 300-301; Comendador Rey 1998: 89.

N.º 23

Armbruster e Parreira 1993



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Bronze Final

Proveniência: Conc. Vila do Conde, dist. Porto.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-36.

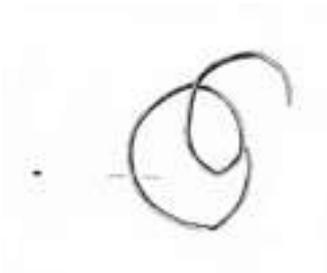
Descrição: Aro elipsoidal aberto, maciço, liso e de secção circular, adelgaçando para as extremidades. Os terminais, afeiçoados por martelagem, formam botões de arestas boleadas. Ouro martelado a partir de um lingote fundido.

Dimensões: d. 76 x e. 6 mm. Peso: 62,5 gr.

Bibliografia: Parreira e Pinto 1980: n.º 58; Silva 1986a: 255; Silva 1987; Armbruster e Parreira 1993: n.º 49.

N.º 24

Jorge 1980



Designação: Espiral

Matéria-prima: Prata

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Interior da câmara violada da Mamoa 1 do Outeiro dos Gregos, Serra da Aboboreira, freg. Ovil, conc. Baião, dist. Porto.

Localização Actual: Museu Municipal de Baião

Descrição: Espiral de duas voltas, de secção sub-circular, com as extremidades afiladas.

Dimensões: d. 47 x l. 10 x e. 2 mm. Peso: 2,1 gr.

Bibliografia: Jorge 1980: 20-21; Jorge 1986: 865; Comendador Rey 1995: 127; Cordeiro *et al.* 1995: 78; Comendador Rey 1998: 104-105.

N.º 25

Jorge 1983



Designação: Espiral

Matéria-prima: Prata

Cronologia: Idade do Bronze Inicial

Proveniência: Zona violada do túmulo pétreo da Mamoa 4 de Meninas do Crasto, Serra da Aboboreira, freg. Ovil, conc. Baião, dist. Porto.

Localização Actual: Museu Municipal de Baião, Baião

Descrição: Espiral de três voltas, de secção sub-circular, com as extremidades afiladas.

Dimensões: d. 28 x l. 22 x e. 1,5 mm. Peso: 4 gr.

Bibliografia: Jorge 1983: 37; Jorge 1986: 865; Comendador Rey 1995: 127; Comendador Rey 1998: 104.

3. IDADE DO FERRO

A partir do séc. VIII a.C., cruzam-se, no Ocidente Peninsular, influências culturais de origens diversas que, na Ourivesaria, se reflectem na introdução de novas formas e técnicas decorativas: do centro da Europa chega o estampilhado e o repuxado sobre matriz e, do Mediterrâneo, surge a filigrana e o granulado, bem como a solda e a liga na preparação do ouro. Da junção das novas técnicas com o substrato da Idade do Bronze, vão surgir peças que conciliam um certo tradicionalismo com alta qualidade de fabrico e originalidade (Parreira e Pinto 1980: 6; Silva 1986a: 233; Silva 1994: 75).

A Ourivesaria desta época apresenta uma grande capacidade de assimilação e de síntese entre a tradição metalúrgica local, do ponto de vista tecnológico, e as correntes técnicas e estéticas que vêm do exterior. Esta capacidade revela uma sociedade estruturada e estável, tanto do ponto de vista económico como ideológico. Sendo comunidades de carácter predominantemente agro-silvo-pastoril, apresentam povoados com organização defensiva e utilizam aspectos guerreiros como um sistema de justificação das elites, provavelmente em relação com o controlo do território e do

espaço cultural (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 19). As peças de Ourivesaria vão ser utilizadas como símbolos de identidade dessas elites.

A região do Noroeste foi, durante um vasto período, considerado como culturalmente isolada e à margem das correntes comerciais mediterrânicas, durante grande parte do I milénio a.C.. Actualmente, é já vista como tendo sido permeável a influências externas de vária ordem, fruto da crescente valorização dada aos influxos continentais e mediterrânicos. Estas influências externas vão ser particularmente perceptíveis na Ourivesaria (Martins 1990: 187). A grande concentração de achados de Ourivesaria em certas áreas é associada à existência de “chefados” que dominariam a produção e circulação de bronze, entre 900 e 700 a.C., tendo-se seguido uma possível fase de decadência na metalurgia do bronze, visível na quebra do peso das jóias produzidas entre os sécs. VII e III a.C., altura em que o Noroeste começaria a recuperar economicamente (Martins 1990: 189; Alarcão 1992: 51-55).

A influência centro-europeia veio reforçar a tradição indígena de jóias maciças, com simplicidade nas formas e decoração geométrica que, segundo Armando Coelho Ferreira da Silva (1986a: 234) e Francisco Calo Lourido (1994: 790), marca a Ourivesaria da Idade do Ferro posterior a 500 a.C.. Esta cronologia é contestada por Jorge de Alarcão (1992; *Id.* 1999: 134-135), alegando a dificuldade de datar as imigrações dos povos portadores dessa influência e remetendo-as para as proximidades do séc. III a.C.. As jóias são essencialmente torques e braceletes, com motivos decorativos maioritariamente estampilhados: ss, círculos concêntricos e triângulos. A técnica da cera perdida será, ainda, uma das marcas tecnológicas de identidade desta época (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 20).

A influência oriental chega a esta região, através dos contactos comerciais com fenícios e, com ela, a modernização técnica da Ourivesaria, traduzindo-se em três grandes inovações: perda de peso das peças, incorporação de novos recursos do ponto de vista técnico e a introdução de novos tipos de jóias, em particular as de elementos articulados e as arrecadas (Silva 1986a: 334; Almagro Gorbea 1989; Balseiro García 1996: 47). Os novos recursos técnicos consistirão no grande domínio da soldadura e, na decoração das jóias, a filigrana (finos fios de ouro que se soldam a uma lâmina formando padrões decorativos) e o granulado (pequenas esferas de ouro aplicadas com o mesmo processo) ou poalha de ouro que cobre as superfícies em

motivos vegetais ou animais. Esta Ourivesaria orientalizante caracteriza-se por jóias geralmente ocas, leves e sumptuosas como são as arrecadas e os colares de placas articuladas. Esta fase é mais característica da Primeira Idade do Ferro (séc. VIII - V a.C.), principalmente no sul do país, sob influência de Tartesso e que parece beneficiar directamente dos contactos com fenícios e cartagineses. Estas peças, muito elaboradas e com decorações em motivos de grande dificuldade técnica, implicam tanto o domínio da soldadura, como um profundo conhecimento do comportamento dos metais, dos seus pontos de fusão e um perfeito controlo da temperatura (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 36).

A assimilação destas inovações orientalizantes e centro europeias pela Ourivesaria local deu origem, como tem vindo a ser defendido, para esta época, a duas escolas regionais no Norte de Portugal: uma mais litoral, de influência marcadamente mediterrânica, patente em formas compósitas utilizando soldadura, filigrana e granulado, em que predominam as arrecadas e os colares, localizada por José Fortes, no início do séc. XX, na zona da Póvoa de Varzim, e outra mais interior, localizada por Mário Cardozo na região de Chaves, de influência centro-europeia ou celtibérica, quase exclusivamente patente em torques e braceletes, com formas e decorações mais simples (López Cuevillas 1951: 84; Silva 1986a: 234; Silva 1994: 78).

Muitas vezes estas duas influências, continental e orientalizante, cruzam-se na mesma peça, e surgem-nos torques profusamente decorados com filigrana ou outros motivos caracteristicamente orientalizantes, como é o caso do Torques de Vilas Boas, Vila Flor (N.º 43). Surgem peças com formas plenamente originais e de grande variedade, evidenciando alto nível de conhecimento e controlo metalúrgico, necessário em ambas as correntes tecnológicas: a de âmbito atlântico, baseada na cera perdida, e mediterrânico, baseada na soldadura. Irão surgir também, no âmbito local, novas técnicas, essencialmente de decoração, como a estampagem (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 37; Balseiro García 1996: 48; Pérez García e Sánchez-Palencia 2000: 158-159).

Deveria existir, em especial nestas últimas etapas, uma organização complexa de todo o processo da metalurgia do ouro, desde a obtenção da matéria-prima, à sua transformação e à distribuição das peças acabadas (Balseiro García 1996: 53).

A fase de apogeu desta Ourivesaria (c. 100 a.C. - 50 d.C.) coincide com o estabelecimento de contactos regulares com os romanos. Esta última fase evidencia uma verdadeira mestria no domínio das técnicas de trabalho do ouro, com a utilização sistemática de elaborados processos técnicos e motivos decorativos, em que predomina a filigrana, o granulado, o polvilhado e granitado. Ao mesmo tempo, verifica-se uma racionalização no uso do ouro, empregando ligas com elevado teor de prata ou substituindo-o por outro metal em partes não visíveis das jóias (Silva 1986b: 73; Balseiro García 1996: 47-48; Silva 1994: 79).

Por falta de registos arqueológicos com datações seguras, não é possível determinar se a Ourivesaria característica desta fase termina bruscamente ou vai decaindo lentamente. Os achados de peças em depósitos remetem para duas situações: uma, de peças que perderam todo o seu carácter simbólico, tendo sido propositadamente deformadas, valendo apenas pelo seu peso em ouro, e outra, com peças que foram ocultadas em momentos de perigo para salvar tanto o seu valor económico como simbólico (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 21).

N.º 26

Silva 1986a



Designação: Arrecada de Carreço⁹

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Proximidades da Igreja Paroquial, freg. Carreço, conc. Viana do Castelo, dist. Viana do Castelo.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-24.

Descrição: Corpo central em forma de coroa circular aberta, decorada com campânulas umbilicadas soldadas, alinhamentos de ss encadeados com círculos de corda entre eles e enquadrada por uma lâmina canelada. Apêndice triangular formado por duas lâminas, sendo a do anverso decorada com pseudogranulado e a do reverso a pontilhado formando círculos, ss encadeados e linhas radiantes. No vértice tem

⁹ Esta arrecada aparece referida, por vezes, como proveniente da freguesia de Afife, também concelho de Viana do Castelo.

um botão terminal. Possui duplo sistema de suspensão, já não existindo o travessão, e cadeado de fio de ouro em elos entrançados.

Dimensões: d. 38 x a. 67 x e. 6 mm. Peso: 9,9 gr.

Bibliografia: Severo 1907; Cardozo 1930; Chaves 1948; López Cuevillas 1951: 80-81; Parreira e Pinto 1980: n.º 131; Silva 1986a: 262; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 78; Martins 1996b: 23.

N.º 27

Designação: Terminal de torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Freg. Tourém, conc. Montalegre, dist. Vila Real

Localização Actual: Desconhecida.

Descrição: Terminal em forma de urna decorada na base por cordões circulares e no topo por um tríscele de fio aplicado.

Bibliografia: López Cuevillas 1951: 36; Silva 1986a: 250; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989.

N.º 28

Moscatti 1991

Silva 1986a



Designação: Torques de Paradela do Rio

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Proximidades da Albufeira de Paradela, na abertura da estrada que liga Paradela do Rio a Outeiro, freg. Paradela do Rio, conc. Montalegre, dist. Vila Real. 1958.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-569, O-566 e O-568.

Descrição Torques 1: Aro maciço, de perfil circular, quadrangular na parte central e extremos e torcido nas zonas intermédias. Decoração nas faces externas da parte central, de círculos concêntricos estampados. Terminais periformes, também maciços.

Dimensões: d. 140 x c. 382 mm. Peso: 113 gr.

Descrição Torques 2: Aro maciço, de perfil sub-circular espessado na zona média e quadrangular nos extremos. Decoração estampada de traços formando arcos de círculo, com círculos concêntricos, em disposição triangular nas extremidades. Terminais ocos em dupla escócia com decoração nos topos de rosetas num círculo pontilhado com esfera central. Peça fundida com aro martelado e terminais soldados ao aro.

Dimensões: c. 363 x e. 11 mm; l. terminais 21,6 mm. Peso: 182,9 gr.

Descrição Torques 3: Aro maciço, de perfil sub-circular espessado na zona central e quadrangular nos extremos. Terminais ocos, em dupla escócia, com esfera central nos topos. Peça fundida com terminais soldados ao aro, cuja extremidade seria martelada para ajustamento ao remate previamente à solda.

Dimensões: c. 343 x e. 7 mm; l. terminais 22 mm. Peso: 93,7 gr.

Bibliografia: Cardozo 1959; Parreira e Pinto 1980: n.º 129; Silva 1986a: 247-249; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Moscati 1991: 402; Paulino 1992: 43; Martins 1996b: 25-26.

N.º 29

Postais Museu Sociedade Martins Sarmiento



www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp



Designação: Tesouro de Lebução

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Freg. Lebução¹⁰, conc. Valpaços, dist. Vila Real. Final séc. XIX.

Localização Actual: Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

Descrição bracelete: Aro barrilóide constituído por uma lâmina repuxada com cinco galões toreados e bordos moldurados. A decoração, que preenche toda a superfície, é estampada e puncionada, em motivos muito variados e de cariz essencialmente geométrico: alinhamentos, círculos concêntricos, triângulos, pontilhado, quartos de círculo, linhas oblíquas cruzadas em xadrez e rosetas.

Dimensões: d. 11,3 x a. 7,4 x e. 1,5 mm. Peso: 107,5 gr.

Descrição torques 1: Aro maciço de perfil sub-circular, espessado na zona média, e quadrangular nos extremos. Terminais ocos, em dupla escócia, com decoração estampada nos topos de uma roseta hexagonal inscrita numa coroa circular, círculos entrelaçados e linhas pontilhadas. Peça fundida e martelada, com os terminais soldados ao aro.

Dimensões: c. 346 x e. 11 mm; l. terminais 32,5 mm. Peso: 199 gr.

Descrição torques 2: Aro maciço de secção quadrangular, espessado na zona central e nos extremos. Decoração central nas faces externas: rectângulo, triângulos, zig-zag e pontos feitos a matriz. A base do terminal está decorada com incisões transversais. Peça fundida com vestígios de terminal oco, em dupla escócia, que era soldado ao aro.

Dimensões: c. 287 x e. 10,6 mm.

Descrição terminais de torques: Terminais ocos em forma de urna lisa, com decoração de uma esfera nos topos e gomos entre arames lisos na base de união com o aro. Feitos de lâminas repuxadas e soldadas ao aro, que era maciço e de secção quadrangular.

¹⁰ A. Medeiros Freitas (2003: 236), admite que, na realidade, o Tesouro de Lebução tenha aparecido no Castelo do Mau Vizinho, na freguesia anexa de Cimo de Vila de Castanheira.

Dimensões: e. Aro 7 mm; terminais c. 21/22,5 x l. 18 mm.

Bibliografia: Severo 1905a; Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 33-34, 64; Hartmann 1971; Silva 1986a: 248, 250, 257-258; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Paulino 1992: 42; Lemos 1993 II: 534-535; Silva 1994: 79; Martins 1996b: 27-28; Freitas 2003: 235-236; www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp [04-01-2004].

N.º 30

Designação: Torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Lug. Rendufe, freg. Carrazedo de Montenegro, conc. Valpaços, dist. Vila Real. 1980.

Localização Actual: Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, Vila Real.

Descrição: Aro de secção quadrangular, com decoração geométrica incisa e estampada na zona central e nas extremidades. Terminais ocos, em dupla escócia, decorados no topo com uma roseta incisa e aplicação de esférulas.

Bibliografia:; Silva 1986a: 249; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Lemos 1993 II: 522.

N.º 31

Designação: Torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Lug. Codeçais, freg. Santo Estêvão de Faiões, conc. Chaves, dist. Vila Real. 1941.

Localização Actual: Desconhecida.

Descrição: Aro maciço liso, de perfil sub-circular espessado na zona central e quadrangular nos extremos. Terminais ocos, em dupla escócia, com decoração estampada nos topos de uma roseta hexagonal inscrita num círculo a pontilhado com uma esfera central e nos vértices das pétalas. Peça fundida com terminais soldados ao aro.

Dimensões: c. 345 mm; d. terminais 32 mm. Peso: 212,2 gr.

Bibliografia: Cardozo 1965; López Cuevillas 1951: 36-37; Silva 1986a: 249; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Martins 1996b: 25.

N.º 32

Designação: Torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: (Provável) conc. de Chaves, dist. Vila Real

Localização Actual: British Museum, Londres

Descrição: Aro maciço de secção quadrangular, espessado na zona central e nos extremos. Terminais ocos, em dupla escócia, com decoração nos topos de rosetas hexagonais estampadas inscritas numa coroa circular com uma esfera central e nos vértices das pétalas. Peça fundida com terminais soldados ao aro.

Dimensões: c. 340 mm; d. terminais 27 mm. Peso: 119,4 gr.

Bibliografia: Cardozo 1965; Silva 1986a: 249; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Martins 1996b: 24.

N.º 33

Designação: Torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: (Provável) conc. Chaves, dist. Vila Real

Localização Actual: British Museum, Londres

Descrição: Aro maciço de secção quadrangular, espessado na zona central e nos extremos. Terminais ocos, em dupla escócia, com os topos em campânula e um apêndice cilíndrico central. A base de ligação ao aro está decorada com uma corda em relevo e nos topos uma zona circular constituída por dois arames lisos paralelos preenchidos com gomos. Peça fundida e terminais soldados ao aro.

Dimensões: c. 380 mm; d. terminais 25 mm. Peso: 151 gr.

Bibliografia: Cardozo 1965; Silva 1986a: 249; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Martins 1996b: 24.

N.º 34

Silva 1986a



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Junto ao exterior da muralha oeste, Forte de S. Francisco, Alto da Pedisqueira, freg. Chaves, conc.

Chaves, dist. Vila Real. 1944.

Localização Actual: Museu da Região Flaviense, Chaves

Descrição: Aro fechado, que seria de perfil circular, em fita larga, com caneluras internas correspondentes a alinhamentos paralelos de denticulado feito por incisão que alternam com nervuras e cordas também incisadas.

Dimensões: d. (provável) 70 x l. 29 mm. Peso: 121,2 gr.

Bibliografia: Cardozo 1944: 19; López Cuevillas 1951: 63; Cardozo 1965: 160; Silva 1986a: 256; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 75.

N.º 35

Moscatti 1991



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro e prata

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Freg. Guiães, conc. Vila Real, dist. Vila Real (com um tesouro de denários republicanos e imperiais e uma taça de prata).

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-100

Descrição: Aro em prata espiralado, de secção octogonal, rematando em s, com terminais achatados, em forma de gota, com o vértice para a extremidade. Decoração nos terminais com dois remates de fio torcido que contornam a aplicação central, em chapa de ouro; uma esfera remata as extremidades e três dispostas em triângulo fazem a separação com o vértice voltado para o aro.

Peso: 108,7 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Parreira e Pinto 1980: n.º 126; Silva 1986b; Silva 1987; Alarcão 1988a: 25; Moscati 1991: 403.

N.º 36

Postal Museu Nacional de Arqueologia



Designação: Colar articulado (?)

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Quinta da Malhada, com dois vasos e outros elementos cerâmicos, lug. Vila Nova, freg. Campeã, conc. Vila Real, dist. Vila Real. 1954.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

Descrição: Cinquenta e duas lâminas de forma trapezoidal com os lados maiores enrolados em tubo; inicialmente eram 56, das quais três são propriedade particular e uma foi fundida. Decoração estampada, em pseudo-repuxado, com círculos concêntricos, caneluras e triângulos formados por três pontos em relevo.

Dimensões: d. ext. 823 x d. int. 767 mm.

Bibliografia: Silva 1986a: 251; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 76; Alarcão 1996: 22; Martins 1996b: 29.

N.º 37

Designação: Torques

Matéria-prima: Prata

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Castelo dos Mouros, junto com um denário de Tibério, lug. Cortinhas, freg. S. Mamede de Ribatua, conc. Alijó, dist. Vila Real.

Localização Actual: Desconhecida¹¹.

Bibliografia: Cardozo 1930; Cardozo 1967: 342; Silva 1987; Alarcão 1988a: 25; Lemos 1993 II: 476-477.

¹¹ Mário Cardozo (1930) refere esta peça como estando no Museu Municipal “Azuaga”, em Vila Nova de Gaia.

N.º 38

Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Freg. Granja, conc. Alijó, dist. Vila Real.

Localização Actual: Desconhecida¹².

Descrição: Aro de secção côncavo-convexa.

Peso: 28 gr.

Bibliografia: Severo 1905b: 8; Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 8; Cardozo 1967: 349.

N.º 39

Designação: Colar articulado

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

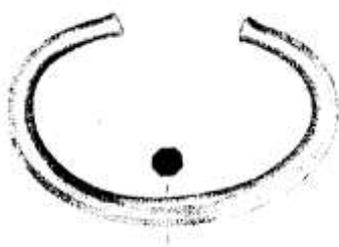
Proveniência: Freg. Ribeira de Pena, conc. Ribeira de Pena, dist. Vila Real.

Localização Actual: Desconhecida.

Bibliografia: Silva 1987.

N.º 40

Silva 1986a



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Entre os lugares de Vila Chã e Soutelinho, freg. Telões, conc. Vila Pouca de Aguiar, dist. Vila Real. 1905.

Localização Actual: Museu de Ciência e História Natural da Universidade do Porto, Porto.

Descrição: Aro maciço aberto de forma elipsoidal e secção octogonal, adelgaçando para as extremidades levemente rebatidas. Fundido a cera perdida ou em molde bivalve.

¹² Mário Cardozo refere que em 1901 pertencia a Torquato L. de Magalhães (1967: 349).

Dimensões: d. 72 x e. 6,4 mm. Peso: 60 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 8; Silva 1986a: 255; Silva 1987.

N.º 41

Macedo 1993



Designação: Arrecada

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Freg. S. Martinho de Anta, conc. Sabrosa, dist. Vila Real.

Localização Actual: Colecção particular.

Descrição: Corpo principal composto por uma lúnula de secção losângica, com as arestas decoradas por fios torcidos, e com as pontas tubulares adelgadas para introdução no lóbulo da orelha. O espaço interno é preenchido por duas lâminas dispostas em T, com decoração cinzelada. Apêndice triangular formado por cones de fios enrolados, com esferas soldadas entre os cones e no remate. Sistema de suspensão duplo, com introdução no lóbulo e suspensão supra-auricular.

Dimensões: a. 55 x l. 28 x e. 13,2 mm. Peso: 10,5 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 81-82; Silva 1986a: 261; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Macedo 1993: n. 43; Martins 1996b: 27.

N.º 42

Designação: Conjunto

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Lug. Poio, freg. Paradela de Guiães, conc. Sabrosa, dist. Vila Real.

Localização Actual: Desconhecida.

Bibliografia: Silva 1987.

N.º 43

Postal Museu Nacional de Arqueologia



Designação: Torques de Vilas Boas

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Base da vertente sul do Monte da Senhora da Assunção do Cabeço, onde existe um castro, lug. Tamancas, freg. Vilas Boas, conc. Vila Flor, dist. Bragança. 1965.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-567.

Descrição: Aro tripartido com três segmentos, intercalados por duas pequenas gaiolas de arames entrelaçados, onde se encontra uma esfera solta. Aro tubular, de secção quadrangular, com decoração nas faces externas. O segmento central possui decoração em filigrana, ss encadeados e polvilhado grosso. Terminais em dupla escócia,ocos, soldados e cravados ao aro, decorados com coroa a repuxado, semicírculos concêntricos estampados, círculo com punção central impresso no interior, ss encadeados e polvilhado. No interior, soldado, um motivo ornitomórfico em lâmina estampada e debruada por fios simples e torcidos, com esferas a assinalar olhos e asas.

Dimensões: d. 200 x e. 18 mm; l. terminais 54/56 mm. Peso: 387,3 gr.

Bibliografia: Santos Júnior e Freire 1965; Santos Júnior e Freire 1966; Almeida 1974: 73-74; Parreira e Pinto 1980: n.º 132; Silva 1986a: 249-250; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Moscati 1991: 403; Lemos 1993 I: 501; II: 394-395; Silva 1994: 79; Fernandes e Vilar 1996: 302; Martins 1996b:19; Delibes de Castro 2001: 156.

N.º 44



Designação: Bráctea

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Conc. Bragança, dist. Bragança. 1840.

Localização Actual: Gabinete de Numismática da Câmara Municipal do Porto. N.º Inv. 82.B.193.

Descrição: Lâmina batida e estampada, de contorno rectangular perfurado a punção, com a representação de Aretusa coroada de folhas de trigo e rodeada de quatro golfinhos. Apresenta cunho igual aos decadracmas de Siracusa, do séc. IV a.C., com a legenda *EYPAKOEION*, e a assinatura do gravador *EYAINE(TOY)*.

Dimensões: c. 47,7 x l. 43,1 x e. 0,5 mm. Peso: 9,3 gr.

Bibliografia: Cardozo 1957: 27; Cardozo 1967: 335; Silva 1987; Fernandes e Vilar 1996: 282; Martins 1996b: 18; Martins 1999.

N.º 45

Museu do Ouro de Travassos



Designação: Torques de Cavês

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Base do Castro de Cavês, dentro de um vaso de barro, freg. Cavês, conc. Cabeceiras de Basto, dist. Braga.

Localização Actual: Museu do Ouro de Travassos, Travassos, Póvoa de Lanhoso. N.º Inv. MOT O-005, O-003, O-004 e O-006.

Descrição aro 1: Aro maciço de secção octogonal, espessado na zona central e nas extremidades. Decoração estampada na parte central e nas extremidades das três faces externas: círculos concêntricos e arcos de círculo em bandas alternadas, dando ilusão de um entrançado; nas extremidades círculos concêntricos dispostos em triângulo. Fundido e martelado.

Dimensões: c. 300 x e. 10 mm. Peso: 159 gr.

Descrição aro 2: Aro maciço de secção quadrangular de faces côncavas. Decoração estampada na parte central e nas extremidades das duas faces externas: semicírculos concêntricos em duas bandas paralelas, delimitados pelas arestas das faces; nas

extremidades triângulo marcado com linhas paralelas e rematando no vértice com um círculo concêntrico. Fundido e martelado.

Dimensões: c. 300 x e. 14 mm. Peso: 138,5 gr.

Descrição aro 3: Fragmento de aro maciço de secção quadrangular de faces côncavas, com maior espessura na zona central. Decoração estampada na parte central das duas faces externas com semicírculos concêntricos e nas extremidades com um triângulo marcado com pontilhado, em cujo vértice assenta um outro triângulo formado por círculos com um ponto central. Fundido e martelado.

Dimensões: c. 170 x e. 6 mm. Peso: 33 gr.

Descrição dois terminais: Terminais de forma campanular, cuja extremidade foi revirada para o interior e decorada com círculos concêntricos estampados. No interior dos terminais foi soldado um motivo decorativo em forma de cruz decorado com círculos concêntricos estampados e, aplicada em cada braço, uma pequena campânula. Folha de ouro repuxada e batida à volta de um molde.

Dimensões: a. 40 x d. 60 mm. Peso: 31,2 gr.

Bibliografia: Almeida e Sousa 1993; Silva 1994: 79.

N.º 46

Museu Regional de Arqueologia
D. Diogo de Sousa



Designação: Torques de Lanhoso

Matéria-prima: Ouro e cobre

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Num buraco redondo com cinzas, junto a muros de casas circulares, Castro de Lanhoso (na abertura da estrada de acesso ao castelo), freg. Póvoa de Lanhoso, conc. Póvoa de Lanhoso, dist. Braga. 1939.

Localização Actual: Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga. N.º Inv. 1991.0664, 1991.0694 e 1991.0665.

Descrição torques 1: Aro interno em cobre de secção circular recoberto com lâmina de ouro na zona média e fio enrolado nas zonas laterais. Segmento central com decoração a filigrana, ss encadeados e contrapostos enquadrando um campo polvilhado com grânulos. Terminais ocos, de forma em urna, decorada na parte inferior com ss

encadeados irradiantes segundo uma estrutura pentagonal, grânulos, e espiral nos topos envolvendo uma esfera central; na base, fazendo a união com o aro, um anel de fios torcidos e lisos.

Dimensões: d. 109 x e. 7,5 mm; d. terminais 15 mm. Peso: 43,1 gr.

Descrição torques 2: Estrutura, técnica e decoração idênticas ao anterior, tem o aro com perfil sub-circular e o segmento central menos espesso. Os remates repetem os mesmos motivos decorativos, aqui com uma esfera em cada ângulo da estrutura pentagonal formada pelos ss encadeados da parte inferior.

Dimensões: d. 99 x e. 6 mm; d. terminais 15 mm. Peso: 24,5 gr.

Descrição torques 3: Similar aos dois anteriores. O ornato da parte inferior dos terminais reveste aqui a forma de um anel de meandros e os topos são decorados com incisões e grânulos.

Dimensões: d. 112 x e. 8,5; d. terminais 15 mm. Peso: 54,8 gr.

Bibliografia: Teixeira 1939; Teixeira 1940; DGEMN 1942; López Cuevillas 1951: 29-30; Silva 1986a: 250-251; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 79; Fernandes e Vilar 1996: 299-300; Martins 1996b:17-18.

N.º 47

Postal Museu Martins Sarmento



Designação: Arrecadas de Briteiros

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Citânia de Briteiros, na esquina de uma casa quadrangular, dentro de um vaso acampanado, freg. Santo Estevão de Briteiros, conc. Guimarães, dist. Braga. 1937.

Localização Actual: Museu da Sociedade Martins

Sarmento, Guimarães.

Descrição: Arrecadas em pingente constituídas por uma peça laminar superior, um elemento tubular e um apêndice cónico. Parte superior está dobrada em duas hastes triangulares, com decoração de filigrana, granulado e polvilhado, adelgaçando nas extremidades para introdução no lóbulo. O elemento cilíndrico é oco e decorado por alinhamentos de ss encadeados entre fios torcidos, limitando um campo polvilhado e com

grânulos. O remate cónico é executado com arame enrolado na parte superior e grânulos na restante.

Dimensões: l. 17 x a. 70 x mm. Peso: 9,6+8,8 gr.

Bibliografia: Cardozo 1938; López Cuevillas 1951: 75; Hartmann 1971; Silva 1986a: 263; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Paulino 1992: 45; Macedo 1993: n.º 64; Silva 1994: 79; Martins 1996b: 16; www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp [04-01-2004].

N.º 48

www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Castro do Monte da Saia, freg. Grimancelos, conc. Barcelos, dist. Braga.

Localização Actual: Museu da Sociedade Martins Sarmiento,

Guimarães.

Descrição: Aro espesso cilíndrico constituído por uma lâmina com três galões lisos toreados alternando com zonas decoradas a matriz com círculos. Internamente é lisa com marcas da decoração feita no exterior.

Dimensões: d. 60 x a. 33 x e. 1,5 mm. Peso: 113 gr.

Bibliografia: Hartmann 1971; Silva 1986a: 257; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp.

N.º 49

Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Freg. Vila Verde, conc. Felgueiras, dist. Porto.

Localização Actual: Desconhecida.

Bibliografia: Cardozo 1930.

N.º 50

www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp



Designação: Tesouro de Gondeiro

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Base do Castro do Picoto ou Outeiro das Chapas, lug. Gondeiro, freg. Salvador do Monte, conc. Amarante, dist. Porto. 1929.

Localização Actual: Museu da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.

Descrição torques 1: Aro maciço de secção quadrangular decrescente para as extremidades espessadas em botões em tronco de pirâmide quadrangular. Decoração nas faces externas da zona média do aro com motivo em espinha, a pontilhado; nos extremos a mesma matriz estampou alinhamentos cruzados simples dois, em cada face externa. Fundido e martelado.

Dimensões: c. 320 x e. 6,5 mm. Peso: 75,5 gr.

Descrição torques 2: Aro maciço de secção quadrangular decrescente para as extremidades espessadas em botões em tronco de pirâmide quadrangular. Decoração linear estampada nas faces externas da zona média e das extremidades do aro de círculos, com puncionamento central. Fundido e martelado.

Dimensões: c. 305 x e. 5 mm. Peso: 65 gr.

Descrição anel: Espiral de quatro voltas, de secção quadrangular, espessando nas extremidades, com botão terminal em tronco de pirâmide quadrangular.

Dimensões: c. 330 x e. 5 mm. Peso: 29,9 gr.

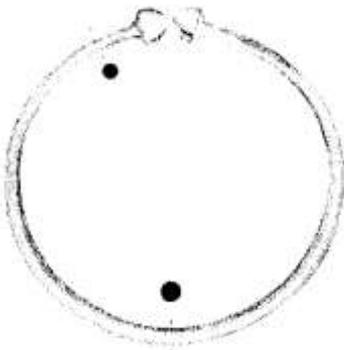
Descrição Aro: Aro liso, aberto, de secção quadrangular com botão terminal em tronco de pirâmide quadrangular. Deverá tratar-se de um fragmento do anel espiralado anterior.

Dimensões: c. 78 x l. 25 mm. Peso: 10 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 60; Hartmann 1971; Silva 1986a: 247; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 75; www.csarmento.uminho.pt/neph1_3131.asp.

N.º 51

Silva 1986a



Designação: Torques

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Freg. Soalhães, conc. Marco de Canaveses, dist. Porto. 1917.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-152

Descrição: Aro maciço liso, de secção circular e espessura irregular, com terminais periformes, com rebarbas de martelagem. Fundido e martelado. Dimensões: d. 105 x e. 4/6 mm; c. terminais 90 mm. Peso: 116,4 gr.

Bibliografia: Parreira e Pinto 1980: n.º 128; Silva 1986a: 247; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989.

N.º 52

Silva 1986a



Designação: Terminal de Torques

Matéria-prima: Prata e ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Citânia de Sanfins, no interior do segundo recinto, nas proximidades da muralha central, freg. Sanfins

de Ferreira, conc. Paços de Ferreira, dist. Porto. 1949.

Localização Actual: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Sanfins de Ferreira, Paços de Ferreira. N.º Inv. SA/Au 1.

Descrição: Terminal oco em forma de urna, com decoração de filetes, gomos e em espinha. No topo de círculos concêntricos com uma esfera central.

Dimensões: c. 35 x l. 20 mm. Peso: 4 gr.

Bibliografia: López Cuevillas 1951: 38; Silva 1986a: 251; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 79; Martins 1996b: 21; Silva 1999c: 25 e 53.

N.º 53

Macedo 1993



Designação: Arrecada

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

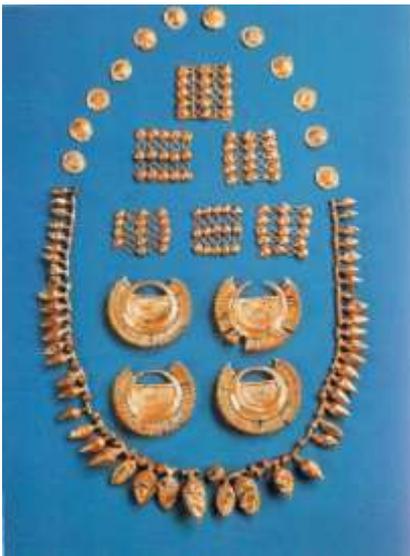
Proveniência: Conc. Paços de Ferreira, dist. Porto (possivelmente da Citânia de Sanfins).

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-25.

Descrição: Lúnula oca central, composta de duas placas soldadas no exterior e abertas no interior para encaixe da lâmina central decorada e com apêndice tubular. Decoração a granulado, formando triângulos, e finos fios de ouro. No espaço interno uma lâmina decorada por estampagem formando calotes circulares. Coroa circular exterior soldada à lúnula, composta por fios de ouro entrançados. Apêndice com a parte superior em tronco de cone revestido a fio de ouro enrolado e a parte inferior com 3 peças tubulares, diferentes, soldadas concentricamente em degrau. Sistema de suspensão duplo: por introdução no lóbulo e cadeado em posição supra-auricular.

Dimensões: d. 57 x a. 60,2 x e. 6 mm. Peso: 16,1 gr.

Bibliografia: López Cuevillas 1951; Parreira e Pinto 1980: n.º 93; Silva 1986a: 260-261; Silva 1987; Macedo 1993: n.º 30; Silva 1994: 76-77; Alarcão 1996: 22; Martins 1996b: 21; Silva 1999c: 25.



N.º 54

Almagro Gorbea 1989

Designação: Tesouro de Baião

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: conc. Baião, dist. Porto.

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. N.º Inv. MNALV O-302-363, 382-396; O-298, 299, 300 e 301; O-364 – 369; O-370 – 381.

Descrição colar articulado: Conjunto de 67 elementos, constituído por pendentes, lisos e decorados, e contas de diverso formato. Os pendentes consistem num canevão de duas peças molduradas soldadas em T e por um corpo globular apontado em amêndoa. A decoração de alguns pendentes consta de caneluras em espinha ou estriada na parte superior. As contas têm moldura a debruar os orifícios e são de três tipos: de perfil bitroncocónico, com duas calotes contrapostas soldadas e de perfil elíptico. O sistema de ligação entre as peças era feito por um fio que atravessava os canevões e as contas.

Dimensões: c. 525 mm. Peso: 56,2 gr.

Descrição dois pares de arrecadas: Corpo central constituído por lúnula de secção losângica formada por duas lâminas lisas, soldadas no dorso, adelgaçando para as pontas em forma tubular para introdução no lóbulo. No espaço interno uma lâmina semicircular, estampada pelo reverso com palmetas e nervuras; da lúnula divergem raios tubulares compostos por 2 lâminas finas contrapostas e soldadas em T.

Dimensões: d. 55 x a. 46 x e. 8 mm. Peso: 10,7-13,8 gr.

Descrição pulseira ou gargantilha: Seis elementos similares constituídos por uma malha de fio enrolado em meandros cruzados a que estão soldadas semi-esferas, lisas e umbilicadas a punção.

Dimensões: c. total 230 x l. 39 x e. 5 mm. Peso: 32,5 gr.

Descrição doze botões: Botões de forma circular convexa com o centro umbilicado e aba plana onde se soldam em posição diametralmente oposta duas hastes de fita para fixação. Decoração de raios a cinzel e a punção.

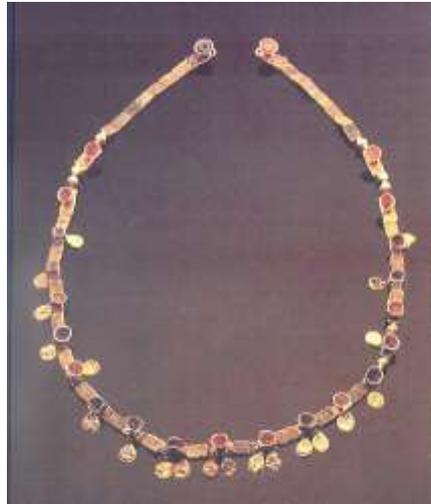
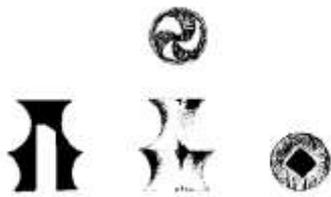
Dimensões: d. 17 x a. 5 mm. Peso: 0,7 gr.

Bibliografia: Almeida 1974; Parreira e Pinto 1980: n.º 90, 89, 91 e 92; Pingel 1986: 57; Silva 1986a: 252, 260, 264; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Silva 1994: 76-78; Alarcão 1996: 22; Martins 1996b: 19-20.

N.º 55

Silva 1986a

Macedo 1993



Designação: Tesouro de Estela

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Lug. Vila Mendo, dentro de um vaso de barro, junto com 16 pedaços de ouro e prata, freg. Estela, conc. Póvoa de Varzim, dist. Porto. 1908.

Localização Actual: Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. N.º Inv. CMP 145 e 149.

Descrição terminal de torques: Terminal maciço, em dupla escócia, com cavidade para ajustamento do aro, que teria secção quadrangular; decoração estampada no topo de um triskele no interior de coroa circular.

Dimensões: c. 28 x l. 21,5 mm. Peso: 28 gr.

Descrição colar articulado: Conjunto de 67 peças de tipos diferentes, prismas rectangulares, decorados por estampagem, e campânulas troncocónicas com punção central saliente, pendentes e outros motivos decorativos geométricos estampados, e um bitroncocónico.

Dimensões: c. aprox. 965 mm. Peso: 36,1 gr.

Descrição par de arrecadas: Arrecadas em forma de coroa circular aberta para adaptação ao pavilhão auricular. Na linha média da coroa circular estão soldadas campânulas umbilicadas, entre duas fitas, feitas de dois fios laterais em corda e um liso central. O apêndice consta de duas placas triangulares soldadas: a do averso com a superfície granulada e a do reverso decorada com apliques soldados de dois círculos

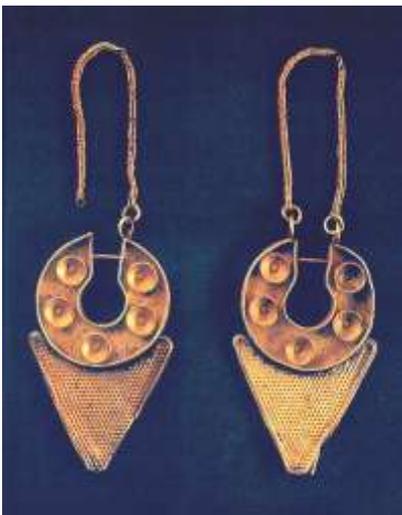
concêntricos centrais, de onde irradiam fios em voluta. Soldado ao vértice do triângulo, um terminal em forma de botão. Sistema de suspensão duplo, para introdução no lóbulo e cadeado de suspensão composto de elos entrançados de arame fino.

Dimensões: d. 32,4 x a. 57 x e. 4 mm. Peso par: 24,2 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; López Cuevillas 1951: 36, 81, 85-86; Hartmann 1971; Silva 1986a: 252-253, 261-262; Silva 1986b; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Paulino 1992: 44; Macedo 1993: n.º 55 e 2; Silva 1994: 78; Fernandes e Vilar 1996: 301; Martins 1996b: 22; Silva e Centeno 1997: 28-31, 33-35.

N.º 56

Macedo 1993



Designação: Arrecadas de Laúndos

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Castro de Laúndos, num pequeno vaso de barro, com um bolo de prata e cobre, dentro de uma casa de planta circular, Monte de S. Félix, freg. Laúndos, conc. Póvoa de Varzim, dist. Porto. 1908.

Localização Actual: Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. N.º Inv. CMP 148.

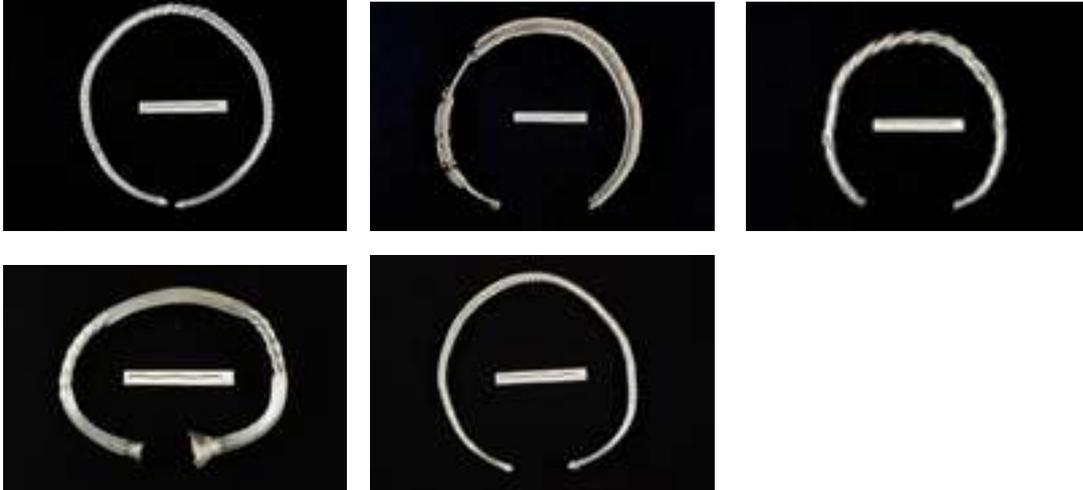
Descrição: Arrecadas em forma de coroa circular aberta. Na linha média da coroa circular estão soldadas cinco campânulas umbilicadas, com nervuras concêntricas estampadas, dispostas entre duas fitas constando de dois fios laterais em corda e um liso central. O apêndice consta de duas placas triangulares soldadas ao aro: a do anverso com a superfície pseudo-granulada e a do reverso lisa. O sistema de suspensão é duplo: travessão para introdução no lóbulo da orelha e cadeado de suspensão em elos entrançados de arame fino.

Dimensões: d. 41 x a. 71 x e. 6,5 mm. Peso: 16,8+17,6 gr.

Bibliografia: Severo 1907; Cardozo 1930; Chaves 1948; López Cuevillas 1951: 79-80; Hartmann 1971; Silva 1986a: 262-263; Silva 1987; Pérez Outeiriño 1989; Paulino 1992: 44; Macedo 1993: n.º 54; Silva 1994: 78; Fernandes e Vilar 1996: 301; Martins 1996b: 23; Silva e Centeno 1997: 30-32.

N.º 57

Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa



Designação: Torques de Bagunte

Matéria-prima: Prata

Cronologia: Idade do Ferro

Proveniência: Cividade de Bagunte, lug. Monte da Cividade, freg. Bagunte, conc. Vila do Conde, dist. Porto.

Localização Actual: Gabinete de Arqueologia Municipal de Vila do Conde. N.º Inv. 351, 352, 353, 354 e 355.

Descrição torques 1: Aro maciço de secção quadrangular nas extremidades e torcido na zona central, que possui maior espessura. Decoração a punção nas quatro faces das extremidades. Terminais periformes maciços.

Dimensões: l. 134 x e. 7 mm; e. terminal 6 mm. Peso: 100,2 gr.

Descrição torques 2: Aro constituído por um arames maciço central, de secção circular, em torno do qual se desenvolve uma entrançado de três arames maciços, de secção circular, de menor espessura que o primeiro. Este entrançado confere ao aro uma secção sub-triangular. Possui apenas uma das extremidades que consiste numa argola formada por arame de secção circular.

Dimensões: l. 154 x e. 15 mm. Peso: 86,6 gr.

Descrição torques 3: Aro formado por três arames maciços, de secção circular, torcidos. Os dois arames, tal como o torques, possuem maior espessura na zona central. As extremidades estão partidas, não possuindo terminais.

Dimensões: l. 115 x e. 8 mm. Peso: 70,3 gr.

Descrição torques 4: Aro maciço de secção quadrangular nas extremidades e zona central e torcido nas duas zonas intermédias. Decoração a punção, em ss formando um ondulado, nas duas faces exteriores das zonas de secção quadrangular. Terminal (faltalhe um) em forma de campânula, constituído por duas chapas, no interior uma lisa e no exterior uma decorada a repuxado, pelo interior, que lhe confere relevo pelo exterior.

Dimensões: l. 121 x e. 5 mm; d. terminal 19 mm. Peso: 89,9 gr.

Descrição torques 5: Aro maciço de secção octogonal, torcido da zona central. Terminais maciços, de pequena dimensão, em formato periforme.

Dimensões: l. 126 x e. 8 mm; e. terminal 6 mm. Peso: 71,3 gr.

Bibliografia: López Cuevillas 1951: 38; Silva 1987; Silva 1994: 80; Pinto 1997: 30; Ladra 2001.

N.º 58

Designação: Colar

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro

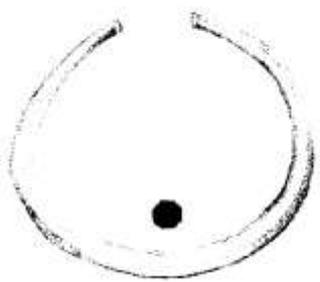
Proveniência: Conc. Vila do Conde, dist. Porto

Localização Actual: Desconhecida.

Bibliografia: Cardozo 1930.

N.º 59

Silva 1986a



Designação: Bracelete

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Norte de Portugal

Localização Actual: Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto.

Descrição: Aro maciço de secção octogonal, adelgaçando para as extremidades rebatidas em botão de arestas boleadas. Fundido a cera perdida ou em molde bivalve.

Dimensões: d. 73 x e. 6,6 mm. Peso: 65 gr.

Bibliografia: Cardozo 1930; Silva 1986a: 256.

N.º 60

Fernandes e Vilar 1996



Designação: Par de Pulseiras

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Inicial

Proveniência: Norte de Portugal

Localização Actual: Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. N.º Inv. 119.

Descrição: Aros de perfil troncocónico com bordos de secção triangular com

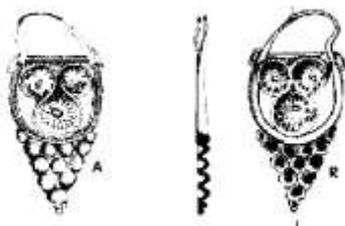
extremidades boleadas, decorados na parte externa com uma série de triângulos com a base para o interior, incisos e preenchidos com reticulado, e toros com alinhamentos nos intervalos. Peças provavelmente obtidas pelo método da cera perdida.

Dimensões cada: a. 68 x l. 76 mm. Peso par: 481 gr.

Bibliografia: Hartmann 1971; Silva 1986a: 256; Silva 1986b; Paulino 1992: 42; Fernandes e Vilar 1996: 300.

N.º 61

Silva 1986a



Designação: Arrecada

Matéria-prima: Ouro

Cronologia: Idade do Ferro Recente

Proveniência: Norte de Portugal (Alto Minho)

Localização Actual: Museu Nacional de Arqueologia,

Lisboa. N.º Inv. MNALV O-284

Descrição: Arrecada de ouro constituída por um aro elíptico, incluindo na parte central uma placa com três círculos decorados com punções e uma fita sinuosa, adelgaçando gradualmente nas extremidades para introdução no lóbulo da orelha. O aro está decorado no anverso com uma fita entrançada e a placa central é encimada transversalmente por uma barra com incisões oblíquas. Apêndice triangular soldado ao aro composto por semi-esferas ocas puncionadas pelo reverso e pequenas esferas terminais formando cacho. Sistema de suspensão duplo, com introdução no lóbulo e cadeado de suspensão supra-auricular.

Dimensões: l. 26,8 x a. 58,6 mm. Peso: 4,9 gr.

Bibliografia: Severo 1907; López Cuevillas 1951: 75; Parreira e Pinto. 1980: n.º 102; Silva 1986a: 261.

4. ANÁLISE DA LOCALIZAÇÃO DOS ACHADOS

Analisando o mapa de localização dos achados de Ourivesaria pré e proto-histórica no território do Norte de Portugal (Fig. 5¹³), ressaltam algumas áreas privilegiadas em termos de concentração de peças. Não pode deixar de se referir que se desconhece que proporção estes representam em relação aos que, na realidade, terão ocorrido e sido fundidos ou cuja existência não foi divulgada.

¹³ Base cartográfica elaborada pelo Dr. Alfredo Barbosa, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, com implantação da Via XVII, sob orientação de Francisco Sande Lemos.

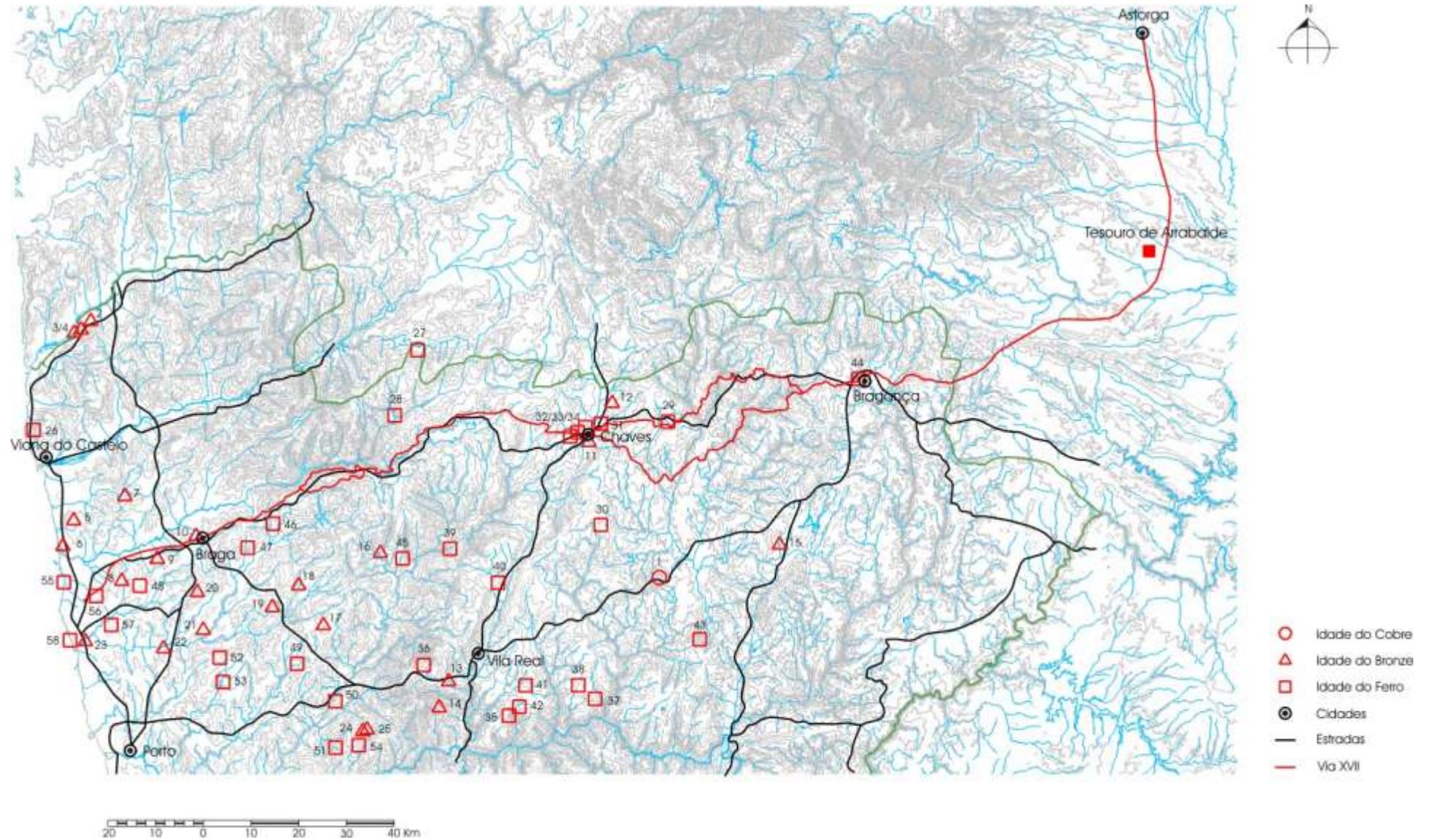


Fig. 5 – Achados de joalharia pré e proto-histórica a Norte do Rio Douro

Outro aspecto a ter em linha de conta prende-se com a possibilidade de outros objectos de Ourivesaria possam não ter sido detectados em zonas de menor incidência demográfica e de revolvimento de terras, o que viria a alterar as manchas agora assumidas e, com isso, toda a interpretação que se formula actualmente.

As peças de Ourivesaria constituem a manifestação da distinção, entre os outros aspectos da cultura material destas comunidades. No seguimento disto, é de assinalar a patente desigualdade da distribuição dos achados de peças de ourivesaria no Norte de Portugal. Logo à partida destaca-se a raridade de peças de Ourivesaria do Calcolítico, o que, tal como é referido acima, poderá estar relacionada com a escassa incidência de trabalhos de investigação arqueológica correspondendo a esta área científica e etapa cronológica. Consta-se um manifesto contraste com o número de artefactos de ouro da Idade do Cobre e da Idade do Bronze.

A distribuição dos objectos de ouro da Idade do Bronze é expressiva: concentrando-se no litoral, em especial na faixa entre os rios Douro e Minho, em particular na zona central, entre Porto e Braga. É também notória a concentração nas bacias hidrográficas dos rios Cávado e Ave, sendo necessário desenvolver esforços no sentido de encontrar uma justificação para tal. No caso da bacia do Ave, é visível a distribuição no curso final do rio e na área do seu afluente Vizela. Merece referência a estranha ausência de artefactos no vale do rio Lima e o escasso número na bacia do Douro.

Durante a Idade do Bronze Final, no Norte de Portugal, os achados de Ourivesaria caracterizam-se, essencialmente, por torques e braceletes, concentrando-se ao longo dos vales do rio Ave e do Tâmega, fenómeno já constatado por alguns autores (Martins 1990: 189; Alarcão 1992: 51), constituindo uma manifestação mais evidente da existência de áreas com maior acumulação de riqueza e sua exteriorização por algumas comunidades, que poderiam controlar a exploração de minérios, a produção e/ou a circulação dos produtos.

Um trabalho que tem todo o interesse em ser desenvolvido é tentar estabelecer uma relação entre os achados e os povoados da Idade do Bronze já identificados, em particular na área litoral, em especial porque estão em curso novos projectos e uma grande quantidade de intervenções arqueológicas que virão, certamente, enriquecer o mapa dos locais de ocupação humana nesta época. A proximidade ou não de um

povoado, associada à informação existente sobre o contexto dos achados, poderá contribuir para um maior conhecimento da intencionalidade dos tipos de deposição, sejam esconderijos, funerários, votivos, ou outros, assim como tentar perceber se estão, por exemplo, associados a penedias, cursos de água, vias territoriais ou ambientes de vida doméstica.

Quanto aos artefactos de Ourivesaria da Idade do Ferro, estes distribuem-se, genericamente, pela área atribuída à denominada Cultura Castreja, ou seja, à zona entre os rios Douro e Minho e Trás-os-Montes Ocidental; na área de Trás-os-Montes Oriental, apenas se contabilizam dois achados – o torques de Vilas Boas (N.º 43) e a bráctea de Bragança (N.º 44), sendo que esta última não se insere em qualquer dos tipos característicos da Ourivesaria desta época, por ser uma peça de produção exterior.

As áreas mais interiores, que se distanciavam da zona costeira e desta larga faixa central que vai do litoral a Chaves, definida grosso modo entre Braga e Vila Real, apresentam um muito menor número de achados de peças de Ourivesaria. Este fenómeno poderá reflectir um maior isolamento destas regiões, por um maior afastamento de rotas comerciais e eixos difusores de inovações, tal como é referido por F. Sande Lemos para o Norte Interior (1996: 152).

De acordo com Manuela Martins (1990: 189-191), terá ocorrido, a partir do séc. VII a.C. um progressivo isolamento do Noroeste português, quebrado apenas pela presença esporádica de alguns achados de origem mediterrânica na orla litoral, perdurando uma metalurgia residual que só será reabilitada a partir do séc. II a.C.. Assim, a maior concentração de jóias, correspondentes aos sécs. VII / VI a.C., ocorre na zona do rio Douro e seus afluentes, traduzida principalmente por torques, arrecadas e colares articulados. A distribuição dos achados da Idade do Ferro parece indicar, a par de uma via terrestre, uma outra fluvial, em que o rio Douro terá funcionado como corredor de circulação.

Entre o séc. V e finais do II a.C., parece existir uma produção mais abundante e de âmbito geográfico mais alargado, com destaque para os torques da área de Chaves e Montalegre e para o vale do Ave, arrecadas na região litoral da Póvoa de Varzim e braceletes distribuídos por uma área geográfica mais vasta. Merece referência a quase total ausência de achados de ouro a norte do rio Cávado, que parece limitar uma área com maior acumulação de riqueza, traduzida na produção de peças de Ourivesaria, como

manifestação da existência de estruturas produtivas e sociais mais complexas. Possivelmente, nesta região, as comunidades terão sido capazes de capitalizar a seu favor a exploração da riqueza aurífera dos seus rios, tendo desenvolvido, também, uma economia mais próspera (Martins 1990: 191).

Globalmente, no âmbito da Cultura Castreja, a maior incidência de peças de ouro verifica-se na área do *Bracari*, e povos vizinhos, ou seja, a zona nuclear dos grandes povoados. Considerando que seria interessante estabelecer a comparação com o posicionamento em mapa dos outros dois elementos emblemáticos da Cultura Castreja – balneários e estátuas de guerreiros –, foi elaborado um mapa com a localização *in situ* ou de origem destes itens no Norte de Portugal (Fig. 6¹⁴). Este quadro poderia ficar mais completo se existissem elementos mais precisos relativamente a muitos dos achados (a título de exemplo, a arrecada de Paços de Ferreira poderá ser proveniente da Citânia de Sanfins), ou um melhor conhecimento relativo à localização real dos achados, tanto de objectos de Ourivesaria como estatuária de guerreiros e dos balneários, pois podem ter sido detectados fisicamente muito próximo, mas ter sido registados como sendo de locais e freguesias diferentes. Um mesmo povoado pode, em termos administrativos, pertencer a uma grande quantidade de freguesias e até a diferentes concelhos e distritos. As únicas coincidências de coexistência de itens de destaque da Cultura Castreja acontecem na Citânia de Briteiros, com dois balneários e um par de arrecadas (N.º 47), no Monte da Saia, com um balneário e um bracelete (N.º 48) e na Citânia de Sanfins, com um balneário, uma estátua de guerreiro, um terminal de torques e, possivelmente, uma arrecada (N.ºs. 52 e 53).

A grande concentração na zona litoral aponta para que aqui se concentrassem os povoados mais ricos, o que também poderia fazer deles os maiores importadores da matéria-prima aurífera de zonas mais interiores.

Como já foi referido no I Capítulo deste trabalho, o mapa comprova que não existe coincidência entre as zonas de exploração mineira da época romana e a maior concentração de achados, o que contribui para a teoria de que a exploração dessas áreas apenas principiou após a conquista romana. Este aspecto é reforçado pelo facto da grande maioria das peças terem sido encontradas a jusante dos rios auríferos, reforçando

¹⁴ Implantação elaborada pelo Dr. Alfredo Barbosa, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, adaptado de Silva 1986a: Est. IX; Queiroga 1992: Fig. 15 e 58.

a argumentação dos investigadores que sustentam que a exploração das jazidas *primárias* apenas terá começado na época romana.

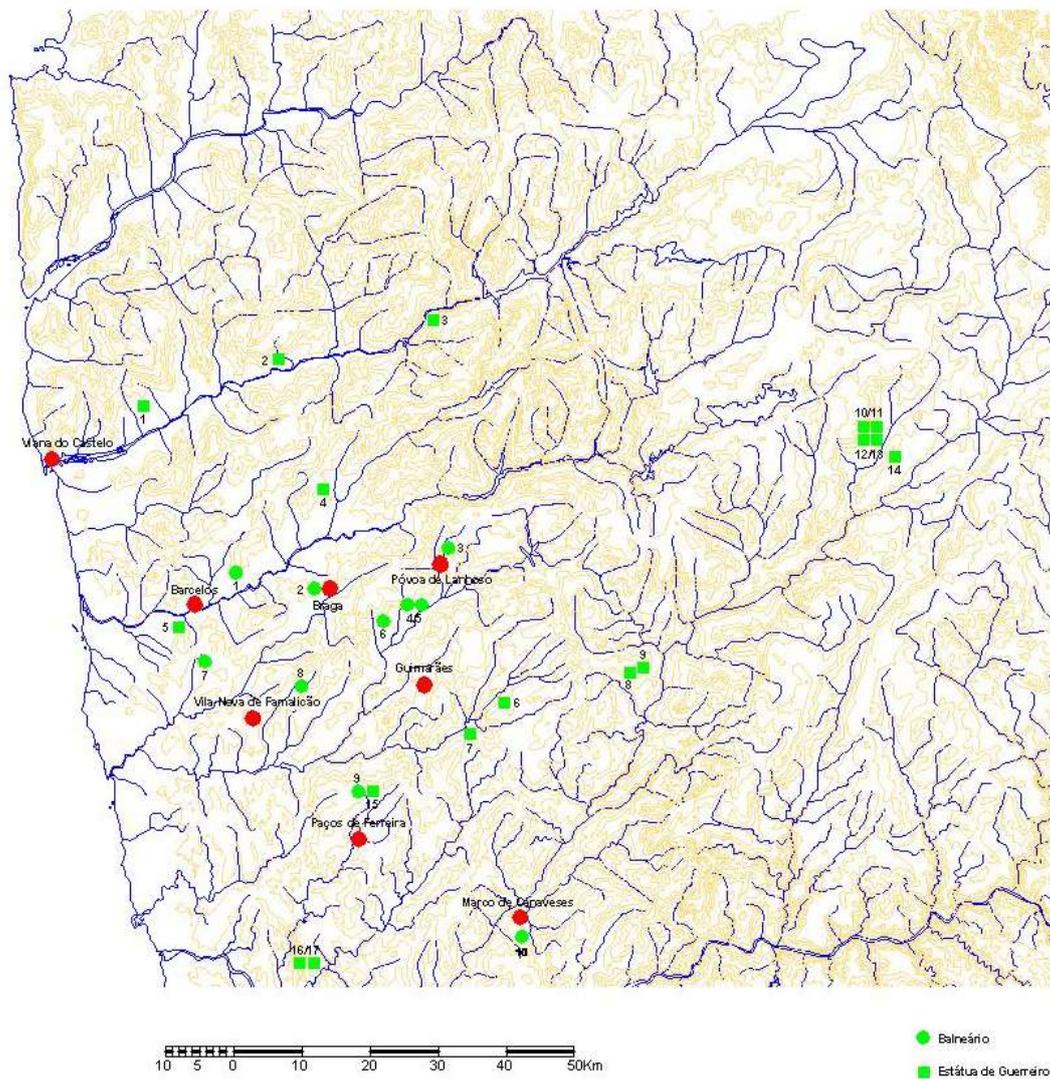


Fig. 6 – Estátuas de guerreiros e balneários da Cultura Castreja

LEGENDA FIG. 6:

Estátuas de Guerreiros

1. S. Paio de Meixedo, Viana do Castelo
2. Castro do Mau Vizinho, Cendufe, Arcos de Valdevez
3. Cidadelhe, Britelo, Ponte da Barca
4. Povoado de S. Julião, Ponte/Coucieiro, Vila Verde
5. Midões, Barcelos
6. Povoado de Santo Ovídio, Fafe
7. S. Jorge de Vizela, Guimarães
8. Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto
9. Santa Comba, Refojos de Basto, Cabeceiras de Basto
- 10/11. Outeiro de Lezenho, Campos, Boticas
- 12/13. Campos, Boticas
14. Monte do Crasto, Capeludos, Vila Pouca de Aguiar
15. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira
- 16 /17. Monte Mózinho, Penafiel

Balneários

1. Santa Maria de Galegos, Barcelos
2. Braga
3. Alto das Quintas, Póvoa de Lanhoso
- 4/5. Citânia de Briteiros, Guimarães
6. Castro de Sabroso, Guimarães
7. Castro do Monte da Saia, Barcelos
8. Castro do Alto das Eiras, Famalicão
9. Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira
10. Freixo, Marco de Canaveses

A ocorrência de peças na área envolvente de Chaves é assaz interessante, embora algumas careçam de uma proveniência mais precisa. Por um lado, esta é uma

região com recursos mineiros auríferos muito significativos e, por outro, constitui um nó de comunicações entre o litoral atlântico e a Meseta.

Para além dos achados da área mais litoral, ao longo do percurso do que veio a ser, na época romana, a Via XVII, os achados de Montalegre (N.º 28) e de Chaves (N.ºs. 31 a 34), incluindo o de Lebução (N.º 29), justificam a hipótese de uma Rota do Ouro, desenvolvida no ponto 2.1 do V Capítulo deste trabalho.

III – OURIVESARIA ARTESANAL NO CONCELHO DA PÓVOA DE LANHOSO

O concelho da Póvoa de Lanhoso localiza-se, geograficamente, na margem esquerda do rio Cávado. A limitá-lo estão os concelhos de Braga, Guimarães, Fafe, Vieira do Minho e Amares. O rio Ave corre ao sul do concelho, delimitando-o em alguns pontos. É enquadrado pelas Serra do Carvalho, pelo Monte de S. Mamede, com cotas que vão dos 30 aos 742 metros, com uma rede hidrográfica muito ramificada, dividida por duas bacias hidrográficas, com orientação E - W.

O Alto Ave, zona de montanha por excelência, caracteriza-se por relevos acentuados e vales encaixados, com uma exposição dominante ao quadrante Norte, indiciador de uma zona fria e de clima rigoroso. Geologicamente o concelho da Póvoa de Lanhoso assenta sobre um maciço granítico, encontrando-se o castelo de Lanhoso implantado no maior monólito granítico da Península Ibérica¹⁵.

Sendo um concelho relativamente pequeno, Póvoa de Lanhoso possui sectores de actividade bem demarcados. A Ourivesaria, a exploração do granito e a Agricultura são as três actividades tradicionais mais representativas do concelho. Naturalmente que, também se poderá referir outras actividades tradicionais de menor dimensão, mas com interesse cultural e artístico. Será de salientar os bordados em linho, a pirotecnia, os doces tradicionais e os trabalhos de cestaria.

Em termos de actividade industrial a extracção de granito continua a ter um peso importante na economia local. A Póvoa de Lanhoso assenta sobre um substrato granítico de granito azul de grande qualidade, que originou um grande número de pedreiras a céu aberto. Simultaneamente, possui uma já longa tradição de cantaria, que tem vindo a perder importância em detrimento da exploração de blocos de pedra para corte mecânico e cubos para pavimentação. A indústria têxtil teve na década de 80 uma grande expansão existindo um número significativo de pequenas e médias empresas.

¹⁵ Segundo informação da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. Também aparece referido como o segundo maior da Península Ibérica, a seguir ao Rochedo de Gibraltar.



Fig. 7 – Brasão da
Póvoa de Lanhoso

O facto de a pedra de armas da Póvoa de Lanhoso ostentar motivos de filigrana como elemento de maior destaque (Fig. 7)¹⁶, mostra a importância que o trabalho artesanal do ouro tem no panorama do concelho.

Em termos económicos, a Ourivesaria é uma das principais actividades, conjuntamente com a agricultura e o trabalho do granito, embora a primeira se confine a uma pequena e bem definida parcela do seu território.

Actualmente, a actividade de Ourivesaria desenvolve-se no concelho da Póvoa de Lanhoso, em cerca de 60 oficinas, embora elas se concentrem, essencialmente, nas freguesias de Travassos (com 30 oficinas) e Sobradelo da Goma (17). Para além deste centro produtor, existem oficinas nas freguesias de Fonte Arcada, Lanhoso e Taíde, fruto de ligações matrimoniais de ourives, e em S. Martinho de Campo, porque elementos desta freguesia aprenderam o ofício.

Tem vindo a ser divulgado por alguns autores que, poucas décadas atrás, também Oliveira e mesmo Fonte Arcada, no concelho da Póvoa de Lanhoso, assim como Castelões, freguesia contígua já do concelho de Guimarães, formaram um núcleo importante de trabalho do ouro (Chaves 1941; Peixoto 1990: 302). No entanto, começam a ser detectados elementos, como abaixo referimos, que nos permitem alargar um pouco a área a outras freguesias, tais como Brunhais, Esperança, Taíde e Garfe, que são imediatamente contíguas às atrás referidas e se encontram ao longo do curso do rio Ave, a montante e jusante daquelas.

1. HISTORIAL

A busca das origens e motivações da implantação do ofício de ourives nesta localização geográfica é, ainda, uma investigação que necessita de ser desenvolvida. Fontes essenciais de informação serão os Registos Paroquiais das freguesias do

¹⁶ O brasão actual data de 1940 (Santos 1990: 470).

concelho da Póvoa de Lanhoso, assim como os Registos dos Passaportes¹⁷ dos emigrantes, em especial para o Brasil, de onde será possível retirar dados relativamente às suas profissões e, assim, avaliar com mais rigor a verdadeira dimensão da comunidade ouriveseira deste concelho, fazendo-a remontar o mais possível no tempo.

Existem referências escritas relativas a ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso que remontam aos inícios do séc. XVIII. O primeiro desses registos é o ourives Custódio Fernandes Vieira, de Fontarcada, com Carta de Ofício passada em Braga em 1726, que trabalhou em Minas Gerais, Brasil, nas décadas de 30 e 40 do séc. XVIII (Oliveira 1993: 227). Se este ourives emigrou, outros haveria e possivelmente também antes dele. Actualmente, muitas famílias, em particular em Travassos, têm memórias orais e escritas de familiares ourives que emigraram para o Brasil (essencialmente para Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro), existindo ainda hoje cerca de uma dezena de ourives que aí exercem essa actividade, em particular no Rio de Janeiro. Este fenómeno foi constatado, em todo o País, com ourives de ouro e prata, especialmente para Recife, Baía e Rio de Janeiro (Sousa G. 1999: 38-41).

Em 1818, regista-se uma Carta de Exame de Ofício passada em Guimarães a um ourives de Sobradelo da Goma (Carvalho 1939). O mesmo autor faz referência à aprendizagem feita por um filho de um ourives-feirante de Guimarães, em Travassos, entre 1843 e 1855. Outros ourives da Póvoa de Lanhoso foram residir para o concelho de Guimarães e são detectados nos Registos Paroquiais existentes no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta em Guimarães¹⁸. Através desses registos sabe-se terem existido ourives também na freguesia de Esperança, para além de Travassos e Sobradelo da Goma, residindo em Guimarães, onde tiveram filhos, entre 1843 e 1875.

Outras fontes poderão fornecer elementos importantes, como é exemplo um Inventário Orfanológico de Custódio José Barbosa e Silva, de Travassos, falecido em 5 de Setembro de 1870, onde vem referido uma dívida de 300 mil réis ao Contraste de ouro de Guimarães.

¹⁷ Foi feito o levantamento dos Processos de Passaportes entre 1890 e 1925, referidos à frente. Falta alargar o período de análise.

¹⁸ Elementos gentilmente cedidos pela Dr.ª Manuela Alcântara, investigadora atenta de Guimarães, aqui registando o agradecimento.

Os Processos de Pedido de Passaporte fornecem informação sobre pais, avós, padrinhos, cônjuge, naturalidades e residências, permitindo estabelecer relações de parentesco que têm muitas vezes correspondência em termos de profissão. Analisando a informação fornecida pelos Processos de Passaporte foi possível elaborar quadros com a relação de todos indivíduos do concelho da Póvoa de Lanhoso, ourives de profissão, ou com laços familiares com ourives, que, no período de 1890-1925¹⁹, solicitaram passaporte (Fig. 8 e 9).

PROCESSOS DE PASSAPORTE – OURIVES					
NOME	DATA	IDADE	ESTADO	NATURAL	DESTINO
Joaquim da Fonseca Motta	05/02/1890	29	Casado	Sobradelo da Goma	Rio de Janeiro
Constantino da Costa Macedo	09/08/1898	24	Solteiro	Travassos	Rio de Janeiro
Ignácio Azarias Rodrigues d'Oliveira	09/09/1898	39	Solteiro	Brunhais	Rio de Janeiro
Manuel Barbosa da Silva	05/12/1899	13	Solteiro	Travassos (?)	Pará
Manuel Alberto da Costa	16/03/1905 03/08/1907	38 40	Solteiro Solteiro	Travassos	Rio de Janeiro
Artur Vieira	22/03/1907	30	Solteiro	Taíde	Rio de Janeiro
Bernardo Antunes Rebêllo de Sousa	12/11/1910	28	Solteiro	Travassos	Rio de Janeiro
Emílio Fernandes da Rocha	28/04/1914	21	Casado	Taíde	Rio de Janeiro
Francisco António de Carvalho	21/05/1921	30	Casado	Travassos	Espanha (por Vilar Formoso)
José Maria Mendes	02/12/1922 ²⁰ 21/04/1924 ²¹	34 36	Solteiro Solteiro	Travassos	Espanha (por Barca d'Alva)

Fig. 8 – Processos de Passaporte de ourives da Póvoa de Lanhoso (1890-1925)

¹⁹ Os Processos de Passaporte anteriores a 1890 encontram-se no Governo Civil de Braga, não se encontrando disponíveis para estudo, pelo que apenas se consultaram os Processos a partir dessa data, que se encontram no Arquivo Distrital de Braga. Este estudo foi feito em colaboração com a Dr.^a Maria Helena Mendes Nabais Faria Pinto, a quem aqui se agradece.

²⁰ O pedido é só para visar o passaporte n.º 445, passado pelo Governo Civil de Braga em 8 de Março de 1922. Em anexo uma declaração, datada de 27 de Novembro de 1922, de "Dom Luciano Sanches Mariscal, casado, platero, vicino de Tameses – Salamanca", declarando que "José Maria Mendes trabalhava há mais de um ano no ofício de ourives na sua casa".

²¹ O pedido é só para visar o passaporte. Como profissão aparece a referência: "Industrial e Proprietário".
Nota: Vai em viagem de recreio e viaja em 2ª classe. Em anexo, uma declaração da Junta de Freguesia de Travassos, declarando que José Maria Mendes tem meios para residir no estrangeiro.

PROCESSOS DE PASSAPORTE – LIGAÇÕES FAMILIARES A OURIVES								
NOME	DATA	IDADE	ESTADO	DESTINO	NATUR.	PROFISSÃO	LAÇOS FAMILIARES COM OURIVES	
							TIPO	NOME
José Barbosa da Silva	13/10/1893	10	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Pai	Luís Barbosa da Silva
Constantino da Costa Macedo	09/08/1898	24	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos	Ourives	Pai	Manoel Joaquim Lopes de Macedo ²²
Manuel Barbosa da Silva	05/12/1899	13	Solteiro	Pará	Travassos (?)		Pai Padrinho	Luís Barbosa Mendes da Silva Manoel Barbosa da Silva
Francisco António Marques	07/01/1901 05/11/1904	39 43	Solteiro	Rio de Janeiro	Fontarcada	Proprietário	Padrinho	Francisco António de Matos
João Baptista Pereira	30/01/1901	16	Solteiro	Ambriz (África)	Travassos		Pai Padrinho	Eduardo José Pereira ²³ João António da Costa
Miguel Baptista Vieira	04/04/1902	37	Solteiro	Rio de Janeiro	Taíde	Negociante	Pai	João Baptista Vieira
Manuel Ignácio	25/04/1902	11	Solteiro	Rio de Janeiro	Brunhais		Padrinho	Manuel Rodrigues d'Oliveira
Bento Augusto Bacello	16/11/1904	15	Solteiro	Ambriz (África)	Oliveira	Empreg. comércio	Pai	Ignacio Fernandes Vascello ²⁴
Manuel Alberto da Costa	16/03/1905 03/08/1907	38 40		Rio de Janeiro	Travassos	Ourives	Pai Padrinho	João António da Costa Manuel António da Costa ²⁵
Domingos Ramalho Vaz	17/04/1906	13	Solteiro	Rio de Janeiro	Taíde	Estudante	Padrinho	Domingos Baptista Vieira
Constantino José Bacello	17/09/1906	18	Solteiro	Ambriz (África)	Oliveira	Empreg. comércio	Pai	Ignacio Fernandes
Artur Vieira	22/03/1907	30	Solteiro	Rio de Janeiro	Taíde	Ourives	Padrinho	António Vieira da Silva
Manuel Joaquim Rebello	03/08/1907	10	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Padrinho	Gaspar Rebello de Sousa

²² Natural de Donim – Guimarães.

²³ Natural de N. Sr.^a da Oliveira – Guimarães.

²⁴ Natural de Sobradelo da Goma.

²⁵ Residente em Guimarães. Suprindo a vez do Padrinho, foi Manuel Joaquim Lopes de Macedo, ourives do Lugar de Paredes – Travassos.

Bernardo Antunes Rebêllo de Sousa	12/11/1910	28	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos	Ourives	Pai Padrinho	Gaspar Rebello de Sousa ²⁶ Bernardo Vieira Lopes
David José de Melo	05/03/1912	27	Casado	Rio de Janeiro	Oliveira	Carpinteiro	Padrinho	José Joaquim de Bastos Vieira
António Vieira	22/03/1913	13	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Pai	Gabriel da Silva Vieira
Joaquim de Macedo	28/03/1913	13	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Pai Avô paterno	Manuel da Costa Macedo Manuel Joaquim Lopes de Macedo
Emílio Fernandes da Rocha	28/04/1914	21	Casado	Rio de Janeiro	Taíde	Ourives	Padrinho	António da Silva Vieira ²⁷
José Maria de Matos Vieira	18/09/1915	24	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos	Soldado.	Pai	José Joaquim Vieira
Constantino José Fernandes de Araújo	26/02/1920	31	Casado	Ambriz (Angola)	Oliveira		Pai	Ignacio Fernandes Bacêlo
José da Costa Macedo	16/07/1920	28	Casado	Espanha e França (por Valença)	Travassos	Negociante	Pai Padrinho	Manuel Joaquim Lopes ²⁸ João Antunes Guimarães ²⁹
Francisco António de Carvalho	21/05/1921	30	Casado	Espanha (por Vilar Formoso)	Travassos	Proprietário	Pai	José Joaquim de Carvalho
Francisco de Barros	19/12/1921	13	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Padrinho	Francisco António de Carvalho
José Vieira Lopes	25/04/1923	19	Solteiro	Rio de Janeiro	Travassos		Pai	Manoel Joaquim Vieira Lopes ³⁰

Fig. 9 – Processos de Passaporte (1890-1925): Ligações familiares a ourives da Póvoa de Lanhoso

²⁶ Natural de Anissó – Vieira do Minho.

²⁷ Como profissão é referido "proprietário".

²⁸ Natural de Donim – Guimarães.

²⁹ Natural de Donim – Guimarães. Suprindo a vez do Padrinho, foi, por procuração, João António da Costa, ourives, casado, de Travassos.

³⁰ Como profissão é referido "proprietário".

Em termos de registos bibliográficos, apenas se conseguiu fazer remontar as marcas de ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso à segunda metade do séc. XIX. Estas provas encontram-se no registo das marcas de ourives registados nos contrastes, neste caso de Braga e Guimarães (Vidal 1974), sendo as mais antigas datadas de 1887. Muitas outras marcas existiriam, mas não foram detectadas e outras poderão aparecer registadas como sendo de ourives de Braga, Guimarães, ou mesmo correspondentes à área do Porto.

O número de marcas registadas não pode ser visto como sendo a totalidade de ourives existente numa dada época pois, a par do facto de uma mesma família poder ter vários artesãos a trabalhar com a mesma marca, artífices havia que trabalhavam a feição para outros, que forneciam o ouro e que depois apunham o seu cunho nas peças produzidas.

Como é possível verificar na Fig. 10, estão registadas marcas de ourives das freguesias de Garfe, Taíde, Oliveira, Sobradelo da Goma e Travassos, sendo a grande maioria desta última e aparecendo alguns referidos apenas como Póvoa de Lanhoso, num total de 25, com registos entre 1887 e 1925³¹.

Pela análise cruzada dos Processos de Passaporte e do Registo das Marcas de Ourives, foi possível detectar que:

- Nenhum dos ourives emigrado possuía marca registada.

O caso de Francisco António de Carvalho, de Travassos, em 1921 (com marca registada em 1926) não é excepção porque efectuava viagens de negócios para Espanha³².

- Cinco familiares ourives (pai e/ou padrinho) de emigrantes (alguns deles ourives) possuíam marca registada:

João António da Costa – Travassos – 1866 (pai), 1877 (padrinho), 1884 (padrinho) – Marca registada em 1887;

Manuel Joaquim Lopes de Macedo – Travassos – 1866 (padrinho), 1874 (pai), 1877 (pai), 1900 (avô) – Marca registada em 1888;

³¹ 40 marcas entre 1887 e 1940.

³² Comprovadas através de correspondência existente na posse da família.

REGISTOS DE MARCAS DE OURIVES			
Localidade	Ourives	Registada	Cancelada
Póvoa de Lanhoso	António José da Silva	1887	1903
Póvoa de Lanhoso	Custódio José de Araújo	1887	já cancelada
Travassos	Carvalho & Filho	1887	já cancelada
Travassos	Domingos António Gomes	1887	já cancelada
Travassos	João António da Costa	1887	já cancelada
Travassos	João Manuel da Cruz Júnior, transferida para filho José Maria Matos Cruz	1887 1906	1957
Travassos	José Fernandes da Silva	1887	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	José Joaquim Basto Vieira	1887	já cancelada
Garfe	José António de Carvalho	1887	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	Manuel Custódio Vieira	1887	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	Clemente José Vieira	1887	já cancelada
Travassos	Manuel Joaquim Lopes de Macedo	1888	já cancelada
Taíde	Miguel Baptista Rodrigues Vieira	1888	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	António da Silva Vieira	1889	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	Alexandre Vieira Lopes	1892	já cancelada
Travassos	José Maria Vieira	1894	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	José Clemente Fernandes da Rocha	1902	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	Albino de Matos	1903	já cancelada
Travassos	Manuel Joaquim Gonçalves	1903	já cancelada
Póvoa de Lanhoso	Joaquim Manuel da Silva Vieira	1908	já cancelada
Travassos	José Bernardino da Cruz	1911	já cancelada
Travassos	Ilídio Gonçalves Gomes	1912	1941
Oliveira	Manuel Gonçalves Alcouce	1912	já cancelada
Travassos	Joaquim Vieira Lopes	1917	já cancelada
Travassos	Diocleciano da Costa Macedo	1922	

Fig. 10 – Registos na Contrastaria de marcas de ourives da Póvoa de Lanhoso (1887-1925)
(Vidal 1974)

José Joaquim de Bastos Vieira – Oliveira – 1885 (padrinho) – Marca registada em 1887;

José Joaquim de Carvalho – Travassos – 1891 (pai) - Marca registada em 1887 (Carvalho & Filho);

Francisco António de Carvalho – Travassos – 1908 (padrinho) / 1921 – Marca registada em 1926.

- Existiam relações familiares estreitas com o concelho de Guimarães:

Manuel Joaquim Lopes de Macedo – Travassos (natural Donim – Guimarães) – 1866 (padrinho), 1874 (pai), 1877 (pai), 1900 (avô);

Eduardo José Pereira – Travassos (natural N. Sr.^a Oliveira, Guimarães) – 1884 (pai).

- As datas de registo das marcas não correspondem às de início de actividade de ourives em nenhum caso:

Manuel Joaquim Lopes de Macedo – Travassos – 1866 (padrinho), 1874 (pai), 1877 (pai), 1900 (avô) – Marca registada em 1888;

João António da Costa – Travassos – 1866 (pai), 1877 (padrinho), 1884 (padrinho) – Marca registada em 1887.

- Os pedidos de passaporte podem não ser destinados a emigrar, como sabemos ser o caso de Francisco António de Carvalho, de Travassos, em 1921 que efectuava viagens de negócios para Espanha.

- As profissões assinaladas nos Processos de Passaportes não correspondem, nalguns casos, ao conjunto das suas actividades:

José Joaquim de Carvalho – Travassos – 1891 (pai). Aparece com a profissão de proprietário, mas sabemos ser ourives;

Francisco António de Carvalho – Travassos – 1908 (padrinho) / 1921. Aparece com a profissão de proprietário, mas sabemos ser ourives;

José Maria Mendes – Travassos – 1922 e 1924 – para Espanha – aparece em 1922 como ourives estando empregado em Salamanca e em 1924 como industrial e proprietário indo em viagem de recreio – quando se sabe, através de um sobrinho-neto, que casou em Travassos e

continuou em Salamanca como ourives filigraneiro, onde o filho Luís Mendes (falecido em 1999) e os netos continuam a arte até hoje³³.

- Num total de 25 marcas de ourives do concelho da Póvoa de Lanhoso registadas entre 1887 e 1925, 12 são de ourives de Travassos. O facto de dez marcas terem como localidade Póvoa de Lanhoso, não quererá significar que esses ourives fossem naturais ou laboravam na sede do concelho, a vila, mas sim no concelho, o que foi detectado com o caso de José Joaquim de Bastos Vieira, de Oliveira – 1885 (padrinho) – Marca registada em 1887³⁴.

- É possível detectar famílias de ourives:

Em meados do séc. XIX, Francisco António de Carvalho possuía um armazém e uma oficina com seis artífices a trabalhar, além de outros que trabalhavam a feitiço; há também provas de que alguns artigos eram comercializados através de um entreposto em Burgos, assim como detinham um posto de vendas em Ciudad Rodrigo, Espanha. Em Portugal, criou um estabelecimento comercial em Cabeceiras de Basto. O seu filho José Joaquim de Carvalho também foi ourives e deu continuidade ao negócio com Espanha. Dos seis filhos deste, cinco continuaram ligados à Ourivesaria, entre eles Francisco António de Carvalho, tendo um genro, Adelino António Rebelo (com marca registada em 1933, ourives também natural de Travassos, iniciado em 1918 um negócio de comercialização de ouro, sobretudo em feiras como as de Ruivães, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto, Venda Nova e Salto. Os trinetos de Francisco António de Carvalho são ainda ourives assim como filhos destes.

As informações oficiais do Inquérito Industrial de 1890 dão conta de 38 oficinas de ourives no concelho da Póvoa de Lanhoso, discriminando 21 mestres e 41 operários (Peixoto 1990: 307). Rocha Peixoto descreve a actividade de Ourivesaria neste concelho como tendo sido alvo de crises e recuperações, sem, no entanto, apontar datas para qualquer uma das fases. Assim, em Travassos teriam existido

³³ Este será um dos exemplos dos vários ourives referidos por Guadalupe Ramos de Castro, como exemplo dos vários ourives de ascendência portuguesa que trabalham na zona de Zamora e Ciudad Rodrigo, origem portuguesa que mudou, naquela região, a designação do artífice do ouro, de “orfebre” para “ourives” (1986: 173).

³⁴ Aparece o nome "José Joaquim Basto Vieira" e localidade "Póvoa de Lanhoso", que se considerou tratar-se do mesmo indivíduo, apenas com referência ao concelho de origem.

oficinas com seis, dez e 16 operários, que terão entrado em decadência por alteração da moda e por fim dos mercados da Galiza, África e Brasil. Em 1908, para além de Travassos, ainda existiriam fabricantes de Ourivesaria nas freguesias de Oliveira e Sobradelo da Goma, produzindo exclusivamente contas, e teriam já deixado de existir em Castelões, freguesia do concelho de Guimarães (*Id. ib.:* 302-303). A crise ocorrida no sector da Ourivesaria terá levado os filigraneiros de Travassos à emigração ou à actividade agrícola (*Id. ib.:* 306). A revitalização de algumas oficinas ocorreu com a entrada de novo em moda das contas de filigrana, mas a dimensão das oficinas não ultrapassava, então, seis operários, tendo outros passado a trabalhar unicamente em casa, a sós ou com a família (*Id. ib.:* 307).

2. ACTUALIDADE

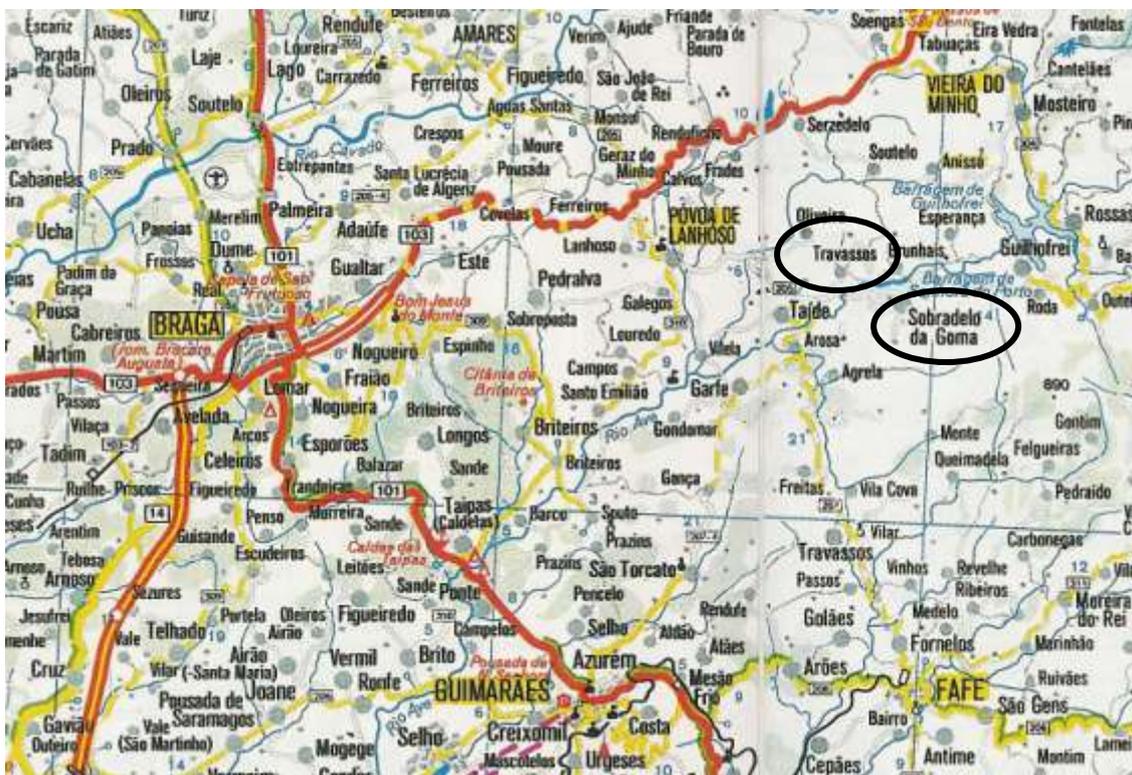


Fig. 11 – Localização de Travassos e Sobradelo da Goma
(In Roteiros de Portugal 2003)



Fig. 12 – Travassos, ao fundo, e Sobradelo da Goma, em primeiro plano

Distribuídos por oficinas, essencialmente de carácter familiar, em Travassos existem, pelo menos, 53³⁵ artífices de Ourivesaria³⁶:

- Abel Amorim Fernandes – lugar de Castanheira
- Abel da Silva – lugar de Bustelos
- Adelino Fernandes de Araújo – lugar de Leiradela
- Alberto da Silva Vieira – lugar de Aldeia de Baixo
- Álvaro Fernandes Freitas – lugar de Bustelos
- Álvaro Santos – lugar de Aldeia de Baixo
- Amândio Vítor Ferreira Pereira – lugar de Castanheira
- Amândio Vieira da Silva – lugar de Leiradela
- António da Silva – lugar de Leiradela
- António da Silva Pereira – lugar da Torrinheira
- António Fernandes de Araújo – lugar de Leiradela

³⁵ Foram contabilizados, também, os dois filhos de António Vieira Duarte e o irmão de Jorge Freitas.

³⁶ As fontes foram essencialmente, para além dos dados fornecidos pela Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso e Junta de Freguesia de Travassos, Junta de Freguesia de Sobradelo da Goma, assim como Francisco de Carvalho e Sousa e Maria Idalina Carvalho de Sousa, bisnetos de José Joaquim de Carvalho e trinetos de Francisco António de Carvalho, ourives atrás referidos. Francisco de Carvalho e Sousa (1934 –), foi ourives desde os 8 anos de idade (trabalhando com um tio) e dedica-se, actualmente ao comércio de ourivesaria e é o proprietário e director do Museu do Ouro de Travassos.

António Vieira Araújo – lugar de Leiradela
António Vieira Duarte³⁷ – lugar dos Perseguidos
Aurélio Freitas da Silva – lugar de Castanheira
Bernardino Fernandes – lugar de Castanheira
Boaventura Mário Gonçalves Gomes – lugar de Leiradela
Conceição Vieira Duarte – lugar de Castanheira
Custódio Silva Gomes – lugar de Leiradela
Daniel Pinheiro da Silva – lugar de Leiradela
Delfim Silva Gomes – lugar de Leiradela
Domingos Abel Domingues Vieira – lugar de Castanheira
Elói Rodrigues Silva – lugar de Bustelos
Guilherme Rodrigues da Silva – lugar de Bustelos
Hermenegildo Silva Gomes – lugar de Leiradela
Jaime Ferreira da Cruz – lugar da Cal
João Amândio Santos Matos – lugar de Leiradela
João Amândio Xavier Gomes – lugar de Leiradela
João de Matos Antunes – lugar de Aldeia de Baixo
João Ferreira da Cruz – lugar da Cal
João Teixeira Antunes – lugar de Aldeia de Baixo
João Vieira – lugar de Aldeia de Baixo
Joaquim Antunes – lugar de Leiradela
Joaquim Fernandes de Araújo – lugar de Leiradela
Joaquim José da Costa e Silva – lugar da Cal
Joaquim Machado Ramalho – lugar de Bustelos
Joaquim Rodrigues Silva – lugar de Bustelos
José da Silva – lugar de Aldeia de Baixo
José Manuel Fernandes – lugar de Aldeia de Baixo
José Matos Lopes – lugar de Leiradela
Luís Filipe Teixeira Antunes – lugar de Aldeia de Baixo
Manuel Amândio Vieira – lugar de Aldeia de Baixo

³⁷ Dois filhos seus também trabalham em ourivesaria (uma filha e um filho), mas não nos foi possível saber os seus nomes.

Manuel Antunes Cruz ³⁸

Manuel Jorge da Silva Freitas³⁹ – lugar de Aldeia de Cima

Maria das Dores Fernandes Freitas – lugar da Igreja

Marta Fernandes Freitas – lugar da Igreja

Messias Fernandes de Oliveira – lugar da Cal

Nuno Antunes – lugar de Leiradela

Olímpio Vieira da Silva – lugar de Leiradela

Raul Amorim Fernandes – lugar de Castanheira

Sancler Fernandes Freitas – lugar da Igreja

Em Sobradelo da Goma, laboram, pelo menos, 19 ourives:

Abel Armando da Silva – lugar de Penas

Adérito Armando Rodrigues da Silva – lugar de Penas

Adérito Víctor Fernandes – lugar de Vinha

António Ferreira – lugar de Varzielas

António Freitas Vieira – lugar de Varzielas

Arlindo Francisco Monteiro Rodrigues – lugar de Penas

Armando Rodrigues Fernandes – lugar de Penas

Aurélio Armando Rodrigues da Silva – lugar de Penas

Aurélio Monteiro – lugar de Penas

Filipe Pereira Fernandes – lugar de Vinha

Inês Maria Ferreira Silva Barbosa – lugar de Vinha

João Arménio Fernandes – lugar de Vinha

José Manuel Fernandes – lugar de Penas

Luís Leite – lugar de Vinha – lugar de Penas

Manuel Armando Rodrigues Fernandes – lugar de Penas

Manuel Martins Matos – lugar de Lages

Manuel Sousa Martins – lugar de Lameiras

Maria Emília Martins Pereira – lugar de Varzielas

Michel Martins Matos – lugar de Lages

³⁸ Não foi possível saber qual o lugar.

³⁹ Trabalha com outro irmão, de quem não se conseguiu saber o nome.

Para além destes, existem mais 9 ourives noutros pontos do concelho, sendo possível detectar a sua estreita ligação às freguesias anteriormente referidas:

Alberto Sousa Martins – lugar de Cimo de Vila, Lanhoso (natural do lugar de Lameiras, Sobradelo da Goma)

Alfredo Fernandes – lugar de S. Pedro, Póvoa de Lanhoso (natural de Travassos)

Armando Silva – lugar de S. Pedro, Póvoa de Lanhoso (natural de Travassos)

Clemente Matos Barroso – lugar de Moinhos Novos, Póvoa de Lanhoso (natural do lugar de Lameiras, Sobradelo da Goma)

José Matos Marques – lugar de Moinhos Novos, Póvoa de Lanhoso (natural do lugar de Leiradela, Travassos)

Manuel Marques Rodrigues – lugar do Mosteiro, Fontarcada (natural de Travassos e que esteve emigrado no Brasil)

Paulino Sousa Martins – lugar de Ralde, Taíde (natural do lugar de Lameiras, Sobradelo da Goma)

2 Filhos de Manuel Joaquim Amorim – S. Martinho de Campo (aprenderam em Sobradelo da Goma)

Para todos os casos que se apresentam, constata-se a reduzida presença de mulheres no ofício de ourives. O motivo dessa ligação, quando existe, prende-se com o facto de serem familiares próximos de ourives:

Conceição Vieira Duarte – irmã

Filha de António Vieira Duarte⁴⁰ – filha e sobrinha

Inês Maria Ferreira Silva Barbosa – filha

Maria das Dores Fernandes Freitas – irmã

Marta Fernandes Freitas – irmã

Para além destas, que trabalham em Ourivesaria, actualmente, existem, ainda, outras que trabalharam até há cerca de 10 anos e que eram consideradas verdadeiras “artistas”:

⁴⁰ De quem não foi possível saber o nome.

Augusta Lima Rodrigues⁴¹

Esmeralda de Matos Antunes – filha e irmã – filigraneira

Inês Barbosa Amorim – mulher – encadeava contas de terços

Júlia de Matos Antunes – filha e irmã – filigraneira

Maria Mendes – mulher – encadeava contas de terços

Actualmente existem ourives de Travassos que estão emigrados no Brasil:

Adelino Cruz – Rio de Janeiro

Artur Carvalho Matos – Rio de Janeiro

Eleutério Antunes Cruz – Rio de Janeiro

António Manuel Matos Marques⁴² – Rio de Janeiro

Gabriel Lopes – Rio de Janeiro

João Matos Macedo⁴³

Luís Matos Macedo⁴⁴

Manuel Antunes Cruz⁴⁵ – Rio de Janeiro

Manuel Cruz – Rio de Janeiro

Manuel Rodrigues Silva⁴⁶

Olímpio Rodrigues Silva⁴⁷

Para além destes, encontramos 4 ourives de Travassos, "brasileiros" de torna-viagem:

- António Carvalho Matos – Rio de Janeiro – regressou em 1991 (reformado);
- José Matos Marques – Rio de Janeiro – regressou em 1993 e é ourives em
Leiradela, Travassos;
- Manuel Marques Rodrigues – Rio de Janeiro – regressou em 1993 e é
ourives em Fontarcada;
- Venâncio Fernandes – Rio de Janeiro – regressou em 1999.

⁴¹ Não foi possível saber se existia, ou qual era, a sua relação familiar à actividade de ourivesaria, nem qual a sua especialidade, se a tinha.

⁴² Trabalha com Eleutério Antunes Cruz.

⁴³ Não foi possível saber a região no Brasil onde se encontra.

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ Pode já ter regressado do Brasil.

⁴⁶ Não foi possível saber a região no Brasil onde se encontra.

⁴⁷ *Idem.*

Actualmente a actividade da Ourivesaria nesta região, tanto na sua expressão técnica como artística e humana, mantém um carácter artesanal e tradicional. A grande maioria das empresas são familiares, sendo possível encontrar por vezes três gerações de uma família a trabalhar na mesma oficina. A aprendizagem começava muito cedo, a partir dos sete/oito anos, quando os rapazes acompanhavam os pais na oficina, intercalando a aprendizagem do ofício com a escola⁴⁸, avançando muito lentamente, cumprindo primeiro as tarefas elementares como varrer a oficina, alimentando a forja e continuando depois no conhecimento das ferramentas e técnicas básicas, tais como serrar, limar, engatar ou bufar ao maçarico.

Mesmo nas oficinas com um certo grau de modernização mantêm-se grande parte das técnicas de trabalho tradicionais, porque apenas se introduziram máquinas para reduzir o esforço despendido em actividades que eram inteiramente manuais.

Travassos⁴⁹, dada a grande quantidade de oficinas e o facto de quase todas as famílias estarem, ou terem estado, ligadas ao trabalho do ouro, é considerada uma "aldeia-oficina". Esta freguesia possui características arquitectónicas que evidenciam a grande quantidade de oficinas funcionando em tempos anteriores (cerca de 50 oficinas até à década de 60⁵⁰), bem representadas pelas típicas janelas quadrangulares e amplas⁵¹ voltadas a Sul (Fig. 13) que permitem uma boa iluminação no interior da oficina, necessária num trabalho tão minucioso. Até porque o interior de uma oficina de ourives é escuro, desde as paredes (mesmo caiadas com frequência) ao próprio ouro, devido ao fumo da forja, à chama das candeias e porque o ouro fica escuro quando trabalhado.

A tipologia das oficinas varia de acordo com o espaço disponível, mas, para além das janelas, tem como característica comum a infinidade de utensílios suspensos em frágeis suportes, nas paredes, tanto mais perto das *banças* quanto

⁴⁸ Na década de 50 e 60.

⁴⁹ "Vamos a Travassos, freguesia afamada pelas muitas e importantes obras de filigrana que ali se fabricam e veremos que neste género de ourivesaria é uma das primeiras terras do reino, pelo que tem reputação merecida." (Bastos 1907: 88).

⁵⁰ Informação colhida entre ourives actuais. A sua credibilidade assenta no facto da maior parte das oficinas actuais funcionarem há mais de 50 anos e de termos detectados cerca de 20 oficinas abandonadas, que terão funcionado, grande parte delas até há cerca de 20 ou 30 anos.

⁵¹ As janelas mais comuns são as que permitem iluminar duas bancas de ourives ($\pm 1,40 \times 1,40$ m); as mais pequenas ($\pm 0,90 \times 0,90$ m) permitem a iluminação de uma banca.

maior é a sua frequência de utilização: *buchelas**, alicates, tesouras, *bitolas**, entre muitos outros. Numa oficina, a banca de ourives (ou *caixão**) constitui o elemento essencial, compondo-se de um conjunto obrigatório de elementos: chapa de aço, *estilheira**, *colher de solda**, três grandes gavetas e por vezes pequenas gavetas.

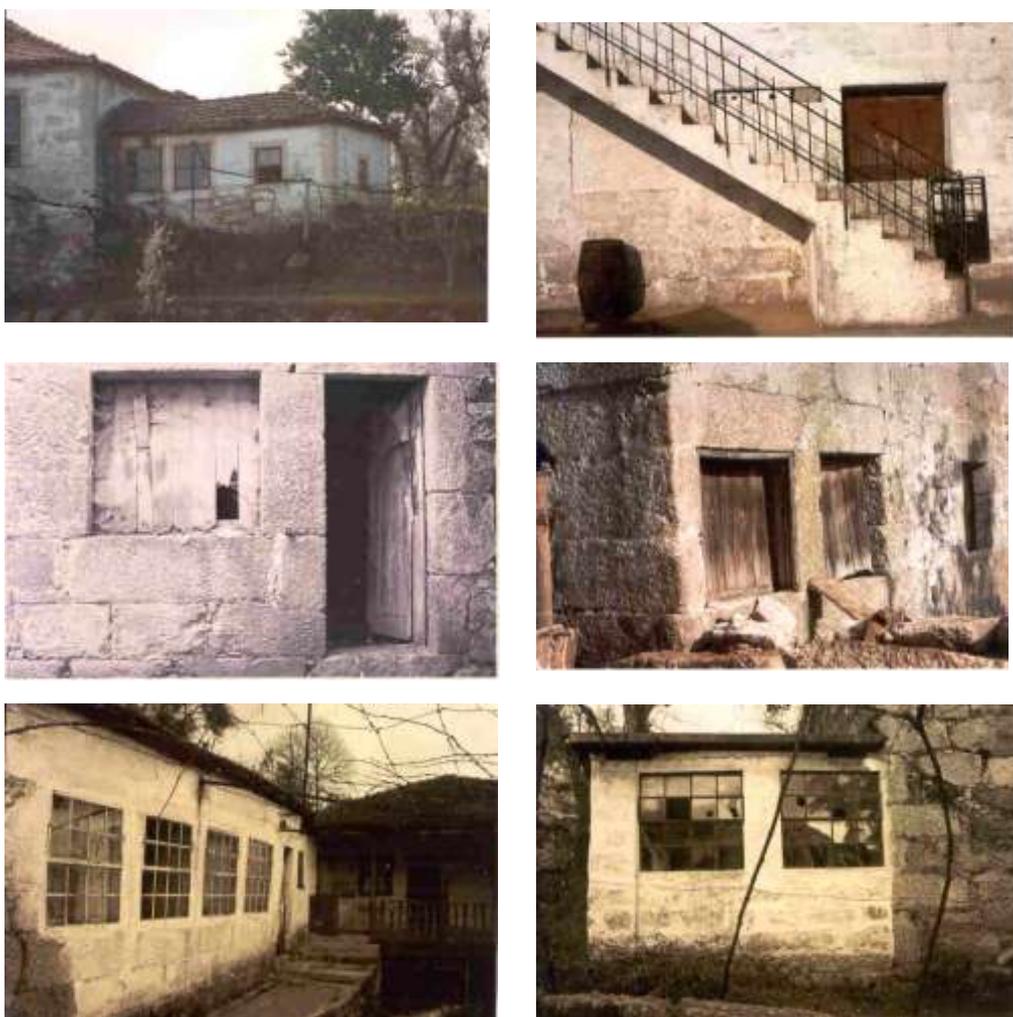


Fig. 13 – Janelas de oficinas desactivadas, em Travassos

O chão das oficinas, em especial junto da porta de entrada, possui gradeados de madeira, cujas aberturas entre as tábuas deixam passar as minúsculas partículas de ouro e prata libertadas durante a execução das peças, porque numa

* V. Anexo – Glossário.

oficina de ourives, mais do que limpar os sapatos à entrada, é essencial limpar bem à saída, para evitar ao máximo a fuga de partículas de ouro que se desprendem ao longo do trabalho e que podem sair presas no calçado. O chão das oficinas é muito bem varrido todas as semanas e estas “terras” guardadas, formando depois a *escovilha**, juntamente com outros restos do *buraco da forja**, dos cadinhos e outros vasos partidos, dos quais, depois do tratamento adequado, ainda se retiram partículas de ouro.

A maioria das oficinas de Ourivesaria no concelho da Póvoa de Lanhoso corresponde a unidades de carácter familiar e, por isso, de reduzidas dimensões, dispendo de amplas janelas envidraçadas junto das quais se encontram as mesas de trabalho. Correspondem, normalmente, a oficinas com duas janelas, possibilitando o trabalho na *banca* a quatro ourives. Muitas destas janelas possuem, ainda, um sistema de segurança rudimentar, mas eficaz, que consiste numa portada maciça – o *tabuleiro* – que tapa toda a janela e é levantado quando o trabalho na oficina começa (Fig. 14).

As forjas funcionam, normalmente, num espaço próprio anexo à oficina, com um ou mais “janelos” de reduzidas dimensões a assegurar a ventilação. Conhecemos apenas uma oficina – da Casa da Carreira de Cima –, já desactivada, com a forja dentro da oficina e possuindo uma chaminé para extracção dos fumos ou vapores (Fig. 15). A forja de fundição é, normalmente, fora da oficina, dado que este trabalho provoca grande quantidade de fumos e calor.

A actividade da Ourivesaria tem vindo a desempenhar, desde há muito, um papel preponderante no aspecto económico e social, principalmente no que diz respeito à freguesia de Travassos, onde esta actividade já funcionou quase com exclusividade como sustento da comunidade local, uma vez que os rendimentos da agricultura (a outra única actividade económica) eram unicamente destinados à subsistência alimentar.



Casa de Vila Nova



Casa da Porta de Baixo



Casa de Alfena (actual Museu do Ouro de Travassos)

Fig. 14 – Tabuleiros das janelas das oficinas

Até há cerca de quatro décadas, a distribuição da riqueza era, aparentemente, mais homogénea pois quase todas as famílias tinham, a par dos proveitos do seu trabalho no campo, alguns rendimentos do trabalho de ourives, que executavam muitas vezes só aos "serões", no Inverno, ou nas épocas baixas dos trabalhos agrícolas. Havia algumas grandes empresas de Ourivesaria, que contribuíram com a sua riqueza para o desenvolvimento da localidade, com a criação

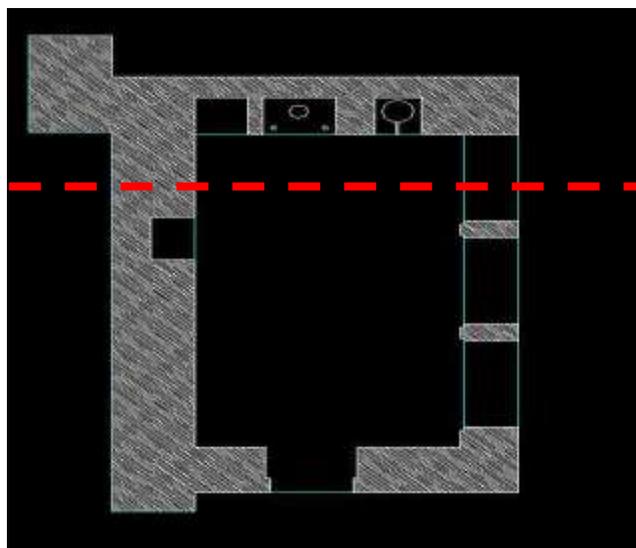
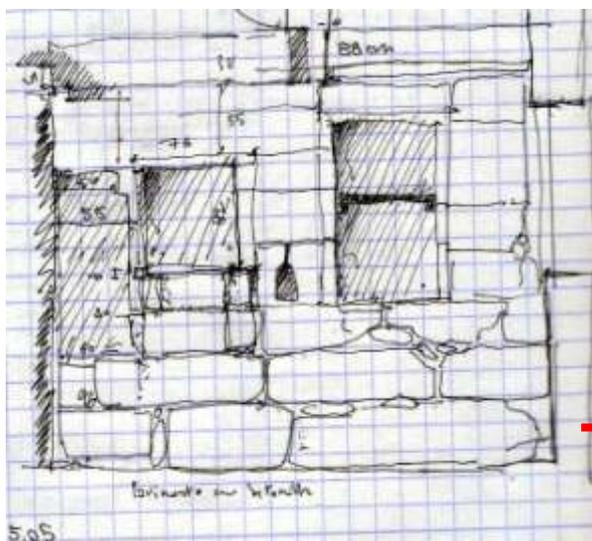
de um posto de correio (estabelecido em 1960 devido à necessidade de enviar *obra*^{*}, com valores declarados, para outros locais, em especial para a Contrataria, no Porto), melhorias na igreja paroquial, construção de uma residência e centro paroquial.

Apresentam-se, de seguida, alguns levantamentos de plantas e alçados de três oficinas em Travassos⁵² (Fig. 15, 16 e 17), os primeiros registos de um trabalho a que se pretende dar continuidade.

* V. Anexo – Glossário.

⁵² Da autoria do Arq^tº Rui Vieira, ficando aqui registado o agradecimento pela colaboração prestada.

Fig. 15 – Oficina da Casa da Carreira de Cima, lugar Aldeia de Baixo, Travassos



Planta da Oficina



Secção/alçado



Fig. 16 – Oficina no lugar da Cal, Travassos



Planta de localização



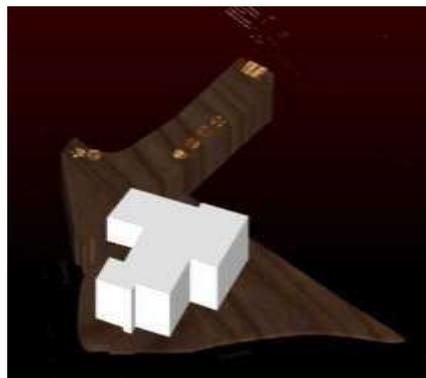
Vista da Oficina e da habitação
que a ela se uniu



A fachada ainda mantém as
dimensões originais...



Planta de um projecto de reabilitação do edifício
que visa recuperar a Oficina



Aspecto de tratamento 3D e de
estudo volumétrico.

Travassos é a única freguesia da Póvoa de Lanhoso onde se festeja o dia de Santo Elói⁵³, padroeiro dos ourives (dia 1 de Dezembro), celebrando-se missa solenizada, seguida de procissão com o andor do santo. A festa tem agora uma manifestação reduzida relativamente a épocas passadas. Esta devoção deu origem a um cântico próprio, com letra e música original⁵⁴. Não conseguimos saber a quando remonta a devoção a Santo Elói em Travassos, mas sabemos que a manifestação festiva foi introduzida por volta dos anos 20 deste século, por iniciativa de Porfírio António de Barbosa (1882-1943), ourives oriundo da freguesia de Brunhais que aprendeu o ofício de ourives na oficina da Casa da Porta de Baixo, em Travassos, e que foi depois trabalhar de ourives para o Porto, para a oficina de um outro ourives oriundo de Brunhais, um certo “Ermida”⁵⁵.

Em termos sociais, caíram já no esquecimento eventos que marcavam a vida da comunidade ligada à Ourivesaria, tais como a reunião de toda a comunidade na Eira de Carreirós, um grande afloramento granítico comunitário, onde todos os ourives levavam as suas candeias de iluminação, de petróleo, e aí procediam conjuntamente à sua limpeza e preservação, de modo a não se deteriorarem durante a época em que não eram utilizadas (durante os meses de Verão⁵⁶). Esta reunião deixou de se fazer há cerca de 80 anos.

Deixaram também de circular pelos caminhos as alfaias de uso comunitário, tais como *embutideiras**, *embutidores**, cortadores de *cascos**, *fieiras** e jogadas de *rubis**, que cada oficina aguardava a sua vez de utilizar. Por este meio estabelecia-se uma vida comunitária intensa, sabendo-se em que fase do trabalho se encontrava cada oficina, e o que estava a produzir, pelos equipamentos que estava a utilizar.

⁵³ Um ourives nascido nos finais do séc. VI, nas proximidades de Limoges, em França e que foi bispo (Torres 1948: 17).

⁵⁴ Refrão: “Santo Elói escuta hoje / abençoa os filhos teus / que os ourives de Travassos / pedem-te a graça de Deus.”

Quadras:

I – “Santo Elói foi bom artista / e também um grande santo / porque o trabalho e a virtude / são na vida um doce encanto.”

II – “Santo Elói depois de bispo / ensinou com seu fervor / que o bom mestre dos artistas / é Jesus Divino Amor.”

III – “Ao ganhar o nosso pão / com a mão no lindo ouro / que o Divino Coração / seja só nosso tesouro.”

⁵⁵ Estas informações foram cedidas pela D.^a Maria José Rego Barbosa, do Porto, filha do ourives Porfírio António de Barbosa, cujo agradecimento aqui se regista.

⁵⁶ Desde o dia 25 de Março (dia de N. Sr.^a das Graças) até ao dia 8 de Setembro (dia de N. Sr.^a de Porto d’Ave).

* V. Anexo – Glossário

Alguns dos actuais ourives foram os “rapazes” (aprendizes) que transportavam algumas desta jogadas de rubis*, sempre dentro de uma caixa de madeira, de modo a não se perderem, dada a sua reduzida dimensão.

Também havia alguns mecanismos, mais dispendiosos e de maiores dimensões, que poucas oficinas possuíam e que eram utilizados por outros ourives, organizando estes o seu trabalho em função da disponibilidade desses utensílios. A partir do momento em que se introduziu uma mecanização do trabalho, esta utilização era paga à hora, no caso do *laminador**, ou à peça, no caso do *balancé** (o custo desta utilização incluía cortar e rebarbar na *cortadeira**, assim como *estampar** as peças, com os respectivos *cunhos**). O uso destes instrumentos era sempre gratuita e preferencialmente para os ourives que se encontravam a fazer *obra** para a casa da oficina que os possuía. Existem ourives que ainda se lembram destes procedimentos e que terão acabado há cerca de 50 anos, tal como a circulação de utensílios.

1. TIPOLOGIA DE FORMAS

Os objectos característicos desta região são:



- As *argolas batidas* ou de *requife* – feitas de uma chapa lisa em forma de crescente rematada por uma trança de quatro fios de ouro muito fina, cuja técnica de rendilhado é inimitável e exclusiva de Travassos;

- Contas ocas – feitas a partir de duas metades soldadas. De tipologia variada, as mais características são:



- Circulares, *embutidas*, lisas ou *cobertas* com aplicações, que podem ser de filigrana, como no caso das conhecidas contas *de Viana*, feitas aqui com o nome *de olho-de-perdiz*, devido ao efeito que faz um círculo de fio batido, com um grânulo de ouro no centro;

* V. Anexo – Glossário

- *Brasileiras* – em forma de pipo com estrias paralelas;



- *Torcidas* – em forma de pipo com estrias oblíquas.



• Argolas *de bambolina* (em filigrana, com uma lúnula central oscilante);



• Argolas *à marchanta*, também conhecidas como *de carniceira* ou *de Barcelos*, (feitas de tubo de *canevão* quadrangular, podendo ser ovais ou circulares);



• Crucifixos de *canevão* (com ou sem resplendor);



• Trancelim de filigrana;



- Trancelim de lantejoulas;



- Corações (estampados, filigranados ou cinzelados);



- Relicários filigranados;



- Cruzes de Malta (com ou sem esmalte);



- *Borboletas* (decoradas por cinzelagem ou com filigrana);

Para além destes, existe uma vasta gama de peças: argolas, brincos, colares e pendentives, para mencionar as peças mais comuns, com ou sem aplicação de filigrana.



Peças que actualmente se encontram em fase quase final de produção são os pendentos articulados, em forma de peixe, e os pendentos oculados, denominados “olhinhos de Santa Luzia” (Fig. 18), estes últimos também feitos em prata.



Fig. 18 – Peixe articulado e Olhinhos de Santa Luzia

Em prata fazem-se terços com contas de filigrana ou de *açafate**.

É interessante constatar, nesta panóplia da joalharia popular, a quase ausência de adornos para as mãos, como anéis e pulseiras.

Actualmente assistimos já ao fabrico de um outro tipo de objectos, fruto da adaptação dos artífices a novos gostos e tendências da moda joalheira.

2. TÉCNICAS DE FABRICO

As peças produzidas são, essencialmente, de carácter popular, perpetuando técnicas e motivos, que parecem remontar, muitas vezes, à Proto-História (Cruz 1984: 53; Peixoto 1990: 277-288). Caracterizam-se por objectos de uso pessoal – de adorno e/ou cariz religioso – e a técnica é essencialmente a da filigrana.

2.1. Filigrana

É uma técnica que consiste na arte de torcer dois finos fios de ouro ou prata, a partir de um processo moroso e delicado de trabalhar o ouro (ou a prata) de modo a obter um fio da espessura⁵⁷ de um cabelo a partir de uma barra cuja espessura pode atingir um centímetro. A filigrana pode ser de *aplicação*, para decorar outras peças, ou

* V. Anexo – Glossário

⁵⁷ Para reforçar, em Travassos dizem: “da ‘finura’ de um cabelo”.

de *integração*, em que a peça é inteiramente feita em filigrana a partir de uma *armação*, que constitui o esqueleto da peça.

O metal nobre é colocado num cadinho aquecido na forja até à sua fundição. Este cadinho é depois retirado, com a ajuda de uma tenaz, e o metal líquido vazado numa *rilheira** de ferro, que lhe dará a forma de uma barra longa.

Para produzir o fio, utiliza-se uma vareta de metal proveniente da *rilheira*, que se faz passar por um *cilindro de fio**, com sulcos sobrepostos formando orifícios – *pertuchos** – de diâmetros cada vez mais pequenos. Em seguida, este fio, ainda grosso, é feito passar pela *fieira** e, depois, pelo *damasquilha**, barras de aço que se fixam num dos topos do *banco de fio**, lugar onde este será esticado. Aí é presa uma ponta do fio de metal com uma tenaz que é puxada pelo enrolar de uma corrente. Nestes utensílios de aço, o fio vai passando em orifícios sucessivamente menores.

Nas oficinas de maiores recursos existe o *cilindro de fio**, aparelho constituído por dois cilindros sobrepostos, com sulcos em forma de meio círculo, de diferentes tamanhos, e que ajudam a esmagar a barra de metal adelgaçando-a no formato de uma barra cilíndrica. Estes *cilindros* são, originalmente, movidos por duas grandes manivelas que se rodam, tal como os dois cilindros, em sentido contrário, forçando a barra de metal a comprimir-se para passar através dos sulcos pretendidos.

O metal é, depois, puxado no *tabuleiro** e, finalmente, no *carrinho de puxar o fio**, onde se colocam *damasquinhos** mais finos e os *rubis**, com orifícios ainda mais finos, até o metal ficar com a tal “finura” de um cabelo. Durante este processo, o metal é recozido várias vezes levemente ao fogo (normalmente de seis a oito *pertuchos**), para que o fio não se quebre.

Entretanto, uma barra de fio é submetida ao *laminador**, aparelho constituído por dois cilindros sobrepostos, por entre os quais se faz passar consecutivamente, esmagando-o, até ficar uma fita muito fina que formará a “parede”. Com ela procede-se à *armação** da peça que se pretende executar, no seu contorno e sistema de nervuras principais. São estes espaços vazios que irão ser “cheios” de fio de filigrana.

Para o fio de filigrana, propriamente dito, são torcidos manualmente dois fios, a partir da extremidade, rolando entre duas tábuas duras (normalmente de noqueira), originando um cordão torcido que depois é sujeito lentamente ao fogo recozendo-o e

* V. Anexo – Glossário

ligando bem os fios, que são batidos no *laminador**, convertendo-os numa ténue fita serrilhada. Finalmente, esta fita é enrolada na *apanhadeira**, formando a *madeixa**, rolo de onde se cortam os pequenos fragmentos que irão ser trabalhados na chapa da *banca** do artífice.

Este fio delicado é curvado e enrolado ao gosto do ourives, preso com a pinça ou *buchela** e com a ajuda da unha do dedo indicador, dando origem a “espirais”, “cabeças”, *esses** ou *rodilhões**, que depois se harmonizarão ao seu gosto em peças sempre originais. É com estes *rodilhões* (ou *crespos**) que se enchem, com perícia e delicadeza, os espaços vazios da *armação**.

“Cheia” a peça, esta é colocada na *piúca** ou numa tábua grossa carbonizada e consecutivamente utilizada. Cobre-se com solda de limalha de ouro e, então, o ourives, soprando através de um *maçarico boca**, projecta a chama sobre o objecto, de modo a prender os fios espiralados, vigiando-a atentamente.

É de salientar que muitos dos utensílios eram, e alguns ainda são, fabricados pelo próprio ourives que depois os utiliza, ou readapta a mais funções.

A filigrana da Póvoa de Lanhoso é denominada *filigrana de olhete**, nome derivado do orifício circular no centro de cada espiral de fio de ouro. A diferença entre esta e de Gondomar (Porto) é que esta não é tão leve e aberta, tem os *rodilhões** mais cheios e cerrados. Merece referência o facto de alguns artífices produzirem, sempre que lhes seja solicitado, filigrana mais cerrada, como a que é fabricada em Gondomar, contrariando assim algumas opiniões que desvalorizam a filigrana da Póvoa de Lanhoso, pelo seu carácter mais aberto.

2.2. Trança

Também conhecida como “Requife”, serve de elemento decorativo das “argolas batidas”, utilizada como remate na parte interior e exterior das paredes soldadas a duas placas em forma de crescente.

Consiste num entrançado de quatro fios de ouro, num processo mais complicado que o de torcer os dois fios para a filigrana, sendo feito em dois tempos distintos. Na primeira fase é executado um fio de filigrana que é laminado, para ficar

* V. Anexo – Glossário

com a expressão de uma fita serrilhada; numa segunda fase são entrançados dois fios de ouro, à volta dessa fita, num processo e ritmo que constitui segredo.

Existem muito poucos ourives que sabem fazer a trança e guardam este segredo de forma a garantir que estas argolas sejam realmente exclusivas de Travassos.

2.3. Canevão

Também existem ourives especializados na feitura de obra de *canevão*, tubo oco de variados tipos – circular, quadrangular, oval, triangular, ou outros –, que depois é utilizado para fazer crucifixos, argolas ou pulseiras, e que serve, muitas vezes, de base a decorações com aplicação de fio de filigrana.

O metal nobre, depois de fundido num cadinho, é vazado numa *rilheira** de ferro, que lhe dará a forma de uma barra larga. É esta barra que é submetida ao *laminador**, fazendo-a passar entre os dois cilindros sobrepostos, esmagando-a, até ficar uma chapa muito fina.

Para fazer o tubo de canevão redondo para argolas: é cortada uma tira comprida de chapa de ouro pelos riscos paralelos feitos com o *compasso**, depois de tirada a medida que se pretende, a partir da espessura do fio de cobre que serve de medida interior. Esta tira é aplicada à volta do fio de cobre à medida que vai entrando nos orifícios da *fieira**, ficando assim o fio de cobre coberto com a chapa de ouro.

Para assegurar que a junção da chapa de ouro fica voltada para dentro nas argolas, é riscado o lado oposto à junção com o auxílio do *raidor** ou *rascador**. Depois é aplicada uma chapa de cobre revestindo o fio de cobre coberto a ouro, ficando a junção desta chapa sobre o risco feito previamente no ouro, ou seja, no lado oposto à junção da chapa de ouro. Este processo é fundamental, especialmente nas argolas.

Depois de tudo *recozido* esta segunda cobertura com cobre, que lhe confere maior maleabilidade, o tubo de ouro é obrigado a enrolar (*embitolar**), conforme o tamanho e feitio das argolas, sem correr o risco de enrugar o ouro pela parte interior das argolas.

* V. Anexo – Glossário

A cobertura exterior de cobre, depois de voltada (*embitolada*) e cortada a argola, é retirada com a ajuda de um ferro próprio, apoiado na *estilheira** da banca do ourives. O interior de cobre é depois dissolvido pela imersão das argolas em vários *banhos de água-forte*, até sair a totalidade do cobre.

Para *canevão** rectangular para argolas, o processo tem algumas variações: no caso das argolas de lágrima, que são *embitoladas ao alto*, a chapa de cobre é aplicada da mesma forma que no *canevão** redondo das argolas, sem fazer o risco, que não é necessário porque é fácil determinar o oposto da junção. Neste caso, a chapa de cobre do revestimento deve ser muito mais grossa porque a chapa de ouro, mais fina, é muito distendida na parte exterior e encurtada na parte interior. Ao *canevão embitolado ao alto*, também é chamado *canevão batido*.

Para além deste modo tradicional de se fabricar o *canevão*, actualmente, também é feito utilizando uma linha apropriada que ajusta a chapa de ouro ao fio de cobre, em vez da chapa de cobre a revestir a chapa de ouro.

O tubo de *canevão*, nas suas variadas espessuras e formas, é utilizado nestas paragens, essencialmente, para fazer argolas ou cruces, servindo muitas vezes de base para ornamentos de filigrana, como é o caso dos crucifixos de resplendor em filigrana.

2.4. Contas ocas

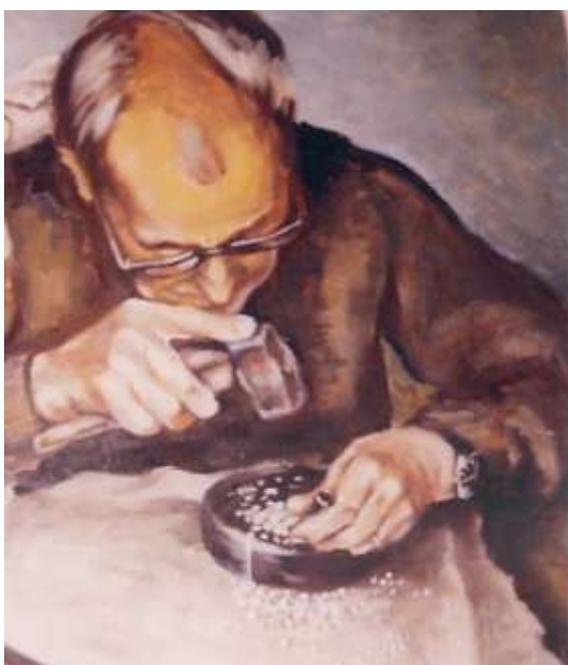
Os conteiros são, também, ourives muito característicos desta região, produzindo contas das mais variadas formas e dimensões. As contas ocas dividem-se em dois grandes grupos que correspondem a duas técnicas de fabrico diferentes: as contas esféricas e os “pipos”. Estas contas destinam-se, essencialmente, a constituir colares ou terços, embora também se utilizem para um sem número de adornos, como motivo principal ou complemento decorativo, tais como brincos, pendentos, argolas, entre outros.

As contas esféricas, que são *embutidas*, podem ser de chapa, de filigrana ou de *açafate*. As contas de chapa apresentam-se lisas ou *cobertas* com aplicações, que podem ser de filigrana, como no caso das conhecidas contas *de Viana*, feitas na

* V. Anexo – Glossário

Póvoa de Lanhoso com o nome *de olho-de-perdiz*, devido ao efeito que faz um círculo de fio torcido batido maior, com um olhete de ouro no centro.

As contas esféricas de chapa são feitas a partir de círculos de chapa cortados no cepo de madeira ou no *chumbo* – os *cascos* – e pressionados, por batimento, nas cavidades da *embutideira*, com a ajuda de *embutidores*, o que lhes dá a forma de meia conta esférica (Fig. 19). Estas meias contas são depois alisadas na



alisadeira^{*} de modo a eliminar qualquer aresta que impeça a soldadura perfeita de duas metades.

Fig. 19 – Pormenor de quadro de Domingos Silva (o conteiro António Vieira a embutir)

Estas são depois casadas e engrampadas (presas com um gancho de ferro), lisas ou com os motivos decorativos aplicados, conta a conta e colocadas numa *tábua de soldar*, de modo a unir os dois cascos. Pormenor interessante é a utilização de cola feita à base de pevides de marmelo para segurar os motivos decorativos antes de os pulverizar com a limalha de solda de ouro e proceder à soldadura soprando o fogo através de um maçarico bucal (Fig. 20 e 21).

* V. Anexo – Glossário



Fig. 20 – Contas “olho de perdiz”
Aplicação de olhetes e solda



Fig. 21 – Soldadura de contas

Em prata, fazem-se terços com contas de filigrana ou de *açafate**, cujo processo de fabrico passa por elaborar círculos *cheios* de filigrana, num caso, ou feitos de fio enrolado com formato e inclinação que lembra os cestos de vime, no outro, que depois são batidos cuidadosamente na *embutideira** de modo a lhe dar o formato de meia conta. As contas de filigrana, em ouro ou prata, passam anteriormente por todo o processo de fabrico do fio de filigrana, atrás referido.

As contas ovais, ou “pipos”, como são mais conhecidas, são feitas utilizando *cunhos*, com o motivo pretendido numa extremidade, que estampam nos *cascos*, por batimento com martelo, enterrando no chumbo. Cada meia conta é depois aperfeiçoada com um cinzel, de modo a realçar o motivo decorativo impresso (Fig. 22). O processo de soldadura é o mesmo das contas redondas.

* V. Anexo – Glossário

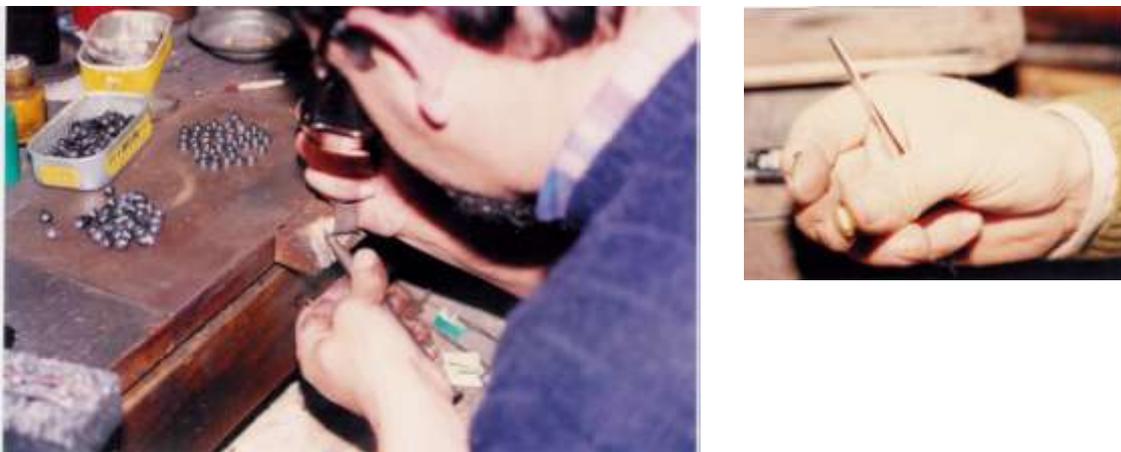


Fig. 22 – Trabalho das contas torcidas

2.5. Estampagem

A *estampagem* é também realizada para a concepção de objectos ocós, tais como pendentos, argolas ou brincos. Estampar consiste em dar relevo a uma chapa de metal, a partir de um punção batido com um martelo ou de um cunho e contracunho batido com a ajuda do *balancé**. Esta técnica permite a realização de peças de modo mais rápido e mais similar.

Em primeiro lugar, o metal nobre, depois de fundido num *cadinho**, é vazado numa *rilheira** de ferro, que lhe dará a forma de uma barra larga. É esta barra que é submetida ao *laminador**, fazendo-a passar, consecutivamente, entre os dois cilindros sobrepostos, cada vez mais aproximados, esmagando-a até ficar uma chapa muito fina. Como em todos os processos anteriormente descritos, o metal é sujeito à acção do fogo, de vez em quando, *recozendo-o* para que não se parta durante o processo de fabrico da chapa.

Obtida a chapa com a espessura desejada, esta é cortada em bocados, cujo tamanho varia em função do fim a que se destina.

- Uma placa de chumbo é colocada em cima de um cepo de madeira e é em cima do *chumbo** que a chapa de ouro é batida com o cunho, com a ajuda de um martelo, conferindo o motivo pretendido pelo anverso da peça. Desta operação resulta metade de cada peça que, depois de aperfeiçoada e limadas as arestas, são unidas e

* V. Anexo – Glossário

soldadas, no mesmo modo como as contas ocas, atrás referidas. Estão neste grupo as contas ocas ovais (os *pipos*).

Muitas vezes o cunho utilizado é, ao mesmo tempo, um *cortante**, imprimindo o motivo desejado e cortando na forma pretendida, como é o caso das *argolas batidas*

- O *balancé** veio introduzir nas oficinas um certo grau de mecanização, embora não tenha sido adoptado para o fabrico de todas as peças estampadas. Por outro lado, como era um instrumento muito dispendioso, só algumas oficinas o tinham e era rentabilizado sendo facultada a sua utilização a outros ourives. Aqui é colocado o cunho preso na parte superior e um contra-cunho a servir de base, podendo também servir de cortante. Pelo movimento giratório dos dois braços, de tipo prensa, com pesos incorporados, a pancada é muito mais forte do que o batimento a martelo e basta uma só para imprimir o motivo desejado na peça. Este processo é muito utilizado para o fabrico de peças ocas como cruces, brincos ou imagens de N. Senhora.

2.6. Acabamentos

Devido à oxidação, ao fogo e fumo do maçarico de soldar, os objectos de ouro ficam muito escurecidos. Para que o ouro retome a sua cor original, os objectos têm de passar por processos de acabamento. Deixa-se esfriar a peça que depois vai a *branquear** num recipiente de cobre – *caldeira**– fervendo numa solução muito diluída de ácido sulfúrico. Já num estado adiantado de acabamento, as peças são, então, mergulhadas em massa salitrosa, mais ou menos diluída, fervendo numa vasilha de barro (meio cântaro) – *panelo** – conforme se quer *corar** ou *agemar** (Sousa Ma. 1996), dar mais cor ao amarelo do ouro ou acertar melhor a cor amarela.

Em seguida, as peças são *areadas** (Fig. 23 e 24) com uma escova metálica muito fina e/ou brunidas no aço do *brunidor** que lhe dá brilho (no caso das *armações* de fio liso), correndo de um lado para o outro seguro pelos dedos do filigraneiro.

* V. Anexo – Glossário



Fig. 23 – O ourives Elói Silva a *arear* contas



Fig. 24 – Pormenor do trabalho de arear

Alguns objectos com *armações* lisas, depois de terminados, sofrem ainda a aplicação de cortes do *buril*^{*}, o que lhes dá um brilho extraordinário.

^{*} V. Anexo – Glossário

3. SUPORTES DE DIVULGAÇÃO EXISTENTES

[...] la culture s'exprime notamment par la production de biens immatériels (musique, danse, théâtre, rites et cérémonies) ou matériels (outils, livres, oeuvres d'art, édifices, vêtements, [...]) qui occupent des fonctions précises dans la vie de l'homme et de la société. Paradoxalement, c'est à partir du moment où ces biens sont désaffectés, perdent leur utilité fonctionnelle primaire, qu'ils sont appelés biens culturels, à la condition qu'ils soient jugés dignes d'être préservés, admirés, [...]. (Varine 1982)

Esta actividade ouriveseira e comunidade inserem-se num ambiente ainda bem preservado, com uma história rica (que se infere pela ínfima parte que se conhece), um singular património arquitectónico. Mas, sobretudo, encerra em si um potencial enorme, associado a esta riqueza patrimonial e humana existente, que pode e deve ser rentabilizado.

3.1. Museu do Ouro de Travassos

As materialidades só têm valor pelo que representam da sua história, memória e identidade, pelo que a sua exposição representa todo um grupo e não somente aqueles que foram os criadores ou possuidores desses objectos (Bellaigue in Schärer 1995).



Foi precisamente com o objectivo de ser uma expressão da comunidade ouriveseira local que foi criado o Museu do Ouro de Travassos. Este Museu surgiu no âmbito de um projecto ligado à salvaguarda, valorização e dinamização da actividade de Ourivesaria tradicional e da identidade da freguesia de Travassos e do concelho da Póvoa de Lanhoso, inserido num projecto em desenvolvimento, em particular, desde 1993. Trata-se de um museu de iniciativa privada, que abriu as suas portas ao público em Março de 2001, ligado a uma unidade de Turismo de Habitação. Este projecto foi alvo de apoios do Programa

LEADER II, através de uma candidatura apresentada à ATAHCA (Associação das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave), aprovada em 1998.

A ideia da criação de um museu da Ourivesaria em Travassos data dos anos 80 e resulta dos esforços de um ourives – Francisco de Carvalho e Sousa⁵⁸ que ao longo de 50 anos de actividade foi recolhendo espólio e documentação, formando uma colecção importante e que é a parte principal do núcleo inicial do Museu.

Desta colecção particular, podemos destacar:

- Peças em ouro, que vão desde um diadema/gargantilha de tiras, da Idade do Bronze Inicial até três torques em ouro, um brinco romano, brincos medievais e uma grande quantidade de peças de filigrana, brincos, argolas, cruces, contas de colar, relicários, entre outros;

- Terços e pendentos *Olhinhos de Santa Luzia* (dos poucos trabalhos feitos em prata nesta zona);

- Utensílios e produtos destinados ao fabrico das peças de Ourivesaria - cunhos, cortantes, cadinhos, cacifos, pedras e pontas de toque, frascos dos ácidos e reagentes, balanças de ourives, entre muitos outros.

- Mobiliário e equipamento de oficinas - bancas de trabalho, máquinas de cilindrar o ouro para fazer chapa ou fio, bancos de puxar o fio, foles da forja;

- Documentação de oficinas: livros de registo de clientes, cartões, facturas e recibos de empresas de Ourivesaria, livros de esboços e desenho de peças de filigrana, livros de fumos, correspondência, punções com marcas de ourives, etc.;

- Bibliografia sobre a região minhota e a Ourivesaria.

Além desta colecção particular, existe um rico património arquitectónico espalhado pela freguesia de Travassos. A desactivação de muitas oficinas ou substituição de alfaias por outras mais modernas, deu origem a um vasto espólio material que se encontra disperso e necessita de ser preservado.

O projecto visa a criação de uma instituição activa e participante, ao serviço da comunidade que lhe deu origem e que é sua razão de ser. Pretende-se que seja um pólo dinamizador da região, da população e do saber tradicional, bem como agente divulgador de tudo isto numa área e público mais vastos. Assim se poderá evitar o imobilismo e o isolamento, tal como promover e salvaguardar a dinâmica da

⁵⁸ "Aldeia do Noroeste toda feita de Ouro", Revista *Sábado*, 10 de Junho de 1989.

comunidade valorizando e fortalecendo a relação do homem com o seu meio ambiente, e ao mesmo tempo atrair turistas, sem que isso perverta a identidade local.

Pretende dinamizar-se as oficinas que ainda laboram, recuperar ruínas de outras, criando *ateliers* para trabalho com escolas ou mesmo criando condições para que essas oficinas venham a ser recuperadas para o seu fim original. Em projecto está, também, a implantação de percursos turísticos relacionados com a actividade de Ourivesaria, visitando oficinas em funcionamento ou outros elementos de valor patrimonial, que poderão ser orientados pelo Museu ou desenvolvidos individualmente a partir de folhetos elaborados para o efeito.

Com o Museu, procura-se inventariar, estudar, preservar, interpretar e fruir o património, incluindo o natural, refuncionalizando-o e garantindo a partir dele a elaboração de projectos de desenvolvimento local e regional.

3.1.1. Objectivos

1. Estudar e preservar a herança da comunidade local e os testemunhos relacionados com a actividade da Ourivesaria e o meio onde estão inseridos;
2. Documentar devidamente as colecções museológicas e apresentá-las correctamente contextualizadas e de forma viva e atraente;
3. Criar e manter um Centro de Documentação sobre Ourivesaria e a região, aberto a investigadores e ao público em geral;
4. Preservar e/ou recuperar e valorizar os espaços museológicos e toda a envolvência natural.
5. Envolver participativamente o público nas actividades do Museu, desenvolvendo estratégias de comunicação e de sensibilização, para que o público/comunidade seja um agente activo em relação ao património;
6. Ser um recurso educacional, fonte de conhecimentos, actuando através do desenvolvimento de programas educativos;

Foram já desenvolvidas algumas iniciativas no sentido de sensibilizar a comunidade para a riqueza do seu património histórico e cultural e de estimular a sua participação: curso de formação profissional de Ourivesaria, no âmbito da preservação das artes tradicionais da região, conferências, exposições com visitas guiadas e publicações subordinadas ao tema da Ourivesaria.

Conhecer o público é importante na elaboração de projectos de apresentações e no discurso a utilizar, de acordo com variados níveis etários, escolares e com diversidade de interesses e motivações.

Assim, podem-se apresentar alguns públicos-alvo primordiais:

- população local, ligada ou não à actividade de Ourivesaria, uma vez que este museu é essencialmente de identidade local;
- comunidade escolar, local ou não, procurando o museu desenvolver um apoio pedagógico aos seus programas curriculares;
- investigadores ligados à actividade de Ourivesaria ou à região;
- turistas, uma vez que o Museu se insere no contexto de uma unidade de Turismo de Habitação – a Casa de Alfena.

3.1.2. Espaços museológicos

O espaço do museu é um edifício que foi tendo, ao longo do tempo, sucessivas intervenções, contendo, no entanto, claramente, duas oficinas de ourives, de épocas distintas (Fig. 25), uma mais antiga de dois vãos de janela de pequena dimensão (com a largura de uma banca de ourives) e a outra, mais recente, de três vãos de maior dimensão (com capacidade para seis artífices), situando-se as duas no primeiro piso, de vãos voltados a Sul. Embora seja desconhecida a cronologia destes dois espaços, a construção da Casa de Alfena, nos finais do séc. XVII – inícios do séc. XVIII, veio ocultar a luz do sol nas suas janelas, o que implica que estas estariam desactivadas da função de oficinas nessa altura. A poucos metros existem outras duas oficinas, uma ainda em funcionamento, e outra, actualmente abandonada, cuja antiguidade é atestada pelo facto de a luz das suas janelas, essencial ao trabalho do ourives, ter sido tapada por um portal que ostenta a data de 1742.



Fig. 25 – O edifício do Museu do Ouro de Travassos

A musealização do edifício fez-se de acordo com o espaço de que se dispunha e as condições e características do edifício. Assim, numa das salas foi feita a reconstituição integral de uma oficina de ourives (Fig. 26), com o mobiliário e os instrumentos de trabalho respectivos, em condições de ser utilizada para demonstrações. No espaço anexo, onde funcionou a forja, está instalada a exposição de peças de Ourivesaria; um outro espaço é destinado a exposições temporárias e acolhimento de visitantes.



Fig. 26 – Reconstituição de oficina de Ourivesaria – Museu do Ouro de Travassos

3.1.3. Estratégia de Promoção

Na sua curta existência, o Museu do Ouro de Travassos acolheu já mais de cinco mil visitantes, provenientes de países tão distintos como o Japão ou a Argentina e com diferentes graus de interesse pelo ouro tradicional português. Promoveram-se inúmeras visitas escolares e organizaram-se exposições e seminários sobre temas relacionados com o trabalho artesanal do ouro. Estabeleceram-se contactos e troca de informações com museus tão distantes como o Museu Carlos Costa Pinto da Baía, no Brasil, com o qual se chegou a desenvolver um projecto para uma exposição sobre “O Ouro das Escravas”, uma vez que as escravas brasileiras usavam adornos que correspondem aos modelos tradicionais actuais, e com o Museu do Hermitage em S. Petersburgo, na Rússia, num contacto estabelecido com o Conservador / Investigador responsável pela temática da joalheria europeia, que constitui uma importante colecção do Hermitage e a quem foi fornecida alguma documentação – informação e imagens – sobre peças e técnicas de fabrico de Ourivesaria.

Apesar das limitações inerentes ao facto de ser uma estrutura privada, mantida por uma só família, o Museu do Ouro de Travassos tornou-se já na unidade mais geradora de visitas ao concelho da Póvoa de Lanhoso e conseguiu dar passos significativos no sentido do cumprimento de um dos seus objectivos iniciais, o de se tornar num pólo dinamizador da região e do respectivo saber tradicional.

O Museu do Ouro de Travassos tem desenvolvido uma série de materiais e actividades relacionados com uma estratégia promoção do trabalho artesanal do ouro no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Dado que a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso não dispunha de qualquer núcleo industrial ou proto-industrial, estudado e passível de ser visitável, o Museu do Ouro de Travassos, apesar de ser uma entidade privada, foi convidado a integrar a Rota do Património Industrial do Vale do Cávado, uma iniciativa da ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave e que engloba os concelhos de Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vizela e Trofa. Neste âmbito foram editados folhetos, uma monografia científica, um CD-ROM e um Site Web, tendo ficado a cargo do Museu a elaboração do artigo para publicação na monografia (Sousa 2020). Foram ainda colocados, em

cada núcleo da Rota, um painel interpretativo e alguma sinalética indicativa, embora o critério de colocação da sinalética não tenha sido uniforme (existem inúmeras placas direccionais indicativas, a partir da vila da Póvoa de Lanhoso, do núcleo de produção eléctrica da Barragem do Ermal, no concelho de Vieira do Minho e não existe nenhuma do Museu do Ouro de Travassos, que, ao longo de toda a Rota possui apenas uma dessas placas indicativas, colocada num entroncamento no sentido de que chega de uma aldeia com pouco movimento automóvel. A adesão a este projecto prende-se com o facto de a Ourivesaria artesanal ter sido seleccionada como a actividade proto-industrial identificativa do concelho da Póvoa de Lanhoso e unicamente valorizada através do Museu do Ouro de Travassos.

Foram desenvolvidos e mantidos um Site Web e um weblog, onde se divulga o Museu do Ouro de Travassos e a produção ouriveseira desta região – www.museudoouro.com e www.museudoouro.blogspot.com. A Página tem uma parte dinâmica, onde são colocadas informações mais recentes e se divulgam eventos.

Em termos de material editado pelo próprio Museu, foi lançado no mercado um CD-ROM (Fig. 27), onde ele é apresentado numa visita virtual, enquadrando as temáticas da Ourivesaria no concelho da Póvoa de Lanhoso, com imagens e extractos de vídeos onde as técnicas de fabrico são exemplificadas.

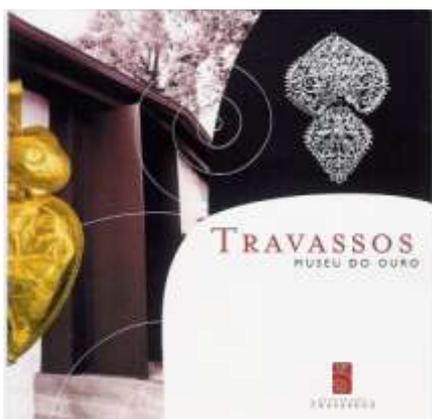




Fig. 27 – CD-ROM do Museu do Ouro de Travassos

É de referir que este CD-ROM foi um dos três nomeados na Categoria de Design Visual e Interação para o Prémio Nacional Multimédia 2001, num conjunto de 114 candidatos.

Foi também editado um folheto do Museu e têm vindo a ser desenvolvidos materiais gráficos relacionados com as técnicas de Ourivesaria artesanal.

O Museu encontra-se aberto ao público aos fins-de-semana e dias feriado, entra as 14:30 e as 17:30 horas, abrindo mediante marcação durante os restantes dias e/ou em horário diferente, o que tem acontecido, essencialmente para visitas de grupos escolares

Foram já desenvolvidas algumas iniciativas no sentido de sensibilizar a comunidade local, para a riqueza do seu património histórico e cultural e de estimular a sua participação, e um público mais vasto, tais como:

- Curso de formação profissional de Ourivesaria, no âmbito da preservação das artes tradicionais da região;
- Conferências e participação com artigos em publicações subordinadas ao tema da Ourivesaria;
- Exposições realizadas dentro e fora do espaço do Museu e colaboração em exposições de outras entidades sobre a mesma temática, nomeadamente através do empréstimo de peças; a título de exemplo, o Museu participou na iniciativa “Tradições” do Centro Comercial “Braga Parque”, em Braga, em colaboração com o Museu

Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, em Maio de 2001, com o objectivo de dar a conhecer núcleos museológicos que promovem actividades tradicionais.

Outras apresentações, algumas com ourives a trabalhar ao vivo, tiveram lugar no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, em Mostras de carácter turístico ou em escolas;

- Actividades com escolas dentro e fora do espaço do museu, em visitas a oficinas, sessões de sensibilização para a temática e visitas guiadas;

- Contactos com escolas e designers de Ourivesaria, tentando dinamizar as oficinas de carácter artesanal e alargar o âmbito da produção artesanal, criando novos objectos;

- Contactos com os meios de comunicação social, no sentido de divulgar o Museu e a actividade de Ourivesaria, nomeadamente através da participação em programas televisivos de larga audiência e inclusão de reportagens na imprensa escrita e em revistas de carácter turístico e de divulgação.

Assim, mais do que um repositório da memória de uma comunidade, o Museu do Ouro de Travassos pretende ser uma plataforma de interacção de ourives, designers, historiadores, comerciantes e o público em geral.

IV – ONTEM COMO HOJE

Com remota origem e tradição no antiquíssimo mister dos filigraneiros, ainda hoje subsistem no nosso país activas sobrevivências manifestadas na rara habilidade dos artífices de Travassos (Póvoa de Lanhoso) e de Gondomar (Porto), que, apesar de serem trabalhadores do campo, homens rudes, de mãos grosseiras e calosas, dos pesados serviços agrícolas, conseguem executar interessantes e delicadíssimas peças de ourivesaria. (Cardozo 1957: 37)

Ambas as actividades ouriveseiras, tanto a pré e proto-histórica como a tradicional actual, constituem uma manifestação artesanal própria de sociedades pré-industriais, com expressivo conteúdo cultural (Pérez Outreiriño 1986: 59).

É inegável o grande número de jóias de ouro proto-histórico descobertas no Noroeste da Península Ibérica e, em particular, no Norte de Portugal, de tal modo que, como refere Florentino López Cuevillas, as jóias de outros metais, mesmo de prata, representam uma exígua minoria (1951: 20; Castro Pérez 1993: 139).

O ouro foi especificamente usado como identificador das elites, em objectos de ostentação e adorno. Todos os objectos de adorno têm como fundamento uma matriz de ideias, sinais e símbolos que determinam a sua forma física (Armbruster e Parreira 1993: 19). Ontem, como hoje, a ostentação e/ou posse de objectos de adorno manifesta a intenção, consciente ou inconsciente de destaque, ou de identificação com determinado grupo.

No domínio da Proto-História, o uso dos torques na estatuária dos guerreiros confirma esta hipótese. Sobre o uso de adornos femininos não existem tal tipo de indicadores materiais. É também interessante verificar a existência de algumas coincidências entre diferentes tipos de achados, estruturas construídas de carácter mais emblemático e mesmo a dimensão conhecida de alguns povoados (Fig. 6).

Na actualidade, o uso das jóias em cerimónias específicas, como as festas no Minho, remete também para a Ourivesaria como uma forma de expressar riqueza e de evidenciar aos olhos da comunidade a diversidade dos objectos em ouro e mesmo o seu peso e abundância. Esta atitude é ainda bem visível em festas particulares,

como casamentos, baptizados ou outras, assim como tem o seu expoente máximo, em termos de visibilidade, no cortejo das Festas de Santa Luzia, em Viana do Castelo⁵⁹.

Do mesmo modo, as possibilidades de expressão formal dos ourives são condicionadas pelo desenvolvimento dos seus conhecimentos e possibilidades técnicas e artesanais e pela expressão tradicional do seu meio de origem e do meio social em que elabora os seus produtos (Armbruster e Parreira 1993: 19).

O processo de fabrico das peças de joalharia pré e proto-histórica não difere muito de alguns dos processos utilizados ainda actualmente na Ourivesaria artesanal, variando apenas o material das ferramentas utilizadas (Fig. 28).

O primeiro pode ser resumido, grosso modo, nas seguintes fases: fundição de pepitas ou pó de ouro, após o que o metal era, numa primeira fase, martelado, e, posteriormente, vertido em moldes com vista à elaboração de lâminas ou fios; obtidas estas peças, elas eram trabalhadas em função do tipo de jóia pretendido, ou dos vários elementos por que era constituída.

O equipamento essencial de uma oficina de Ourivesaria consistiria num forno, tubos e foles, cadinhos e moldes de fundição em barro, martelo, bigorna, pinças, punção, cinzel, torno rotativo, limas e polidores (Armbruster e Parreira 1993: 21; Balseiro García 1996).

Para a constituição das jóias, para fazer arame e/ou preparar lâminas, seriam necessários martelos, percutores, bigornas, tesouras, punções e trefiladores para fazer o fio (Almeida 1974: 73; Armbruster e Parreira 1993: 21), usando técnicas como o martelado, batimento, repuxado e o recozido, assim como o vazamento em molde ou em molde de cera perdida e utilizando a soldadura (Hernando Gonzalo 1989: 49; Balseiro García 1996). Para além dos achados referidos anteriormente (V. início Cap. II), que consistem quase exclusivamente em fragmentos de moldes e de cadinhos e que poderão estar relacionados com a produção ouriveseira proto-histórica, o seu reduzido número poderá estar relacionado com a incapacidade dos arqueólogos para estarem atentos a este tipo de peças, sendo necessário continuar o processo, já iniciado, de olhar o espólio arqueológico sob um leque mais vasto de pontos de vista.

Para a decoração das peças foram utilizadas técnicas que vão da simples gravação, ao polvilhado em contornos elaboradíssimos, passando pela estampagem,

⁵⁹ Embora as mordomas actuais usem adornos, quase exclusivamente, em materiais que imitam o ouro.

pontilhado, incisão, cinzelado, repuxado, filigrana e granulado, o que supõe todo um leque de utensílios e equipamentos, tais como 'candeias' de soldar, bancos para puxar fios, matrizes e punções de estampagem, martelos, bigornas, cinzéis para riscar e cortar as partes sobrantes das lâminas e arames e os excessos de fundição, tenazes, pinças, furadores, polidores, torno de viga para laminar o metal em superfícies curvas, e uma série de elementos auxiliares como matérias soldantes, gomas, betumes, areia, couro, material de polimento (cinza, areia, etc.) e cordéis (López Cuevillas 1951: 20 e 44; Silva 1986a; Pérez Outeiriño 1989; Castro Pérez 1993: 141; Armbruster e Parreira 1993: 21; Balseiro García 1996).

Embora sem especificar, alguns autores referem a existência de instrumentos e equipamentos realizados em materiais orgânicos, como madeira ou osso, e também em metal e pedra, como pontas de sílex, para além de um bloco duro sobre o qual trabalhar (Balseiro García 1996: 53). Esta mesma autora refere, ainda, que os instrumentos e processos técnicos utilizados serão basicamente os mesmos desde o II milénio a.C. até ao câmbio da Era, salvo algumas inovações pontuais. O que terá modificado será a capacidade técnica de os utilizar e os novos conceitos que foram introduzidos.

Como motivos decorativos: figuras geométricas: em corda, espinha, círculos e semicírculos, encadeados ou concêntricos e/ou com ponto central, escudetes, linhas rectas e curvas, de semi-esferas, de pontos ou de riscos, pontos isolados, triângulos, ziguezagues, meandros, séries de 88 e ss, e entrançados, trísceles, suásticas, rosetas, cruciformes, crescentes lunares e estilizações de animais (López Cuevillas 1951: 43; Silva 1986a; Pérez Outeiriño 1989; Castro Pérez 1993: 141; Balseiro García 1996; Silva 1999b). Os motivos decorativos das peças de Ourivesaria encontram sempre paralelos nas outras manifestações materiais de cada cultura, tais como nas peças de outros metais não nobres, cerâmicas ou mesmo no granito, seja na estatuária ou em elementos construtivos adornados.

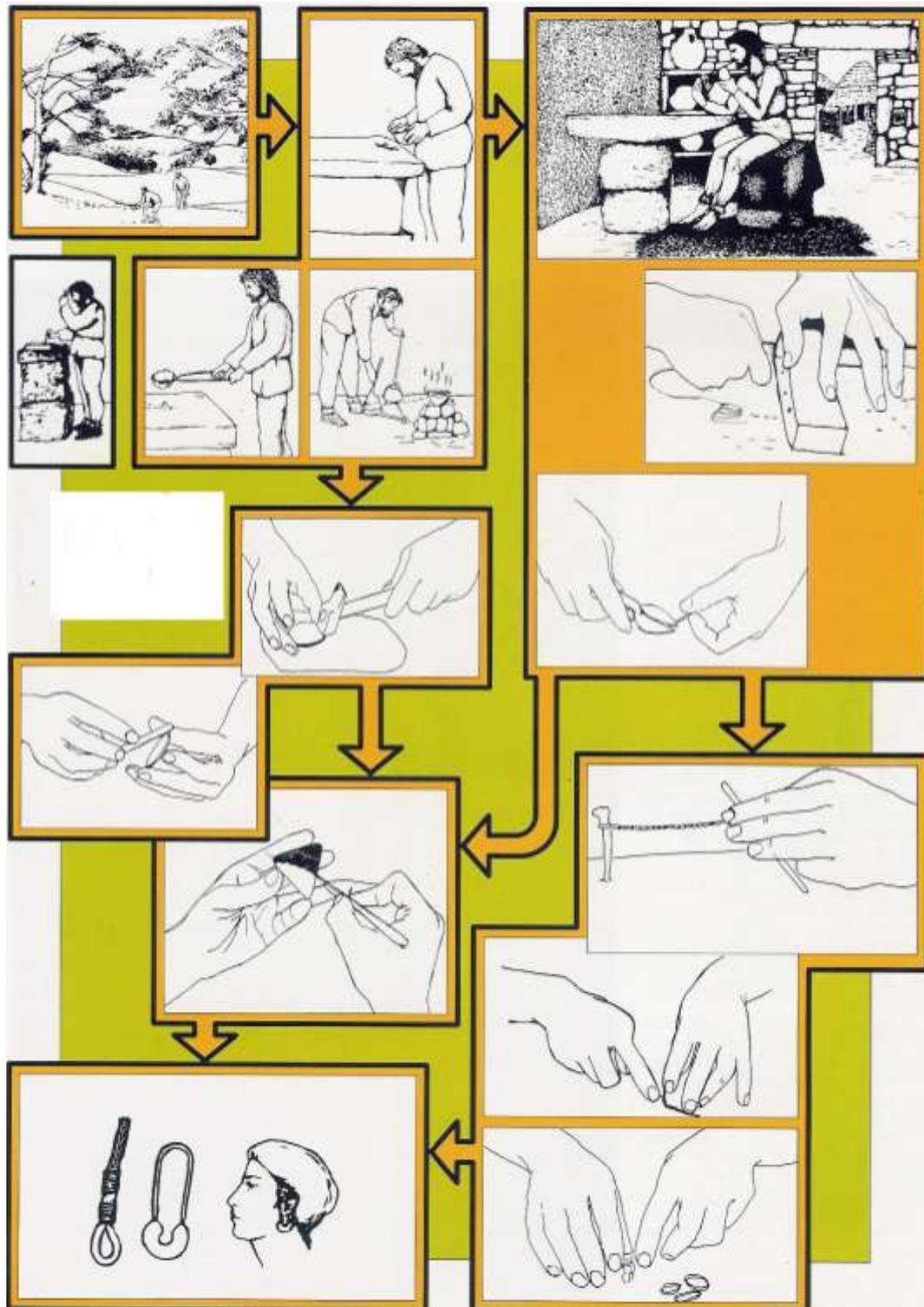


Fig. 28 – O trabalho de Ourivesaria castreja
(Perez Outeiriño 1989: 93)

O fim deste universo de produção de ourivesaria e da gramática decorativa patente nos mais variados suportes, crescente à medida que a Romanização se vai implantando, em termos culturais, será provavelmente resultante, por um lado de novos gostos e modas dos adornos femininos e, por outro, de novos sistemas de hierarquia e formas de evidenciar prestígio: inserção na magistratura das *civitates*, associação ao culto imperial, inscrições em latim ou edificação de santuários, por exemplo, como o caso da Fonte do Ídolo, em Braga. Paralelamente, o entesouramento terá passado para a esfera monetária e para a propriedade de terrenos agrícolas ou edifícios urbanos.

É curiosa a contradição que parece existir entre o aumento da produção aurífera, no Norte de Portugal, no séc. I d.C. e o desvanecimento da ourivesaria proto-histórica.

E actualmente na Ourivesaria tradicional? Pode responder-se com dois pequenos textos, um do início e outro do fim do séc. XX, que continuam, ambos, actuais:

“Se percorrermos a variada ourivesaria popular do norte do país, encontramos actualmente os mesmos longos brincos de folha de ouro e de filigrana, com pingentes, a mesma arrecada penannular, em forma de caixa, com um travessão recto para atravessar o lóbulo da orelha, e por último o mesmo gosto pela sobrecarga de volumosas jóias de grande aparato.” (Severo 1907: 13)

“A conta, a lúnula, o triângulo e o fuso, presentes na linguagem estrutural e decorativa do artista proto-histórico mantêm-se ainda hoje no ouro popular do Noroeste como herdeiros dos mesmos símbolos arcaicos. Partindo duma representação estilizada destas formas ou assumindo o seu naturalismo, o artista contemporâneo concebe, num discurso criativo, toda uma diversidade de trabalhos que num fluxo contínuo reinventa as primitivas raízes.” (Macedo 1993: 12)

O adorno propiciado pela Ourivesaria constitui também, ontem como hoje, nas comunidades mais tradicionais, um meio de preparar uma reserva de metais preciosos, cujo valor real não decai facilmente. Por um lado, o valor de entesouramento reflecte-se de forma acentuada nas jóias maciças, verificando-se,

ainda actualmente, o grande valor dado ao peso em ouro nas comunidades mais rurais do interior nortenho.

Por outro lado, as peças de Ourivesaria revestem-se de um forte significado, que marca diferenças de *status*, pelo simples facto de as utilizar, seja como adorno, seja pelo seu carácter simbólico/religioso. O conjunto de expressões religiosas e de cultos de épocas remotas chegaram até à actualidade, não só pela mitologia, poesia, contos populares e folclore, mas também através de formas a que a arte popular dá continuidade.

Sem qualquer pretensão de elaborar paralelos exaustivos, apresentam-se alguns pontos comuns, sejam reminiscências ou coincidências entre as materialidades expressas pelas tradições ouriveseiras pré e proto-histórica e a actual de carácter artesanal tradicional:

- O ouro é o metal utilizado quase exclusivamente para a produção de peças, apesar de a prata também ser acessível;

- Prevalece na actualidade a decoração através do trabalho no e com o próprio ouro, em detrimento da aplicação de elementos externos, como sejam as aplicações de pedrarias;

- A conta oca é o objecto mais frequente na arte de adorno na pré-história e na actualidade, seja lisa, estampada ou filigranada;

- O *canevão** está já patente no colar de Baião (N.º 54) e nas arrecadas de Estela (N.º 55) e Laúndos (N.º 56), cuja forma encontra paralelo nas argolas de canevão “à marchanta” actuais;

- A lúnula reflecte-se no formato das argolas batidas e na bambolina das argolas de filigrana;

- As arrecadas de Briteiros (N.º 47) encontram algum paralelo nos brincos de fuso actuais;

- Alguns dos motivos decorativos proto-históricos encontram, também eles, paralelos actuais: espirais, 88, ss espiralados, círculos concêntricos, em aplicações incisadas ou de filigrana; os remates em triângulo das argolas e brincos, constituídos em grupos de três ou mais círculos.

* V. Anexo – Glossário

Curiosamente, as peças produzidas nas oficinas do concelho da Póvoa de Lanhoso têm muito mais afinidades com as peças produzidas sob influência mediterrânica e não tanto continental. Não se produz nenhum objecto utilizando a técnica da cera perdida, assim como representam uma minoria as peças fundidas em molde e maciças. Pelo contrário, estas técnicas correspondem a uma parte significativa da produção das oficinas da zona de Gondomar, Porto (Sousa A. 2000). São essencialmente as contas ocas, as argolas descendentes das arrecadas, os colares articulares e peças compostas por variado tipo de elementos e utilizando vários métodos, essencialmente executadas em filigrana, por laminagem ou estampagem.

O granulado é apenas utilizado como complemento de outras técnicas decorativas, em particular da filigrana, aplicando-se, por exemplo, um grânulo, ou granito, a culminar uma espiral de filigrana, ou no centro de um motivo cinzelado.

As poucas aplicações de que são alvo algumas peças, consistem na aplicação de turquesas (e muito raramente pequenas pérolas ou rubis) e esmalte, nunca coexistindo os dois tipos na mesma peça. As turquesas aplicam-se em argolas, brincos e pendentes e o esmalte (unicamente branco, azul marinho e, mais raro, o vermelho) em brincos, pendentes, colares articulados, alfinetes e, raramente, pulseiras)

A título excepcional, merecem referência os “Olhinhos de Santa Luzia” (Fig. 29), pendentes feitos com o objectivo de funcionar como ex-voto de Santa Luzia, protectora da vista. Constituem, para além das contas de terços, as únicas peças produzidas em prata no panorama da Ourivesaria artesanal da Póvoa de Lanhoso.



Fig. 29 – Olhinhos de Santa Luzia

Estas peças representam um caso excepcional no âmbito da Ourivesaria tradicional actual, dado que, não se encontrando qualquer paralelo ou similitude com peças de Ourivesaria pré e/ou proto-histórica no Norte de Portugal, elas abundam no sul do País, com uma similitude espantosa, inclusivamente no material, dado que também actualmente se fabricam em ouro e prata, num meio onde a quase totalidade dos objectos são produzidos em ouro. Mesmo em termos de motivo decorativo, a decoração oculada é mais característica da parte meridional da Península Ibérica, aparecendo, a título excepcional num vaso cerâmico, do III – inícios do II milénio a.C., da estação arqueológica de S. Lourenço, concelho de Chaves (Jorge 1986: 382-390).

As placas oculadas referidas (Fig. 30) são provenientes das escavações arqueológicas do depósito votivo de Garvão, no Alentejo, datado da Idade do Ferro.

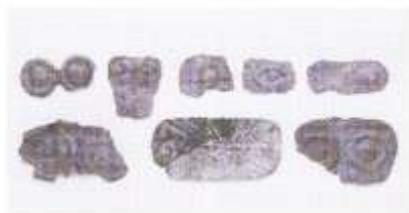


Fig. 30 – Placas oculadas de Garvão

Tratam-se de 13 finas placas de ouro e prata, decoradas pela técnica de repuxamento (Beirão *et al.* 1985; Fernandes e Vilar 1996: 274; Correia 1996; Correia 2000). De acordo com estes autores, o seu significado poderá reflectir o resultado de curas, de carácter oftalmológico, tal como acontece na actualidade.

Santa Luzia foi uma virgem mártir a quem foram arrancados os olhos, tendo morrido no ano 304, em Siracusa, facto que levou a que fosse associada à protecção dos olhos e da visão, celebrando-se o seu dia de culto a 13 de Dezembro. Este culto encontra-se espalhado por muitas localidades no território português, sendo ainda praticado numa aldeia a dez km de Garvão, onde existe um santuário de Santa Luzia e ainda actualmente se oferecem placas oculadas em prata (Correia 1996: 104).

V – PATRIMÓNIO E TURISMO

The cultural heritage of Europe is 'one of the oldest and most important generations of tourism' (...), and it retains its central role in the European tourism industry to this day. (...) Cultural tourism has become recognized as an important agent of economic and social change in Europe. (Richards 1996: 3)

Patrimonium é, desde os romanos, o que se herda legitimamente dos nossos antecessores familiares. Mas hoje esse conceito é muito mais vasto, na medida em que o seu sujeito é toda a sociedade ou a humanidade inteira, e no sentido de que o seu objecto é, potencialmente, todo o real. Sobre essa totalidade, que vai do ar que respiramos à história da nossa localidade ou da nossa família, recai um sentido de responsabilidade que já havia em relação à herança particular: o dever de proteger e de transmitir (Jorge 1997b: 123-124). Tal como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida “(...) o Património não pode ser olhado apenas como uma reserva e menos ainda como uma recordação ou nostalgia do passado mas antes como algo que tem de fazer parte do nosso presente. O Património, para o ser, tem de estar presente e vivo, de algum modo.” (1992: 412).

O desenvolvimento da sociedade actual possibilitou um aumento do tempo livre das pessoas, pela redução do número de horas de trabalho, melhoria da qualidade de vida e maiores possibilidades de movimentação. A evolução dos hábitos sociais tem vindo a fazer com que, cada vez mais, se assista a uma confluência de interesses em torno dos conceitos de “património”, “ócio”, “lazer” e “turismo”, começando a desenvolver-se a consolidação de políticas culturais e de protecção do património, assim como de iniciativas empresariais (Castro Morales e Bellido Gant 1998: 13).

O património histórico-cultural constitui um importante recurso, pelo conhecimento que proporciona das comunidades humanas, da sua evolução e contextos, mas, também, pelo fascínio que exerce junto de diversos públicos, em especial daqueles que alimentam o Turismo, enquanto actividade de lazer. Neste sentido, a Declaração Euro-Mediterrânica sobre Turismo no Desenvolvimento Durável, da Comunidade Europeia, em 1993, considera necessário encorajar a criação de produtos turísticos de qualidade, que visem a valorização do património natural e

cultural, favoreçam a utilização durável dos recursos e prolonguem a estação turística (Cunha 1997: 173).

A consciencialização desta realidade, levou também a Direcção Geral do Turismo (DGT 1998) a definir, como uma das linhas de acção, a defesa e valorização do meio ambiente, recursos naturais, históricos, culturais e humanos, no quadro de um desenvolvimento sustentado.

Mas, tal como refere Richard Prentice, “At one and the same time tourism provides a means by which the conservation of historic sites may be afforded but also a mechanism making conservation an imperative.” (1993: 154). O turismo de massas representa um perigo real, de que são exemplo Lascaux, em França, e Newgrange, na Irlanda (Ramalho 1994: 57). A capacidade de carga de um determinado ponto de atracção turística e a sua viabilidade, enquanto tal, devem ser criteriosamente estudadas antes do seu lançamento no mercado. No entanto, Marc Laenen defende que “only when economic interests prevail over cultural identity or when business use the past for more profit regardless of excess, should it not be encouraged (...)” (In Uzzell 1992: 89). A consciência desta realidade pode, e deve, maximizar os efeitos positivos e quase anular os impactos negativos, uma vez que, para além de condicionar comportamentos nos locais de visita, devemos comprometer os visitantes com a preservação / conservação dos sítios e monumentos em geral.

Segundo a Organização Mundial de Turismo, as estimativas para 2020 são de 716 milhões de turistas na Europa, o dobro do registado em 1999, o que faz aumentar a preocupação relativamente a um turismo sustentável, uma vez que um desenvolvimento desenfreado pode sufocar o próprio potencial turístico das regiões (Lopes 2001: 40). O desenvolvimento de um turismo sustentável é essencial como forma de garantir a sua qualidade e continuidade, através de um uso sensato dos recursos, suporte às economias locais, envolvimento das comunidades, e um marketing turístico responsável (Serrano 1997: 18-19; Partidário 1998: 81-82). Em relação a zonas rurais, significa a preservação das paisagens, com toda a sua carga de intervenção humana (Foster 1992: 36). Tal como refere Carminda Cavaco, um turismo cultural, rural e da Natureza, implica a recuperação e conservação do património edificado, a requalificação de espaços públicos e paisagens, assim como a revitalização social, cultural, artesanal e gastronómica (1998: 70).

Começa a registar-se uma crescente consciencialização do valor utilitário dos bens culturais e naturais e de que esse valor é adquirido em função do uso que seja capaz de lhe ser dado pela comunidade em que se insere (Castro Morales e Bellido Gant 1998: 14). Neste sentido, o Fundo Social Europeu tem apostado no reforço do vínculo entre identidade, tradição e património, com dois objectivos primordiais: parar o êxodo rural, através do desenvolvimento local, e fomentar a exploração turística, potenciando a circulação interior dos europeus (Castro Morales 1998a: 35).

As materialidades legadas pelo passado constituem recursos que potenciam o desenvolvimento económico e social das regiões e de que o Turismo se pode tornar agente promotor, integrando nas suas rotas museus e sítios e assegurando mecanismos eficazes de comunicação, sem incorrer numa mercantilização que deturpe o sentido cultural dessas materialidades. A soma do interesse científico e turístico dessas materialidades constitui o seu interesse patrimonial (Alarcão 1998: 54). A valorização de sítios arqueológicos envolve as comunidades na salvaguarda do seu património, ao mesmo tempo que reforça a identidade dessa região.

Os objectos arqueológicos, em particular as peças de Ourivesaria, constituem testemunhos das sociedades que os produziram e manusearam e dos locais onde se encontravam implantadas. Daí a importância de se desenvolver um “turismo arqueológico” (Nabais 1993a: 75; Nabais 1999: 77), através da implantação de itinerários e fazendo remeter essas materialidades para os seus locais de proveniência, mesmo que elas aí se não encontrem, e, em termos ideais, para os sítios arqueológicos valorizados e/ou núcleos museológicos locais, onde poderiam existir referências, registos gráficos ou réplicas das mesmas. Apesar dos riscos que a divulgação pode acarretar, os riscos da excessiva mediação turística não serão, certamente, piores que o estado de abandono em que se encontram actualmente a maior parte dos sítios arqueológicos (Soares 1998: 62).

Actualmente, novos padrões de tempo livre estão a surgir: há um grande interesse em actividades físicas e cada vez mais pessoas despendem o seu tempo em actividades criativas. Neste domínio, rádio, televisão, imprensa, desporto, cinema e museus disputam o tempo de ócio de um público potencial.

Assiste-se a uma afluência cada vez maior de visitantes a locais de interesse cultural. Esta decorre de circunstâncias específicas e variadas, das quais destacamos a procura crescente de instrução, o gosto, os efeitos da publicidade que os próprios museus promovem numa política de divulgação, e até de algumas questões ligadas à “moda”, assim como aos movimentos turísticos que alcançam hoje em dia proporções sem precedentes. O público assume um protagonismo inegável o que provoca problemas tanto a nível da relação com o Monumento/sítio ou objecto (percepção, apresentação, compreensão, animação), como no plano de uma estrutura válida e adequada para todos.

As pesquisas de mercado ou inquéritos permitem o aumento do conhecimento geral das condições sociais da prática cultural e a observação particular dos aspectos pelos quais um visitante toma posse de um espaço ou objecto (Rivière 1989). Só muito recentemente ciências como a Sociologia e a Antropologia têm contribuído para o melhor conhecimento das motivações do público pelas actividades culturais. Tem havido sim, chamadas de atenção para a sua falta de frequência, mas raras as tentativas de sistematização.

Um dos raros casos em que se procurou analisar, do ponto de vista sociológico, um monumento, neste caso um sítio arqueológico, foi o estudo relacionado com as Gravuras Rupestres de Foz Côa (Gonçalves 2001). Um dos artigos deste trabalho debruça-se sobre a análise do público visitante do Parque Arqueológico do Côa, a partir dos dados recolhidos num inquérito distribuído entre Julho e Agosto de 1998 (Lima e Reis 2001). Estes autores procuraram traçar o perfil sociológico dos visitantes, baseando-se na informação por eles fornecida sobre o conhecimento do sítio, as motivações da visita a este e a outros monumentos, assim como era solicitada uma avaliação da visita, entre um muito vasto leque de outras questões para análise. Este estudo forneceu um interessante contributo para uma reflexão necessária em torno do real interesse social e político pela preservação e valorização patrimonial, tendo concluído que existe em Portugal um público crescente interessado na protecção do património histórico (*Idem*: 185-186).

Nesta perspectiva, o sucesso é avaliado a partir do volume de visitas ou do número de visitantes que conseguem atrair, o que pode originar dados superficiais. Mas não é apenas a afluência de visitantes que nos dá uma ideia da constituição

deste movimento, reflexo também da procura crescente de bens culturais (Moreira 1989). Por exemplo, as estatísticas sobre museus correspondem quase exclusivamente ao número de entradas, descurando indicadores indispensáveis para avaliar a sua real utilização, especificamente à distinção entre os visitantes adultos e estudantes, nacionais e estrangeiros, nível de instrução, regularidade de visitas, entre outros. O que as estatísticas apresentam como o volume de visitantes por ano é, na realidade, o seu número de visitas. O número real de visitantes continua por esclarecer (Hooper-Greenhill 1994).

Para efectivar uma presença junto ao público é necessário um respeito absoluto em relação aos modos e formas culturais da comunidade, a sensibilização prévia do público a que se dirige qualquer projecto ou actividade, e possibilitar que o público contribua com a sua opinião.

Os visitantes não são, de modo algum, um grupo homogéneo: têm níveis de interesse e de compreensão variados. Embora o ideal fosse prestar um serviço personalizado a cada visitante, tal é irrealizável na prática. Assim, podem agrupar-se os potenciais visitantes, para planear o tipo de serviços a prestar e a sua promoção. Em cada um destes grupos existem, por exemplo: especialistas e não-especialistas, grupos organizados de locais ou turistas, estudantes, crianças, jovens ou adultos, famílias, pessoas com dificuldade física ou mental, desempregados ou operários.

O problema de parte das instituições culturais consiste no facto de estarem orientados somente para o seu “produto” e não para o seu “mercado” (o público) (Atkinson in Thompson 1992). Procuram interessar o público naquilo que têm para lhes mostrar, em vez de tentarem adaptar o modo de expor e interpretar ao gosto desse mesmo público.

1. OS MUSEUS

(...) transformar en contemporáneos centros que acoge obras del pasado porque lo contemporáneo no es sólo lo que transcurre en el presente sino todo lo que conlleva actualidad y posibilidad de futuro. (León 1978: 333)

O Museu é o meio cultural preferencialmente utilizado nas sociedades ocidentais, para preservar a sua identidade e memória colectiva. Numa altura em que as pessoas facilmente perdem as suas referências de origem, há a necessidade de saber que algo assegura a existência de um elo ao passado, à sua própria identidade. Existem variados mecanismos sociais de preservação da memória colectiva que funcionaram eficazmente no passado e ainda funcionam em algumas sociedades: mitos, poesia, canções, danças, rituais, religião, entre outros. Isto quer dizer que todas as sociedades se preocupam com a preservação e produção de imagens sociais e com o gerar de conhecimentos acerca delas (Taborsky 1982). Não sendo o único meio, tal como não existe um modelo rígido a aplicar, tão pouco se pode pensar que a existência ou não de instituições de carácter museológico possa servir para avaliar o nível cultural ou a relação de uma certa comunidade com a sua memória.

Um museu é "uma instituição ao serviço da sociedade que selecciona, adquire, conserva, comunica e expõe, com fins de engrandecimento do saber, de salvaguarda e de desenvolvimento do património, a realidade e a imagem dos bens da natureza e do homem." Esta é a definição adoptada em 1981, pelo ICOM - Conselho Internacional dos Museus nos seus estatutos (Rivière 1989: 81-82). O Museu é uma instituição viva em constante mutação, acompanhando as necessidades do Homem.

O "desenvolvimento" que passa a ser um dos objectivos principais do museu, que se debruça também sobre o contemporâneo. A introdução do termo "património" ratifica o processo de abertura do museu pois corresponde a uma extensão da noção do objecto: "o museu fora dos seus muros" (Rivière 1989: 81-87).

Este carácter abrangente do objecto museológico está também patente na definição de Museu adoptada pela APOM (Associação Portuguesa de Museologia) que fala de "bens representativos da Natureza e do Homem" (Cabello 1992: 376), pois permite abarcar todas as manifestações que não são materiais.

Durante o séc. XIX, o papel do museu foi evoluindo de um repositório de colecções particulares, cujo armazenamento era a sua principal função, para um lugar de estudo e pesquisa, vindo depois a ter importância a educação e divulgação do conhecimento acerca das colecções (Taborsky 1982).

A destruição em larga escala verificada durante a 2ª Guerra Mundial deu origem a um forte movimento de conservação e uma crescente percepção da perda da herança das nações. Isto encorajou um interesse crescente pelo meio ambiente natural e construído pelo Homem, tendo sido lançados os fundamentos da Museologia Moderna. O desenvolvimento de museus especializados deu origem a um novo modo de pensar, com a desmistificação do objecto museológico, pela percepção de que ele tem um contexto. Foi, também, a partir da II Grande Guerra, que os Museus empreenderam especial atenção sobre o seu público e o seu papel junto dele.

Por outro lado, as noções de ócio e consumo estão, cada vez mais, vinculadas na sociedade actual e na sua concepção de museu, que já não se concebe sem uma cafeteria, livraria e loja, em que se difundem objectos com a imagem da instituição ou que divulgam as suas peças mais emblemáticas. Os museus inserem-se, agora, numa esfera mais vasta do turismo de lazer (Mclean 1997: 33).

Além disso, estão a surgir outros tipos de museus, de carácter descentralizado, pretendendo potenciar museus locais, que conseguem uma maior rentabilidade e eficácia social e cultural, dentro de projectos de desenvolvimento sustentável, onde as materialidades servem de ponte entre o passado e o presente e ajudam a perspectivar o futuro. Na linha de desenvolvimento a que se assiste, com novos circuitos turísticos de interior a ser implantados, será de esperar a consolidação de museus monográficos (Castro Morales 1998b: 139-140).

1.1. Museus de Arqueologia

Durante o séc. XIX, ocorreu em Portugal, no seguimento do contexto europeu, um incremento dos estudos arqueológicos, o que levou ao surgimento das colecções arqueológicas, muito mais amplas que aquelas que os colecionadores iam recolhendo. Assim, nas décadas de 50 e 60 do séc. XX, vão começar a surgir os Museus Arqueológicos, com a preocupação de estudar e divulgar os resultados dos trabalhos arqueológicos que se iam realizando, um pouco por todo o País.

Quase todos estes museus foram criados com a intenção de transmitir valores de identidade nacional, regional ou local (Silva 1999a 424). O primeiro a ser

criado, em 1850, foi o de Setúbal, seguindo-se o Museu do Carmo, em Lisboa (1863), o actual Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa (1893), o Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães (1895) e o da Figueira da Foz (1900). Estes museus foram surgindo, na maior parte das vezes, associados à força de figuras influentes, com dinâmica científica e uma linha editorial própria (Pereira 1999: 30-33). Durante décadas, o Museu Nacional de Arqueologia foi o centro de recolha da grande maioria das colecções arqueológicas do País, em especial pela acção dos seus directores, José Leite de Vasconcelos, Manuel Heleno e D. Fernando de Almeida.

Estes museus e, em especial, o actual Museu Nacional de Arqueologia, viam a Arqueologia como sendo uma vertente ‘antiga’ da Etnografia, ideia que se foi mantendo em grande número de instituições até meados do séc. XX, tendo sido apenas com a abertura ao público do Museu Monográfico de Conímbriga, em 1960, que se assume uma clara distinção entre estas duas áreas do saber (Pereira 1999: 37).

Com a República, a partir de 1911, vão surgir os museus regionais, vistos na época como “a solução ideal para a disseminação das obras de arte (...), além de serem um inegável atractivo para o ‘touriste’ nacional e estrangeiro”, criando-se, entre 1912 e 1924, treze museus regionais, entre os quais os de Bragança, Braga, Chaves e Vila Real, no Norte do País, todos com colecções também de natureza arqueológica (Ramos 1993:46). No entanto, apesar deste empenho, em 1962 apenas existiam no Norte do País os museus do Porto, Guimarães e Bragança, pelo que João Couto apontou nessa data ser urgente e necessário alargar a rede de museus (Ramos 1993:56-57). Aliás, João Couto havia já referido em 1960 que, como agentes de desenvolvimento económico, os museus eram o atractivo número um dos turistas (Moreira 1989: 69)

Cada vez mais existe a percepção de que as colecções arqueológicas estão profundamente enraizadas nos seus lugares, pelo que os museus com colecções de Arqueologia são locais privilegiados para actuarem como plataforma de interpretação das relações que existem entre as pessoas, as comunidades e os lugares, no tempo e no espaço (Silva 1999a 425). Tal como refere Joaquina Soares, os museus precisam de “engendrar narrativas territorialmente enraizadas” (1999: 434).

Este aspecto torna-se mais premente em peças arqueológicas de Ourivesaria, que tendem a ser expostas como peças de arte, valorizadas apenas pela sua raridade, beleza e valor intrínseco (Raposo 1993:211). Este tipo de discurso museográfico acaba por desvalorizar as peças, uma vez que grande parte do seu valor advém do contexto de origem. Mantém-se, de certo modo, actual a consideração de Francisco Sande Lemos que, em 1988, entendia o Museu Nacional de Arqueologia como “um enorme armazém com peças de todo o país, objectos que na sua maioria estão por estudar, classificar e publicar.” (:71).

A criação, em 1997, da Estrutura de Projecto “Rede Portuguesa de Museus” no âmbito do Instituto Português de Museus, veio dar um sério contributo na elaboração de projectos museológicos consistentes, em particular a partir de 2000. Esta necessidade surgiu no seguimento do levantamento da realidade museal nacional, que constatou o crescimento exponencial do número de museus, assim como as necessidades de formação, de articulação e de rentabilização de recursos.

A noção de Rede Portuguesa de Museus consiste na implantação de um sistema de mediação e de articulação entre entidades museológicas, tendo por objectivo a promoção da cooperação e da partilha, conjugando uma diversidade de interesses, nomeadamente os das entidades e tutelas, os dos seus públicos potenciais, os dos profissionais e os da comunidade científica, assim como afirmar o princípio da participação, que pressupõe o empenho e a colaboração de todos os intervenientes neste processo, com vista à requalificação do tecido museológico português (Camacho 2000).

Seria interessante que a Rede Portuguesa de Museus viesse a funcionar como um agente mediador, estabelecendo um Projecto no sentido de devolver peças às regiões de origem, em especial para as peças mais emblemáticas desses locais, desde que, existissem estruturas museológicas com todas as competências técnicas e de carácter expositivo e de segurança, para as receber. Nos outros casos, desde que existissem núcleos museológicos ou centros interpretativos, a Rede poderia patrocinar a execução de réplicas desses objectos, devolvendo-os, de alguma forma, aos seus contextos de origem e ampliando o seu significado, convertendo-se, também, numa mais-valia para esses locais.

1.2. Museus de Identidade

Museums have a key task to play in providing an understanding of identity and a sense of belonging to a place or community. In the face of immense and often painful cultural change in many countries, museums can provide a valuable sense of connection with the past and present, and serve as spring board for the future. (Ambrose 1993: 3)

Foi essencial para o desenvolvimento da Museologia Moderna o papel levado a cabo por Georges-Henri Rivière e reflectido no trabalho teórico de Hugues de Varine Bohan e que levou ao surgimento do Ecomuseu⁶⁰ na segunda metade do séc. XX. Este percurso e via de renovação interpretativa, que deu origem aos ecomuseus e museus de sítio, provocou o advento de uma nova prática museológica e o conceito de museu tornou-se mais amplo, saindo dos confins de um edifício para abarcar todo um território onde a actividade humana deixou a sua marca na paisagem (Nabais 1985). Consistiu na valorização não tanto do "museu do tempo" e sim do "museu do espaço" como lhe chamava Rivière, o que é conservado *in situ*, em terrenos contínuos ou descontínuos, em edifícios ou não, no seu enquadramento ambiental (Alonso Fernández 1993). Já em 1947, Rivière havia proposto a criação de um Museu da Bretanha com um programa de história interdisciplinar, com dois temas: o tempo e o espaço, num certo território – as relações do homem e da Natureza.

O Ecomuseu, nova forma de associação e cooperação entre o museu e o seu ambiente, vai ser o inspirador da ideia de "museu integral" que foi concebido na Mesa Redonda do ICOM em Santiago do Chile em 1972. A memória colectiva passa a ser o património principal e a interdisciplinaridade a regra de conduzir programas levados a cabo com a participação da população local, com um triplo objectivo – reconstituir o passado, afirmar o presente e preparar o futuro, desenvolvendo práticas museológicas de acordo com cada situação.

Para além de constituir colecções, procura fazer uso dos elementos da herança cultural que possam ajudar a compreender e explicar as circunstâncias

⁶⁰ A palavra "ecomuseu" foi inventada por Hugues de Varine Bohan, com o sentido que hoje lhe conhecemos (*Le Monde*, Paris, 5-6 Setembro 1971), e, a partir de 1971, começa a sua utilização geral (Rivière 1989).

sociais, económicas e históricas que modelaram a comunidade, refuncionalizando o património, e garantindo, a partir dele, a elaboração de projectos de desenvolvimento local e regional (Fuller in Edson e Dean 1994: 328). Tomislav Šola diz que "No corrente dilema entre o 'ter' e o 'ser' ele opta pelo último (1957:48).

Estas novas ideias vão dar origem ao conceito de "Nova Museologia" que, segundo Marc Maure, é "uma museologia de acção" (In Schärer 1995: 129). Nesta perspectiva, a função essencial do museu é actuar como agente de desenvolvimento social e cultural, ao serviço de uma comunidade específica.

Em Portugal, a partir da década de 70, principalmente após a Revolução de Abril de 1974, dá-se um significativo movimento de opinião em defesa do património e desenvolve-se o interesse das pessoas na salvaguarda dos seus valores culturais, com a percepção da existência de um vasto património, conjuntamente com um crescente desenvolvimento do municipalismo, que tomará a seu cargo a liderança do processo (Ramos 1993). Esta mudança de atitude converteu-se, principalmente a partir dos anos 80, no surgimento de museus locais de identidade do território, de museus de empresa, remodelação de museus tradicionais e adopção de novas práticas museológicas, com o alargamento do conceito de património museológico (Nabais 1993). Dá-se a expansão para Portugal da noção de que um museu não tem necessariamente de se limitar a um edifício que recebe objectos, mas que deve estender-se ao território da sua influência e aos bens conservados *in situ*.

Este tipo de museu de identidade promove a salvaguarda dos bens culturais, em todas as suas manifestações e suportes, e gera riqueza, actuando como agente de desenvolvimento, nomeadamente através da criação de postos de trabalho, com a reabilitação e continuidade do saber-fazer tradicional e a promoção do turismo, tudo isto com o máximo de participação da comunidade local; evitando o imobilismo e o isolamento, salvaguardando a dinâmica de cada comunidade, valorizando e fortalecendo a relação do homem com o seu meio ambiente, e ao mesmo tempo abrindo fronteiras, atraindo turistas, mas sem perverter a identidade de cada grupo comunitário (Nabais 1985; Nabais 1993b).

Os museus têm que adoptar uma postura inovadora e dinâmica, de modo a conseguirem dar resposta a um público cada vez mais exigente. Devem não só fornecer-lhe informação, mas também desenvolver a sua capacidade de os utilizar, e

contribuir para o estabelecimento de uma relação equilibrada entre o público e meio que o rodeia (Decarolis in Schärer 1995).

1.3. Multimédia e Interactividade em Museus

“Information technology provides opportunities to communicate with the museum visitor in a variety of ways which are not available through the more traditional display methods” (Wilson in Roberts 1989b: 9).

A Sociedade da Informação abre, hoje em dia, enormes perspectivas, ao permitir que a informação circule de modo cada vez mais rápido e de um modo universal, abolindo fronteiras físicas e sociais.

A incidência das novas tecnologias é um fenómeno crescente na vida quotidiana actual. A utilização de tecnologia informática introduziu enormes melhorias no relacionamento das entidades relacionadas com o Património e Turismo com os seus públicos, não só porque tornam mais atractivo o invólucro da mensagem, como também cumprem a dupla função lúdico-didáctica. Esta pode ser extremamente válida quando utilizada na apresentação de temáticas com eles relacionadas, respondendo a questões suscitadas pelos visitantes, facilitando pesquisas, enriquecendo e tornando mais atraente um determinado local, uma actividade, um evento ou um museu, particularmente quando permite interactividade ao utilizador (Roberts 1989a). Como “interactividade” entende-se “a possibilidade de o utilizador controlar o montante de informação recebida e o nível a que ela se desenvolve. Os limites são estabelecidos pelos produtores do programa através de meios de selecção de software e controlo.” (Wilson in Roberts 1989b: 11).

O suporte interactivo multimédia está em crescente desenvolvimento e ocupa cada vez mais um lugar importante, abrindo possibilidades de acesso à Cultura e ao Património, em especial através do Turismo. É um novo tipo de comunicação, facultando a um público mais vasto o acesso a informações complementares, e é um novo tipo de abordagem educativa. A interactividade reduz, a título de exemplo, a passividade de um visitante de um museu, que passa a ser um utilizador do museu,

uma vez que lhe proporciona aceder ao nível de informação que deseja, satisfazendo assim uma maior quantidade de público do que qualquer outro método expositivo tradicional.

Os produtos multimédia abrem novas possibilidades de multiplicar os conhecimentos sobre os objectos museológicos, criando novas interfaces para os museus, que, para além de “pontos simbólicos do passado”, se assumem também como “lugares de criatividade” (Lemos 1999a: 49). Este aspecto tem particular importância nos museus de Arqueologia, que deverão ser espaços de confluência de investigadores e dos diversos públicos, divulgando de formas diferentes o passado e a sua descoberta.

A edição multimedia e a difusão electrónica (que consiste na concepção, realização e comercialização de CD-ROMs⁶¹ e em disponibilizar sites na Internet) constituem novos utensílios de difusão que alargam e diversificam a gama de oferta mais tradicional dos museus (Brochu *et al.* 1999: 9).

Quando se coloca uma aplicação multimédia no computador, a capacidade e amplitude da informação facultada aumenta, tornando-a, também, mais atraente. Tornando atractivos os espaços de cultura, com uma divulgação eficaz e fácil de entender, pode aumentar o número de visitantes e, conseqüentemente, tornar a população portuguesa mais sensível às questões relacionadas com a herança cultural. O hipertexto e hipermedia (inclui imagens e som) têm, também, como vantagem, o facto de permitirem um acesso não linear à informação disponibilizada, facilitando, assim, a possibilidade de exploração das bases de dados, através da criação de relações, que consiste num sistema mais próximo do pensamento humano (Valdés Sagüés 1999: 212).

A vantagem deste tipo de apresentações reside, também, na possibilidade de, apesar do seu custo inicial ser ainda um pouco elevado, poder ser utilizado em vários locais cujo âmbito se enquadre na mesma temática, ou parte dela. Além disso, a aplicação pode ser ainda comercializado através da venda de CD-I, CD-ROM ou DVD, para utilização nos computadores pessoais, este último com uma maior aceitação no mercado devido à sua versatilidade e capacidade de armazenamento de informação.

⁶¹ O CD-ROM convive, actualmente, com o DVD (Digital Video Disc) que, em breve, o substituirá.

Existem já projectos de exploração turística do património cultural apoiados em tecnologias informáticas, recursos multimedia e ambientes virtuais (Castro Morales 1998a: 37). Também o museu tem de adaptar-se às novas tendências culturais que estão a surgir na sociedade, abrindo-se cada vez a mais pessoas e com cada vez mais possibilidades, enriquecendo a sua dinâmica de apresentação/comunicação (Bellido Gant 1998: 165).

Os métodos de comunicação em museus podem ser muito variados. Entre esses métodos, a comunicação multimédia é um conceito vital para os museus (Hooper-Greenhill 1994: 59), e a própria “realidade virtual” está também a afectar a criação artística e a difusão dos museus.

Maria Luisa Bellido Gant contesta a utilização da expressão “realidade virtual”, apontando como mais correcta a utilização da designação “ambiente virtual”, dado que, por definição, constitui uma simulação, uma imitação da realidade (1998: 166-167). Qualquer que seja a designação dada a este universo virtual, são múltiplas as vantagens que a museografia pode retirar do uso destas novas tecnologias de comunicação, que oferecem ao objecto museológico diversas possibilidades de realização, permanecendo sempre este como testemunho de todo um processo criativo (Hernández Hernández 1998: 57).

São já frequentes os museus que lançam no mercado um CD-ROM e/ou se apresentam numa página web, inclusivamente alguns tirando partido de reconstituições virtuais, como forma de aproximação e de cativar possíveis visitantes ou mesmo, para dar-se a conhecer a outros que não poderão visitá-los. Tal como refere Fiona Mclean: “No museum can afford to ignore computer technology. Our daily working lives and leisure time are increasingly revolving around the use of multimedia. Computer technology is here to stay.” (1997: 73).

2. PROPOSTAS

No seguimento do acima exposto, não restam dúvidas sobre a importância de desenvolver estratégias que valorizem elementos patrimoniais e, assim contribuir de forma decisiva para a sua salvaguarda e promoção, partindo de projectos com bases científicas e teóricas sólidas.

Tal como refere João Branco (2004), o que poderá estar “sobre a mesa”, é uma proposta de modificação do papel da cultura e das artes e ofícios, como qualificativos de memória, instrumentos de diferenciação e de reforço de identidades culturais. A globalização fez também crescer múltiplos espaços nas matrizes do consumo, o que não pode deixar de significar, a abertura de oportunidades de ofertas com um espaço e um tempo, que o património arqueológico e as artes e ofícios têm que integrar, só por si (com todas as mudanças que se imponham), e enquanto parceiros do design, das novas tecnologias, da inovação. Tal como refere o mesmo autor, não será difícil pensar e preparar propostas sedutoras, “num jogo que se desenrola no pano tecido por fios tão nobres e credíveis como o saber fazer criativo, a memória e a identidade”.

As cinco propostas, que se apresentam em seguida, constituem apenas pistas, programas-base para futuros projectos que podem vir a ser desenvolvidos e postos em prática, por se considerarem, de entre outros que possam surgir, mecanismos consistentes para esse objectivo mais vasto de valorização da actividade ouriveseira antiga e artesanal actual.

2.1. Via do Ouro

Existe uma percepção geral de que a implantação de itinerários em determinada época, aproveita condicionalismos preexistentes, assim como assentamentos, infra-estruturas e percursos implantados em épocas anteriores. A geografia da implantação romana no Noroeste Peninsular demonstra, no seu essencial, uma contínua reutilização de portelas e rotas naturais. As vias romanas, nalguns casos, terão seguido os caminhos pré-romanos, remontando alguns ao

período megalítico. Depois, a rede viária antiga terá sido aproveitada por itinerários medievais e mesmo mais modernos (Arias Villas 1992: 45).

Tal como algumas outras, a Via XVII do Itinerário de Antonino, de *Bracara Augusta a Asturica Augusta*, por *Aquæ Flaviae* (Braga a Astorga, por Chaves) também se terá implantado sobre o traçado de um itinerário anterior e terá tido ainda carácter estratégico na Idade Média, como parecem indicar as implantações dos castelos de Lanhoso, Montalegre, Monforte de Rio Livre e Vinhais, para além dos topónimos relacionados com torres e postos de vigia, assinalados ao longo do seu percurso.

Esta importância como itinerário ter-se-á mantido até ao séc. XIX, ligando o litoral ao interior transmontano (Lemos 2000: 46-47). Aliás, o traçado adoptado pelas estradas nacionais actuais que ligam a zona da Póvoa de Varzim a Braga, Chaves e Bragança, segue a sua orientação (Fig. 5).

A ideia da “Via do Ouro” terá sido sugerida inicialmente por Mário Varela Gomes, sendo retomada e desenvolvida por Francisco Sande Lemos. Assim, a Via poderá ter-se estabelecido sobre um hipotético caminho proto-histórico que ligava a Meseta interior ao litoral atlântico, em especial ao território dos *Bracari*, que seria o principal povo da região entre os rios Minho e Douro (2000: 21).

Analisando o traçado da Via XVII e fazendo-a recuar no seu início até ao litoral⁶², é possível constatar a sua coincidência com grande número de achados de Ourivesaria proto-histórica, que começam junto ao litoral, entre os vales dos rios Cavado e Ave e seguem pela região de Braga, Póvoa de Lanhoso, Montalegre, Chaves e culmina em Léon, na ligação desta Via com a Via da Prata, que seguia no sentido Sul/Norte, no extremo Norte da zona de Zamora Ocidental e vale do rio Eria, com os dois fabulosos tesouros encontrados no Castro de Arrabalde (Fig. 5 e 31) (Lemos 2000: 21-22). Curiosamente, estas duas vias, a partir de Tierra de Campos, seguiam quase paralelas, em direcção a *Asturica Augusta* (Astorga), sensivelmente a partir da zona de Arrabalde, em cujas proximidades se implantaria o acampamento militar romano de *Petavonium*, onde esteve instalada a Legião X *Gemina* e, mais tarde a *Ala II Flavia*, unidade de cavalaria dedicada a vigiar o comércio do ouro extraído das minas do Norte (García Álvarez e Sandín Blanco 2004: 47-49).

⁶² O prolongamento do traçado da Via XVII até ao litoral é da autoria de Francisco Sande Lemos.

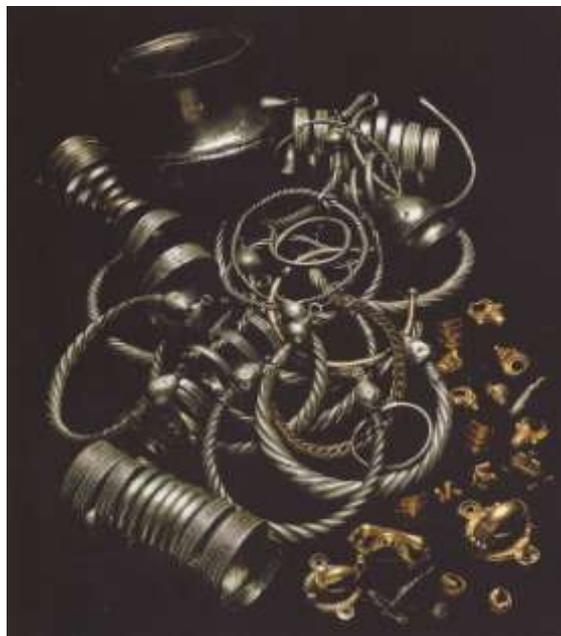


Fig. 31– Tesouro de Arrabalde

(Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 56)

No castro de Las Labradas, na área pertencente a Zamora, embora distante, Espanha, apareceram dois tesouros (em 1980 e 1987), denominados Arrabalde I e Arrabalde II, ambos na área habitacional do povoado e associados a vasos cerâmicos, sendo ambos compostos por uma grande quantidade de peças de ouro e prata (5 e 2 Kg). Estes dois tesouros são constituídos, essencialmente, por torques, braceletes, fíbulas, anéis, brincos, para além de alguns recipientes e matéria-prima (ouro e prata). Estas jóias assumem-se como típicas da “joalheria celtibérica”, onde se fundem características da arte céltica continental e da Ourivesaria castreja do Noroeste Peninsular, tais como a filigrana e o granulado, a par com o puncionamento, em peças essencialmente produzidas em prata (Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 42, 55-57, 99; Garcia Rozas 1999: 34-37; Delibes de Castro 2001: 150-155). A sua cronologia aponta para os séc. II – I a.C. e o seu ocultamento, atestado por denários que apareceram com o primeiro tesouro, deverá ter ocorrido na época das guerras romanas contra cântabros e ástures (29 – 19 a.C.) (Esparza Arroyo 1988-89: 513; Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995: 57).

No Castro de Ramallas, também em Arrabalde, foi encontrado, por sua vez, um tesouro constituído por peças, essencialmente, em prata, com dois torques do tipo do n.º 2 da Cividade de Bagunte (N.º 57) e braceletes de prata com remates em forma esquemática de cabeça de serpente, semelhantes ao de Guiães (N.º 35)⁶³.

A produção local destes dois tesouros está comprovada e, dada a proximidade do local do achado dos Tesouros de Arrabalde e de Ramallas da Via XVII, não deixa de ser muito interessante que, no extremo ocidental da mesma Via, tenham aparecido os torques de Bagunte, com características tão similares, em termos de matéria-prima utilizada, neste caso a prata, e na tipologia das peças.

Assim, esta proposta consiste na implantação de um Itinerário Turístico – a Via do Ouro. Esta ideia enquadra-se nos vectores apontados pela Direcção Geral de Turismo (DGT 1998) que aponta como essencial a articulação do Turismo com a Cultura, nomeadamente através da dinamização de circuitos temáticos, apoiados na valorização dos sítios e monumentos e em informação interpretativa e comunicação.

Os vestígios arqueológicos são, na realidade, materialidades muitos sensíveis e, como tal, estão permanentemente ameaçados de destruição, em especial após serem postos a descoberto se não forem implantados mecanismos de salvaguarda. Assim, é da maior importância o lançamento de medidas que levem à concretização de projectos de pesquisa científica, mas também de salvaguarda das estruturas dos sítios arqueológicos, de interpretação e divulgação dos conhecimentos e que possibilitem condições de acolhimento aos visitantes.

Esta proposta de Itinerário Turístico tem como objectivos:

- preservar e recuperar um conjunto muito representativos de sítios arqueológicos, em torno de uma via antiga, que os interligava;
- divulgar o conhecimento existente e os sítios arqueológicos, junto de um público alargado;
- integrar estes sítios arqueológicos em circuitos turísticos de âmbito local, regional e inter-regional;
- promover a criação de Centros Interpretativos e estruturas de acolhimento, ao longo da Rota;

⁶³ Constatação da autora no Museo de Zamora (28 de Fevereiro de 2004).

- dinamizar as actividades económicas locais, potenciando as existentes.

O estabelecimento de rotas relacionadas com o património arqueológico possibilita a criação de mais-valias culturais e económicas, concretamente na área do turismo, contribuindo para o aumento da qualidade de vida das comunidades locais.

De entre os prescritores possíveis, para este projecto, terão de ser consideradas as Autarquias Locais das localidades abrangidas, entidades directamente interessadas na promoção turístico-cultural dos seus municípios e na preservação do seu Património. Em termos de assegurar a qualidade da informação prestada, as Universidades deverão estar incluídas, em especial aquelas que, implantadas nesta região, desenvolvem trabalhos no domínio da Arqueologia, embora também do Património e Turismo, e também os museus com colecções de Arqueologia que se distribuem ao longo da Rota. Há, no entanto, outro tipo de entidades que poderão ser associadas, nomeadamente instituições directamente ligadas ao Turismo, ao Planeamento e Desenvolvimento Regional, e ao Património: Comissão de Coordenação da Região Norte, Secretaria de Estado do Turismo, Regiões de Turismo da Região Norte, ADETURN Turismo Norte de Portugal, Instituto Português do Património Arquitectónico, promotores turísticos, entre outras.

A entidade promotora deste projecto poderá ser qualquer uma ou, idealmente, uma parceria que inclua um leque abrangente de diversidade de actuações.

Aproveitando o facto de estar em desenvolvimento a valorização das vias Romanas XVII e XVIII, que ligavam Braga a Astorga, esta proposta assume uma viabilidade acrescida, podendo adoptar-se até a uniformidade ou similitude entre os materiais produzidos. Esta relação poderá também ser estabelecida no desenvolvimento do programa multimédia e na sua divulgação via web.

O facto de o traçado da Via XVII ser muito próximo do traçado de estradas actuais, permite a possibilidade de se desenvolverem dois tipos de itinerários turísticos, uma rota que possa ser percorrida recorrendo a veículos automóveis ou motociclos, a par de percursos pedestres e de BTT.

Como qualquer outro, também este Itinerário deverá poder ser percorrido nos dois sentidos, do litoral para o interior ou vice-versa, assim como existem pontos que poderão ser passíveis de visita e estadia de forma isolada, quando existem infra-estruturas que o permitem. A criação desta Rota poderia servir também como aliciante para que alguns povoados sejam valorizados, criar centros interpretativos e contribuir para melhorar a qualidade das populações desses locais.

Cada um dos pontos que fossem aderindo à Rota, integrando o Projecto da Via do Ouro, ficaria também ligado em termos de informação a disponibilizar sobre toda a Rota, quer em termos do seu conteúdo cultural, quer sobre todos os outros equipamentos de acolhimento turísticos necessários para cativar e fazer prologar a estadia dos visitantes. Assim, optou-se por esquematizar o território percorrido pela Via VII em seis núcleos, que podem corresponder a diferentes etapas de carácter turístico-cultural e que deverão ter sempre associada toda a informação complementar relativa a diferentes tipos de alojamento, restauração, gastronomia, locais de lazer, actividades artesanais locais e, mesmo, outros pontos de interesse que não se enquadrem na temática cultural da Rota a percorrer:

1. A partir do litoral, os achados de Bagunte (N.º 57), Vila do Conde, associados aos de Laúndos (N.º 56) e de Estela (N.º 55), sabendo-se que existem vestígios de produção ouriveseira na Cividade de Terroso, na Póvoa de Varzim. O Museu Municipal da Póvoa de Varzim possui um núcleo de Arqueologia onde se encontram réplicas das peças de ouro, assim como foi já inaugurado o Centro Interpretativo da Cividade de Terroso. Estes núcleos, assim como os projectos em curso de um outro Centro Interpretativo na Cividade de Bagunte e do Museu Municipal de Vila do Conde, que contemplará também a área da Arqueologia (provavelmente expondo os torques de Bagunte), irão dotar esta área de grande capacidade de fornecer informação e valorizar a Rota do Ouro. Daqui, a Via não passaria muito longe do Monte da Saia, Barcelos e, também aqui, existe o projecto do Museu Municipal que poderá ter uma réplica ou o original do bracelete (N.º 48) e, quando abrir ao público, justificará uma visita. Não pode deixar de merecer referência o facto de, nas proximidades, a Lagoa Negra, na freguesia de Barqueiros, Barcelos, ser o que resta de uma exploração aurífera a céu aberto, datável de época romana.

2. Outro núcleo importante corresponderá à região Braga / Lanhoso, ou seja as zonas mais a montante dos rios Cávado e Ave. Um ponto essencial será Braga, onde o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa abrirá as suas portas ao público em breve e aqui se encontrarão expostos os três torques de Lanhoso (N.º 46). Um troço importante desta Via é entre Braga e Vieira do Minho, onde grande parte do traçado pode ser percorrido a pé. Aqui poderia ser implantado um Percurso Pedestre de Pequena Rota, devidamente sinalizado, interpretado e homologado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, entidade que tutela a prática do Pedestrianismo em Portugal.

Na Póvoa de Lanhoso, dois aspectos complementares têm grande interesse: o Núcleo Interpretativo do Castelo de Lanhoso e respectivo Castro que se encontra valorizado e proporciona boas condições de acolhimento. Os torques de Lanhoso foram encontrados neste castro. Fazendo um pequeno desvio, de cerca de seis quilómetros, merece uma visita o Museu do Ouro de Travassos, tendo em exposição os torques de Cavês (N.º 45), e que funciona como Centro Interpretativo do trabalho artesanal de Ourivesaria naquela região, em particular de Travassos e Sobradelo da Goma, freguesias contíguas nas duas margens do rio Ave. Também a Citânia de Briteiros fica a escassos quilómetros da Póvoa de Lanhoso e merece uma visita, assim como o Museu da Cultura Castreja, recentemente inaugurado e que poderá vir a ter a réplica das arrecadas de Briteiros (N.º 47).

3. Retomando as proximidades da Via XVII, seguindo a Via do Ouro, seguir-se-ia, então para Montalegre, onde está em desenvolvimento o Ecomuseu do Barroso e se encontra em implantação uma série de percursos pedestres, alguns associados à Via XVII. Poderá vir a constituir um importante núcleo, também com réplicas das peças desta região, tais como os três torques de Paradela do Rio (N.º 28).

4. A zona de Boticas / Chaves também merece ser assinalada. Boticas porque associada a uma zona de povoados da Idade do Ferro de grande relevância e impacto visual e também à exploração aurífera de Poço de Freitas. Em Chaves, o recente Museu da Região Flaviense tem algumas peças de ourivesaria expostas, entre as quais os torques de Rendufe (N.º 30), podendo vir a ter réplicas de outras desta região. Aqui também poderia funcionar uma outra porta para proporcionar a visita à

fabulosa zona de exploração aurífera de época romana de Jales e Três Minas, em Vila Pouca de Aguiar, onde é mais do que justificada a criação de um Centro Interpretativo.

5. A área de Valpaços constitui também uma área de grande destaque, quer pelo tesouro de Lebução (N.º 29) aqui encontrado, quer pela proximidade com Vilas Boas, onde apareceu outro torques (N.º 43) e mesmo com Passos, onde se registou a peça do Calcolítico (N.º 1). Também a partir daqui, mais concretamente de Vilarandelo se poderia estabelecer uma outra ligação à zona mineira de Jales e Três Minas

6. Bragança constituiria o último grande núcleo em território português, passível de fornecer informação sobre esta Rota, até porque poderá funcionar como a primeira etapa para aqueles que queiram percorrer a Via do Ouro, vindos de Zamora ou de Astorga. O Museu Abade de Baçal constituirá um ponto importante, também como plataforma que remeta para outros núcleos que venham a ser constituídos, quer na área do Parque Natural de Montesinho, como até poderá ser o caso de um relacionado com a recente descoberta de ocupação romana no centro da própria cidade. Aqui encontram-se em fase de implantação também alguns percursos pedestres, um deles seguindo parte da Via XVII.

A partir de Bragança, a Via do Ouro segue para Astorga, passando pela zona de Arrabalde e *Petavonium*, nomeadamente a zona onde foram encontrados três tesouros, sendo um deles o documentados na Fig. 31, e um acampamento militar de época romana, existindo em ambos os locais Centro Interpretativos, um dedicado à Idade do Ferro e o outro às legiões romanas. Em *Petavonium* se instalou a Legião X *Gemina* e, mais tarde, a *Ala II Flavia*, uma unidade de cavalaria dedicada a vigiar o comércio do ouro extraído das minas do Noroeste da Península, tal era a sua importância (Garcia Alvarez e Sandín Blanco 2004: 47-48).

Existe uma alternativa que traz um interesse acrescido à Rota, que consiste em continuar para visitar o Museu de Zamora, onde se encontram expostos os três tesouros, dois do povoados de Las Labradas e um do de Ramallas, pertencentes a Arrabalde e podendo daí percorrer a Via da Prata, Via já valorizada em território espanhol. A ida a Zamora pode ser realizada, quer a partir de Bragança, seguindo o Caminho Português, por Alcanices (Garcia Alvarez e Sandín Blanco 2004: 94), quer vindo a partir de Astorga, depois de completada Via do Ouro.

Mais uma vez se chama a atenção para a possibilidade da Rede Portuguesa de Museus poder funcionar, pelo menos patrocinar a execução de réplicas dos objectos que se encontram em museus nacionais, valorizando os seus contextos de origem e ampliando o seu significado, convertendo-se, também, numa mais-valia para esses locais.

O Programa de actuação a desenvolver no terreno prende-se com a noção de que o conhecimento prévio e a localização dos sítios a visitar: as acessibilidades e o equipamento de apoio existente são condições essenciais para uma boa implantação em relação aos públicos. Assim, algumas medidas que deveriam ser concretizadas são:

- a identidade da Rota deve ser bem pensada, desde o logotipo, panfletos, brochuras, e um plano global de comunicação;
- uma malha eficaz de placas sinalizadoras, para veículos automóveis e peões, de modo a ser facilmente perceptível o itinerário e localizados os sítios arqueológicos;
- painéis interpretativos nos locais mais representativos e visitáveis da Rota;
- a apresentação gráfica do material impresso irá condicionar a rápida adesão ou não do público. O material gráfico produzido deve sê-lo em várias línguas, de modo a atingir públicos mais vastos e se implantar mais facilmente nas rotas turísticas internacionais;
- a Internet fornece um interface de contacto cada vez mais eficaz que permitirá um contacto prévio com os futuros visitantes, pelo que se propõe a criação de uma página de divulgação, com links que permitam aprofundar o conhecimento a quem desejar e com ligações a outros *sites* de interesse associado, geográfico ou temático;
- criação de um programa multimédia que sirva de agente de promoção e divulgação de informação mais aprofundada sobre o Itinerário, os sítios que o integram, peças arqueológicas daí provenientes, entre outros.

A implementação de um programa multimédia, utilizável tanto em suporte CD-ROM/DVD, como para uma página web, iria de encontro à concretização de importantes aspectos ligados à incrementação de conhecimentos do público em geral, prestando informação relevante de forma interactiva, acerca desta temática da Ourivesaria proto-histórica e rede viária antiga. A elaboração de um ambiente gráfico atractivo, aliado à facilidade de utilização são características essenciais para estes materiais, permitindo aos utilizadores uma forma rápida de aceder à informação e uma adesão mais fácil aos conteúdos transmitidos. A criação de diferentes níveis de acesso à informação, para além da necessária versão multilingue, reveste-se do maior interesse, pelo que deverão ser facultados recursos adicionais, tais como glossários, bibliografia, ou desenvolvimento de alguns tópicos.

Esta proposta da Via do Ouro poderá ser articulada com um outro Projecto, já em desenvolvimento, denominado “Vias Augustas”, e que corresponde a uma candidatura conjunta de Portugal e Espanha ao Programa INTERREG III-A, que visa a salvaguarda e valorização das vias romanas XVII e XVIII, criando um Percurso Pedestre de Grande Rota (GR), circular, dado que ambas as vias têm início em Braga (*Bracara Augusta*) e fim em Astorga (*Asturica Augusta*), pelo que os Percursos Pedestres de Pequena Rota (PR) se poderiam enquadrar neste projecto mais vasto.

Um outro projecto que poderá vir a ter grande interesse como complemento da Via do Ouro é a anunciada proposta de candidatura conjunta de Portugal e Espanha à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade dos castros mais representativos do Noroeste Peninsular que, mesmo que não se concretize, pode servir de agente motivador para que algumas autarquias, entidades ou instituições com tutela directa sobre alguns desses povoados, venham a empreender esforços na sua salvaguarda e valorização.

2.2. Projecto Multimédia “Raízes da Ourivesaria Tradicional Portuguesa”

Esta proposta consiste no desenvolvimento de uma aplicação multimédia sobre as raízes da Ourivesaria popular portuguesa, através de uma apresentação que dê a conhecer os exemplares mais característicos da Ourivesaria no território português, procurando sensibilizar o público para o enorme valor cultural dos objectos em metais nobres, para além do seu valor material.

Esta iniciativa teria como potencial utilizador o público não especializado, o qual, se desejar, pode ter acesso a definições ou desenvolvimento de alguns dos temas apresentados. Pretende funcionar, também, como um roteiro turístico através do levantamento dos exemplares de joalheria pré e proto-histórica, cuja informação associada, origem e seu local actual de depósito potenciarão visitas a sítios arqueológicos e museus.

Trata-se de oferecer ao utilizador a oportunidade de descobrir algo mais, ou de o motivar a uma investigação mais aprofundada, sobre o desenvolvimento da arte do ouro no território português, desde as suas origens até aos modelos actuais de Ourivesaria tradicional, podendo, ainda, remeter para outros objectos de design actual, com similitudes em termos de formas, motivos decorativos ou técnica de fabrico.

Algumas das directrizes a seguir na aplicação:

- evolução das técnicas e motivos decorativos relacionados com objectos de adorno pessoal, que são essencialmente os objectos produzidos pela Ourivesaria minhota tradicional;
- abordagem dos paralelismos e influências nesta actividade desde os seus primórdios no nosso país;
- Relacionar os vários avanços técnicos e artísticos com a sua cartografia e os tipos de peças correspondentes.

Os temas a desenvolver seriam:

- “Ouro” – principais aspectos relacionados com o ouro enquanto minério e da sua função como atractivo do homem desde os primórdios até à actualidade;

- “Joalheria Pré e Proto-histórica em Portugal” – apresentação, caracterização e cartografia de origem dos exemplares conhecidos;
- “O trabalho artesanal actual do ouro”.
- Glossário

Em qualquer uma das fases em que se encontre, o utilizador poderá sempre avançar ou retroceder no tema em que se encontre, passar a outros temas, voltar ao menu de apresentação, fechar a aplicação, ou aceder a desenvolvimentos, a outros temas e ao Glossário.

Para cada uma das fases da Joalheria Pré e Proto-histórica apresentadas surgirá, a seguir à sua apresentação histórica, um ecrã com o mapa do território português, onde se encontrem assinaladas todas as jóias desse período, ou materiais directamente relacionados com elas (cadinhos, conjuntos de metais nobres). O acesso a estes achados deverá ser feito por etapas – dadas as dimensões que o mapa apresenta num ecrã de computador – por distrito, dentro destes por concelhos e, em cada um destes últimos, uma ficha de ecrã inteiro com a fotografia da peça, juntamente com uma ficha descritiva sumária e actual localização; se o utilizador pretender, poderá ainda ter acesso à bibliografia disponível sobre cada uma das peças.

O acesso a cada uma destas fichas das jóias tanto poderá ser feito através do mapa, como através das imagens reduzidas das peças que surgem ao longo dos textos, “clikando” em cima de cada uma das imagens apresentadas.

Para além disso, alguns tópicos de técnicas de fabrico, por exemplo, deverão ser desenvolvidos com fotografias/vídeo das várias fases de fabrico e descrição explicativa.

Nos aspectos em que se foca a influência externa na Ourivesaria do território português, esta deverá ser apresentada através de mapas, com animação mostrando o movimento dessa influência desde a sua origem, se possível associada a uma barra cronológica também ela animada, evoluindo de acordo com o processar desse movimento (p. ex. a filigrana como influência oriental trazida por fenícios ou a lúnula proveniente da Irlanda).

2.3. Certificado de Origem

A produção oficial artesanal dedicada à execução de peças de Ourivesaria, no concelho da Póvoa de Lanhoso, deu origem a produtos de originalidade e qualidade invulgares, usufruindo de todo um conhecimento tradicional de técnicas de fabrico transmitidas de geração em geração.

A criação e valorização de produtos artesanais de carácter local é uma mais-valia turística de grande interesse, que poderia ser agregada a outros aspectos diferenciados, criando um produto turístico abrangente, contribuindo para aumentar as permanências dos residentes e visitantes, assim como do número de turistas e combater a sazonalidade. Por tudo isto, estes produtos deveriam avançar no sentido de possuírem uma marca certificada de origem, dado que se assiste, actualmente, a uma valorização do artesanato e daquilo que é genuinamente local.

Esta proposta teria de ser levada a cabo por um conjunto de instituições que, para além de darem credibilidade ao projecto, fossem capazes de desenvolver mecanismos de certificação e garantias sobre a tipologia e técnicas dos trabalhos executados. Este projecto poderia ser uma iniciativa levada a cabo pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, agregando outros organismos de carácter estatal, regional e local e de âmbito cultural, turístico e económico.

2.4. Design de Ourivesaria

Uma das estratégias de valorização do trabalho artesanal do ouro poderá ser o desenvolvimento de produtos de design actual, que de algum modo se relacionem com a produção e técnicas tradicionais e/ou peças de cariz arqueológico. *Designers* de joalheria poderiam, assim, aproveitar um *know-how* existente, de forma a que a capacidade técnica e artística dos ourives fosse rentabilizada de forma vantajosa para todos. Assim, esses *designers* teriam assegurada a capacidade de execução das peças que concebiam e os ourives, para além de diversificarem o tipo de produtos que produzem, asseguravam também o acesso a um novo tipo de clientes e mercado.

Encontra-se em fase de desenvolvimento o estabelecer de novos contactos com *designers* de joalheria que possam desencadear o processo de criação de novos tipos de peças ou motivos decorativos, elaborados com as técnicas e elementos tradicionais.

Foi neste sentido que surgiu um projecto de colaboração intitulado “Leveza – Reanimar a Filigrana” numa parceria entre a Escola Superior de Artes e Design, de Matosinhos, e o Museu do Ouro de Travassos, tendo este último estabelecido a ponte entre os ourives de Travassos e os designers. Este projecto teve dois objectivos essenciais: por um lado, revitalizar a filigrana como elemento de constituição de jóias, conferindo-lhe um carácter mais apetecível a um público mais urbano, aumentando o trabalho das oficinas dos ourives de Travassos, e, por outro, promover o lançamento de novos designers de joalheria no circuito comercial.

Tudo começou com uma visita dos alunos da Escola Superior de Artes e Design ao Museu do Ouro de Travassos, onde tomaram, pela primeira vez, contacto com a tradição ouriveseira desta localidade. As principais etapas deste projecto consistiram num *Workshop* em Outubro de 2003, onde Manuel de Carvalho e Sousa, o coordenador do projecto do Museu do Ouro de Travassos, foi apresentar a comunidade ouriveseira local. A partir daqui, 22 alunos, finalistas do Curso de Artes / Joalheria da Escola, conceberam as suas peças e trabalharam na sua execução em oficinas de Travassos, com quatro ourives que aderiram à proposta – Custódio e Hermenegildo Gomes e Joaquim e Guilherme Rodrigues da Silva.

Esta iniciativa contou com o apoio das Regiões de Turismo do Verde Minho e do Alto Minho, do Centro Regional de Artes Tradicionais, do Porto, do Centro Português de Design e da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso (que patrocinou a execução do Catálogo da Exposição).

No seguimento das peças executadas, que correspondiam aos trabalhos de fim de curso, houve um concurso e os 17 melhores trabalhos (seleccionados os trabalhos de Ana Andrade, Carla Castiajo, Carla Gomes, Catarina Martins, Evelyn Silva, Joana Caldeira, Liliana Guerreiro, Luciana Pereira, Margarida Teixeira, Mariana Carmona, Marta Diogo, Raquel Bartosch, Rita Paixão Dinis, Sónia Canossa, Suzana Rezende, Telma Oliveira, Tiago Almeida e Vera Manzoni), foram seleccionados para uma exposição, onde estariam expostos com trabalhos de outros artistas convidados,

nacionais e estrangeiros. Este Projecto teve o seu auge em 8 de Maio de 2004 com a abertura ao público da exposição internacional de design de Ourivesaria, no Museu do Ouro de Travassos.

As novas peças criadas pelos alunos incorporam diferentes materiais, embora o ouro e a filigrana estejam sempre presentes, embora associados a prata, esmalte, silicone, vidro, aço, plástico ou seda. O facto de serem peças em que o ouro não constitui a totalidade dos objectos, apesar de serem peças de autor, faz com que os seus preços possam ser acessíveis e terem mais facilidade de entrar no circuito comercial. Prova disso foi a razoável quantidade de objectos vendidos durante a temporada da Exposição no Museu do Ouro de Travassos.

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 32 – “Orvalho” de Marta Diogo; por Custódio Gomes

(Campos e Sousa 2004)

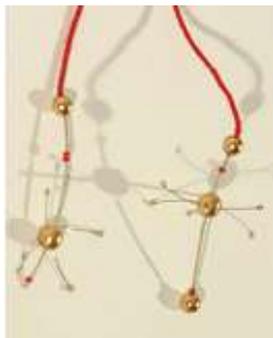


Fig. 33 – “Moléculas” de Margarida Teixeira, por Custódio Gomes

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 34 – “Amplificador de emoções” de Suzana Rezende

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 35– “Natura” de Mariana Carmona, por Custódio Gomes

(Campos e Sousa 2004)

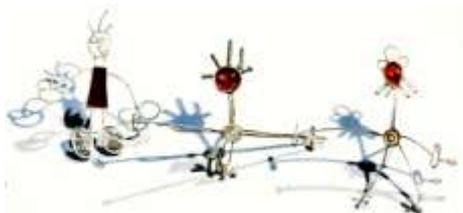


Fig. 36 – “Gestos” de Carla Gomes, por Joaquim e Guilherme Rodrigues da Silva

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 37 – “Web” de Catarina Martins

Os contributos dos convidados, sendo variados, enquadraram-se no tema proposto. David Huycke, ourives belga, trabalhando com uma técnica tradicionalmente associada à filigrana, o granulado, apresentou peças de grande leveza e minimalismo. Kadri Mälk, joalheira da Estónia, explorou a filigrana forrada, sobrepondo fio de prata a *Cibatool* ou borracha. Ramón Puig, de Barcelona, trabalhou fio de prata laminado, associando-o a plástico, pintura acrílica e madeira. Silvia Walz, joalheira alemã residente em Barcelona, introduziu humor nas suas jóias, desenhando expressivamente com fio de prata ou de ouro, conjugando fotografias, plástico ou resinas epóxicas. Carmen Amador, de Sevilha, residente em Barcelona, explorou a técnica da repuchagem, dando volume a certas jóias ou desenhou com fio e pérolas. Judy Mc Gaig, de Edinburgo, também residente em Barcelona, que representa sempre animais, criou figuras tridimensionais e introduziu oxidações fortemente coloridas. Tereza Seabra, professora do Ar.Co, em Lisboa, mostra algumas das jóias de inspiração renascentista que recriou para Alessandro de' Medici, representado em 1531 por Jacopo Carrucci da Pontorno, uma pintura pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga. Alexandra Serpa Pimentel, igualmente professora do Ar.Co, expõe *Construções*, correntes e anéis leves e ágeis, em fio de ouro ou prata. Cristina Filipe, professora do Ar.Co e da ESAD, apresenta um trabalho fotográfico, poético e conceptual, intitulado *To me, who I'm drowning, you throw me gold (A mim, que me afogo, atiras-me com ouro)*. Francisco Providência, professor da Universidade de Aveiro e consultor do Centro Português de Design, mostra imagens de anéis e broches, *Cameras*, que trazem à memória leves contentores de cestaria, constituídos por fio de ouro.

Custódio Gomes⁶⁴., ourives de Travassos, através das suas pulseiras (escravas) de fio torcido e entrançado, vem mostrar que a criatividade e invenção, que levam a introduzir novas dinâmicas em núcleos locais, é inerente ao homem quando este não se rende à estagnação.

⁶⁴ Este ourives era, nessa altura, o único que tinha concebido e executado peças, aplicando a filigrana e a trança em adornos de carácter mais actual, tais como brincos pequenos e pulseiras.

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 38 – Peças de autores convidados

A Exposição foi duplicada, de modo a poder inaugurar no Centro Regional de Artes Tradicionais (de 15 de Julho a 6 de Outubro), no Porto, tendo estado patente ao público no Museu do Ouro de Travassos até 31 de Agosto, de onde seguiu para a Biblioteca Museu de Caminha (3 a 30 de Setembro). A itinerância desta exposição passará, ainda, pelas duas Regiões de Turismo do Minho, pelo Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova (2004), Universidade de Aveiro (2004), pelo Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa (Janeiro a Março 2005), Associação de Defesa do Património de Mértola (Abril a Maio de 2005) e Pavilhão Centro Cultural de Coimbra (2005), podendo haver outros locais a aderir a esta itinerância. Parte da exposição será integrada numa outra, intitulada “O Ourar e o Trajar em Portugal”, que a Embaixada de Portugal irá realizar no edifício da UNESCO, em Paris.

Esta parceria entre os designers e os ourives trouxe benefícios mútuos, para além da mais-valia que consiste no contacto entre dois tipos diferentes de saber fazer. O trabalho dos ourives aumentou de forma exponencial, tendo-lhes aberto as portas para outros designers de joalharia, que não apenas os finalistas da Escola Superior de Artes e Design, pois conheceram artistas de excelente qualidade. Os designers conseguiram comercializar as peças executadas, dado que os ourives possuíam marca de fabricante de ourivesaria, o que lhes permitia ter a marca de garantia do teor de ouro e/ou prata legal da Contrastaria Nacional. Aliás, a exposição contempla a venda das peças elaboradas por alguns dos designers, pelo que foi executado um número limitado de exemplares, variável de acordo com cada um.

O relacionamento que se estabeleceu entre os designers e os ourives foi muito positivo, tendo, inclusivamente, um deles, Carla Castiajo, que já viu trabalhos seus premiados e expostos em galerias holandesas e americanas e que fez um estágio em Itália, estabelecido residência durante alguns meses em Travassos, continuando a trabalhar com os irmãos Guilherme e Joaquim Rodrigues da Silva, de onde seguirá para frequentar um curso de Mestrado na Holanda.

Abaixo se documentam graficamente as fontes de inspiração que alguns designers do Projecto buscaram na Ourivesaria tradicional:

(Museu do Ouro de Travassos)



Fig. 39 – Argolas de trança

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 40 – “Entrançadas” – alianças de Joana Caldeira, executados por Custódio Gomes

(Museu do Ouro de Travassos)



Fig. 41 – Trancelim de filigrana

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 42 – “Móbil” – brincos de Ana Andrade

O impacto deste projecto teve um cariz nacional, tendo sido alvo de grande divulgação mediática. O artigo publicado no suplemento “Local” Norte do Jornal “Público”, em 10 de Maio passado, foi reproduzido em todos os outros suplemento do mesmo jornal no dia seguinte. Este facto fez com que a Presidência da República tomasse a iniciativa de entrar em contacto, através da Consultora para as Relações Internacionais da Casa Civil do Presidente da República, no sentido de apresentar a Ourivesaria como elemento identitário de Portugal numa exposição organizada com o alto patrocínio da Primeira Dama de Portugal, Dr.^a Maria José Ritta, no Museu de História Nacional, em Sófia, na Bulgária, entre 25 de Junho e 11 de Julho passados, intitulada “Leveza: reanimar a filigrana. Tradição e Modernidade” (Fig. 43).

Esta exposição contou com elementos gráficos e peças cedidas pelo Museu do Ouro de Travassos e por ourives locais: fotografias do Museu e de oficinas tradicionais, peças de ouro tradicionais e peças da exposição “Leveza”.

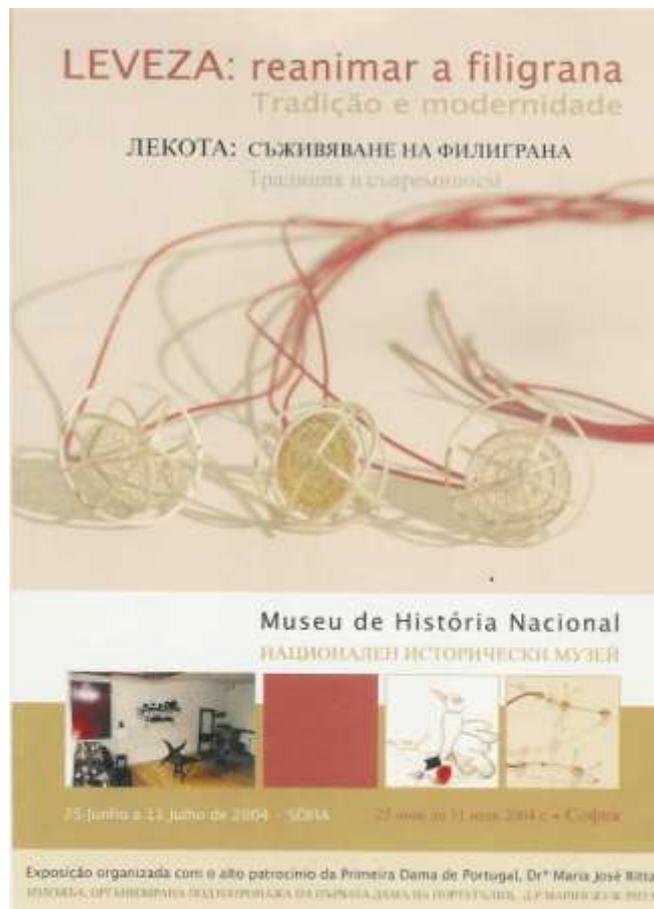


Fig. 43 – Um dos quatro cartazes diferentes, elaborados para a Exposição da Bulgária

Esta iniciativa inseriu-se na Conferência Internacional “Unidos na Diversidade”, que decorreu em Sófia, nessa altura, organizada pela Presidência da República búlgara, e pelo “European Politics Forum”, juntamente com organizações não governamentais, com o objectivo de promover a discussão de questões relacionadas com a identidade europeia, a coesão social e os desafios da educação e da globalização,. juntando as mulheres dos chefes de estado da Bulgária, Portugal e Polónia, com cientistas, jornalistas, políticos, especialistas e jovens dos três países.

O sucesso de mais esta iniciativa ficou patente na carta de agradecimento pessoal que a Dr.^a Maria José Ritta enviou a cada um dos colaboradores e o facto de ter apresentado a Primeira Dama da Bulgária, Zorca Purvanova, com um conjunto denominado “Excertos” (colar, alfinete e anel), concebido para esta exposição por

Vera Manzoni e com execução de Custódio Gomes (Fig. 44), tendo ficado assumido o compromisso de uma visita ambas as Primeiras Damas ao Museu do Ouro de Travassos aquando de uma visita da Presidência da Bulgária a Portugal.

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 44 – Conjunto oferecido à Primeira Dama da Bulgária

Este tipo de iniciativas pode também ser desenvolvido a partir de peças de Ourivesaria de carácter arqueológico, recriando forma ou motivos, aliados à execução artesanal de objectos concebidos. Embora já tenham acontecido iniciativas de desenvolvimento de peças de Ourivesaria, essencialmente em prata, baseadas em peças de museus, um projecto mais consistente projectaria grandemente as colecções de Ourivesaria dos museus e dar-lhe-ia uma outra dimensão, captando interesses mais diversificados.

Não deixa de ser curioso que o tipo de peças concebidas por Ana Campos, a coordenadora do Curso de Artes / Joalheria e que participou na exposição com um conjunto de peças denominadas “Fragments” (Fig. 45), executadas por Custódio

Gomes, tenham uma semelhança tão grande com o disco de prata (Fig. 46) (Nº 18) da Idade do Bronze, aparecido no Povoado de Santo Ovídio, em Fafe (Martins 1991: 103-104).

(Campos e Sousa 2004)



Fig. 45 – “Fragments” de Ana Campos

(Martins 1991)



Fig. 46 – Disco de prata de Santo Ovídio

O Projecto Leveza, de reinterpretação da filigrana, prenuncia um eventual caminho de progressão para uma arte com tanto de reflexo de multi-culturalidade como de simbolismo do que é único nesta área do Noroeste Peninsular. A combinação de fluxos criativos tão diversificados e de experiências tão radicalmente estranhas uma da outra poderá resultar na estruturação de uma nova linguagem, de influências mútuas e de trajectos pioneiros (Sousa M. 2004). Esta tarefa será facilitada se forem estabelecidas, outras plataformas de interacção de entre o público em geral e os artistas, os ourives, os designers, os museus, os historiadores, os comerciantes, os promotores turísticos, entre outros.

Também aqui, a Rede Portuguesa de Museus poderia funcionar como mediadora, estabelecendo contactos e patrocinando, ou apoiando a criação de peças actuais, de design mais arrojado e urbano, baseados em motivos decorativos ou modelos formais de peças de joalharia pré e proto-histórica, e mesmo romana, existentes nos Museus, em particular, nos de tutela estatal.

2.5. Intercâmbios Internacionais

Embora sem se encontrar desenvolvida esta proposta, não pode deixar de merecer referência o facto de ser possível realizar projectos de carácter internacional, congregando esforços e aspectos comuns de várias regiões relacionados com a actividade de Ourivesaria, em particular a nível europeu. A título de exemplo, a zona Norte de Itália tem uma forte tradição de trabalho do ouro e da prata, assumindo-se actualmente como uma das maiores fontes de produção da Europa, pelo que poderia constituir um parceiro ideal para um projecto mais alargado de valorização e promoção desta actividade. Poder-se-ia apontar os dois aspectos da Ourivesaria – na antiguidade e na actualidade (artesanal e novas concepções)

Tal como refere Ana Campos (2004), citando Oppi Untracht, “Hoje, o trabalho de filigrana é ainda activamente produzido, seguindo estilos tradicionais locais, na Argélia, Bulgária, China, Egipto, Grécia, Hungria, Groenlândia, Índia, Israel, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, México, Marrocos, Noruega, Polónia, Portugal, Espanha, Sumatra, Tunísia, URSS, Yemen, Jugoslávia e em muitos outros países. A extensa distribuição do processo da filigrana é um indicativo da sua grande popularidade”

A qualidade e sobrevivência de actividades artesanais, como é o caso da Ourivesaria, enquanto elemento de diferenciação, duma identidade cultural, poderá aproveitar-se da “globalização” como sendo a abertura de oportunidades de ofertas com um espaço e um tempo, que as artes e ofícios têm que integrar (Branco 2004).

Um exemplo de um projecto deste tipo pode ser o da criação de uma rede europeia de locais ligados à actividade de Ourivesaria, estabelecendo parcerias para intercâmbio de conhecimentos, de exposições, assim como o aprofundamento de estudos sobre Ourivesaria. Esta rede poderia, também, assumir a forma digital e funcionar como agente de divulgação e facilitador do estabelecimento de contactos entre centros de produção e possíveis distribuidores e/ou compradores.

Foram já desenvolvidas algumas iniciativas, em jeito de ante-projecto, com vista a desenvolver candidatura a apoios para serem passíveis de execução prática, com uma comunidade ouriveseira da região de Arezo, no Norte da Itália, para intercâmbio de experiências, e com o Museu do Hermitage, em S. Petersburgo, para

desenvolver intercâmbios e estudo das colecções de ourivesaria ocidental patentes naquele museu. Este último contacto mantém-se activo, embora não pareça ser muito viável a angariação de fundos, que ficou a cargo do museu russo.

O estabelecimento da Via do Ouro terá muito mais sentido se ela se prolongar para Espanha, num intercâmbio efectivo, dado que pode funcionar nos dois sentidos, o que irá enriquecer toda a sua carga turística e cultural.

Mas muitas outras parcerias e intercâmbios se poderiam estabelecer, em particular com países com particularidades tão semelhantes às nossas, em termos das culturas pré e proto-históricas: com a Irlanda, Reino Unido ou França, para não ir mais longe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia deste trabalho surgiu no âmbito da ligação Património – Turismo, procurando trabalhar com diversas escalas de tempo, dentro da temática da Ourivesaria, relacionando-as em termos de propostas de valorização e promoção. Mesmo que as ligações entre esses diversos patamares temporais sejam apenas hipóteses, é inegável o valor que as materialidades das várias épocas e a actividade ouriveseira actual constituem um importante recurso, que pode e deve ser potenciado, de forma sustentada, como um produto turístico.

O tema do Ouro e da sua transformação em jóias tem suscitado estudos recorrentes. Este trabalho incidiu sobre dois núcleos temáticos: a Ourivesaria Pré e Proto-histórica do Norte de Portugal e a Ourivesaria Tradicional, no termo da Póvoa de Lanhoso, e a relação que pode ser desenvolvida no âmbito de iniciativas de Património e Turismo. É claro que qualquer um dos grandes núcleos temáticos, e mesmo vários aspectos dentro de cada um, poderia ser alvo de um estudo com outro grau de profundidade que fosse focalizado de forma exclusiva.

No Capítulo I analisa-se a constatação da existência e exploração do ouro no Noroeste da Península Ibérica, partindo da análise dos condicionalismos que permitiram o seu desenvolvimento, à luz dos resultados publicados, no âmbito do estudo da joalheria pré e proto-histórica, procurando-se obter uma imagem tão fiel quanto possível das possíveis jazidas de ouro, sublinhando a riqueza aurífera dos depósitos aluvionares das bacias hidrográficas do Douro, do Ave, do Cávado, do Lima e do Minho. Embora já não seja possível obter dados concretos sobre o potencial desses depósitos, a existência a montante das explorações mineiras datáveis da época romana são elucidativas. Tudo indica que o ouro das areias depositado ao longo de milénios tenha sido suficiente para as necessidades de produção. Não foi possível aprofundar mais este inventário dos recursos, na medida em que não se dispõe de cartas regionais que especifiquem todas as ocorrências de ouro e prata. Falta, para o Norte de Portugal, um levantamento exaustivo, com cartografia à escala adequada das jazidas primárias. A pouca atenção dedicada pelos arqueólogos a este tipo de vestígios reflecte-se na dificuldade em estabelecer um mapa fidedigno. Por outro lado, seria interessante desenvolver uma análise exaustiva das percentagens de

diversos metais de cada uma das jóias de maneira a ser possível afirmar com segurança a origem do ouro utilizada.

Esta tarefa, a da cartografia do recursos mineiros, bem como a outra, a da análise exaustiva, são objectivos importantes, que ultrapassam os limites desta dissertação, mas poderão constituir futuras linhas de investigação, de modo a que seja possível interpretar de forma mais fundamentada a distribuição global dos achados de ourivesaria que, como foi possível verificar, se concentram no Noroeste de Portugal.

O Capítulo I introduz, de certa forma, o Capítulo II onde se apresentam, divididos em três grandes núcleos temporais, as materialidades que se conhecem, produzidas pela actividade de Ourivesaria, desde os seus primórdios até ao início da Romanização na Região Norte de Portugal. A existência de recursos auríferos terá sido o motor de arranque para o desenvolvimento da metalurgia do ouro, a que tiveram de ser associados outros factores determinantes, como a existência de um contexto social e económico que proporcionou a exploração desses recursos e consequente desenvolvimento tecnológico.

Foi organizado um catálogo que pretende actualizar os anteriores. Não foi possível avançar tanto quanto desejável na localização de alguns achados, porque os dados iniciais são muitas vezes demasiado escassos. Terá todo o interesse um futuro trabalho minucioso no sentido de determinar o contexto exacto de algumas peças, de que os pendentes da Citânia de Briteiros são um bom exemplo. Pela descrição de Mário Cardozo é possível inferir que constituíssem um artefacto relacionável com um contexto funerário, uma vez que foi recolhido sob o pavimento de uma casa. Todavia para esclarecer, em definitivo, esta possibilidade será necessário verificar se há registos fotográficos ou apontamentos complementares nos manuscritos do referido arqueólogo. Também o achado dos torques de Lanhoso, entre outros, poderá constituir uma similar deposição. Por si mesmo, conforme os resultados, a contextualização das peças referidas no Catálogo constitui um projecto autónomo que ultrapassa largamente o âmbito deste trabalho.

Da análise comparada do mapa de distribuição dos achados de ourivesaria, com o dos guerreiros e dos balneários, dois elementos muito característicos da chamada Cultura Castreja, conclui-se que há uma evidente coincidência espacial que reforça a ideia de uma zona nuclear de grandes povoados, zona que se estende da margem norte do Douro à margem sul do rio Lima, com particular destaque para a

bacia do rio Ave. Sendo pouco provável que as areias destes rios fossem mais ricas em metais auríferos do que as do rio Minho, por exemplo, é possível formular a hipótese da referida zona ser a área nuclear da Cultura Castreja do Noroeste de Portugal, coincidindo com os *Bracari*. No entanto esta hipótese necessita de outros tipos de pesquisa a fim de ser aferido o seu grau de verosimilhança. De qualquer forma a coincidência registada remete para a necessidade de trabalhos que tenham em consideração o mapa dos *populi* e eventual expressão arqueológica dos mesmos.

No III Capítulo apresenta-se o estudo desenvolvido numa área específica da Região Norte – o concelho da Póvoa de Lanhoso – aquela onde a actividade de Ourivesaria desempenha o papel mais forte em termos de produção artesanal, e que se entendeu justificar um estudo autónomo. Parte-se da contextualização histórica desta actividade para o levantamento da realidade actual, à qual se associa (em Anexo) um glossário dos termos utilizados, relacionados com a Ourivesaria.

No Capítulo IV apontam-se algumas similitudes entre tipos de peças de Ourivesaria e motivos decorativos, embora não tenha sido possível, com o tipo de investigação realizada para este trabalho, conseguir apontar qualquer um deles como sendo uma continuidade ou ruptura. É claro que este estudo deve ser desenvolvido, mas será necessário realizá-lo a partir de uma análise técnica muito rigorosa das peças de Ourivesaria de carácter arqueológico e das outras que se conhecem de épocas mais recentes. No entanto, considera-se que, tal como acontece com outras actividades artesanais que permanecem na actualidade, também na Ourivesaria artesanal, as técnicas, processos de fabrico, equipamentos e utensílios utilizados parecem ser fruto de uma muito lenta evolução dos que foram utilizados, em muitos casos, desde épocas proto-históricas.

Os resultados alcançados podem iluminar aspectos relacionados com as técnicas e utensílios de trabalho. A tipologia desses utensílios, poderá ser um precioso auxiliar para os arqueólogos identificarem nas escavações artefactos relacionados de um modo ou outro com a metalurgia do ouro. Embora se conheçam achados de ourivesaria proto-histórica naquele concelho, e ainda que se verifique a coincidência de alguns elementos decorativos, não é possível, por ora, estabelecer pontes entre as duas épocas. De qualquer modo, é evidente que tanto na Proto-história, como na actualidade, nos meios mais tradicionais, os artefactos de joalheria possuem funções similares de ostentação e de acumulação de riqueza, funcionando o factor de

entesouramento como elemento determinante para a aquisição de peças de ouro. Ou seja, ainda que não se registre, pelo menos na aparência, um processo de longa duração, há vários ensinamentos que podem ser extraídos da joalheria tradicional e aplicáveis ao estudo da Proto-história.

No Capítulo V reflectiu-se sobre a problemática do Património e Turismo, nomeadamente através do papel desenvolvido pelos museus e as novas tecnologias, como instrumentos de valorização efectivas dos bens patrimoniais, culminando com a apresentação de algumas propostas de valorização das várias 'Ourivesarias'. As sugestões apresentadas, embora não de forma muito detalhada, poderão representar estratégias possíveis de implantação, constituindo-se em produtos turísticos de âmbito cultural de grande valia.

Constatou-se que muitos aspectos patrimoniais continuam a ser, muitas vezes, encarados como elementos decorativos ou como sinal de prestígio, quando é fundamental a sua abordagem através de um modelo de gestão integrada, numa perspectiva sustentável, nomeadamente no que concerne aos elementos de Ourivesaria de carácter arqueológico. Por outro lado, o património histórico não se restringe apenas aos grandes monumentos, ou aos sítios arqueológicos mais conhecidos e consolidados; muitos outros apenas necessitam de ser devidamente valorizados nos seus aspectos mais significativos. É cada vez mais importante e necessário conjugar passado e presente, desenvolvimento e salvaguarda do património, mas tal só é possível com a convergência de interesses dos vários intervenientes.

O Património constitui, de facto, um importante recurso em termos culturais, sociais e económicos. Exige, por isso, atenção e respostas adequadas por parte das autoridades responsáveis pela sua defesa e preservação. Mas também requer um tratamento adequado, em termos de valorização, divulgação e promoção, através das instituições, instrumentos e canais correspondentes, de forma a que se sensibilize e motive as populações locais e visitantes para o entendimento das realidades patrimoniais, facultando-lhes os meios necessários à sua correcta interpretação. A investigação arqueológica, por si mesmo, já é uma mais valia que pode ser aproveitada para o avanço dos conhecimentos sobre as sociedades humanas. Todavia, a consolidação da Arqueologia como uma disciplina útil, passa também pela

capacidade em evidenciar a riqueza do património, facultando a sua visibilidade através de estratégias adequadas.

Numa sociedade em que, cada vez mais, se tem atribuído uma acrescida importância ao lazer e ao património, o despertar e consolidar de interesses nesta área passa fundamentalmente por experiências concretas e implantação de projectos sustentáveis. Para que, de facto, os projectos a desenvolver se convertam em instrumentos eficazes de valorização local, regional e nacional, não se poderá deixar de ter em conta que o contacto com testemunhos patrimoniais não deve ser encarado de uma forma meramente lúdica. É importante que seja sempre contextualizado nas suas várias vertentes, em termos culturais, sociais, geográficos, cronológicos, entre outros.

Neste trabalho escolheu-se como eixo fundamental de uma estratégia de divulgação da ourivesaria, como valor patrimonial, o projecto de um itinerário, como elemento âncora que agregue centros de interpretação, conjuntos de sítios e grupos de artefactos em ouro. Considera-se que o desenvolvimento de uma rede de itinerários culturais terá a vantagem de restituir ao território a sua profundidade temporal, ampliando, por outro lado, a oferta de percursos e de temas.

De facto os objectos em ouro continuam a fascinar os públicos.

Deste modo, no âmbito do desenvolvimento do Turismo Arqueológico apresenta-se a proposta de uma Rota – a Via do Ouro – que estabeleça um itinerário de visita ligando o litoral e o interior da Península. Para que o projecto desta Rota se concretize será necessário que se estabeleçam um conjunto de condições: a vontade política de investir no Turismo Patrimonial, ainda que o retorno não seja imediato; uma resposta eficaz do Museu Nacional de Arqueologia, onde se concentram a maioria das jóias, ou devolvendo-as aos locais de origem, logo que estejam criadas as condições de segurança, ou executando réplicas; a possibilidade de estabelecer uma rede de locais que funcionem como “montras” da ourivesaria, funcionando em rede, remetendo, também para outros sítios arqueológicos com ligações directas ou indirectas ao tema do ouro, designadamente as explorações auríferas identificadas numa faixa de 50/70 km, de cada lado do traçado da Rota. Por outro lado o projecto tem a vantagem de se articular com outras iniciativas em curso, designadamente o projecto INTERREG IIIa Vias Augustas e o ante-projecto de valorização dos Castros do Noroeste Peninsular.

Nesta perspectiva seria interessante que este projecto pudesse integrar um próximo Quadro Comunitário de 2007 a 2013. Fica registada a ideia, bem como as linhas essenciais da projectada Rota do Ouro.

Com este trabalho pretende-se lançar alguns novos dados, mostrar que existem fontes de pesquisa essenciais que merecem ser analisadas e, ao mesmo tempo, apontar algumas estratégias possíveis para promoção do potencial turístico-cultural existente. No entanto, será necessário desenvolver antes um plano estratégico global, que inclua as entidades responsáveis a nível de Património e Turismo e que enquadre as iniciativas propostas e/ou muitas outras que possam ser apresentadas. Assim, poder-se-á imprimir uma dinâmica de investimento no domínio das infra-estruturas culturais, criação de organismos com actividade articulada em termos de mobilização de recursos externos, seja ao nível do acompanhamento científico e técnico das suas actividades, seja ao nível do estabelecimento de protocolos com outras entidades vocacionadas para o património cultural que possibilitem o aproveitamento das sinergias decorrentes das suas actividades.

Relativamente ao concelho da Póvoa de Lanhoso, a inserção da actividade e comunidade ouriveseira num ambiente ainda bem preservado, justificam a vontade de dignificar e rentabilizar a área, de forma a contribuir para a dinamização cultural e económica da região. Reveste-se da maior importância a implantação de mecanismos capazes de encontrar soluções para o desenvolvimento integrado da comunidade, em conjunto com ela, através dos seus recursos, da realidade histórica e cultural. A promoção da fixação e identificação tem de ser adaptada às suas necessidades, assim como o desenvolvimento de um turismo de qualidade.

Tal como refere João Branco (2004), os desafios que hoje se colocam às artes e ofícios tradicionais são fascinantes pelo espectro de incertezas que sobre eles se abre, de uma morte que já “foi” anunciada. No entanto, as iniciativas que se vão desenvolvendo significam uma capacidade de afirmação que resista aos futuros, mais ou menos imprevisíveis. Há que trabalhar no sentido de que tal aconteça na área da Ourivesaria, na da Arqueologia e, em particular, naquela em que ambas se encontram.

FONTES CONSULTADAS

1. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga

Processos de Pedido de Passaporte, de 1890 a 1925⁶⁵.

Pasta 01 – 1890 (48); 1891 (26); 1892 (11)

Pasta 02 – 1892 (10); 1893 (13); 1894 (36); 1895 (18); 1896 (8)

Pasta 03 – 1897 (50); 1898 (28); 1899 (16)

Pasta 04 – 1899 (17); 1900 (27); 1901 (27); 1902 (27)

Pasta 05 – 1902 (27); 1903 (58)

Pasta 06 – 1904 (34); 1905 (42); 1906 (15)

Pasta 07 – 1906 (64); 1907 (30)

Pasta 08 – 1907 (85); 1908 (13)

Pasta 09 – 1908 (56); 1909 (29)

Pasta 10 – 1909 (38); 1910 (51); 1911 (6)

Pasta 11 – 1911 (36); 1912 (60)

Pasta 12 – 1912 (96)

Pasta 13 – 1912 (24); 1913 (69)

Pasta 14 – 1913 (25); 1914 (65)

Pasta 15 – 1914 (23); 1915 (39); 1916 (4); 1917 (14); 1918 (15)

Pasta 16 – 1918 (7); 1919 (47); 1920 (27)

Pasta 17 – 1920 (74)

Pasta 18 – 1920 (10); 1921 (44); 1922 (20)

Pasta 19 – 1922 (51); 1923 (20)

Pasta 20 – 1923 (65)

Pasta 21 – 1923 (13); 1924 (52)

Pasta 22 – 1924 (67)

Pasta 23 – 1924 (19); 1925 (49); 1926 (2).

⁶⁵ Os Processos encontram-se arquivados em pastas. Apresentam-se os anos e número de Processos que integram cada uma delas. Um mesmo ano pode aparecer numa ou mais pastas.

2. BIBLIOGRAFIA

- Alarcão 1987 ALARCÃO, Jorge – *Portugal Romano*. 4ª ed., Col. “Historia Mundi”, s/l: Editorial Verbo, 1987.
- Alarcão 1988a ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1988.
- Alarcão 1988b ALARCÃO, J. de – *Roman Portugal*. Vol. II, Fasc. 1, Warminster: Aris & Phillips Ltd, 1988.
- Alarcão 1992 ALARCÃO, Jorge de – “A Evolução da Cultura Castreja”. In *Revista Conímbriga*. vol. 31, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 1992, p. 39-71.
- Alarcão 1996 ALARCÃO, Jorge de – “O Primeiro Milénio a.C.”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 15-30.
- Alarcão 1997 ALARCÃO, Adília Moutinho (Coord.) – *Portugal Romano: A Exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1997.
- Alarcão 1998 ALARCÃO, Jorge de – “Para Quê Conservar e Como Conservar os Vestígios do Passado”. In *Almadan*. II série, 7, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1998, p. 53-57.
- Alarcão 1999 ALARCÃO, Jorge de – “Populi, Castella e Gentilitates”. In *Revista de Guimarães: Volume Especial: Actas Congresso de Proto-História Europeia*. Vol. 1, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1999, p. 133-150.
- Almagro Gorbea 1989 ALMAGRO GORBEA, Martín – “Orfebreria Orientalizante”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueologia”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 68-81.

- Almagro-Gorbea 2001 ALMAGRO-GORBEA, Martín – “El Arte Celta en la Península Ibérica”. In ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARINÉ, María; ALVAREZ SANCÍS, Jesús (Ed.) – *Celtas y Vettones*. Ávila: Diputación Provincial de Ávila, 2001, p. 159-169.
- Almagro-Gorbea et al 2001 ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARINÉ, María; ALVAREZ SANCÍS, Jesús (Ed.) – *Celtas y Vettones*. Ávila: Diputación Provincial de Ávila, 2001.
- Almeida 1974 ALMEIDA, D. Fernando de – "Orfèvrerie Archaique Romaine et Wisigohtique du Musee National d'Archeologie et d'Ethnologie de Lisbonne". In *Les Dossiers de l'Archéologie N° 4: Merveilleux Tresors du Portugal*. Paris: Archéologia, 1974, p. 70-75.
- Almeida 1985 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – “Carta Arqueológica do Concelho de Esposende”. In *Boletim Cultural de Esposende*. n.º 7/8, Esposende: Câmara Municipal de Esposende: Casa da Cultura de Esposende, 1985, p. 27-51.
- Almeida 1987 ALMEIDA, Fernando Moitinho de – “O Estado Actual do Conhecimento das Marcas de Ourivesaria do Norte”. In REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. (1984) Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1987, p. 127-154.
- Almeida 1990a ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*. In “Estudos Regionais”, vol. especial, n.º 7-8, Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 1990.
- Almeida 1990b ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – “Inventário Arqueológico: Uma Viagem ao Passado Arqueológico de Balugães”. In *Barcelos Revista*. 2ª série, n.º 1, Barcelos: Biblioteca Pública Municipal de Barcelos, 1990, p. 131-

- 146.
- Almeida 1992 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – “Património: Riegel e Hoje”. In *Revista da Faculdade de Letras – História*. 2ª Série, vol. X, Porto: Universidade do Porto, 1992, p. 407-416.
- Almeida 1997 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – “Barcelos: Sul do Cávado: Inventário Arqueológico”. In *Barcelos Património*. n.º 5, vol. I e II, Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos: Serviços de Arqueologia, 1997.
- Almeida 2000 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *A Arqueologia Proto-histórica e Romana do Concelho de Vila Nova de Cerveira*. Vila Nova de Cerveira: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, 2000.
- Almeida e Cunha 1997 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; CUNHA, Rui M. Cavalheiro da – *O Castro de S. Lourenço: Vila Chã – Esposende*. Esposende: Câmara Municipal de Esposende: Serviços de Arqueologia, 1997.
- Almeida e Sousa 1993 ALMEIDA, C. A. Brochado de; SOUSA, Maria José Carvalho de – “Três Torques do Norte de Portugal”. In *Lucerna*. 2ª Série, vol. III: Actas do VI Colóquio Português de Arqueologia (1987), Porto: Secretaria de Estado da Cultura: Delegação do Norte / Centro de Estudos Humanísticos, 1993, p. 123-133.
- Almeida et al. 1981 ALMEIDA, Carlos Alberto F. de; SOEIRO, Teresa; ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; BAPTISTA, António José – *Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha*. Sep. “Arquivo de Ponte de Lima”, n.º 3, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1981.
- Almeida et al. 1987 ALMEIDA, Manuel Marques de; MONTEIRO, Anselmo; CRUZ, Alberto; QUEIROZ, Manuel Maria – “Breve Descrição de Algumas Técnicas Aplicadas na Indústria de Ourivesaria”. In REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. (1984) Porto: Associação

- Regional de Protecção do Património Cultural e Natural /
Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do
Norte, 1987, p. 163-196.
- Alonso Fernández 1993 ALONSO FERNÁNDEZ, Luis – *Museologia: Introducción a la Teoría y Práctica del Museo*. Madrid: Ed. Istmo, 1993.
- Álvarez Núñez 1996 ALVAREZ NÚÑEZ, D. Antonio (Comiss.) – *El Oro y la Orfebrería Prehistorica de Galicia*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo: Museo Provincial de Lugo, 1996.
- Ambrose 1993 AMBROSE, Timothy; PAINE Crispin – *Museum Basics*. London: ICOM / Routledge, 1993.
- Ambrose e Paine 1993 AMBROSE, Thimoty; Paine, Crispin – *Museum Basics*. London: Routledge, 1993.
- Ambrose e Runyard 1991 AMBROSE, Timothy; RUNYARD, Sue (Ed.) – *Forward Planning*. London: Routledge and Museums & Galleries Commission, 1991.
- Amorim 1948 AMORIM, Pacheco de – “Rei destronado?...”. In *Ourivesaria Portuguesa*. 3-4, Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1948, p. 113-117.
- Anderton 1995 ANDERTON, Derrick – *Looking at Tourism*. London: Hodder & Stoughton, 1995.
- Arias Vilas 1992 ARIAS VILAS, Filipe – *A Romanizacion de Galicia*. Col. “Historia de Galicia”, 4, Vigo: Edicións A Nosa Terra, 1992.
- Armbruster 1995a ARMBRUSTER, B. – “Os Braceletes do Tipo Villena/Estremoz na Ourivesaria do Bronze Final da Península Ibérica”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 70-71.
- Armbruster 1995b ARMBRUSTER, B. – “O Bracelete de Cantonha, Guimarães”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da

- Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 104.
- Armbruster e Parreira 1993 ARMBRUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui (Coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de Ourivesaria*. 1.º vol: “Do Calcolítico à Idade do Bronze”, Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1993.
- Armbruster e Parreira 1995a ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. – “Conjunto Sepulcral da Quinta da Água Branca”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 23.
- Armbruster e Parreira 1995b ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. – “Vila Nova de Cerveira: Braçal de Arqueiro / Espiral”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 24.
- Armbruster e Parreira 1995c ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. – “Lúnula e Aplicações Discoidais de Cabeceiras de Basto”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 28.
- Arruda 1996a ARRUDA, Ana Margarida – “Os Fenícios no Ocidente”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 35-45.
- Arruda 1996b ARRUDA, Ana Margarida – “Os Gregos no Ocidente”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*

- Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 46-51.
- Ashworth 1994 ASHWORTH, G. J. – “From History to Heritage: From Heritage: In Search of Concepts and Models”. In ASHWORTH, G. J.; LARKHAN, P. J. (Eds.) – *Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London and New York: Routledge, 1994, p. 13-30.
- Balseiro García 1993/94 BALSEIRO GARCÍA, Aurelia – “Aproximación a la Minería Aurífera del Noroeste Peninsular”. In *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, VI, Lugo: Deputación Provincial de Lugo, 1993/94, p. 159-170.
- Balseiro García 1996 BALSEIRO GARCÍA, Aurelia – “Tecnología del Oro Prerromano en el Noroeste Peninsular”. In ALVAREZ NÚÑEZ, D. Antonio (Comiss.) – *El Oro y la Orfebrería Prehistorica de Galicia*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo: Museo Provincial de Lugo, 1996, p. 41-54.
- Balseiro García 2000 BALSEIRO GARCÍA, Aurelia – *Diademas Áureas Prerromanas: Análisis Iconográfico y Simbólico de la Diadema de Ribadeo / Moñes*. Lugo: Deputación Provincial de Lugo: Servicio de Publicaciones, 2000.
- Baptista 1997 BAPTISTA, Mário – *Turismo: Competitividade Sustentável*. Lisboa / S. Paulo: Editorial Verbo, 1997.
- Barril Vicente e Romero Rianza 2002 BARRIL VICENTE, Magdalena; ROMERO RIAZA, Alicia (Dir.) – *Torques: Belleza y Poder*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2002.
- Bastos 1907 BASTOS, Paixão – *No Coração do Minho: A Póvoa de Lanhoso Histórica e Ilustrada*. Braga: Imprensa Henriquina a Vapor, 1907.
- Beirão *et al.* 1985 BEIRÃO, Caetano de Mello, SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina, GOMES, Mário Varela, Gomes, Rosa Varela – “Depósito Votivo da II Idade do Ferro de Garvão: Notícia da Primeira Campanha de Escavações”. In *O Arqueólogo Português*. Série IV, 3, Lisboa: Museu

- Belcher 1991 Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1985, p. 45-136-
BELCHER, Michael – *Exhibitions in Museums*. Leicester:
Leicester University Press, 1991.
- Bellido Gant 1998 BELLIDO GANT, M^a Luisa – “Nuevas Perspectivas en la
Musealización del Patrimonio: Los Museos Virtuales”. In
CASTRO MORALES, Frederico; BELLIDO GANT, M^a
Luisa (Eds.) – *Patrimonio, Museos y Turismo Cultural:
Claves para la Gestión de um Nuevo Concepto de Ocio:
Actas do Curso Celebrado en el Marco de los Seminarios
«Fons Mellaria 1997»*. Córdoba: Servicio de Publicaciones
de la Universidad de Córdoba, 1998, p. 163-168.
- Bettencourt 1995 BETTENCOURT, Ana M. S. – “Dos Inícios aos Finais da
Idade do Bronze no Norte de Portugal”. In CORDEIRO,
Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia
(Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de
Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de
Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p.110-
115.
- Bettencourt 2000a BETTENCOURT, Ana M. S. – “O Povoado da Idade do
Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal”. In *Cadernos de
Arqueologia: Monografias*. nº 9, Braga: Universidade do
Minho: Instituto de Ciências Sociais, 2000.
- Bettencourt 2000b BETTENCOURT, Ana M. S. – “O Povoado de S. Julião,
Vila Verde, Norte de Portugal, nos Finais da Idade do
Bronze e na Transição para a Idade do Ferro”. In
Cadernos de Arqueologia: Monografias, 10, Braga:
Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais,
2000.
- Bicknell e Farmelo 1993 BICKNELL, Sandra; FARMELO Graham – *Museum Visitor
Studies in the 90's*. London: Science Museum, 1993.
- Binks et al. 1988 BINKS, Gillian; DYKE, John; DAGNALL, Philip – *Visitors
Welcome: A Manual on the Presentation & Interpretation of
Archaeological Excavations*. London: English Heritage /

- H.M.S.O., 1988.
- Boniface e Fowler 1993 BONIFACE, Priscilla; FOWLER, Peter J. – *Heritage and Tourism in “The Golbal Village”*. London: Routledge, 1993.
- Boylan 1994 BOYLAN, Patrick (Ed.) – *Museums 2000 - Politics, People, Professionals and Profit*. London: Museums Association / Routledge, 1994.
- Branco 2004 BRANCO, João – “Artesanato, Design e Indústria: A Inevitabilidade das Parcerias”. In CAMPOS, Ana; SOUSA, Manuel (Coord.) – *Leveza / Lightness: Reanimar a Filigrana / Reviving the Filigree*. SI: ESAD: Escola Superior de Artes e Design / Museu do Ouro de Travassos, 2004.
- Brears 1992 BREARS, Peter – “Research: Social-History Sources”. In THOMPSON, John M. A. (Ed.) – *Manual of Curatorship*. 2ª ed., London: Butterworths, 1992, p. 554-557.
- Brigden 1992 BRIGDEN, Roy – “Research: Social-History”. In THOMPSON, John M. A. (Ed.) – *Manual of Curatorship*. 2ª ed., London: Butterworths, 1992, p. 547-553.
- Brochu *et al.* 1999 BROCHU, Danièle; DEVALLON, Jean; CAMIRAND, Claude; GOTTESDIENER, Hana; MAREC, Joëlle Le; LEMIEUX, Andrée; POLI, Marie-Sylvie; TARI, Katy – *Les Musées face à l’Édition Multimédia*. Dijon: OCIM, 1999.
- Burgess 1987 BURGESS, Robert G. – *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora, 1987.
- Cabello 1992 CABELLO, Jorge (Ed.) – *Grandes Museus de Portugal*. Lisboa: Público / Editorial Presença, 1992.
- Calo Lourido 1994a CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*. Tomo I, La Coruña: Fundación Pedro barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1994.
- Calo Lourido 1994b CALO LOURIDO, Francisco – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*. Tomo II, La Coruña: Fundación Pedro barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1994.

- Camacho 2000 CAMACHO, M. Clara de Frayão – *Rede Portuguesa de Museus: Documento Programático*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, 2000 (texto policopiado).
- Campos 2004 CAMPOS, Ana – “Leveza: Reanimar a Filigrana”. In CAMPOS, Ana; SOUSA, Manuel (Coord.) – *Leveza / Lightness: Reanimar a Filigrana / Reviving the Filigree*. S/l: ESAD: Escola Superior de Artes e Design / Museu do Ouro de Travassos, 2004.
- Campos e Sousa 2004 CAMPOS, Ana; SOUSA, Manuel (Coord.) – *Leveza / Lightness: Reanimar a Filigrana / Reviving the Filigree*. S/l: ESAD: Escola Superior de Artes e Design / Museu do Ouro de Travassos, 2004.
- Candau 1998 CANDAU, Joël – *Mémoire et Identité*. Col. “Sociologie d’Aujourd’hui”, Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- Cardozo 1930 CARDOZO, Mário – *Jóias arcaicas Encontradas em Portugal*. Sep. “Seminário de Estudos Galegos”, A Cruña: Nós – Publicazóns Galegas e Imprensa, 1930.
- Cardozo 1938 CARDOZO, Mário – “Jóias Áureas Proto-históricas da Citânia de Briteiros. Contribuição para a História da Indústria da Filigrana no Norte de Portugal”. In *Revista de Guimarães*. 48, Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1938.
- Cardozo 1944 CARDOZO, Mário – “Novo Achado de Jóias Pré-Romanas”. In *Revista de Guimarães*. 54, Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1944, p. 19-25.
- Cardozo 1950 CARDOZO, Mário – “Mais uma Achega para o Estudo da Joalheria Pré-Histórica Portuguesa”. In *Boletim do Grupo Alcaides de Faria*. 2, Barcelos: Grupo Alcaides de Faria, 1950.
- Cardozo 1957 CARDOZO, Mário – *Das Origens e Técnica do Trabalho do Ouro e a sua Relação com a Joalheria Arcaica*

- Peninsular*. Sep. “Revista de Guimarães”, 67, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1957.
- Cardozo 1959 CARDOZO, Mário – *Um Novo Achado em Portugal de Jóias de Ouro Proto-históricas*. Sep. “Revista de Guimarães”, 69, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1959.
- Cardozo 1965 CARDOZO, Mário – “A Perda Frequente de Especímenes Preciosos da Nossa Joalheria Arcaica”. In *Revista de Guimarães*. 75, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1965, p. 153-168.
- Cardozo 1967 CARDOZO, Mário – “Elementos Bibliográficos para o Estudo da Joalheria Arcaica Luso-espanhola”. In *Revista de Guimarães*. 77, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1967, p. 329-369.
- Cardozo 1968 CARDOZO, Mário – “Bibliografia das Jóias Arcaicas da Península Ibérica”. In *Revista de Guimarães*. 78, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1968, p. 85-88.
- Carvalho 1939 CARVALHO, A. L. de – *Os Mesteres de Guimarães*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1939.
- Casal García 1999 CASAL GARCÍA, Raquel – “La Joyería”. In *En el Año de Trajano: Hispania: El Legado de Roma*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1999, p. 377-383.
- Castillo Ruiz 1998 CASTILLO RUIZ, José – “Del Objeto al Sujeto: La Dimensión Social del Patrimonio Histórico”. In CASTRO MORALES, Frederico; BELLIDO GANT, M^a Luisa (Eds.) – *Patrimonio, Museos y Turismo Cultural: Claves para la Gestión de un Nuevo Concepto de Ocio: Actas do Curso Celebrado en el Marco de los Seminarios «Fons Mellaria 1997»*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998, p. 43-56.
- Castro Morales 1998a CASTRO MORALES, Frederico – “Patrimonio y Turismo Cultural”. In CASTRO MORALES, Frederico; BELLIDO GANT, M^a Luisa (Eds.) – *Patrimonio, Museos y Turismo*

- Cultural: Claves para la Gestión de un Nuevo Concepto de Ocio: Actas do Curso Celebrado en el Marco de los Seminarios «Fons Mellaria 1997»*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998, p. 17-41.
- Castro Morales 1998b CASTRO MORALES, Frederico – “Museos, Patrimonio y Sociedad”. In CASTRO MORALES, Frederico; BELLIDO GANT, M^a Luisa (Eds.) – *Patrimonio, Museos y Turismo Cultural: Claves para la Gestión de un Nuevo Concepto de Ocio: Actas do Curso Celebrado en el Marco de los Seminarios «Fons Mellaria 1997»*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998, p. 123-141.
- Castro Morales e Bellido Gant 1998 CASTRO MORALES, Frederico; BELLIDO GANT, M^a Luisa (Eds.) – *Patrimonio, Museos y Turismo Cultural: Claves para la Gestión de un Nuevo Concepto de Ocio: Actas do Curso Celebrado en el Marco de los Seminarios «Fons Mellaria 1997»*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 1998.
- Castro Pérez 1993 CASTRO PÉREZ, Ladislao – “Notas sobre la Influencia Meridional en la Orfebrería Castrexa”. In *Lucerna*. 2^a série, vol. III, Porto: Secretaria de Estado da Cultura: Centro de Estudos Humanísticos, 1993, p. 139-145.
- Castro Pérez 2002 CASTRO PÉREZ, Ladislao – “El Origen de los Torques”. In BARRIL VICENTE, Magdalena; ROMERO RIAZA, Alicia (Dir.) – *Torques: Belleza y Poder*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2002, p. 19-29.
- Cavaco 1998 CAVACO, Carminda – “Turismo(s) de ontem e de Amanhã”. In *Economia e Prospectiva*. I, 4, Lisboa, 1998, p. 61-78.
- Chadwick 1980 CHADWICK, A. F. – *The Role of the Museum and Art Gallery in Community Education*. Nottingham: University of Nottingham: Department of Adult Education, 1980.

- Chaves 1941 CHAVES, Luís – *As Filigranas*. Lisboa: Edições S.P.N., 1941.
- Chaves 1948 CHAVES, Luís – “Modelo Arcaico de Ourivesaria Popular: As Arrecadas”. In *Ourivesaria Portuguesa*. nº 2, Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1948, p. 74-78.
- Chaves 1949 CHAVES, Luís – “Jóias Pendentes e Móveis: Pingentes”. In *Ourivesaria Portuguesa*. nº 5, Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1949, p. 22-27.
- Chaves 1950 CHAVES, Luís – “Do Colar de Contas de Pedra ao Colar de Pérolas”. In *Ourivesaria Portuguesa*, nº 11, Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1950, p. 168-173.
- Chenhall e Vance 1988 CHENHALL, Robert G., VANCE, David – *Museum Collections and Today's Computers*. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1988.
- Choay 2000 CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- Cohen 1985 COHEN, A. P. – *The Symbolic Construction of Community*. Chichester, London and New York: Ellis Horwood Limited / Tavistock Publications, 1985.
- Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal 1986 *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. (1984). Porto: Associação de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte / Fundação Eng. António de Almeida, 1986.
- Comendador Rey 1991-1992 COMENDADOR REY, Beatriz – “Los Inicios de la Metalurgia: Primeros Testemonios de la Provincia de Pontevedra”. In *Brigantium*. nº 7, A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico de A Coruña, 1991-1992, p. 185-204.
- Comendador Rey 1995 COMENDADOR REY, Beatriz – “Caracterización de la Metalurgia Inicial Gallega: Una Revisión”. In *Trabajos de*

- Prehistoria*. 52, nº 2, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Centro de Estudios Históricos: Departamento de Prehistoria, 1995, p. 111-129.
- Comendador Rey 1996 COMENDADOR REY, Beatriz – “El Texto como Pretexto: Las ‘Gargantillas de Tiras’ y los Estudios sobre Orfebrería en Galicia”. In ALVAREZ NÚÑEZ, D. Antonio (Coord.) – *El Oro y la Orfebrería Prehistorica de Galicia*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo: Museo Provincial de Lugo, 1996, p. 55-63.
- Comendador Rey 1998 COMENDADOR REY, Beatriz – “Los Inicios de la Metalurgia en el Noroeste de la Península Ibérica”. In *Brigantium*. Vol. 11, A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico Castelo de San Antón, 1998.
- Coquet 1994 COQUET, Eduarda – *Cadeia d’Ouro: O Valor Social e Simbólico das Jóias de Ouro das Mulheres do Baixo Minho*. Braga: Livraria Cruz, 1994.
- Cordeiro e Carvalho 1994 CORDEIRO, Isabel; CARVALHO, Anabela (Coord.) – *Museu do Abade de Baçal: Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994.
- Cordeiro et al. 1995 CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995.
- Correia 1987 CORREIA, Virgílio N. Hipólito – A Ocultação de Jóias da Proto-história Alentejana. In *Lucerna*. 2ª Série, vol. III: Actas do VI Colóquio Portuense de Arqueologia (1987), Porto: Secretaria de Estado da Cultura: Delegação do Norte / Centro de Estudos Humanísticos, 1993, p. 105-122.
- Correia 1996 CORREIA, Virgílio Hipólito – “O Sítio Arqueológico de Garvão e o seu Depósito Ritual”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a*

- Viriato: o 1º Milénio a.C.*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 101-106.
- Correia 2000 CORREIA, Virgílio H. – “Placa Oculada”. In *Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000: Cristo Fonte de Esperança*. Porto: Diocese do Porto, 2000, p. 184.
- Correia 2001 CORREIA, Virgílio Hipólito – “O Povoamento no Noroeste no 1º Milénio a.C.”. In *Biblioteca Archaeologica Hispania 8: Entre Celtas e Íberos: Las Poblaciones Protohistoricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia: Casa de Velásquez, 2001, p. 213-226.
- Costa 1998 COSTA, Henrique Videira – “Artes e Ofícios Tradicionais: Um Factor Fundamental do Desenvolvimento Local; Uma Componente Genuína do Turismo Cultural”. In PINTASSILGO, Joaquim; TEIXEIRA, Maria Adelaide (Coord.) – *Turismo: Horizontes Alternativos*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 101-127.
- Costa e Freitas 1992 COSTA, Amadeu; FREITAS, Manuel Rodrigues – *O Ouro Popular Português*. Porto: Lello & Irmão, 1992.
- Couto 1921 COUTO, João – *Uma cadeira elementar de História de Arte nos liceus*. Lisboa: s.e., 1921.
- Couto e Gonçalves 1960-62 COUTO, João, GONÇALVES, António M. – *A Ourivesaria em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960-62.
- Cruz 1984 CRUZ, António – “História Breve da Ourivesaria e dos Ourives no Norte de Portugal”. In *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1984, p. 13-56.
- Cunha 1997 CUNHA, Licínio – *Economia e Política do Turismo*. Alfragide: Editora McGRAW-HILL de Portugal, 1997.
- Curado 1996 CURADO, H. de Carvalho – “Cultural Tourism in Portugal”. In RICHARDS, Greg (Ed.) – *Cultural Tourism in Europe*.

- Tilburg: Tilburg University, 1996, p. 249-265.
- Dean 1994 DEAN, David – *Museum Exhibition: Theory and Practice*. London: Routledge, 1994.
- Delibes de Castro e Esparza Arroyo 1989 DELIBES DE CASTRO, Germán; ESPARZA ARROYO, Angel – “Los Tesoros Prerromanos de la Meseta Norte y la Orfebrería Celtiberica” In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueologia”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 108-129.
- Delibes de Castro 2001 DELIBES DE CASTRO, Germán – “La Orfebrería”. In ALMAGRO-GORBEA, Martín; MARINÉ, María; ALVAREZ SANCÍS, Jesús (Ed.) – *Celtas y Vettones*. Ávila: Diputación Provincial de Ávila, 2001, p. 147-157.
- Delibes de Castro 2002 DELIBES DE CASTRO, Germán – “Los Torques de la Península Ibérica”. In BARRIL VICENTE, Magdalena; ROMERO RIAZA, Alicia (Dir.) – *Torques: Belleza y Poder*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2002, p. 59-68.
- DGEMN 1942 “Castelo de Lanhoso”. In *Boletim de Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Nº 29, Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1942.
- DGT 1998 Direcção Geral do Turismo – *Linhas Orientadoras para a Política de Turismo em Portugal*. Lisboa: Direcção Geral do Turismo, 1998.
- Dinis 1993 DINIS, António Pereira – *Ordenamento do território do Baixo Ave no I Milénio a.C.*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993 (texto policopiado).
- Dinis 2002 DINIS, António Pereira – “O Balneário do Alto das Quintãs: Póvoa de Lanhoso: Norte de Portugal”. In *Mínia*. III.ª Série, nº 10, Braga: ASPA – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, 2002, p. 159-179.
- Domergue 1990 DOMERGUE, Claude – *Les Mines de la Peninsule*

- Ibérique dans l'Antiquité Romaine*. In "Collection de L'École Française de Rome", 127, Roma: École Française de Rome, 1990.
- Edson e Dean 1994 EDSON, Gary; DEAN, David (Eds.) – *The Handbook for Museums*. London: Routledge, 1994.
- Eluère 1987 ELUÈRE, Christiane – *L'Or des Celtes*. Paris: Bibliothèque des Arts, 1987.
- Encarnação 1994 ENCARNAÇÃO, José d' – “Para uma Gestão Inteligente do Património Arqueológico”. In *I Curso de Gestão do Património Cultural: Comunicações*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1994, p. 73-91.
- Esparza Arroyo 1988-89 ESPARZA ARROYO, Ángel – “Noticia Preliminar sobre el Nuevo Tesoro de Arrabalde (Zamora)”. In *Zephyrus*. XLI-XLII, Salamanca: Universidad de Salamanca: Facultad de Geografía e Historia, 1988-89, p. 511-515.
- Fazenda 1983 FAZENDA, Pedro – *A Ourivesaria Portuguesa Contemporânea e os Metais e as Pedras Preciosas*. (1927) Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
- Fentress e Wickham 1994 FENTRESS, James; WICKHAM, Chris – *Memória Social: Novas Perspectivas sobre o Passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994.
- Fernandes e Vilar 1996 FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996.
- Fernández Gómez 1989 FERNÁNDEZ GÓMEZ, Fernando – “Orfebrería Indígena en Época Prerromana”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 82-89.
- Ferreira 1986 FERREIRA, Maria Teresa Gomes – “A Museologia ao Serviço da Ourivesaria”. In *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. (1984). Porto: Associação de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação

- dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte /
Fundação Eng. António de Almeida, 1986, p. 197-203.
- Fleming *et al.* 1993 FLEMING, David; PAINE, Crispin; RHODES, John G.
(Eds.) – *Social History in Museums: A Handbook for
Professionals*. London: HMSO, 1993.
- Fonseca 1998 FONSECA, António Martins da – “Interrogatório Histórico-
Geográfico enviado a todos os Párcos do Concelho de
Guimarães: S. João Baptista de Castelões (1842)”. In
Revista de Guimarães. 108, Guimarães: Sociedade
Martins Sarmiento, 1998, p. 193-222.
- Fonseca e Castro 1987 FONSECA, Fernando Nascimento da; CASTRO, Luís de
Albuquerque e – “A Mineração no Norte de Portugal”. In
REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de
Portugal: Exposição*. (1984) Porto: Associação Regional
de Protecção do Património Cultural e Natural /
Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do
Norte, 1987, p. 57-72.
- Fortuna 1995 FORTUNA, Carlos – “As cidades e as identidades:
patrimónios, memórias e narrativas sociais”. In *Cultura &
Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11
de Novembro de 1994*, Lisboa: Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- Foster 1992 FOSTER, Douglas – *Viagens e Turismo: Manual de
Gestão*. Mem Martins: Edições CETOP, 1992.
- Fowler 1995 FOWLER, P. J. – *The Past in Contemporary Society*.
London and New York: Routledge, 1995.
- Freitas 2003 FREITAS, Adérito Medeiros – *Concelho de Valpaços:
Carta Arqueológica*. 2ª ed., Valpaços: Câmara Municipal
de Valpaços, 2003
- Gamito 1996 GAMITO, Teresa Júdice – “A Cerâmica Estampilhada”. In
FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora
(Coord.) – *De Ulisses a Viriato: o 1º Milénio a.C.*. Lisboa:
Instituto Português de Museus: Museu Nacional de

- Arqueologia, 1996, p. 112-117.
- García Álvarez e Sandín Blanco 2004 GARCÍA ÁLVAREZ, Pedro; SANDÍN BLANCO, Jesús (Coord.) – *Rutas Jacobeas: Zamora: Otros Camonos*. Zamora: Diputación de Zamora: Patronato de Turismo, 2004.
- García Blanco 1988 GARCÍA BLANCO, Ángela – *Didáctica del Museo: El Descubrimiento de los Objetos*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1988.
- García Castro 1989 GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989.
- García Rozas 1999 GARCÍA ROZAS, Rosario – *Guía: Museo de Zamora*. Zamora: Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura, 1999.
- García Vuelta 2002 GARCÍA VUELTA, Óscar – “Técnicas y Evolución: Fabricación y Materias Primas en los Torques”. In BARRIL VICENTE, Magdalena; ROMERO RIAZA, Alicia (Dir.) – *Torques: Belleza y Poder*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2002, p. 31-45.
- Gilmour 1979 GILMOUR, Pat – “How can Museums be more effective in Society?”. In *Museums Journal*. nº 79(3), 1979.
- Giraudy e Bouilhet 1977 GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri – *Le Musée et la Vie*. Paris: La Documentation Française, 1977.
- Godoy 1999 GODOY, Solange – *O Círculo das Contas*. Salvador da Baía: Museu Carlos Costa Pinto, 1999.
- Goff 1998 GOFF, Jacques Le (Coord.) – *Patrimoine et Passions Identitaires: Actes des Entretiens du Patrimoine*. Paris: Fayard: Éditions du Patrimoine, 1998.
- Gomes 1998 GOMES, António José Ferreira – “Interrogatório Histórico-Geográfico enviado a todos os Párcos do Concelho de Guimarães: Santa Maria de Souto de Sobradelo (1842)”. In *Revista de Guimarães*. 108, Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1998, p. 555-569.

- Gonçalves 1984 GONÇALVES, António Nogueira – *Estudos de Ourivesaria*. Porto: Paisagem Editora, 1984.
- Gonçalves 2001 GONÇALVES, Maria Eduarda (Coord.) – *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sócio-política*. Lisboa: Edições 70, 2001.
- Greenber *et al.* 1996 GREENBER, Reesa; FERGUSON, Bruce W.; NAIRNE, Sandy (Eds.) – *Thinking about Exhibitions*. London and New York: Routledge, 1996.
- Greene 1980 GREENE, Patrick – “Setting up and Running a New Museum”. In *AIM Guidelines*. nº 2, Runcorn: Association of Independent Museums, 1980.
- Halbwachs 1968 HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- Hainard e Kaehr 1982 HAINARD, Jacques; KAEHR, Roland – *Collections Passion*. Neuchâtel: Musée d’Ethnographie, 1982.
- Hartmann 1971 HARTMANN, Axel – *Análises de Alguns Objectos pré-históricos de Ouro, Procedentes do Norte de Portugal*. Sep. “Revista de Guimarães”, 81, nº 1-2, Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1971.
- Hernández Hernández 1998 HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – *El Museo como Espacio de Comunicación*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 1998.
- Hernando Gonzalo 1989 HERNANDO GONZALO, Almudena – “Inicios de la Orfebrería en la Península Ibérica”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 32-45.
- Herrington *et al.* HERRINGTON, Richard; STANLEY, Chris; SYMES, Robert – *Gold*. London: The Natural History Museum, 1999.
- Hobsbawn e Ranger 1984 HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.) – *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Hooper-Greenhill 1992 HOOPER-GREENHILL, Eilean – *Museums and the*

- Shaping of Knowledge*. London and New York: Routledge, 1992.
- Hooper-Greenhill 1994 HOOPER-GREENHILL, Eilean – *Museums and their Visitors*. London and New York: Routledge, 1994.
- Hudson 1987 HUDSON, Kenneth – *Museums of Influence*. Cambridge: Cambridge Press University, 1987.
- Jameson 1997 JAMESON, J. H. (Ed.) – *Presenting Archaeology to the Public*. London: Altamira Press, 1997.
- Jones 1992 JONES, William D. – “Collections Research: Industry”. In THOMPSON, John M. A. (Ed.) – *Manual of Curatorship*. 2ª ed., London: Butterworths, 1992, p. 565-572.
- Jorge 1980 JORGE, Vitor Oliveira – “Escavação da Mamoia 1 do Outeiro dos Gregos, Serra da Aboboreira, Baião”. In *Portugália*. N/Série, vol. I, Porto: Universidade do Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1980, p. 9-28.
- Jorge 1983 JORGE, Vitor Oliveira – “Escavação das Mamoias 2 e 4 de Meninas do Crasto: Serra da Aboboreira, Baião”. In *Arqueologia*. nº 7, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1983, p. 23-39.
- Jorge 1986 JORGE, Susana Oliveira – *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar*. 2 vol., Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 1986 (texto policopiado).
- Jorge 1995 JORGE, V. O. – “Espiral da Mamoia de Outeiro dos Gregos”. In CORDEIRO, Isabel; SILVA, Isabel; FERNANDES, Maria Amélia (Coord.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1995, p. 78.
- Jorge 1997a JORGE, Susana Oliveira – “O Bronze Final no Norte de Portugal: Uma História em Discussão”. In *Colóquio O 1º Milénio a.C. no Noroeste Peninsular: A Fachada Atlântica*

- e o *Interior*. Bragança: Parque Natural do Montesinho, 1997.
- Jorge 1997b JORGE, Vítor Oliveira – “O Império da Ordem e a Proliferação dos Não-Lugares”. In *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em diálogo*. Tomar: CEIPHAR, 1997, p. 113-134.
- Jorge 2000 JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia, Património e Cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- Kananagh 1990 KAVANAGH, G. – *History Curatorship*. Leicester: Leicester University Press, 1990.
- Ladra 2001 LADRA, Lois – “Os Torques de Prata da Cidade de Bagunte”. In *Estudos Pré-Históricos*. IX, Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, 2001, p. 111-122.
- Ladra 2002 LADRA, Lois – “Achea ao Estudo Contextual da Ouriveria Castrexa”. In *Gallaecia*. 21, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela: Faculdade de Xeografía e Historia, 2002, p. 177-191.
- Lemos 1983 LEMOS, Francisco Sande – “O Usufruto dos Objectos Arqueológicos e os Museus de Arqueologia”. In *Mínia*. 2ª Série, nº 7, Braga: ASPA, 1983, p. 66-78.
- Lemos 1988 LEMOS, Francisco Sande – “Divulgar Arqueologia: I As Exposições”. In *Forum*. nº 3, Braga: Universidade do Minho, 1988, p. 37-49.
- Lemos 1993 LEMOS, Francisco de Sande – *Povoamento Romano de Tras-os-Montes Oriental*. 2 vol., Braga: Universidade do Minho, 1993 (texto policopiado).
- Lemos 1994 LEMOS, Francisco de Sande – “Planeamento, Gestão e Divulgação dos Valores Arqueológicos Municipais”. In *Curso de Gestão do Património Cultural: Comunicações*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1994, p. 61-70.
- Lemos 1996 LEMOS, Francisco Sande – “Povoamento, Espaço e *Gentilitates* no 1º Milénio a.C., no Nordeste

- Transmontano”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: O Primeiro Milénio a.C.*. Lisboa: Ministério da Cultura: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 147-153.
- Lemos 1999a LEMOS, Francisco Sande – “Museus de Arqueologia: Guetos do Passado ou Encruzilhadas do Futuro”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 41-50.
- Lemos 1999b LEMOS, Francisco Sande – “O Contexto Geográfico da Fundação de *Bracara Augusta*”. In *Forum*. nº 25, Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 81-94.
- Lemos 2000 LEMOS, Francisco Sande – “A Via Romana entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*: Contributo para o seu Estudo”. In *Revista de Guimarães*. vol. 110, Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 2000, p. 15-51.
- León 1978 LEÓN, Aurora – *El Museo: Teoría, Praxis y Utopía*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1978.
- Lima e Reis 2001 LIMA, Aida Valadas de; REIS, Manuela – “O Culto Moderno dos Monumentos: Os Públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa”. In GONÇALVES, Maria Eduarda (Coord.) – *O Caso de Foz Côa: Um Laboratório de Análise Sócio-política*. Lisboa: Edições 70, 2001, p. 145-192.
- Lopes 2001 LOPES, Flávio (coord.) – *90 Anos de Turismo em Portugal: Conhecer o Passado, Investir no Futuro*. Lisboa: Conselho Sectorial do Turismo, 2001.
- López Cuevillas 1951 LOPEZ CUEVILLAS, Florentino – *Las Joyas Castreñas*. Madrid: Instituto de Arqueologia y Prehistoria “Rodrigo Caro”, 1951.
- Macedo 1993 MACEDO, M. Fátima – *Raízes do Ouro Popular Português*. Porto: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Soares dos Reis, 1993.

- Maciel 2003 MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro – *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*. Viana do Castelo: Rio Neiva, 2003.
- Manso Martín e Romero Rianza 2002 MANSO MARTÍN, Esperanza; ROMERO RIAZA, Alicia – “Estudios Historicográficos sobre los Torques en la Península Ibérica”. In BARRIL VICENTE, Magdalena; ROMERO RIAZA, Alicia (Dir.) – *Torques: Belleza y Poder*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, 2002, p. 85-96.
- Martins 1988a MARTINS, Manuela – “O Povoado Fortificado do Lago, Amares”. In *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. nº 1, Braga: Câmara Municipal de Amares / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1988.
- Martins 1988b MARTINS, Manuela – “A Citânia de S. Julião, Vila Verde: Memória dos Trabalhos Realizados entre 1981 e 1985”. In *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. nº 2, Braga: Câmara Municipal de Vila Verde / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1988.
- Martins 1989 MARTINS, Manuela – “O Castro do Barbudo, Vila Verde”. In *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. nº 3, Braga: Câmara Municipal de Vila Verde / Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1989.
- Martins 1990 MARTINS, Manuela – “O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado”. In *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. nº 5, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1990.
- Martins 1991 MARTINS, Manuela – “O Povoado de Santo Ovídio: Fafe: Resultados dos Trabalhos Realizados entre 1980-1984”. In *Cadernos de Arqueologia: Monografias*. nº 6, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho / Câmara Municipal de Fafe / INIC, 1991.
- Martins 1993 MARTINS, Manuela – “Continuidade e Mudança no I Milénio a.C., no Noroeste Português: Os Diferentes Cenários de Representação do Discurso Arqueológico”. In

- Cadernos de Arqueologia*. Série II, nº 10-11, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1993-94, p. 41-64.
- Martins 1996a MARTINS, Manuela – “Povoamento e Habitat no Noroeste Português Durante o 1º Milénio a.C.”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: o 1º Milénio a.C.*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 118-133.
- Martins 1996b MARTINS, Carla Maria Braz – *Ourivesaria Proto-histórica de Portugal: Influências Mediterrânicas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, (texto policopiado).
- Martins 1999 MARTINS, Carla Maria Braz – “A Bráctea de Siracusa e as Influências Mediterrânicas na Ourivesaria Proto-histórica em Território Português”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.) – *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, p. 165-175.
- Mclean 1997 MCLEAN, Fiona – *Marketing the Museum*. London and New York: Routledge, 1997.
- Freitas 2003 FREITAS, Adérito Medeiros – *Concelho de Valpaços: Carta Arqueológica*. 2ª ed., Valpaços: Câmara Municipal de Valpaços, 2003.
- Miles e Zavala 1994 MILES, Roger; ZAVALA, Lauro (Eds.) – *Towards the Museum of the Future: New European Perspectives*. London and New York: Routledge, 1994.
- Minissi 1988 MINISSI, Franco – “Conservazione Vitalizzazione Musealizzazione”. In *Strumenti*. Roma: Multigrafica Editrice, 1988.
- Moreira 1989 MOREIRA, Isabel Martins – *Museus e Monumentos em Portugal: 1772-1974*. Col. “Temas da Cultura Portuguesa”, nº 14, Lisboa: Universidade Aberta, 1989.

- Moscatti 1991 MOSCATI, Sabatino (Coord.) – *The Celts*. Milano: Gruppo Editoriale Fabri, 1991.
- Nabais 1993a NABAIS, António J. C. – “Museus e Arqueologia”. In *Almadan*. II série, 2, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1993, p. 72-75.
- Nabais 1993b NABAIS, António José – “Nova Museologia: Novas Práticas Museológicas”. In *Vértice*. 54, 1993, p. 46-50.
- Nabais 1993c NABAIS, António José C. Maia – “Museus na Actualidade”. In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. Col. “Universidade Aberta”, nº 54, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 63-76.
- Nabais 1993d NABAIS, António José C. Maia – “Museus de Região”. In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. Col. “Universidade Aberta”, nº 54, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 257-266.
- Nabais 1999 NABAIS, António – “A Arqueologia e os Museus Locais / Regionais”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 73-79.
- Nolasco 2000 NOLASCO, Maria da Luz (Coord.) – *Museos y Museología en Portugal: Una Ruta Ibérica para el Futuro*. Col. “Monografía 01: Revista de Museología”, Madrid: Asociación Española de Museólogos, 2000.
- Oliveira 1993 OLIVEIRA, Eduardo Pires de – “Artistas Minhotos que trabalharam em Minas Gerais (Brasil) no séc. XVIII”. In *Estudos sobre o séc. XVIII em Braga*. Braga: APPACDM, 1993, p. 207-228.
- Oosterbeek 1999 OOSTERBEEK, Luís – “Programa Museológico e Arqueológico do Alto Ribatejo”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 457-464.
- Orejas et al.2000 OREJAS, Almudena; SANCHEZ-PALENCIA, F.-Javier; PLÁCIDO, Domingo – “La Arqueología de una Conquista”. In *Las Médulas (Léon): Un Paisaje Cultural en la ‘Asturia*

- Augustana*. Léon: Instituto Leonés de Cultura / Diputación Provincial de Léon, 2000, p.111-136.
- Orey 1988 OREY, Leonor B. S. d' – *La Langage des Orfèvres de Portugal*. Grão-Ducado do Luxemburgo, 1988.
- Orey 1995 OREY, Leonor d' (Dir.) – *Cinco Séculos de Joalharía : Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa e Londres: Zwemmer, 1995.
- Ortiz de Landaluze 2002 ORTIZ DE LANDALUZE – “Gentes del Hierro en Privado: La Casa en la Edad del Hierro en Álava”. In *Museo de Arqueología de Álava: Exposiciones*. Vitoria-Gasteiz: Diputación Foral de Álava: Departamento de Cultura, 2002.
- Paulino 1992 PAULINO, Francisco Faria (Coord.) – *Portugal e a Formação de um País*. Lisboa: Comissariado para a Exposição Universal de Sevilha, 1992.
- Parreira e Pinto 1980 PARREIRA, Rui, PINTO, Clara Vaz – *Tesouros da Arqueologia Portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura: Instituto Português do Património Cultural: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 1980.
- Pearce 1989 PEARCE, Susan M. (Ed.) – *Museum Studies in Material Culture*. Leicester: Leicester University Press, 1989.
- Pearce 1990 PEARCE, Susan – *Archaeological Curatorship*. Leicester: Leicester University Press, 1990.
- Pearce 1993 PEARCE, Susan M. – “Artefacts as the Social Anthropologist Sees Them”. In FLEMING, David; PAINE, Crispin; RHODES, John G. (Eds.) – *Social History in Museums: A Handbook for Professionals*. London: HMSO, 1993, p. 52-75.
- Pearce 1994 PEARCE, Susan M. (Ed.) – *Interpreting Objects and Collections*. London: Routledge, 1994.
- Peixoto 1990 PEIXOTO, Rocha – “As Filigranas”. (1908) In *Etnografia Portuguesa: Obra Etnográfica Completa*. Col. "Portugal de

- Perea Caveda e Sánchez-Palencia Ramos 1995 Perto", Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990, p. 262-312.
PEREA CAVEDA, Alicia, SÁNCHEZ-PALENCIA RAMOS, F. Javier – *Arqueología del Oro Astur: Orfebrería y Minería*. Oviedo: Caja de Asturias: Obra Social e Cultural, 1995.
- Pereira 1988 PEREIRA, Nuno Teotónio, (ed.) – *Arquitectura Popular em Portugal*. 3ª Ed., Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- Pereira 1999 PEREIRA, Isabel – “Museus e Coleções de Arqueologia: Conceitos e Programas”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 29-40.
- Pérez García e Sánchez-Palencia 2000 PÉREZ GARCIA, Luis Carlos e SANCHEZ-PALENCIA, F.-Javier – “El Yacimiento aurífero de Las Médulas: Situación y Geología”. In *Las Médulas (León): un Paisaje Cultural en la ‘Asturia Augustana’*. León: Instituto Leonés de Cultura / Diputación Provincial de León, 2000, p. 158-188.
- Pérez Outeiriño 1986 PÉREZ OUTEIRIÑO, Bieito – “Perspectivas Metodológicas para o Estudo da Arqueometalúrgia Galaica: A Temática dos Ouros”. In *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. (1984). Porto: Associação de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte / Fundação Eng. António de Almeida, 1986, p. 59-65.
- Pérez Outeiriño 1989 PÉREZ OUTEIRIÑO, Bieito – “Orfebreria Castreña”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 90-107.
- Pérez Outeiriño 1999 PÉREZ OUTEIRIÑO, Bieito – “Estado da cuestión acerca do Nascimento da Ouriveria no NW. Peninsular e as Primeiras Etapas do seu Desenvolvimento”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.) – *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: Círculo Dr. José de

- Figueiredo, 1999, p. 123-163.
- Pimentel 1990 PIMENTEL, António – “Reflexos do Ciclo do Ouro e dos Diamantes do Brasil na Ourivesaria Portuguesa”. In *Relaciones Artísticas entre la Península Ibérica y América: Actas del Simposio Hispano-Portugués de Historia del Arte*. Valladolid: Universidad de Valladolid: Secretaria de Publicaciones, 1990, p. 208- 215.
- Pingel 1986 PINGEL, Volker – “Os Princípios da Metalurgia do Ouro em Portugal”. In *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. (1984). Porto: Associação de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte / Fundação Eng. António de Almeida, 1986, p. 49-57.
- Pintassilgo e Teixeira1998 PINTASSILGO, Joaquim; TEIXEIRA, Maria Adelaide (Coord.) – *Turismo: Horizontes Alternativos*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- Pinto 1997 PINTO, Paulo Costa (Coord.) – *Raízes de Vila do Conde*. Vila do Conde: A.P.P.A.-V.C., 1997.
- Pomiam 1998 POMIAM, Krzysztof – “Conclusões do 1º dia”. In GOFF, Jacques Le (Coord.) – *Patrimoine et Passions Identitaires*. Actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard: Éditions du Patrimoine, 1998.
- Prentice 1993 PRENTICE, Richard – *Tourism and Heritage Attractions*. London and New York: Routledge, 1993.
- Providência 2004 PROVIDÊNCIA, Francisco – “Da Joalheria em Portugal “. In CAMPOS, Ana; SOUSA, Manuel (Coord.) – *Leveza / Lightness: Reanimar a Filigrana / Reviving the Filigree*. S/l: ESAD: Escola Superior de Artes e Design / Museu do Ouro de Travassos, 2004.
- Queiroga 1987 QUEIROGA, Francisco M. V. Reimão – “Dois Torques Castrejos do Ashmolean Museum: Oxford”. In *Portugália*. N/Série, VIII, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Instituto de Arqueologia, 1987, p. 59-62.

- Queiroga 1992 QUEIROGA, Francisco Manuel Veleda Reimão – *War and Csatros: New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*. Oxford: University of Oxford: St. Cross College, 1992 (texto policopiado).
- Ramalho 1994 RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães – “O Arqueólogo: O Público, o Passado e os seus Amantes”. In *Almadan*. II série, 3, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1994, p. 56-57.
- Ramón Alba 1994 RAMÓN ALBA, José – *Gestión de Sistemas para Servicios Socioeducativos y Culturales*. Madrid: Editorial Certeza, 1994.
- Ramos 1993 RAMOS, Paulo Oliveira – “Breve História do Museu em Portugal”. In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. Col. “Universidade Aberta”, nº 54, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 19-62.
- Ramos de Castro 1986 RAMOS DE CASTRO, Guadalupe – “Las Influencias Hispano-Portuguesas en la Orfebrería”. In *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. (1984). Porto: Associação de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte / Fundação Eng. António de Almeida, 1986, p. 167-173.
- Raposo 1993 RAPOSO, Luís – “Museus de Arqueologia”. In ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. Col. “Universidade Aberta”, nº 54, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 201-227.
- Real 1984 REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1984.
- Redentor 1997 REDENTOR, Armando (Ed.) – *Colóquio O 1º Milénio a.C. no Noroeste Peninsular: A Fachada Atlântica e o Interior*. Bragança: Parque Natural do Montesinho, 1997.

- Ribeiro 1991 RIBEIRO, Orlando – *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*. 6ª ed., Col. “Nova Universidade”, nº 13, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.
- Richards 1996 RICHARDS, Greg (Ed.) – *Cultural Tourism in Europe*. Tilburg: Tilburg University, 1996.
- Rivière 1989 RIVIÈRE, Georges-Henri – *La Museologie Selon Georges-Henri Rivière*. Tours: Dunod, 1989.
- Roberts e Ingram 1989a ROBERTS, D. Andrew, INGRAM, Nicky - *MDA Occasional Paper 11 – 1: Management of the Use of Automated Systems*. Cambridge: Museum Documentation Association, 1989.
- Roberts e Ingram 1989b ROBERTS, D. Andrew, INGRAM, Nicky - *MDA Occasional Paper 12 – 2: Computerisation of Museum Management Practices and Gallery Displays*. Cambridge: Museum Documentation Association, 1989.
- Rocha-Trindade 1993 ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (Coord.) – *Iniciação à Museologia*. Col. “Universidade Aberta”, nº 54, Lisboa: Universidade Aberta, 1993.
- Rosas 1987 ROSAS, Manuel – “Introdução às Jóias e ao Ouro no Norte de Portugal”. In REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. (1984) Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1987, p. 89-112.
- Roteiros de Portugal 1993 *Roteiros de Portugal: Expresso: Zona 4*. Lisboa: Expresso, 1993.
- Ruíz-Galvez Priego 1989 RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, Marisa – “La Orfebrería del Bronce Final: El Poder y su Ostentación”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 46-57.
- Ruíz-Galvez Priego 1996 RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, Marisa – “La Orfebrería y su Significado”. In ALVAREZ NÚÑEZ, D. Antonio (Comiss.) –

- El Oro y la Orfebrería Prehistorica de Galicia*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo: Museo Provincial de Lugo, 1996, p. 87-98.
- Ruiz del Árbol *et al.* 2000 RUIZ DEL ÁRBOL, María; SASTRE, Inés; PLÁCIDO, Domingo – “El Nuevo Modelo de Ocupación del Territorio”. In *Las Médulas (León): Un Paisaje Cultural en la ‘Asturia Augustana’*. León: Instituto Leonés de Cultura / Diputación Provincial de León, 2000, p.229-252.
- Sanches 1997a SANCHES, Maria de Jesus – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. vol. I, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1997.
- Sanches 1997b SANCHES, Maria de Jesus – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. vol. II, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1997.
- Sánchez-Palencia 2000 SANCHEZ-PALENCIA, F.-Javier (Ed) – *Las Médulas (León): un Paisaje Cultural en la ‘Asturia Augustana’*. León: Instituto Leonés de Cultura / Diputación Provincial de León, 2000.
- Sánchez Palencia e Pérez 1989 SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier; PÉREZ, Luis Carlos – “Los Yacimientos Auríferos de la Península Ibérica: Posibilidades de Explotación”. In GARCIA CASTRO, Juan Antonio (Dir.) – *El Oro en la España Prerromana*. “Revista de Arqueología”, Madrid: Zugarta Ediciones, 1989, p. 16-23.
- Sánchez-Palencia e Orejas 1999a SANCHEZ-PALENCIA, F.-Javier e OREJAS, Almudena – “Minería en la Hispania Romana”. In *En el Año de Trajano: Hispania: El Legado de Roma*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1999, p.111-121.
- Sánchez-Palencia e Orejas 1999b SANCHEZ-PALENCIA, F.-Javier e OREJAS, Almudena – “Las Médulas: un Paisaje Cultural Minero”. In *En el Año de Trajano: Hispania: El Legado de Roma*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 1999, p.511-513.
- Sánchez-Palencia *et al.* SÁNCHEZ-PALENCIA, Fco. Javier; ALVAREZ

- 1996 GONZÁLEZ, Yolanda; LÓPEZ GONZÁLEZ, Luís Fco. – “La Minería Aurífera en Gallaecia”. In ALVAREZ NÚÑEZ, D. Antonio (Comiss.) – *El Oro y la Orfebrería Prehistorica de Galicia*. Lugo: Diputación Provincial de Lugo: Museo Provincial de Lugo, 1996, p. 9-40.
- Santos 1990 SANTOS, P. Manuel Magalhães dos – *Monografia da Póvoa de Lanhoso: Nossa Senhora do Amparo*. Póvoa de Lanhoso: ed. autor, 1990.
- Santos Júnior e Freire 1965 SANTOS JÚNIOR, J. R. Dos; FREIRE, Osvaldo da Silva – “O Torques de Ouro de Vilas Boas (Vila Flor)”. In *Revista de Guimarães*. 75 (1-4), Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1965, p. 137-152.
- Santos Júnior e Freire 1966 SANTOS JÚNIOR, J. R. Dos; FREIRE, Osvaldo da Silva – “O Torques de Vilas Boas (Vila Flor – Trás-os-Montes)”. In *Lucerna*. vol. V, Porto: Universidade do Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1966, p. 443-458.
- Sastre e Orejas 2000 SASTRE, Inés; OREJAS, Almudena – “Las Aristocracias Locales y la Administración de las Minas”. In *Las Médulas (Léon): Un Paisaje Cultural en la ‘Asturia Augustana’*. Léon: Instituto Leonés de Cultura / Diputación Provincial de Léon, 2000, p.284-306.
- Schärer 1995 SCHÄRER, Martin R. (Ed.) – *Symposium Museum and Community II*, (Stavenger, Norway, July 1995) Vevey: Alimentarium Food Museum, 1995.
- Serrano e Bruhns 1997 SERRANO, Célia M. Toledo; BRUHNS, Heloisa T. (Org.) – *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*. Campinas, S. Paulo: Papirus Editora, 1997.
- Severo 1905a SEVERO, Ricardo – *O Tesouro de Lebução*. Sep. “Portugália”, II, Porto: Imprensa Portuguesa, 1905.
- Severo 1905b SEVERO, Ricardo – *Os braceletes d’ouro de Arnazela*. Sep. “Portugália”, II, Porto: Imprensa Portuguesa, 1905.
- Severo 1907 SEVERO, Ricardo – *O Tesouro de Laundos*. Sep. “Portugália”, II, Porto: Imprensa Portuguesa, 1907

- Silva 1986a SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.
- Silva 1986b SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Ourivesaria Pré-romana no Norte de Portugal”. In *História da Arte em Portugal*. I, Lisboa: Publicações Alfa, 1986, p. 67-73.
- Silva 1987 SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Ourivesaria Pré-Romana do Norte de Portugal”. In REAL, Manuel Luís (Coord.) – *Ourivesaria do Norte de Portugal: Exposição*. (1984) Porto: Associação Regional de Protecção do Património Cultural e Natural / Associação dos Industriais de Ourivesaria e Relojoaria do Norte, 1987, p. 73-87.
- Silva 1994 SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Proto-História do Norte e Centro de Portugal”. In *Proto-História de Portugal*. Col. Universidade Aberta, nº 48, Lisboa: Universidade Aberta, 1994, p. 29-97.
- Silva 1996a SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “A Citânia de Briteiros”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: o 1º Milénio a.C.*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 134-135.
- Silva 1996b SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Ourivesaria Proto-Histórica em Território Português”. In FERNANDES, Maria Amélia; VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: o 1º Milénio a.C.*. Lisboa: Instituto Português de Museus: Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 139-146.
- Silva 1999a SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Museus com Colecções de Arqueologia: Programas Expositivos”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 423-427.
- Silva 1999b SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “A Cultura Castreja no Norte de Portugal”. In *Revista de Guimarães: Volume*

- Especial: Actas Congresso de Proto-História Europeia.*
Vol. 1, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1999, p.
111-132.
- Silva 1999c SILVA, Armando Coelho Ferreira da – *Citânia de Sanfins.*
Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de
Ferreira: Museu Arqueológico de Sanfins / Edições
ETNOS, 1999.
- Silva 2001 SILVA, Armando Coelho Ferreira da – “Los Pueblos
Lusitano-Galaicos”. In ALMAGRO-GORBEA, Martín;
MARINÉ, María; ALVAREZ SANCÍS, Jesús (Ed.) – *Celtas
y Vettones.* Ávila: Diputación Provincial de Ávila, 2001, p.
335-349.
- Silva e Centeno 1996 SILVA, Armando Coelho Ferreira da; CENTENO, Rui M. S.
– “A Citânia de Sanfins”. In FERNANDES, Maria Amélia;
VILAR, Clara Távora (Coord.) – *De Ulisses a Viriato: o 1º
Milénio a.C..* Lisboa: Instituto Português de Museus:
Museu Nacional de Arqueologia, 1996, p. 136-138.
- Silva e Centeno 1997 SILVA, Armando Coelho F.; CENTENO, Rui M. S. (Coord.)
– *Catálogo Núcleo de Arqueologia: Museu Municipal de
Etnologia e História da Póvoa de Varzim.* Póvoa de
Varzim: Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, 1997.
- Silva et al 2004 SILVA, Armando Coelho Ferreira da; SOUSA, Maria José
Carvalho e; LADRA, Lois – “Uma Lâmina de Tiras do Norte
de Portugal”. In *Portugália.* N/Série, 24, Porto:
Universidade do Porto: Instituto de Arqueologia da
Faculdade de Letras, 2004 (No Prelo).
- Silvano 1997 SILVANO, Filomena – *Territórios de Identidade:
Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa
Eulália.* Oeiras: Celta Editora, 1997.
- Soares 1998 SOARES, Joaquina – “Arqueologia e Museologia:
Experiências e Perspectivas”. In *Almadan.* II série, 7,
Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 1998, p. 58-
62.

- Soares 1999 SOARES, Joaquina – “Museus de Território na Era da Globalização”. In *O Arqueólogo Português*. série IV, vol. 17, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1999, p. 429-450.
- Soeiro 1982 SOEIRO, Maria Teresa – “Esconderijo de Sequeade Barcelos”. In *Arqueologia*. nº 5, Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1982, p. 62-67.
- Šola 1957 ŠOLA, Tomislav – “The Concept and Nature of Museology”. In *Museum*. nº 153, UNESCO, 1957, p. 45-49.
- Solla 1976 SOLLA, Luiz de Castro e – “Ouro e Corrupção no Brasil no Séc. XVIII”. In *Brotéria*. 103 (5), Lisboa: Livraria Apostolado da Imprensa, 1976, p. 452-458.
- Sousa A. 1999 SOUSA, Ana Cristina Correia de – “A Ourivesaria Popular em Gondomar: Técnica de Fundição em Areia e suas Tipologias”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.) – *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, p. 233-247.
- Sousa A. 2000 SOUSA, Ana Cristina – *Metamorfoses do Ouro e da Prata: a Ourivesaria Tradicional no Noroeste de Portugal*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais, 2000.
- Sousa G. 1995 SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – “A Joalheria Portuguesa nos Sécs. XVIII e XIX à Luz da Documentação”. In *Museu*. 4ª série, 3, Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1995, p. 115-186.
- Sousa G. 1997 SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – “Elementos Documentais para o Estudo das Artes Decorativas em Portugal (Sécs. XVIII e XIX)”. In *Museu*. 4ª série, 6, Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1997, p. 208- 220.
- Sousa G. 1999 SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *A Joalheria em Portugal: 1750-1825*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1999.
- Sousa M. 2004 SOUSA, Manuel Carvalho e – “Trajectos Pioneiros”. In CAMPOS, Ana; SOUSA, Manuel (Coord.) – *Leveza /*

- Lightness: Reanimar a Filigrana / Reviving the Filigree*. S/l: ESAD: Escola Superior de Artes e Design / Museu do Ouro de Travassos, 2004.
- Sousa Ma.1995 SOUSA, Maria José de Carvalho e – *A Arte do Ouro*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1995.
- Sousa Ma.1996 SOUSA, Maria José de Carvalho e – “A utilização do Cântaro de Barcelos na Ourivesaria Tradicional”. In *Olaria: Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. 1, Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1996, p.105-106.
- Sousa Ma. 1999 SOUSA, Maria José Costa de Carvalho e – “O Museu da Ourivesaria de Travassos: Valorização de uma Actividade Artesanal”. In SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (Coord.) – *Actas do I Colóquio Português de Ourivesaria*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 1999, p. 249-262.
- Sousa Ma. 2002 SOUSA, Maria José C. – “O Trabalho do Ouro na Póvoa de Lanhoso”. In MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.) – *Património e Indústria no Vale do Ave: Um Passado com Futuro*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, 2002, p. 352-361.
- Sülberg 1991 SÜLBERG, Hermann – *L’Or*. Vevey: Editions Mondo, 1991.
- Taborsky 1982 TABORSKY, Edwina – “The Sociostructural Role of the Museum”. In *The International Journal of Museum Management and Curatorship*. London: Butterworths, 1982, p. 339-345.
- Tavares 1990 TAVARES, Jorge Campos – *Dicionário de Santos*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.
- Teixeira 1939 TEIXEIRA, Carlos – *Os Torques do Castro de Lanhoso: Póvoa de Lanhoso*. Sep. “Anais da Faculdade de Ciências do Porto”, 24 (4), Porto: Imprensa Portuguesa, 1939.
- Teixeira 1940 TEIXEIRA, Carlos – “Notas Arqueológicas sobre o Castro

- de Lanhoso”. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 9, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1940, p. 117-125.
- Teixeira 2000 TEIXEIRA, Madalena Braz – *Primórdio da Investigação e da Actividade Museológica em Portugal*. Sep NOLASCO, Maria da Luz (Coord.) – *Museos y Museología en Portugal: Una Ruta Ibérica para el Futuro*. Col. “Monografía 01: Revista de Museología”, Madrid: Asociación Española de Museólogos, 2000.
- Thompson 1992 THOMPSON, John M. A. (ed.) – *Manual of Curatorship*. 2ª ed., London: Butterworths, 1992.
- Torres 1948 TORRES, Alberto Pinheiro – “Duas Glórias da Ourivesaria: Santo Elói e Gil Vicente”. In *Ourivesaria Portuguesa*. 1, Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1948, p. 15-19.
- Urry 1995 URRY, J. – *Consuming Places*. London and New York: Routledge, 1995.
- Uzzel 1992 UZZEL, David L. – *Heritage Interpretation: vol. 1: The Natural and Built Environment*. London: Belhaven Press, 1992.
- Valdés Sagüés 1999 VALDÉS SAGÜÉS, María del Carmen – *La Difusión Cultural en el Museo: Servicios Destinados al Gran Público*. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 1999.
- Varine 1982 VARINE, Hugues de – “Viol et Vol des Cultures: Un aspect de la dégradation des termes de l'échange culturel entre les nations”. In HAINARD, Jacques; KAEHR, Roland (Eds.) – *Collections Passion*. Neuchâtel: Musée d'Ethnographie, 1982, p. 115-132.
- Vergo 1993 VERGO, Peter (Ed.) – *The New Museology*. London: Reaktion Books, 1993.
- Vidal 1974 VIDAL, Manuel Gonçalves – *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.

- Vidal-Naquet e Bertin 1990 VIDAL-NAQUET, Pierre; BERTIN, Jacques – *Atlas Histórico: Da Pré-História aos Nossos Dias*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.
- Vieira 1997 VIEIRA, João Martins – *A Economia do Turismo em Portugal*. Col. “Biblioteca de Economia & Empresa”, nº 50, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- Wahl 1998 WAHL, Jürgen – “Aspectos Tecnológicos da Indústria Mineira e Metalúrgica Romana de Três Minas e Campo de Jales (Concelho de Vila Pouca de Aguiar)”. In *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro: Museu Geológico, 1998, p. 57-68.
- Walsh 1997 WALSH, Kevin – *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-modern World*. 3ª ed., London and New York: Routledge, 1997.

3. ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/ferramentas.htm> [24-09-2004]

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/metalurgia.htm> [24-09-2004]

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/historia.htm> [24-09-2004]

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/tecnicasbasicas.htm> [24-09-2004]

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/texturas.htm> [24-09-2004]

<http://ourivesaria.no.sapo.pt/tecnicaselaboradas.htm> [24-09-2004]

www.aiorn.pt/ourivesaria.php [04-01-2004]

www.corsica.net/corsica/uk/discov/musees/index.htm [04-01-2004]

www.csarmento.uminho.pt/neph13131.asp [04-01-2004]

www.museucostapinto.com.br/acervo_ourivesaria.asp [04-01-2004]

www.museudoouro.com [04-01-2004]

www.museudoouro.blogspot.com [02-07-2004]

www.regione.abruzzo.it/turismo/en/artigianato/oreficeria.htm [02-07-2004]

www.regione.abruzzo.it/turismo/artigianato/oro.html [02-07-2004]

www.mnarqueologia-ipmuseus.pt/ [24-09-2004]

www.mnsr-ipmuseus.pt/coleccoes/joalharia/index.html [24-09-2004]

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Propriedades do ouro, comparando com outros metais / ligas metálicas	14
Fig. 2 – Exploração aurífera de jazidas fluviais pré-romana	16
Fig. 3 – O trabalho nas minas romanas	22
Fig. 4 – Reconstituição do sistema de mineração romana de <i>ruina montium</i> em Las Médulas	24
Fig. 5 – Achados de joalheria pré e proto-histórica a Norte do Rio Douro	73
Fig. 6 – Estátuas de guerreiros e balneários da Cultura Castreja	77
Fig. 8 – Processos de Passaporte de ourives da Póvoa de Lanhoso (1890-1925).....	83
Fig. 9 – Processos de Passaporte (1890-1925): Ligações familiares a ourives da Póvoa de Lanhoso	85
Fig. 10 – Registos na Contrastaria de marcas de ourives da Póvoa de Lanhoso (1887-1925).....	87
Fig. 11 – Localização de Travassos e Sobradelo da Goma	90
Fig. 12 – Travassos, ao fundo, e Sobradelo da Goma, em primeiro plano	91
Fig. 13 – Janelas de oficinas desactivadas, em Travassos	97
Fig. 14 – Tabuleiros das janelas das oficinas.....	99
Fig. 15 – Oficina da Casa da Carreira de Cima, lugar Aldeia de Baixo, Travassos ...	101
Fig. 16 – Oficina no lugar da Cal, Travassos	102
Fig. 17 – Oficina da Casa de Vila Nova, lugar aldeia de Baixo, Travassos	103
Fig. 18 – Peixe articulado e Olhinhos de Santa Luzia	109
Fig. 19 – Pormenor de quadro de Domingos Silva (o conteiro António Vieira a embutir)	114
Fig. 20 – Contas “olho de perdiz”	115
Fig. 21 – Soldadura de contas	115
Fig. 22 – Trabalho das contas torcidas	116
Fig. 23 – O ourives Elói Silva a <i>arear</i> contas	118
Fig. 24 – Pormenor do trabalho de arear	118
Fig. 25 – O edifício do Museu do Ouro de Travassos	123
Fig. 26 – Reconstituição de oficina de Ourivesaria – Museu do Ouro de Travassos .	123
Fig. 27 – CD-ROM do Museu do Ouro de Travassos.....	126
Fig. 28 – O trabalho de Ourivesaria castreja.....	131

Fig. 29 – Olhinhos de Santa Luzia	134
Fig. 30 – Placas oculadas de Garvão	135
Fig. 31– Tesouro de Arrabalde	152
Fig. 32 – “Orvalho” de Marta Diogo; por Custódio Gomes	164
Fig. 33 – “Moléculas” de Margarida Teixeira, por Custódio Gomes	164
Fig. 34 – “Amplificador de emoções” de Suzana Rezende	164
Fig. 35– “Natura” de Mariana Carmona, por Custódio Gomes	164
Fig. 36 – “Gestos” de Carla Gomes, por Joaquim e Guilherme Rodrigues da Silva ..	164
Fig. 37 – “Web” de Catarina Martins	164
Fig. 38 – Peças de autores convidados	166
Fig. 39 – Argolas de trança	167
Fig. 40 – “Entrançadas” – alianças de Joana Caldeira, executados por Custódio Gomes	167
Fig. 41 – Trancelim de filigrana	168
Fig. 42 – “Móbil” – brincos de Ana Andrade	168
Fig. 43 – Um dos quatro cartazes diferentes, elaborados para a Exposição da Bulgária	169
Fig. 44 – Conjunto oferecido à Primeira Dama da Bulgária	170
Fig. 45 – “Fragments” de Ana Campos	171
Fig. 46 – Disco de prata de Santo Ovídio.....	171

ANEXO